

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

ALEXANDRE CLASER ELMI

**A LEITURA JORNALÍSTICA NA TRANSIÇÃO DO PAPEL PARA A TELA: UM MODELO DE  
ANÁLISE PSICOLINGUÍSTICA**

Porto Alegre

2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

ALEXANDRE CLASER ELMI

**A LEITURA JORNALÍSTICA NA TRANSIÇÃO DO PAPEL PARA A TELA:  
UM MODELO DE ANÁLISE PSICOLINGUÍSTICA**

Porto Alegre

2020

## Ficha Catalográfica

E48L Elmi, Alexandre Claser

A leitura jornalística na transição do papel para a tela : Um modelo de análise psicolinguística / Alexandre Claser Elmi .  
– 2020.

315 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Holmfeldt.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Psicolinguística. 4. Leitura. 5. Leitura em telas. I. Holmfeldt, Antonio. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ALEXANDRE CLASER ELMI

**A LEITURA JORNALÍSTICA NA TRANSIÇÃO DO PAPEL PARA TELA:  
UM MODELO DE ANÁLISE PSICOLINGUÍSTICA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social, no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

Porto Alegre

2020

ALEXANDRE CLASER ELMI

**A LEITURA JORNALÍSTICA NA TRANSIÇÃO DO PAPEL PARA TELA:  
UM MODELO DE ANÁLISE PSICOLINGUÍSTICA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social, no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em 27 de março de 2020

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt (Orientador) - (PUCRS)

---

Profa. Dra. Vera Wannmacher Pereira - (PUCRS)

---

Prof. Dr. Philippe Joron -Universidade de Montpellier 3

---

Profa. Dra. Raquel Ritter Longhi - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

---

Prof. Dr. Marcelo Träsel Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre

2020

Ana, Gianluca e Alice – estou de volta!

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho encerra um período acadêmico de nove anos, iniciado em 2011, no qual retomei a minha reflexão formal sobre Jornalismo, profissão que me arrebatou desde sempre e que procuro exercer com os mesmos olhos do menino que, lá na década de 1970, sentava sobre um jornalão standard aberto para ler. Foi assim que aprendi o sabor da leitura.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt, que soube entender os atropelos da vida e me resgatou para seguir meu doutorado. Encontrei no Antônio um primeiro leitor paciente. Ele me deu liberdade no plano de voo.

À Profa. Dra. Cristiane Finger, que também estendeu a mão na hora certa e ajudou a criar as condições para que esta trajetória se cumprisse.

À Profa. Dra. Vera Wannmacher Pereira, com quem descobri a Psicolinguística e com quem pude conversar em muitas tardes, sobre teorias, métodos e vida.

Muitas vezes, conversar é só o que a gente precisa.

*La maquina la hace el hombre. Y es lo que el hombre hace con ella/A máquina é feita pelo homem. E é o que homem faz com ela (DREXLER, 2004).*



## RESUMO

A partir de uma abordagem da Psicolinguística, esta tese propõe um modelo de análise interdisciplinar para a leitura jornalística, recorrendo a conceitos das variáveis intervenientes da leitura, como pensadas por Kenneth Goodman (1990). O objetivo é desenvolver um modelo que leve em consideração as noções de *objetivos de leitura*, *conhecimento prévio*, *tipo de texto* e *estilo cognitivo do leitor*. A construção pode representar um aporte teórico e metodológico alternativo para compreender o processamento de leitura de textos jornalísticos, capaz de colaborar para a entendimento de determinados fenômenos ligados à relação contemporânea entre o leitor jornalístico e o texto jornalístico em plataformas digitais. Ancorado sobretudo no pensamento de Roger Chartier (1999, 2002 e 2011) a respeito da evolução da leitura, admite-se que a leitura contemporânea administra o impacto do suporte digital. A aplicação do modelo será testada em uma breve análise sobre dois produtos jornalísticos publicados na revista mensal *piauí* e no projeto de jornalismo digital *UOL TAB*, representantes do *longform journalism* no Brasil.

**Palavras-chave:** Comunicação; Jornalismo; Psicolinguística; Leitura; Leitura em Telas; *Longform Journalism*

## ABSTRACT

From a Psycholinguistics approach, this thesis proposes an interdisciplinary analysis model for journalistic reading, using concepts from the intervening variables of reading, as thought by Kenneth Goodman (1990). The goal is to develop a model that takes into account the notions of *reading objectives*, *prior knowledge*, *type of text* and *reader's cognitive style*. The construction may represent an alternative theoretical and methodological approach to understand the reading processing of journalistic texts, capable of collaborating to understand certain phenomena linked to the contemporary relationship between the journalistic reader and the journalistic text on digital platforms. Anchored mainly in the thinking of Roger Chartier (1999, 2002 and 2011) regarding the evolution of reading, it is admitted that contemporary reading manages the impact of digital support. The application of the model will be tested in a brief analysis of two journalistic products published in the monthly magazine *piauí* and in the digital journalism project *UOL TAB*, representatives of *longform journalism* in Brazil.

**Keywords:** Communication; Journalism; Psycholinguistics; Reading; Screen Reading; Longform Journalism

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Elementos da periodização proposta para a evolução da leitura.....	60
Quadro 2 - Categorias para o modelo da <i>leitura jornalística</i> .....	233
Figura 1 - Modelo metodológico da <i>leitura jornalística</i> .....	235
Figura 2 - Reprodução de tela de celular da edição do UOL TAB analisada.....	250
Quadro 3 - Distribuição dos <i>fatores de transformação</i> .....	254
Quadro 4 - Teste de equivalência textual entre R1 e R2.....	260
Figura 3 - Representação gráfica do roteiro de pesquisa da fase empírica.....	264
Quadro 5 - Monitoramento dos <i>conhecimentos prévios</i> pelo TCP.....	266
Quadro 6 - Respostas da leitura s1R1.....	270
Quadro 7 - Respostas da leitura s1R2.....	271
Quadro 8 - Respostas da leitura s2R1.....	273
Quadro 9 - Respostas da leitura s2R2.....	274
Quadro 10 - Respostas da leitura s3R1.....	276
Quadro 11 - Respostas da leitura s3R2.....	277
Quadro 12 - Respostas da leitura s4R1.....	279
Quadro 13 - Respostas da leitura s4R2.....	280
Quadro 14 - Síntese do modelo psicolinguístico de leitura jornalística.....	291

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

PV1 - Protocolo verbal 1

PV2 - Protocolo verbal 2

R1 - Reportagem 1

R2 - Reportagem 2

S1 - Sujeito 1

S2 - Sujeito 2

S3 - Sujeito 3

S4 - Sujeito 4

TCP - Teste de Conhecimentos Prévios

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2 HISTÓRIA (POSSÍVEL) DA LEITURA: OS SUPORTES</b>	24
2.1 UMA DIFICULDADE DE CONSTRUÇÃO	25
2.2 UM ESBOÇO DE EVOLUÇÃO	31
<b>3 ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA LEITURA</b>	60
3.1 O QUE LER PODE SIGNIFICAR	64
3.1.1 Percurso discursivo-enunciativo	64
3.1.2 Percurso funcionalista	74
3.1.3 Percurso cognitivo	77
3.1.4. Percurso neuronal	83
3.2. DETALHANDO A ABORDAGEM PSICOLINGUÍSTICA	91
3.2.1 A leitura: um fenômeno complexo	98
3.2.2 Um modelo de base psicolinguística	106
<b>4 A LEITURA DIGITAL E O SEU LEITOR</b>	114
4.1 COMO O DIGITAL RECONFIGURA A LEITURA	119
4.2 A METÁFORA DO HIPERTEXTO: A LEITURA EM DISPERSÃO	126
4.3 BREVE PANORAMA DA PESQUISA SOBRE A LEITURA EM TELA	135
4.3.1 Um caso específico de leitura digital: o longform journalism	148
<b>5 LEITURA JORNALÍSTICA: UM MODELO PSICOLINGUÍSTICO</b>	158
5.1 O CARÁTER LINGUÍSTICO DE UMA LEITURA ESPECÍFICA	159
5.2 O CARÁTER JORNALÍSTICO DE UMA LEITURA ESPECÍFICA	164
5.3 DESENHANDO O PROCESSO PSICOLINGUÍSTICO-JORNALÍSTICO	178
5.3.1 A variável objetivo de leitura	181
5.3.2 Objetivos de leitura segundo o jornalismo	183
5.3.3 A variável conhecimentos prévios	185
5.3.4 Os conhecimentos prévios segundo o jornalismo	188
5.3.5 A variável tipo de texto	189
5.3.6 O tipo de texto segundo o jornalismo	200
5.3.6.1 Primeiro movimento: os formatos tradicionais	202
5.3.6.2 Segundo movimento: a digitalidade	207

5.3.7 A variável estilo cognitivo do leitor	213
5.4 O MODELO PARA A LEITURA JORNALÍSTICA	217
<b>6 ANÁLISE DE LEITURAS JORNALÍSTICAS</b>	223
6.1 UMA TRILHA METODOLÓGICA PELOS PROTOCOLOS VERBAIS	223
6.2 OBJETOS DA LEITURA JORNALÍSTICA: PIAUÍ E UOL TAB	228
6.3 FASE EMPÍRICA: O MODELO EM MOVIMENTO	235
6.3.1 Desenvolvendo os protocolos verbais	236
6.3.1.1 O Protocolo Verbal 1 (PV1)	239
6.3.1.2 O Protocolo Verbal 2 (PV2)	240
6.3.2. Análise de equivalência entre os objetos de estudo	241
6.3.3 Aplicando os protocolos verbais: o conceito de leitura	244
6.3.3.1 Perfil dos sujeitos participantes: descrição e nivelamento	248
6.3.3.2 Roteiro de observação	251
6.3.3.3 Como o leitor s1 leu R1 e R2	253
6.3.3.4 Como o leitor s2 leu R1 e R2	256
6.3.3.5 Como o leitor s3 leu R1 e R2	258
6.3.3.6 Como o leitor s4 leu R1 e R2	261
6.3.3.7 A leitura de R1	264
6.3.3.8 A leitura de R2	265
6.3.3.9 As leituras R1 e R2: uma possível comparação	265
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	268
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	277
<b>APÊNDICE A - Teste de Conhecimentos Prévios</b>	288
<b>APÊNDICE B - Protocolo Verbal 1 para o Texto 1 (PV1R1)</b>	290
<b>APÊNDICE C - Protocolo Verbal 1 para o Texto 2 (PV1R2)</b>	291
<b>APÊNDICE D - Protocolo Verbal 2 para o Texto 1 (PV2R1)</b>	292
<b>APÊNDICE E - Protocolo Verbal 2 para o Texto 2 (PV2R2)</b>	293
<b>ANEXOS</b>	294

## INTRODUÇÃO

Elli Bleeker (2010) propõe paradigmas de compreensão para a leitura em telas e, a título de catalogação, organiza algumas das principais perspectivas contemporâneas de análise. O panorama oscila entre os mais conservadores, que lamentam o declínio da leitura impressa e os prejuízos dele decorrentes, aos mais progressistas, que comemoram as evoluções e as facilidades proporcionadas pela leitura digital. Ela reconhece que se trava uma discussão que, em um certo sentido, é *hiperbólica*. Bleeker (2010) usa esta expressão para argumentar que reduções e exageros, contrários ou favoráveis, atrapalham a interpretação do fenômeno da leitura em ambientes digitais. A transição do papel para a tela reconfigura o que ler significa, o que, por si só, já provoca dificuldades interpretativas, agravadas por precipitações e desvios apontados no estudo da autora. A pesquisadora enfatiza, enfim, que não há volta neste deslocamento digital e que, portanto, devemos tentar compreender o fenômeno.

Como se verá ao longo deste trabalho, há obstáculos metodológicos que precisam ser enfrentados para se estudar a leitura. Bleeker (2010) lembra, até com alguma dose de ironia, que a primeira das barreiras a ser transposta é a de perspectiva de observação, o que complica a possibilidade de separar, com sabedoria, as especulações sombrias das previsões razoáveis sobre o destino da leitura: “nós estamos em nossas cabeças” (p. 7), ela alerta. Ou seja: é preciso usar a própria capacidade humana (e não natural) de leitura para entender o que ela significa; valer-se da própria consciência para juntar as peças de um processo que transcorre no plano mental. Em direção semelhante, Robert Darnton (2010) destaca que uma das dificuldades para investigar a leitura está, justamente, na falta de vestígios a respeito das reações íntimas do leitor em meio ao processo cognitivo de ler, algo que, de algum modo, vem sendo superado, apenas recentemente, com o avanço das técnicas neurocientíficas de investigação.

A palavra *leitura* tem inúmeras acepções, como ressaltam Roland Barthes e Antoine Compagnon (1987), o que é um sintoma bastante eloquente da profusão de abordagens e tradições que marca os estudos sobre o fenômeno. A investigação sobre a leitura é, essencialmente, interdisciplinar, do mesmo modo como as pesquisas sobre os processos comunicacionais: ambas, a leitura e a comunicação<sup>1</sup>, estão envolvidas por

---

<sup>1</sup> Será grafada em minúscula e em maiúscula. Em minúscula, quando no sentido de processo/atividade humana, e em maiúscula quando mais próximo da ideia de campo de investigação, pesquisa e disciplina.

um cenário de ampla diversidade epistemológica e metodológica: "o objeto da leitura é heterogêneo ou pelo menos bipartido, no plano da apreensão e no plano do valor" (BARTHES; COMPAGNON, 1987, p. 187). Assim, conforme os autores, haveria um nível imediato de compreensão dos mecanismos do processo em si – do ato de ler ou do ato de consumir um produto cultural ou travar uma simples conversa – e o plano de análise da atribuição de significado dele decorrente. Isso vale para a leitura e para os processos comunicacionais, nos quais é possível também inserir o jornalismo.

A presente tese busca aproximar-se da reflexão a respeito das mudanças a que a leitura está sendo submetida, em meio à transição do papel para a tela, mas conduzirá o seu percurso investigativo em torno das questões relacionadas à leitura de textos jornalísticos, ou do que se vai denominar aqui de *leitura jornalística*. Se o amadurecimento da imprensa jornalística, na passagem do século 18 para o 19, ajudou a consolidar a leitura como um fenômeno de massas, agora, a imposição tecnológica e comportamental do suporte tela, nos primeiros anos do século 21, levou a leitura de textos jornalísticos – como de resto toda forma de leitura – a um novo e desafiador patamar. A história da leitura e a história do jornalismo possuem uma trajetória de confluências e condicionantes mútuas, em que o lento desenvolvimento dos suportes do escrito também cumpriu um papel de aproximação entre as duas atividades humanas.

Este estudo também se insere no panorama de investigações sobre as transformações contemporâneas vividas pelo jornalismo, buscando um caminho interdisciplinar de compreensão ligado ao comportamento do leitor. No fundo, pesquisar o destino da leitura de textos jornalísticos em telas também é investigar a natureza da mudança estrutural por que eventualmente passa o jornalismo, na medida em que toda a compreensão sobre a leitura é um esforço de entendimento sobre a percepção que os usuários têm do material escrito, no caso, o conteúdo jornalístico. Algumas questões profundas e instigantes inspiram a presente busca acadêmica. Muda a percepção que se tem do jornalismo porque a audiência o encontra, agora, em um novo e onipresente suporte, não mais no aparato do papel que consagrou o pacto de confiança entre o jornalismo e o seu público ao longo de suas sucessivas etapas de desenvolvimento? Se o novo suporte – seja a tela de um *desktop* ou de um telefone celular – instaura uma nova *prática de leitura*<sup>2</sup>, mais dispersiva, errante e

---

<sup>2</sup> Na concepção do autor, *práticas de leitura* podem ser entendidas como os modos de ler, desenvolvidos a partir de aptidões individuais ou absorvidos de padrões externos socialmente apreendidos. São protocolos cuja



simultaneamente conectada a outras forma de captura da atenção, pode-se ainda esperar que o leitor de notícias e reportagens mantenha uma relação com o jornalismo equivalente à que mantinha quando o que imperava era a leitura concentrada e silenciosa?

O ponto de partida da reflexão que será aqui desenvolvida está na concepção de que a leitura tem uma história de evolução, como atestam inúmeros trabalhos, sobretudo os do historiador cultural Roger Chartier. Quer dizer: há condicionantes contextuais e materiais que delineiam formas de ler, que se alteram com o passar dos tempos – lê-se **Odisseia**, hoje, de uma forma absolutamente distinta daquela que encantou os gregos, assim como o leitor urbano de um jornal impresso, na Paris dos primeiros anos do século 19, lia textos jornalísticos de uma maneira diferente daquela que envolve o leitor frenético diante da tela de um iPhone nos dias atuais. A ideia de que cada época tem a sua leitura, defendida em inúmeras argumentações de Chartier, serve como eixo para se pensar: afinal, qual é a leitura que caracteriza a época atual, marcada pela proliferação do suporte digital e pelo tipo de fruição dele derivada? Este tipo de ponderação ganha relevância na medida em que se constata que as modalidades digitais instauram uma prática de ler que provavelmente marcará aquilo que se reconhecerá como leitura no futuro (FISCHER, 2006).

Em Chartier (2002), está uma ideia que embasa o planejamento deste trabalho, desde que o mesmo ainda era uma proposta de projeto de doutoramento. Para o autor – um argumento detalhado no Capítulo 4, no qual a leitura e o leitor digital serão esmiuçados – a revolução do texto eletrônico desencadeia um impacto triplo. Seria, conforme ele, ao mesmo tempo, "[a] uma revolução da técnica de produção dos textos, [b] uma revolução do suporte do escrito e [c] uma revolução das práticas de leitura" (2002, p. 113). Os três planos criam o que ele entende configurar um novo "sistema de percepção e de manejo dos textos" (CHARTIER, 2002, p. 114), aplicado pelo autor à reflexão sobre o livro, mas que serve como ponto de partida para se pensar o destino de qualquer outro *tipo de texto*, na medida em que a troca de suporte não é neutra e desencadearia repercussão semelhante também em relação ao jornalismo.

Por óbvio, a leitura de textos jornalísticos, sejam curtos ou longos, notícias ou reportagens, também estaria submetida aos efeitos de uma transformação digital, guiada pelo mesmo impacto indicado por Chartier (1999 e 2002), portanto, passível de

---

caracterização tem natureza histórica: "todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura... [ainda que haja] leituras fora das normas, improváveis ou rebeldes" (CHARTIER, 2011, p. 20-21).

ser analisada pelos mesmos instrumentos metodológicos e teóricos de diversas frentes de compreensão da leitura. No caso, a vertente que será usada nesta tese será a Psicolinguística, um campo do conhecimento que se afirma desde a década de 1950 como uma alternativa capaz de amparar estudos sobre a leitura, dando conta da complexidade de elementos que ela mobiliza, sejam estes fatores processuais (internos) ou contextuais (externos).

Estruturada a partir da aproximação entre três disciplinas – a Psicologia, a Linguística e a Ciência da Informação – a Psicolinguística, conforme Leonor Scliar-Cabral (1991), ganhou corpo com o propósito de oferecer uma “explicação mais unitária sobre os processos envolvidos na recepção e produção das mensagens” (p. 8). Ou seja, um esforço de contato e troca entre disciplinas, que resultou em uma nova abordagem, com ramificações conceituais e distintos caminhos metodológicos. Scliar-Cabral (1991) também reforça que a nova ciência nasceu tendo como objetivo o estudo das circunstâncias de codificação (*output*) e decodificação (*input*), como se verá no Capítulo 3, e sempre se interessou por investigar como os processos ligados à linguagem, entre eles a leitura, mudam “de um estado para outro” (p. 15). O que se propõe, pois, é um projeto de investigação dedicado à análise evolutiva da comunicação linguística, cujo percurso resulta, ao fim, na incorporação do contexto da interação social e das práticas de uso, contornando os limites que os psicolinguistas enxergam em modelos – que consideram artificiais – de análise dos fenômenos da língua:

A Psicolinguística foi por nós concebida, desde o início, como um enfoque interdisciplinar, tendo por objeto o fenômeno total da comunicação (com tudo o que ela contém: a relação bilateral entre os participantes, o código – linguístico ou não linguístico –, as complexas determinantes sociais, as organizações estruturais dos signos, da mensagem, dos contextos nos quais circulam as mensagens, das pessoas humanas – os participantes em sua totalidade) (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 37-38).

Entre os modelos psicolinguísticos, os trabalhos de Kenneth Goodman (1991), Wilson Leffa (1996 e 1999), Isabel Solé (1998), Jocelyne Giasson (2000) e Frank Smith (2003) vão fornecer a base metodológica e teórica aplicada por esta tese à *leitura jornalística*. O conjunto dessas reflexões dará o aporte da aproximação psicolinguística pretendida. Fundamentalmente, será usado o perfil transacional de Goodman (1991), que corrobora outras perspectivas a partir da noção de *variáveis intervenientes na leitura*. Entre as variáveis mapeadas pelo autor, serão detalhadas e aplicadas [a] os *objetivos de leitura*, [b] os *conhecimentos prévios*, [c] os *tipos de texto* e [d] os *estilos*

*cognitivos do leitor*. O aprofundamento das variáveis, ainda no Capítulo 3, será conduzido com o objetivo de demonstrar que a linha psicolinguística oferece uma ferramenta abrangente de análise, pois proporciona um duplo e simultâneo olhar sobre os aspectos cognitivos e os aspectos textuais ligados à leitura – ambos em tensão evidente na transição do papel para a tela.

O desafio central desta tese, como movimento original que se espera de um processo de doutoramento, é organizar e aplicar um modelo psicolinguístico de análise à *leitura jornalística*. Para tanto, foi realizado um exercício de avaliação e compreensão de duas situações de leitura específicas, uma em papel e outra na tela de um *smartphone*, com o objetivo de traçar uma comparação e observar o modelo jornalístico-psicolinguístico em movimento. Duas reportagens longas, uma publicada no suporte papel, e outra no suporte digital, foram selecionadas para serem lidas por um mesmo leitor, escolhido como sujeito de análise do estudo. O perfil e a quantidade de leitores, com base em escolhas metodológicas e estatísticas, estão detalhados no Capítulo 6. Protocolos verbais e instrumentos de pesquisa serão desenvolvidos para servir como eixo da comparação e fornecer os elementos de distinção entre o que exatamente se transformaria, do ponto de vista psicolinguístico, quando a *leitura jornalística* se desloca do suporte tradicional, o papel, para um dos suportes digitais contemporâneos.

A tese será estruturada em cinco capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No Capítulo 2, será defendido o argumento de que a leitura tem uma história, portanto, um processo de evolução alicerçado em inúmeros fatores, como a troca de suporte, a mudança nos objetivos de leitura, a organização textual do material escrito, a função da leitura em sucessivas sociedades e o comportamento do leitor diante do texto. O título do capítulo – "História (possível) da leitura: os suportes" – contém o adjetivo *possível* justamente porque a narrativa historiográfica e o esforço de periodização partem do reconhecimento da dificuldade de se dizer como a leitura funciona – ou funcionou – em cada período, em decorrência da carência de vestígios observáveis. A espinha dorsal da história é a fornecida por Steven Fischer (2006). Embora o autor não tenha proposto um esquema por períodos, esta tese organiza as características de cada fase em uma alternativa de periodização, para tornar mais didática a apresentação. Alberto Manguel (1997), Chartier (1999 e 2002), Regina Zilberman (2001) e Darnton (2010) emprestam os elementos complementares para tratar a leitura como um fenômeno dinâmico, evolutivo, com caráter individual,

histórico e social. No Capítulo 2, em síntese, a leitura é vista a partir da sua história de evolução, cujo eixo se dá em torno dos suportes.

No Capítulo 3, pretende-se traçar um panorama teórico de algumas das principais perspectivas a respeito do funcionamento da leitura. Diante da diversidade de possibilidades e da própria polissemia que ronda o conceito de *leitura*, opta-se por organizar a apresentação por meio de quatro percursos: o discursivo (que reúne a vertente enunciativa), o funcionalista, o cognitivo e o neuronal. Estes são alguns caminhos de abordagem, elencados com o objetivo de preparar o terreno conceitual da Psicolinguística. Será um desvio argumentativo, mas na lógica da organização desta tese, o capítulo cumprirá um papel fundamental para posicionar a relevância e a efetividade do aparato psicolinguístico. Conforme já referido, os trabalhos de Goodman (1991), Leffa (1996 e 1999), Solé (1998) e Smith (2003) embasam a aproximação entre os conhecimentos psicolinguísticos e os estudos de jornalismo (comunicação) desenvolvidos neste trabalho. Como se verá, a Psicolinguística guarda uma pertinência com a Comunicação, pelo fato de que enxerga os fenômenos da linguagem de maneira processual e unitária, com as marcas das condições de uso e condicionantes contextuais. Assim, no Capítulo 3, a leitura é compreendida a partir de inúmeras teorias que a explicam.

O Capítulo 4 será dedicado a detalhar as características da leitura digital e do seu leitor. Fundamentalmente, a leitura digital é reconhecida como aquela que define o que a leitura será no futuro, como argumenta Fischer (2006), na medida em que se consolida como uma etapa da evolução tecnológica do suporte do escrito, com o decorrente impacto cultural e mental, se se reconhece a existência de reflexos perceptivos e cognitivos. O capítulo também vai inserir a ideia de *hipertexto* – a partir das formulações de Pierre Levy (1993) e George Landow (1995) – como uma metáfora pertinente para ilustrar a tendência à deriva e à conexão em ambientes digitais, além de reunir e resumir algumas pesquisas a respeito da leitura em telas. No mesmo capítulo, serão delineados os contornos da leitura de textos jornalísticos, como um exemplo dessa leitura que está em xeque em função das circunstâncias do consumo cultural em telas. O quarto capítulo reunirá, ainda, considerações sobre o *longform journalism* e os desafios da leitura de textos estendidos em ambientes digitais. No Capítulo 4, portanto, a leitura é vista por seu viés digital.

O modelo para análise psicolinguística da *leitura jornalística* será composto no Capítulo 5, como ponto de chegada da argumentação anterior. Trata-se de um

exercício teórico-metodológico, na medida em que proporrá um modelo versátil para analisar a leitura de produtos jornalísticos textuais. O esquema parte de variáveis recorrentes pensadas pela Psicolinguística, com uma camada de considerações jornalísticas que impactam no resultado da leitura. A idéia é construir um modelo que aproxime a abordagem psicolinguística de um viés de reflexão gestado pelo Jornalismo, cruzando, por meio das *variáveis intervenientes na leitura*, as noções das duas disciplinas numa só matriz estruturada. Kleiman (1989), Goodman (1991), Solé (1998) e Giasson (2000), principalmente, vão fornecer a base para desenhar o modelo. As noções de *leitor*, *texto* e *contexto*, da maneira como pensadas por Giasson (2000), serão os alicerces da construção e das adaptações para recepcionar as noções jornalísticas e linguísticas selecionadas, assim como a reflexão a respeito dos perfis de comportamento do leitor.

No quinto capítulo, também será ponderada a pertinência de se imaginar a especificidade da *leitura jornalística*, refletindo sobre os seus aspectos linguísticos e jornalísticos. Nos aspectos linguísticos, os trabalhos de Mayra Rodrigues Gomes (2000) e Alfredo Vizeu (2003) vão ajudar a pensar o jornalismo como *fato de língua*, portanto, sujeito a análises de natureza linguística, que cumpre a função de organizar discursivamente a realidade. O reconhecimento deste efeito/função (o da organização discursiva) do jornalismo opera-se, justamente, pela leitura. Daí a relevância de se pensar um modelo para a compreensão da *leitura jornalística*. Já os aspectos jornalísticos, que poderiam ser ponderados de inúmeras maneiras, diante da diversidade de caminhos teóricos disponíveis, serão sublinhados com o recurso ao pensamento de Jean Charron e Jean de Bonville (2016), que definem o jornalismo "como uma prática de comunicação que se materializa nos textos" (p. 185), a partir dos quais é ancorada a própria relação de finalidade dos enunciados para as audiências.

O desafio de propor, no Capítulo 5, um modelo psicolinguístico de análise da *leitura jornalística* será enfrentado, como já dito, com o lastro de fundamentos de natureza psicolinguística e jornalística. As ideias de *leitor*, *texto* e *contexto*, cerne da concepção de Giasson (2000), serão usadas para organizar três eixos verticais de inspiração psicolinguístico-jornalística: o *campo subjetivo*, o *campo textual* e o *campo contextual*, dentro dos quais determinadas variáveis serão agrupadas em *planos* determinantes do processamento da leitura. O propósito do modelo – cujo desenho configura o objetivo central desta tese – é fornecer uma ferramenta de análise capaz de ser aplicada em diversas situações de leitura, inclusive nas circunstâncias comparativas

produzidas por qualquer troca de suporte, que nunca é neutra, como observado em vários pontos desta argumentação.

Em meio à reflexão sobre as *variáveis intervenientes na leitura* na etapa de construção do modelo, será avaliada a questão do impacto do *viés de digitalidade* sobre a leitura. Tal efeito articula-se em duas circunstâncias. No momento em que se acopla a variável *estilo cognitivo do leitor*, em primeiro lugar, com as contribuições sobre o comportamento do leitor fornecidas por Lúcia Santaella (2004 e 2013) e, depois, na seção em que a variável *tipo de texto* será esmiuçada, sendo que todo um aparato de caracterização do digital será mobilizado. Os trabalhos de Jo Bardoel e Mark Deuze (2001), Javier Noci (2004), Ramón Salaverría (2004 e 2005), Santaella (2004), João Canavilhas (2007) e Canavilhas e outros (2014a) serão usados para incorporar a reflexão sobre o *ciberjornalismo* no delineamento das práticas de leitura do leitor contemporâneo.

Por fim, o Capítulo 6 será o momento em que o modelo de análise da *leitura jornalística* será testado, a partir de duas situações de leitura de textos estendidos, classificados como *longform journalism*. A escolha por este tipo de narrativa, para pensar o que muda na transição da leitura do suporte papel para o suporte tela, deve-se ao fato de a leitura concentrada ser desafiada pelo dispositivo digital. O objetivo não é esgotar a comparação entre os dois suportes, mas testar a aplicabilidade do modelo de análise, estruturado a partir de fundamentos psicolinguísticos e jornalísticos. Duas reportagens foram selecionadas para a observação, uma de uma revista em papel, piauí, e outra do projeto UOL TAB, lido em tela de celular.

Piauí tem como traço característico a aposta nas narrativas longas, com inspiração no jornalismo literário. Já o UOL TAB oferece narrativas multimídia. A análise se dará sobre duas reportagens a respeito de um mesmo tema, a crise que assola a Venezuela: a reportagem "O inferno de Maracaibo: A vida cotidiana em um país em ruínas", assinada pela repórter Paula Ramón e publicada na edição 152 da piauí, em maio de 2019, e o trabalho "Fuga para o Brasil: a crise da Venezuela explicada por imigrantes que tentam sobreviver em Roraima", de André Naddeo, publicado no UOL TAB de 29 de janeiro de 2018. Buscou-se dois trabalhos sobre o mesmo tema para tentar anular os efeitos, sobre a leitura, que poderiam ser provocados pela ação da variável interveniente *conhecimento prévio*. A partir da escolha das duas reportagens e da definição de uma amostra para o teste, composta por quatro sujeitos, 16 situações de leitura serão observadas para testar o modelo.

O roteiro da investigação será apresentado no Capítulo 6. Dois protocolos verbais (PV1 e PV2) e um teste de conhecimentos prévios (TCP) serão montados e aplicados nos sujeitos-participantes, com o intuito de recepcionar a base teórica do modelo. Além da base por ele fornecida, a análise também terá como eixo de condução categorias organizadas a partir de vetores, que esta tese chamará de *fatores de transformação*, pensados com o subsídio das elaborações de Chartier (1999), sobre as mudanças geradas pelo digital sobre a leitura. Os *fatores de transformação*, inspirados em Chartier (1999), são *tactilidade*, *cognitividade*, *identidade textual*, *recorrência* e *modalidade*. Há inúmeras possibilidades de se abordar o impacto do digital sobre a leitura, o *viés de digitalidade*. A aposta em Chartier (1999, 2002 e 2011) deve-se ao seu alcance de natureza cultural e complexa, como recomendado pela Comunicação.

Esta tese de Doutorado seguirá um caminho interdisciplinar. Segundo consta no site do Fórum da Interdisciplinaridade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a

pesquisa interdisciplinar (IDR) é um modo de fazer investigação, por grupos ou indivíduos, que integra informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas, conceitos e/ou teorias de duas ou mais disciplinas ou especialidades para avançar a compreensão ou resolver problemas cujas soluções estão além do escopo de uma única disciplina ou área de pesquisa (THE NATIONAL ACADEMIES, 2005, p. 2)<sup>3</sup>.

A ponte interdisciplinar será estabelecida entre Comunicação e Linguística, com a Comunicação aportando a compreensão sobre os processos ligados à estruturação de textos jornalísticos em ambientes digitais, e a Linguística proporcionando os mecanismos teóricos para entender a dinâmica da leitura em telas, principalmente no que diz respeito ao processamento cognitivo. O respaldo teórico da aproximação será o fornecido pela Psicolinguística, como já referido, na medida em que ela busca “espaço entre os estudos sobre a linguagem percebida pelo ângulo da cognição” (PEREIRA, 2010, p. 49), ou seja, por meio da compreensão do

---

<sup>3</sup> “Interdisciplinary research (IDR) is a mode of research by teams or individuals that integrates information, data, techniques, tools, perspectives, concepts, and/or theories from two or more disciplines or bodies of specialized knowledge to advance fundamental understanding or to solve problems whose solutions are beyond the scope of a single discipline or area of research practice”. (Original em inglês. Tradução disponível em: <http://www.pucrs.br/portal/?p=pesquisa/pesquisa-interdisciplinar>. Acesso em: 17 out. 2014.)

funcionamento cognitivo da linguagem, com uma capacidade consistente de debruçar-se sobre os fenômenos da comunicação.

O Centro de Referência para o Desenvolvimento da Linguagem (Celin), da PUCRS, realiza pesquisas que buscam compreender as transformações da leitura em um universo de transposição dos suportes, com um conjunto de preocupações que se aproximam, se olhadas mais detalhadamente, das que regem a variação do regime de leitura de um texto jornalístico longo, na plataforma tradicional do papel, para a existência digital do texto estendido do *longform journalism*. É neste universo de pesquisa, que flagra e reflete sobre um processo em andamento, que essa tese pretende se inserir.



## **2 HISTÓRIA (POSSÍVEL) DA LEITURA: OS SUPORTES**

Como argumenta Roger Chartier (2002), cada época tem a sua leitura. O presente capítulo tem como objetivo, então, delinear uma entre as possíveis histórias da evolução do fenômeno, apontando, de forma processual como recomenda a Psicolinguística, as principais transformações provocadas por mudanças no suporte dos textos verbais, nos objetivos de leitura e no comportamento do leitor diante do texto. Ou seja: apresentar algumas das sucessivas épocas da leitura na história da humanidade, a partir de uma linha argumentativa escolhida, entre tantas possibilidades. A espinha dorsal de uma história possível da leitura seguirá, principalmente, a argumentação de Steven Fischer (2006), que estrutura um determinado encadeamento de fatos, a partir das sucessivas trocas de suporte e das mudanças nas maneiras de ler, ao longo dos séculos. Muito embora o autor não tenha proposto um esquema por períodos, esta tese organiza as características de cada fase em uma proposta de periodização, cujo detalhamento ajuda a entender o pressuposto de evolução constante da leitura em bases processuais.

Alberto Manguel (1997), Roger Chartier (1999, 2002 e 2011) e Regina Zilberman (2001) fornecem, neste capítulo, os elementos complementares para ilustrar a ideia de que é possível, apesar das dificuldades, pensar a leitura como um fenômeno dinâmico, com um caráter histórico e social. Manguel (1997) acrescenta uma perspectiva produtiva, na medida em que tece a sua própria história individual<sup>4</sup> de relacionamento com a leitura, em meio a considerações mais abrangentes e coletivas. Antes de apresentar uma proposta de história, no entanto, é importante ressaltar as dificuldades de retratar um acontecimento que é íntimo e singular, como pondera Robert Darnton (2010), posto que ler deixa poucos vestígios exteriores passíveis de observação. Os obstáculos para pensar uma história da leitura, que abarque inclusive a ideia de mutação permanente, em função da mudança de comportamento do leitor e em razão das transformações delineadas pelo suporte – base desta tese, que pretende tratar de um modelo para análise da *leitura jornalística* –, não impede, no entanto, que seja feito um esforço de construção.

---

<sup>4</sup> Alberto Manguel trabalhou como secretário do argentino Jorge Luís Borges e lia para ele depois que o escritor perdeu a visão.

## 2.1 UMA DIFICULDADE DE CONSTRUÇÃO

Entre os limites para se construir uma história da leitura, está o fato de ela ser um processo íntimo, que ocorre na mente do leitor. Cria-se, assim, em função dessa característica praticamente incontornável, um certo mistério em torno dela, como argumenta Darnton (2010). A existência dessa barreira inicial para a investigação vale para textos verbais de qualquer tipo, sejam literários ou jornalísticos. O que o leitor realmente compreendeu do que leu? O que efetivamente aconteceu na sua mente durante a leitura? Tanto a tarefa de entender o fenômeno da produção de sentido, quanto o projeto de propor uma historiografia, poderiam ser facilitados se, ao pesquisador, fossem facultados vestígios das reações dos leitores diante do textos, por meio de pistas verbalizadas, registradas ou compartilhadas. No entanto, a realidade de pesquisa oferece o oposto: o que prevalece é a escassez<sup>5</sup> de sinais externos de um processo que é individual e particular. Portanto, a carência de registros analisáveis lança desafios à construção desta e de qualquer história.

Ainda que os textos escritos atravessem os tempos, e sobrevivam a diversas circunstâncias, há um certo consenso: a reação do leitor, ao entrar em contato com toda e qualquer forma de produção textual, transforma-se em decorrência de uma série de fatores. A leitura, como se verá, é uma habilidade humana não inata, que se desenvolveu por séculos. Ter lido **Odisseia**, de Homero, ou **Dom Quixote**, de Miguel de Cervantes, na época em que foram escritos não produz os mesmos efeitos que ler estes textos contemporaneamente. Há variâncias nas práticas e nas experiências de leitura, admitindo que evoluções tecnológicas, comportamentais e cognitivas alteraram, ao longo dos séculos, a forma como as pessoas leem e como elas se relacionam com a leitura. Darnton (2010) usa um argumento ilustrativo, aplicado a obras literárias do passado, mas é pertinente transpor a observação do pesquisador para qualquer circunstância textual, inclusive a jornalística: os textos podem transitar no tempo, até mesmo sem nenhuma alteração na sua organização interna – o que é praticamente impossível em função de mudanças nos suportes do escrito –, mas a

---

<sup>5</sup> Os ambientes digitais, pródigos em mecanismos de interação, estariam, em alguma medida, quebrando este traço de escassez de elementos de pesquisa, na medida em que os leitores ganharam espaços, como *blogs* de leitura, caixas de comentários e redes sociais digitais, para expressar parte da sua reação diante da leitura. Desta forma, podem explicitar a sua opinião e a sua reação sobre o que leram, o que tem o potencial de oferecer material para pesquisa posterior. Por outro lado, o processamento da leitura, a forma específica como a mente individual do leitor processa o texto, segue de difícil acesso a quem se dispõe ao estudo do fenômeno, até porque o que estes novos espaços digitais oferecem são a expressão intencional da reação diante da leitura, mas não necessariamente um retrato fiel do que realmente aconteceu na mente do leitor durante o processo.

relação atual com o texto não pode ser a mesma dos leitores do passado. Ou seja: "a leitura tem uma história" (DARNTON, 2010, p. 169).

Depois de ressaltar a dificuldade, o autor aponta duas rotas de pesquisa para a possibilidade de elaboração de uma historiografia do ato de ler: a construção de [a] uma história externa ou [b] uma história interna da leitura<sup>6</sup>. A externa ocorreria quando a leitura é estudada como um fenômeno social, a partir dos seus processos materiais, mais fácil de ser organizada, na medida em que partiria das evidências concretas e mensuráveis em relação ao "quem", "que", "onde" e "quando" da leitura. Tais circunstâncias poderiam trazer elementos para se estudar o que realmente importa: o "como" e o "por que" o leitor se entrega ao ato de ler. Mas o desafio maior de pesquisa estaria na segunda alternativa, ou seja, na construção de uma história interna da leitura, ou seja, da reação íntima do leitor, mais hermética em função da carência de elementos disponíveis, registros analisáveis, capazes de fazer girar uma chave produtiva de compreensão:

Os documentos raramente mostram os leitores em atividade, modelando sentido a partir dos textos, e os próprios documentos também são textos, o que requer interpretação. Poucos têm uma riqueza tal que possa fornecer um acesso, mesmo que indireto, aos elementos cognitivos e afetivos da leitura, e um ou outro caso excepcional talvez não seja suficiente para se reconstruir as dimensões internas dessa vivência (DARNTON, 2010, p. 171).

Darnton (2010) faz um apanhado de inúmeras tradições de pesquisa sobre a história da leitura, sobretudo na França, na Alemanha e na Inglaterra<sup>7</sup>. Um dos caminhos escolhidos pelos pioneiros foi procurar entender quem lia qual tipo de texto em determinada época, por meio de estudos macroanalíticos – alicerçados em uma espécie de história social quantitativa, baseada em séries estatísticas que mensuravam hábitos – e microanalíticos, mais detalhistas, focados no perfil do leitor. A segunda vertente teria a mesma limitação da macroanalítica: o embaraço para oferecer uma

---

<sup>6</sup> Roland Barthes e Antoine Compagnon (1987) apresentam uma dicotomia para caracterizar o objeto da leitura, que também pode ser usada para caracterizar os estudos de comunicação: [a] plano da apreensão (a história interna, associando o tópico ao argumento da historiografia) e [b] plano do valor (a história externa).

<sup>7</sup> Entre os exemplos citados por Darnton (2010), estão pesquisadores que se valeram de documentos a respeito do consumo de livros. Na França, uma tradição de história social quantitativa firmou-se, a partir dos trabalhos de Henri-Jean Martin, François Fruet, Robert Estivals e Frédéric Barbier, que mapearam hábitos de leitura, tendo como base os depósitos legais de direitos sobre os livros. O trabalho dos franceses remonta os hábitos desde o século 16. Já os alemães buscaram em séries estatísticas antigas os vestígios sobre o comportamento do leitor, valendo-se de catálogos das feiras do livro de Frankfurt e de Leipzig. O expoente dessa linha de investigação é Johann Goldfriedrich. Os registros de publicação também embasam a vertente inglesa de pesquisa, como a seguida por Henry Bennett, Walter Greg e Giles Barber, sendo que este último se debruçou sobre controles alfandegários.

possibilidade confortável para comparações e generalizações. Nenhuma das duas perspectivas proporcionou uma resposta segura, segundo Darnton (2010), para uma das perguntas mais desafiadoras quando se estuda o fenômeno do leitor: como reunir tudo dentro de uma lei geral da leitura?

Muito embora aponte o perigo inerente à fixação de modelos gerais, Darnton (2010, p. 179) refere o esforço de Rolf Engelsing, que propôs, em seus trabalhos, um esquema analítico. Conforme Engelsing, por volta de 1750, teria havido o que ele chama de uma *revolução da leitura*, marcada pela passagem da *leitura intensiva* – poucas e reiteradas obras – para a *leitura extensiva* – contínua e dispersante, ainda atual, em um certo sentido, pois, se tomada em suas características, seria muito próxima da ideia de como funciona a leitura digital contemporânea. Darnton (2010) vê problemas na formulação de Engelsing, apesar de ser um esquema sedutor de ruptura, com um "antes e depois", pois o desenvolvimento da leitura, segundo Darnton, não teria se dado em apenas uma direção, a da extensividade. Mesmo com alguma desconfiança no modelo, Darnton (2010) admite, no entanto, que o final do século 18 parece realmente ter testemunhado uma virada<sup>9</sup>, resultado do acúmulo de significativos avanços tecnológicos e sociais:

Momento em que passou a existir uma maior quantidade de material de leitura disponível para um público mais amplo, momento em que se pode ver o surgimento de uma massa de leitores que chegaria a proporções gigantescas no século 19, com o desenvolvimento do papel feito à máquina, os prelos movidos a vapor, o linotipo e a alfabetização praticamente universal. Todas essas transformações abriram novas possibilidades, não por diminuir a intensidade mas por aumentar a variedade (DARNTON, 2010, p. 180).

De qualquer maneira, os estudos de história da leitura, até aqui, a partir dos comentários críticos de Darnton (2010), parecem fornecer mais elementos sobre as bases institucionais da leitura, como se verá nas seções posteriores. O que significa

---

<sup>8</sup> Historiador considerado uma das principais referências em tentativas de fixar uma periodização analítica da leitura. Concentrou a sua pesquisa com moradores urbanos da cidade alemã de Bremen. Seu modelo de classificação por períodos é um dos mais utilizados quando se pensa em marcos para o fenômeno.

<sup>9</sup> Embora Robert Darnton seja contra a ideia de existência de uma revolução da leitura – no sentido de uma transformação abrupta, concentrada e radical –, o próprio autor corrobora a possibilidade de uma ruptura de dimensões históricas, citando outro pesquisador da história do livro, David Hall. Hall também detectou a existência de uma grande e profunda mudança, a partir de 1800, na Nova Inglaterra, nos EUA, com o aparecimento volumoso da leitura de jornais, cuja marca é a descartabilidade. Assim, Hall e Engelsing concordam, em um certo sentido, que aquela época assistiu a um fenômeno realmente transformador nos hábitos de leitura. Conforme Darnton (2010), ambos, Hall e Engelsing, chegaram a configurações interpretativas semelhantes, mesmo sem se conhecerem, analisando realidades distintas do mundo ocidental, o que sinaliza que efetivamente possa ter ocorrido uma mudança na natureza da leitura naquele período, entre as segundas metades dos séculos

dizer que, a partir da perspectiva da história cultural, pouco se avançou sobre o conhecimento do processo interno da leitura. O hiato vem sendo compensado, contemporaneamente, com o esforço de psicólogos, linguistas e neurocirurgiões, que se lançaram ao mapeamento do percurso do processamento cognitivo da leitura no cérebro humano, com o uso de potentes tecnologias e metodologias interdisciplinares<sup>10</sup>. Outras tradições de pesquisa, como a própria Psicolinguística, também buscam contornar a defasagem de compreensão. Darnton (2010) entende que a pesquisa precisa desvendar esta dimensão íntima, pois a leitura, antes de mais nada, é um fenômeno individual:

As diferenças parecem infinitas, pois a leitura não é simplesmente uma habilidade, e sim uma maneira de fazer sentido, que deve variar de cultura para cultura. Seria absurdo pretender encontrar uma fórmula capaz de explicar todas essas variações. Mas há de ser possível desenvolver uma forma de estudar as transformações na leitura dentro de nossa própria cultura (DARNTON, 2010, p. 184).

A ideia de que a leitura é uma experiência individual, única, é uma constatação de pesquisa que se encorpou aos poucos, a partir de vários matizes e tradições. Ganhou impulso com o desenvolvimento da investigação científica sobre o tema, na segunda metade do século 20 e início do século 21. No entanto, como exemplo de que essa concepção de singularidade não é tão nova assim, vale citar as considerações de Marcel Proust sobre o fenômeno do leitor, publicadas em 1905<sup>11</sup>. Em **Sobre a leitura**, Proust<sup>12</sup> faz um percurso sentimental, inicialmente associando as lembranças da infância a leituras que fazia – as quais devem "perdurar em cada um de nós como uma bênção" (PROUST, 2016, p.23). Depois, traça considerações muito pessoais. Por exemplo: associa a memória de leituras passadas ao ambiente em que estava lendo – ou seja, a leitura como ato físico, condicionada pelo "onde" de que fala Darnton (2010). Logo em seguida, o escritor francês chega a uma formulação instigante, que de alguma forma estaria presente em algumas das concepções posteriores sobre o que acontece quando um texto encontra um sujeito disposto a lê-lo: "o ato psicológico original chamado leitura" (PROUST, 2016, p. 23).

---

<sup>10</sup> Um indicativo desta linha de pesquisa será apresentado no capítulo seguinte, com o percurso neuronal, da forma como trabalhado por Stanislas Dehaene, em **Os neurônios da leitura**. Seus estudos buscam localizar o percurso do processamento cognitivo da leitura no cérebro humano.

<sup>11</sup> Escrito como prefácio ao livro **Sésane et les Lys**, de John Ruskin, em 1905.

<sup>12</sup> Ao comentar o texto de Marcel Proust, Barthes e Compagnon (1987) colocam-no ao lado do trabalho de Jean-Paul Sartre, **Que é a literatura?**, para indicar duas perspectivas de visualização para a leitura: uma mais social e política, a de Sartre, e outra mais individual e ética, a de Proust.

O que Proust está dizendo, ainda que não seja um investigador da leitura: algo particular, individual, íntimo – portanto "original", segundo as suas próprias palavras – ocorre na mente do leitor no processo de fruição leitora. Essa originalidade constitui um desafio importante a todo o empreendimento investigativo sobre o tema. Proust prossegue na digressão, apontando outro aspecto bastante produtivo para os estudos contemporâneos a respeito da leitura. Ele parte da ideia de que a leitura seria como uma espécie de conversa com sábios<sup>13</sup>, para argumentar que, na verdade, seria mais do que isso. Para Proust (2016), seria uma interlocução que temos, sim, com a sabedoria de outras pessoas, mas como estamos sozinhos, quando a leitura acontece, a interação de dá em outro plano, pois diante do texto, continuamos a "gozar da força intelectual de que usufruímos na solidão e que a conversa dissipa imediatamente, continuando a poder ser inspirados, a permanecer em pleno trabalho fecundo do Espírito sobre ele mesmo" (PROUST, 2016, p. 26).

O escritor francês sinaliza, então, a existência de um processo de deriva<sup>14</sup>, a partir do ponto de contato entre autor e leitor, por meio do texto. Onde o escritor parece ter colocado a sua "sabedoria" (p. 30), o texto, seria justamente o ponto de partida a partir do qual o leitor começaria a construir a sua própria base de conhecimento. A relação entre autor, leitor e texto compõe um sistema. Transpondo a ideia acima para a circunstância jornalística, é possível projetar que as palavras de Proust também indicam a existência de um movimento de deriva interpretativa e produção de sentido, conduzido pela audiência, a partir do ponto de contato com a apuração produzida por um jornalista. Esta inevitável posição ativa do leitor será explorada nos capítulos subsequentes, inclusive na formulação do modelo de *leitura jornalística*.

Voltando à problemática da história da leitura: Darnton (2010) reconhece as barreiras de construção, mas propõe cinco abordagens capazes de compensá-las. A primeira abordagem: [a] empreender estudos que busquem conhecer os ideais e os pressupostos da leitura no passado, para "desvendar algumas noções básicas sobre o

---

<sup>13</sup> A ideia é extraída por Proust (2016) do pensamento de René Descartes: "A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com as pessoas mais virtuosas dos séculos passados que foram seus autores" (p. 26).

<sup>14</sup> O conceito de *leitor-modelo*, visto como um componente central do modelo de leitura pensado por Umberto Eco, guarda relação com este caráter único da relação do leitor com cada tipo de texto e será detalhado no próximo capítulo, dentro da perspectiva semiótica das teorias da leitura, no espaço em que esta tese irá se dedicar a traçar um panorama de algumas das principais teorias da leitura. Ainda que a linha traçada por Eco não seja o eixo teórico do presente trabalho, ela é um importante subsídio para pensar a singularidade do encontro leitor-texto-autor (inclusive no jornalismo).

que as pessoas achavam que ocorria ao lerem" (p. 185). Seria um olhar geral em direção aos motivos pelos quais o leitor do passado lia, imaginando que também os *objetivos de leitura*<sup>15</sup> possuem uma trajetória de transformação. Como exemplo, o autor cita como a leitura espiritual, guiada pela motivação religiosa, aos poucos cedeu espaço para a consolidação da leitura instrumental, com objetivos práticos, ou da leitura por prazer, aquela proporcionada pela literatura de ficção.

A segunda e a terceira abordagens seriam focadas no leitor. A segunda: [b] estudar os modos como ocorre a aprendizagem da leitura. Já a terceira envolveria um esforço para [c] captar algo do significado da leitura para os poucos que deixaram registros e anotações a respeito da experiência de ler, o que é raro, mas promissor, do ponto de vista da compreensão do fenômeno. A quarta abordagem, proposta por Darnton (2010), empurra a perspectiva em direção à teoria literária, na medida em que defende que também o [d] estudo dos mecanismos da narrativa precisaria se aproximar dos historiadores do livro, pois ambos guardam uma sintonia em torno do funcionamento da leitura que tem, como foco principal, a reação do leitor. Nesta aproximação sugerida, enquanto a teoria literária forneceria elementos sobre "o leque de reações em potencial a um texto" (p. 195), a história pode indicar quais "as leituras que efetivamente ocorreram" (p. 195). Ou seja: uma junção que permitiria comparar o leitor implícito ao leitor efetivo<sup>16</sup>:

Toda narrativa pressupõe o leitor, e toda leitura começa a partir de um cerimonial inscrito dentro do texto. O texto pode ir contra si mesmo, e o leitor pode ir a contrapelo ou extrair um novo sentido das palavras familiares: daí as infinitas possibilidades de interpretação<sup>17</sup> que propõem os desconstrutivistas e as leituras originais que moldaram a história cultural (DARNTON, 2010, p. 195).

A quinta abordagem, proposta pelo autor, está baseada na [e] bibliografia analítica, ancorada em investigações como, por exemplo, a relação entre tipografia e sentido, as quais mostram aquilo que a disposição gráfica dos elementos textuais e visuais na página revela sobre como as obras eram lidas. Para o autor, "todos os textos

---

<sup>15</sup> Os *objetivos de leitura* são uma das *variáveis intervenientes da leitura* que incidem no processamento, de acordo com o modelo psicolinguístico, que será esboçado na presente tese, para aplicação em textos jornalísticos.

<sup>16</sup> Também no jornalismo é possível projetar a existência de uma diferença entre o leitor implícito e o leitor efetivo de um texto, ou seja, entre o leitor previsto para o texto e aquele efetivamente irá lê-lo. A fundamentação teórica do Capítulo 3 deixará esta distinção mais clara.

<sup>17</sup> Umberto Eco (2018) lembra que nem todas as interpretações estão autorizadas, apesar da liberdade do leitor diante do texto, porque as interpretações não previstas ou não autorizadas pelo texto carecem de fundamento, são, na expressão do semiólogo italiano, *aberrantes*.

têm propriedades tipográficas que guiam a reação do leitor" (DARNTON, 2010, p. 196). Expandindo esta abordagem para uma reflexão contemporânea sobre a materialidade do escrito, é possível imaginar que a transição de suporte, do papel para a tela, também desloca as reações do leitor no tocante às propriedades visuais. Independentemente de qual das cinco abordagens citadas seguir, o fato é que a leitura tem uma história, e os esquemas interpretativos sobre o seu significado, ao longo do tempo, também são configurações culturais:

Ainda que os leitores e os textos tenham variado de acordo com circunstâncias sociais e tecnológicas, a história da leitura não deve ser reduzida a uma cronologia dessas variações. Deve ultrapassá-las, para enfrentar o elemento de relação que se encontra no núcleo da questão: como leitores mutáveis interpretam textos variáveis? (DARNTON, 2010, p. 201).

Destacadas algumas dificuldades para se traçar uma evolução histórica do fenômeno, deve-se reconhecer a necessidade de fazê-lo, mesmo diante da limitação, já que se assume neste trabalho a perspectiva de que a leitura está em permanente mutação. Se se quer pensar o impacto destas variâncias sobre a *leitura jornalística* em telas, um suporte cujas propriedades reconfiguram as *variáveis intervenientes na leitura*, é importante cogitar como alguns elementos cruciais foram se alterando como o passar do tempo.

## 2.2 UM ESBOÇO DE EVOLUÇÃO

Apesar dos desafios, alguns autores sistematizaram uma história da leitura a partir das transformações observadas e registradas, ao longo do tempo, no [a] comportamento do leitor, na [b] evolução tecnológica dos suportes, no [c] tipo de texto que circulava e na [d] função que a prática de ler desempenhava nas sociedades. É o que faz Fischer (2006), ao apresentar um retrato desta evolução, indicando detalhadamente como a leitura foi se desenvolvendo a ponto de se tornar um dos fatos distintivos da humanidade. Cada época e lugar acrescentou um aspecto diverso, até que a leitura tomasse a forma moderna. Fischer (2006) não chega a estabelecer uma periodização, nem a apresentar uma nomenclatura classificatória, mas reagrupar a sua proposta de história em algumas fases, ainda que sem repetir o nível de detalhamento apresentado pelo autor na obra de referência, permite vislumbrar a profunda mutação do fenômeno do leitor e também serve como argumento para sustentar a necessidade de enxergar a leitura como algo processual que se transforma como uma habilidade humana não inata.



Esta tese irá propor uma divisão por períodos<sup>18</sup>, a título de conduzir uma apresentação didática. A primeira fase pode ser denominada de [a] *nascimento* e engloba o período em que a leitura passa a existir em cumplicidade com a escrita. Fischer (2006) entende que a escrita nasceu para cumprir um papel de "testemunha imortal" do conhecimento, dos fatos registráveis, das histórias dos povos responsáveis pela sua invenção, mesmo quando ela ainda não tinha alcançado o aspecto verbal, ou seja, quando ainda estava na sua fase embrionária, pictórica. Foram os sumérios<sup>19</sup>, povo que habitava o sul da região da Mesopotâmia, que atribuíram pela primeira vez um aspecto fonográfico à escrita pictórica, completando o processo de invenção da escrita. "A leitura em sua forma verdadeira surgiu quando se começou a interpretar um sinal pelo seu valor sonoro isoladamente em um sistema padronizado de sinais limitados" (FISCHER, 2006, p. 15). Ou seja, só se pode falar em escrita – e na conseqüente e simultânea habilidade de leitura – quando o processo tem como fundamento [a] a comunicação, [b] no momento em que se valeu de sinais gráficos aplicados sobre superfícies duráveis e [c] estabelece conexão com um determinado discurso articulado.

Importante notar que, neste período inicial de desenvolvimento da escrita-leitura, há uma vinculação do ato de ler com determinadas funções sociais bem definidas. Nos primórdios, Fischer (2006) lembra que a expansão e a organização das cidades-Estado da Mesopotâmia tornou as relações mais complexas. Em consequência, a documentação passou a exigir uma existência escrita, mas com a finalidade da leitura oral posterior, o que poderia facilitar a transmissão e o cumprimento de ordens, por exemplo. A leitura ainda não havia conquistado um valor em si, pois "durante a maior parte da história escrita, ler denotava falar" (p. 9). Havia ali, em decorrência do próprio amadurecimento das relações políticas, administrativas e sociais daqueles povos, um processo incipiente de classificação da realidade, algo que nunca mais se dissociaria da lista de atribuições da escrita-leitura. Ele chama este tipo de leitura de "leitura atuarial" (p. 19), necessariamente burocrática, em uma época em que os relatos narrativos tradicionais permaneciam circunscritos à transmissão oral.

---

<sup>18</sup> A divisão é propositiva, com o intuito de organizar a apresentação das fases de maneira cronológica, apontando as alterações estruturais.

<sup>19</sup> Conforme Fischer (2006), o processo teria sido concluído na Mesopotâmia entre 6 mil e 5,7 mil anos a. C, fechando as três condicionantes do que o autor considera a base para a escrita-leitura completa: "ter por objetivo a comunicação; consistir em sinais gráficos artificiais sobre uma superfície durável ou eletrônica; e empregar sinais que se relacionem convencionalmente ao discurso articulado (a organização sistemática de sons vocais significativos) ou à programação eletrônica de modo que efetive a comunicação" (p. 14).

O primeiro suporte do escrito foi a tabuleta de argila. Ou seja, como lembra Fischer (2006), ler dava trabalho, era pesado, esgotava o usuário pelo esforço do manuseio de um aparato em nada ergonômico. Nada parecido com a ideia de conforto que se assentaria séculos adiante. Tudo era desconfortável, quase inimaginável diante das noções modernas de fruição, por lazer ou prazer, proporcionadas pelos objetos contemporâneos em papel ou tela. Também a extensão do texto produzido por aqueles povos dependia do formato e das dimensões da tabuleta. Desde o início, o aspecto físico guardava relação com o uso da leitura naquelas sociedades e, de uma certa maneira, condicionava o fenômeno a determinadas circunstâncias. Respeitando as devidas proporções, pensar na forma como o suporte argila limitava a leitura oferece um paralelo para se entender todas as demais evoluções materiais das superfícies da escrita: há uma economia e uma ergonomia do ato leitor sobre as quais incide a tecnologia, condicionando permanentemente o sistema de leitura.

Ainda assim, ler era aristocrático, e escrever, uma atividade majoritariamente ligada ao registro burocrático e à organização da vida cotidiana. Nestas sociedades antigas, exigia-se veracidade do escriba, pois a palavra escrita também era a palavra falada. O Código de Hamurabi<sup>20</sup> é exemplo desse compromisso, pois condenava à morte quem prestasse falso testemunho. Havia censura e reescrita motivada por inúmeros fatores, sagrados ou profanos, justamente para manter a credibilidade do escrito. No Egito, a leitura também se expandiu, a partir de uma dupla oralidade: a escrita considerada o discurso visível, e a leitura realizada em voz alta. Para os egípcios, a leitura era "o testemunho oficial de um meio oral" (p. 26), exatamente como na Mesopotâmia.

Fischer (2006) destaca que a palavra escrita era apenas um meio, socialmente aceito, de transmitir, não tinha um fim em si mesma. "A mensagem *verdadeira* não está na tabuleta cuneiforme ou na carta em papiro, mas na transmissão oral final: ou seja, ela reside no escriba que lê a mensagem em voz alta para o destinatário" (p. 27). Até o século 4 a.C, foi assim: a leitura permaneceu passiva (para consulta burocrática e atuarial), sem depender de um leitor analista, que age como intérprete ativo sobre o texto. Servia, basicamente, para ajudar as pessoas a recordar. Lendas, mitos, feitiços, cânticos eram reservados à tradição e à habilidade orais. Na medida em que

---

<sup>20</sup> Documento datado do século 18 a.C, que reúne um conjunto de leis editadas pelo rei Hamurabi, na Mesopotâmia. Foi entalhado com um tipo de escrita então em desenvolvimento e espalhado por pontos do território para que houvesse conhecimento coletivo das regras de conduta. Desconhecer a sua existência ou a essência das normas nele previstas não evitava as punições prescritas, a maioria delas pela pena de morte.

aperfeiçoou a habilidade de escrever e ler, a humanidade teria perdido, já naqueles primeiros momentos, a capacidade oral de contar histórias e lembrar. Haveria uma relação indissociável entre leitura e memória<sup>21</sup>, desde os primeiros passos da humanidade, no desenvolvimento da linguagem:

Favorecendo a memorização visual, a leitura possibilitou a memorização de estruturas de ordem mais elevada e tornou possível o surgimento de recursos ou técnicas inovadores de classificação (como listas alfabéticas e referências de acrofonia) que estimulavam a recuperação mental de informações (FISCHER, 2006, p. 39).

A relação entre escrita, leitura e memória sempre estruturou o processo de ler, independente das transformações verificadas ao longo deste processo evolutivo. Sabe-se, hoje, a função que os mecanismos da memória – como a memória de curto prazo (operacional) e a de longo prazo (recursiva) – desempenham no processamento cognitivo da leitura, como se verá adiante, mas a escrita-leitura também manteve uma relação externa, de registro e retenção dos acontecimentos cotidianos. Manguel (1997) sublinha esta função já nos primórdios da pré-história do livro na Babilônia, ao dizer que a escrita nasce para ajudar a sociedade como uma manifestação de "vitória contra o esquecimento". Tal característica passaria a ser imanente ao fenômeno do leitor, associando-se inclusive ao objeto analisado neste trabalho, a *leitura jornalística*:

De repente, algo intangível – um número, uma notícia, um pensamento, uma ordem – podia ser obtido sem a presença física do mensageiro; magicamente, podia ser imaginado, anotado, passado adiante através do tempo e do espaço. Desde os primeiros vestígios da civilização pré-histórica, a sociedade humana tinha tentado superar os obstáculos da geografia, o caráter final da morte, a erosão do esquecimento (MANGUEL, 1997, p. 207).

Uma segunda fase da narrativa historiográfica de Fischer poderia ser denominada de [b] *disseminação*, a partir da revolução proporcionada pelo aparecimento do papiro. Fischer (2006) se refere ao período como sendo a época da “fala do papiro”, porque o novo suporte<sup>22</sup> até facilitou o manuseio do material escrito, mas os textos que passaram a circular com mais intensidade pelas regiões em que a leitura se consolidava, ao sul e ao norte do Mar Mediterrâneo, ainda eram produzidos

---

<sup>21</sup> A relação entre leitura e memória já está esboçada, por exemplo, em Platão, no **Fedro**, como será mostrado mais adiante, neste capítulo.

<sup>22</sup> A tecnologia do papiro foi consolidada por volta de 2.300 a.C pelos egípcios (ZILBERMAN, 2001). Base material da produção de conhecimento em uma época de evolução da leitura, em torno do material desenvolveu-se uma verdadeira economia de produção, que alçou o Egito a centro estratégico do mundo então conhecido. O próprio investimento posterior em alternativas ao papiro foi uma resposta à concentração da produção nas mãos dos egípcios (FISCHER, 2006). O papiro original era produzido a partir de fibras localizadas no caule de uma planta de mesmo nome, dispostas vertical e horizontalmente e depois prensadas para serem secas.

basicamente para serem falados. Na Grécia e na Roma antigas, a escrita estava se generalizando, porém sem perder o seu caráter elitizado, lembrando que o "seu uso cotidiano ainda permanecia dominado pela palavra *falada*<sup>23</sup>. Eles ditavam cartas, escutavam declamações, ouviam notícias, participavam das leituras de literatura e cartas de seus escravos" (FISCHER, 2006, p. 41).

A proliferação do uso do papiro colaborou para o desenvolvimento de uma verdadeira economia do material, sobretudo no Egito, para abastecer a produção escrita na Grécia e em Roma. Já havia literatura em tabuletas de cera e argila, mas foi a partir do papiro que floresceu a produção de escritos e a leitura na região. Do ponto de vista tecnológico, o papiro não permitia uma leitura amigável de obras extensas, pois precisava ser enrolado e desenrolado para ser lido – seja horizontal ou verticalmente, dependendo da região –, o que dificultava, por exemplo, a localização específica de um determinado ponto do conteúdo a ser lido. Assim, para compensar a limitação, as obras eram fragmentadas em mais de um rolo. Para se ter uma ideia, a **Ilíada**, de Homero, exigia 24 rolos separados, só posteriormente reunidos em um único volume. Guardadas as proporções, é interessante estabelecer um paralelo do papiro com o *scroll* (rolagem) das telas, um dos traços distintivos da leitura contemporânea. Fischer (2006) lembra que a leitura do papiro se dava por quadros sequenciais, muito próximo do que ocorre hoje em uma tela de computador, tablet ou celular. Havia obstáculos, muito embora facilitasse a leitura sequencial, pertinente à leitura oral tão comum na época.

É na fase do papiro que se desenvolve a leitura grega. Os gregos leem desde aproximadamente 2000 a.C. Embora se associe à cultura grega o aperfeiçoamento da cultura ocidental, ela ainda estava vinculada à comunicação falada, à oratória e à retórica persuasiva. Um exemplo da ligação entre ler e falar à época: em grego, *anagignósco* significa, ao mesmo tempo, *eu leio*, *eu reconheço* e *eu leio em voz alta*. Apesar deste aspecto oral, aos poucos a leitura começa a sua trajetória de afastamento em relação a esta dimensão articulada, algo que ainda levaria muitos anos para se consolidar. O surgimento da narrativa histórica e da obra de ficção – ou seja, o *tipo de texto*<sup>24</sup> em jogo no processamento da leitura – sinalizou uma mudança fundamental e gradual de paradigma. Por volta de 700 a.C., com o início de sua popularização, a leitura passa a ser objeto de um outro tipo de reconhecimento, pois a naquele momento

---

<sup>23</sup> Grifo do autor.

<sup>24</sup> É *variável interveniente na leitura*, como será explicado mais adiante, a partir dos modelos psicolinguísticos.

a "escrita permitia a complementação e a retenção de textos em um grau que a oralidade jamais conseguiria alcançar" (FISCHER, 2006, p. 47). De novo, uma associação com a ideia de luta contra o esquecimento, conforme citado por Manguel (1997).

Com Platão (427-347 a.C.), o idioma grego avança a ponto de consolidar o poder de formular ideias abstratas, que já ocorria antes, mas os diálogos do filósofo expressam o desenvolvimento da capacidade de reflexão, até mesmo sobre os significados da leitura. Em **Fedro**, por exemplo, Platão usa a figura de outro filósofo, Sócrates, para censurar um jovem por ter memorizado o conteúdo de um texto sobre o amor, escrito pelo sábio Lísias. Para Sócrates, a verdade não estaria na capacidade de memorização, mas na leitura oral como um vertente exclusiva da interpretação. Portanto, o esforço de memorização de Fedro teria sido em vão, pois, na concepção platônica, apenas a voz poderia transmitir o conhecimento da forma correta, ou seja, a oralidade triunfava por conta do seu potencial de interpretação unidimensional. Tal noção já estava em xeque na sociedade grega. Não é gratuito que tenha sido objeto de um diálogo de Platão. Neste sentido, a visão do filósofo ainda depreciava a escrita e a leitura como fundamentos da intelectualidade e da produção do conhecimento. Apenas aos poucos, essa percepção negativa seria substituída, com a escalada do leitor interpretativo, por uma nova perspectiva, revigorada, multidimensional.

Zilberman (2001) chama a atenção para este mesmo texto de Platão, atribuindo-lhe um significado semelhante ao de outro texto relevante na história da literatura, escrito muitos anos depois, o **Dom Quixote**, de Miguel de Cervantes. Vale destacar este aspecto comparativo que, de alguma forma, aproxima essas duas obras pelo tom crítico à leitura nas duas épocas, ainda que separadas por séculos, pois, conforme a autora, "a noção de que a leitura prejudica acompanha sua história (*a da leitura*)" (ZILBERMAN, 2001, p, 27). Ou seja, apesar do seu potencial de libertação e condução à autonomia intelectual, em vários momentos da sua história, a leitura é vista com desconfiança, seja por tensionar as formas de poder, seja por materializar mudanças culturais, ou até mesmo como um forma de suspeita diante da sua própria transformação<sup>25</sup>. A autora destaca, na obra de Cervantes, o personagem que enlouquece pela leitura. Os dois retratos, segundo Zilberman (2001), mostram a leitura conduzindo a um saber "artificial e indesejado" (p, 23), arquitetados por Platão e

---

<sup>25</sup> Algo dessa incerteza é percebido em reflexões a respeito da leitura digital, principalmente quando ela é vista como se representasse um declínio ou uma degradação das supostas virtudes da leitura impressa.

Cervantes, como crítica e reação a fenômenos profundos das épocas em que viveram. No caso de Cervantes, porque o livro estava se difundindo como produto cultural, adquirindo um novo *status* nas sociedades entre os leitores. Já o diálogo platônico flagra o momento em que a escrita se converte em uma forma de fixação da tradição, corroendo o seu caráter religioso anterior.

A crítica de Platão não deixa de ser, também, o registro da reformulação em curso. Na passagem dos séculos 5 para 4 a.C, ocorre o início do processo de afirmação da tradição escrita, muito embora sem que a sociedades perdessem o vínculo com a tradição oral. A escrita começou a ser usada para registrar e difundir o conhecimento, o que teve impacto sobre a leitura, que passa a ser objeto de interpretações criativas, livres, algo que iria se consolidar com a leitura silenciosa, alguns séculos mais adiante, mas que já estava presente ali, nos escritos gregos, em seu potencial de libertação. A leitura, assim, aproxima-se lentamente da sua concepção cultural, que lhe dá sentido até hoje: usada para "compreender, obter conhecimento e, depois, criar algo com base no texto escrito" (FISCHER, 2006, p. 49). Com o apoio material do papiro produzido no Egito, a escrita e a leitura se desenvolvem exponencialmente, com a transmissão oral do conhecimento social perdendo lugar e relevância (nunca completamente) para a possibilidade de transmissão escrita. Autonomizada, correia de transmissão da informação, das interpretações cotidianas e das criações humanas, inclusive como um dos fundamentos da produção artística, a leitura interpenetra o processo de desenvolvimento da sociedade grega, retroalimentando-o, o que significa incidir sobre a própria concepção do que se entende por cultura ocidental, dada a dimensão da influência helênica sobre o restante do mundo desde então:

Ao contrário do que alguns historiadores têm afirmado, a leitura não ofereceu a democracia, a ciência teórica ou a lógica formal aos gregos. Isto é, a leitura *per se* não modificou o modo de pensar das pessoas. Na realidade, o que ela fez foi incentivar mais pessoas a escrever sobre o que pensavam. E forneceu a oportunidade para que essas e outras predisposições similares criassem raiz e florescessem (FISCHER, 2006, p. 55).

Desta forma, percebe-se que a leitura paulatinamente acumulou outros significados, com sentidos que atravessam os tempos e permanecem presentes até mesmo na contemporaneidade. Ou seja: não é imutável, estanque, refratária. Estas camadas de utilidade e práticas foram aperfeiçoadas em vários pontos do mundo e em diferentes sociedades, em um fenômeno multifacetado e retroalimentado. Conforme Fischer (2006, p. 56), os judeus, por exemplo, introduziram a santificação da escrita e de sua matéria física, do seu suporte, conferindo à leitura uma dimensão nova: litúrgica

e de compreensão do divino. A evolução, até que este aspecto religioso fosse valorizado pela cultura judaica, foi processual, lembrando que os judeus, assim como os gregos e os romanos, também passaram pelas fases da leitura funcional, burocrática e administrativa.

Antes dos judeus, os babilônicos já haviam se interessado por relatos mágicos, portanto, de alguma forma transcendentais. A leitura e o debate se aliaram para cumprir o papel de elementos essenciais da compreensão sobre o divino, o que era, na época, um conceito novo, que também iria inspirar gregos e romanos cristãos, "cujas liturgias difundiram a prática, bem como a nova dimensão da palavra escrita, por todo mundo ocidental" (FISCHER, 2006, p. 58). O que se percebe, então, é um entrelaçamento de influências entre regiões e culturas. Os talmudistas<sup>26</sup> inauguram uma perspectiva que iria se consagrar, no Ocidente, apenas com o Renascimento, o da revelação infinita pela leitura, algo que sempre pode ser aprendido à medida que a sociedade se transforma: "Em outras palavras, um texto pode ser duas coisas ao mesmo tempo: original (oficial) e sua interpretação (criativo), e este infinitamente complementa e perpetua aquele" (FISCHER, 2006, p. 60).

O próprio movimento físico, ergonômico, da leitura possui um processo de evolução em parte atrelado ao suporte do escrito. É inegável que, da tabuleta de argila ao papiro, passando pelo pergaminho, até a chegada do papel, a funcionalidade também tem como marca o fato de ser dinâmica, quer dizer, sujeita à evolução. Trata-se de um aperfeiçoamento criativo, testemunhado nesta época histórica de disseminação da leitura, o que significa que, também neste aspecto, as atuais transformações provocadas pela transição do papel para a tela, mais de vinte séculos depois, não são uma novidade na história do homem. Fischer (2006) traz como exemplo a diferença entre a leitura do papiro romano e do papiro grego (p. 62). A leitura em Roma era perpendicular, o contrário do papiro grego, que se direcionava para baixo em linhas contínuas. Os gregos seguravam o papiro com uma mão sobre a outra. Os romanos, com os rolos na lateral. A pontuação também foi uma invenção humana para facilitar a leitura, que se consolidou com o amadurecimento da escrita, na transição da retórica para outros apelos funcionais do texto. Vale lembrar que

---

<sup>26</sup> Estudiosos do Talmude, texto sagrado complementar à Torá da religião judaica. Como exemplo da associação sagrada ao ato de ler, os talmudistas entendiam que das escrituras emanavam interpretações reveladoras dos significados mais profundos da existência humana. Conforme Fischer (2006), os talmudistas liam incessantemente os textos religiosos, tornando a tarefa um propósito de vida, já que o Talmude reunia a lei moral e as tradições do judaísmo.

"atualmente, a pontuação é vinculada sobretudo ao significado e não ao som, o que demonstra o resultado da transformação da leitura oral em silenciosa" (FISCHER, 2006, p. 63).

Uma terceira fase da historiografia de Fischer pode ser denominada de [c] *popularização*, uma das mais longas desta história possível, iniciando em Roma e atravessando praticamente toda a Idade Média. Não é, ainda, a massificação que viria apenas com a era moderna, mas o começo da trajetória de deselitização. No início do período, a própria letra manuscrita romana contribuiu para que escrever deixasse de ser um privilégio. Roma, em função deste processo, se tornou o primeiro "Império da Leitura", com a prática sendo disseminada – e mais, exigida em várias circunstâncias da vida pública –, ainda que carregada de uma função retórica muito comum naqueles tempos de prevalência da oralidade. Autores oradores como Cícero (106-43 a.C.), no entanto, começam a valorizar o aspecto mnemônico, portanto silencioso, da leitura, argumentando que ver um texto era mais produtivo do que ouvir. A visão de Cícero contrariava a noção predominante em Roma, embora possa ser interpretada como passo preliminar em direção à leitura silenciosa e ao uso da escrita e da leitura como extensão da memória. Em Roma, a leitura acontecia em voz alta. Solidificou-se, então, a relação do texto com o leitor, que ainda não é um receptor moderno e ativo da leitura, mas um mero transmissor do material escrito e lido.

A próxima grande revolução da época de popularização da leitura guarda relação com a praticidade e a portabilidade do suporte leitor, algo que também permanece como tendência a condicionar a leitura contemporânea. As tabuletas de argila cabiam na palma da mão, e os rolos de papiro, apesar de volumosos, eram relativamente portáteis. "Ambos os materiais atenderam às necessidades dos leitores durante milhares de anos – quase perfeitamente ajustados, de fato, às respectivas exigências da sociedade" (FISCHER, 2006, p. 76). Ou seja, na visão de Fischer, é possível dizer que há correlação entre avanços tecnológicos e necessidades sociais. Foi então que se deu um grande salto, com uma invenção que iria tornar ainda mais leve e prático o suporte da leitura, contribuindo para facilitar [a] o aparecimento de autores, [b] a produção de obras e [c] a multiplicação dos lugares de leitura. O governante grego Eumenes II (que governou o centro cultural de Pérgamo, entre 197-158 a.C), diante da dificuldade de acesso ao fornecimento de papiro, a partir do Egito, e movido pelo desejo de organizar uma biblioteca que rivalizasse com a de Alexandria, encomendou



aos seus cientistas o desenvolvimento de um material alternativo, que viria a ser o pergaminho.

Concebido a partir da pele de ovelhas e cabritos, o pergaminho empreendeu uma jornada como material alternativo ao papiro. Como sempre acontece nos momentos de transição tecnológica, não houve a mera substituição de um pelo outro: transcorreu um período natural de convivência, como é possível observar nos casos de invenção tecnológica dos modernos séculos 20 e 21. O pergaminho não tardou a "concorrer com o rolo de papiro por oferecer custo relativamente baixo, facilidade de produção, maior retorno sobre o investimento e facilidade de leitura" (p. 77). Mais adiante, entre os séculos 2 e 3, a criação do códice agrupou o pergaminho em folhas, libertando a leitura do manuseio de rolos e proporcionando um período de expansão que atravessaria a Idade Média, a Era do Pergaminho. O novo suporte dominou enquanto foi suficiente como material de escrita, em função da demanda. O uso crescente do pergaminho acompanhou o crescimento do Cristianismo, uma fé lastreada pela leitura. O novo formato expandiu o potencial autoral, com impacto sobre a produção cultural do Ocidente. Nasceu o que posteriormente seria enquadrado por estudiosos no conceito de *totalidade acessível*, ou seja, a obra escrita poderia ser acessada facilmente a partir de qualquer ponto, o que facilita o contato do leitor com a integralidade do texto:

Não sendo um rolo, o códice permitia fácil acesso a qualquer trecho do texto para consulta. Tinha também quatro margens (em cima, em baixo, à esquerda e a direita), nas quais o leitor podia inserir glossários, anotações e comentários, de modo que aproximasse o leitor do material escrito. O formato do códice também estimulou inovações na organização da literatura: os capítulos passaram a conter subdivisões de uma obra, e coleções de textos denominadas antologias eram compostas por diversas obras dentro de uma só capa. A obra completa era um corpo compacto de informações, deixando para trás o desfazer sequencial de rolos de papiro conectados entre si. O leitor dispunha assim de uma totalidade imediatamente acessível. Desde então, essa percepção modificada da literatura foi preponderante (somente hoje o *enrolar*<sup>27</sup> retorna, ao modo grego – de cima para baixo –, uma vez que a tela do computador altera as percepções modernas referentes à leitura) (FISCHER, 2006, p. 79).

Manguel (1997) corrobora a percepção de que se estava diante de um avanço expressivo, pois os rolos eram uma superfície limitada, que impunha uma dificuldade à continuidade da leitura, parecida com a oferecida pelas atuais telas de computador e *smartphones*, nas quais os trechos do material escrito a ser lido são revelados apenas

---

<sup>27</sup> Grifo do autor.

à medida que rolamos o texto para cima ou para baixo. Conforme o autor, o efeito proporcionado pelo códice era distinto, pois inaugurou uma nova forma de percurso, por saltos, que teria um alcance profundo na maneira de o leitor relacionar-se com a leitura: "permitia que o leitor pulasse rapidamente para as outras páginas e assim retivesse um sentimento da totalidade – sentimento composto pelo fato de que em geral o texto inteiro permanecia nas mãos dele durante toda a leitura" (MANGUEL, 1997, p. 151). Tal facilidade tecnológica teve desdobramentos na capacidade de leitura e na melhoria das condições para a leitura reflexiva.

Ainda na Idade Média, a leitura em voz alta cumpria uma função crucial para disseminar conhecimentos e espalhar a fé. Também era uma modalidade de ler que facilitava o acesso ao conteúdo escrito em uma época de carências, censuras e impossibilidades. Nas cortes, nas casas e até mesmo nos mosteiros, livros eram lidos em voz alta como instrução e entretenimento, oferecendo um tipo de conexão similar ao que, muito mais adiante, seria ofertado pelo rádio e pela televisão. Conforme Manguel (1997) alerta, "as pessoas que queriam familiarizar-se com determinado livro ou autor tinham amiúde mais chance de ouvir o texto recitado ou lido em voz alta do que segurar o precioso volume nas mãos" (p.138). Não se pode esquecer que ouvir um texto não é o mesmo que lê-lo. Para Manguel (1997), a audição empobrece mas ao mesmo tempo também enriquece o ato de ler. Empobrece porque "retira a nossa capacidade de estabelecer um certo ritmo para o livro, um tom, uma entonação que é exclusiva de cada um" (p. 146). E enriquece, porque fixaria uma determinada leitura, marcada por uma formalidade ritual que raramente teria "nas mãos volúveis de um leitor solitário" (p. 147).

A profusão de novas obras, proporcionada pelas facilidades tecnológicas, avançou pelo período medieval e esteve associada à leitura monástica, de caráter religioso, realizada com o objetivo de reafirmar e desenvolver a fé. São as décadas em que se afirma a leitura silenciosa. O filósofo Santo Agostinho é quem profere o registro mais conhecido sobre a nova<sup>28</sup> função silenciosa da leitura, rara na época, que se desenvolveu em contraponto à noção de leitura falada. O pensador entendia que as letras eram símbolos de sons das coisas e situações em que pensamos e admitia que as letras haviam sido criadas para se "conversar com o ausente". Em um dos trechos das

---

<sup>28</sup> O uso do adjetivo nova é proposital justamente para sublinhar o flagrante de um modo de ler em desenvolvimento.

**Confissões**, Agostinho assim descreve a ação de ler de um dos seus mestres, Ambrósio:

Mas, quando lia, os olhos divagavam pelas páginas e o coração penetrava-lhes o sentido, enquanto a voz e a língua descansavam. Mas muitas vezes em que me achei presente – porque a ninguém era proibida entrada nem havia o costume de lhe anunciarem quem vinha –, sempre o via ler em silêncio e nunca de outro modo. Assentava-me e permanecia em longo silêncio – quem é que ousaria interrompê-lo no seu trabalho tão aplicado? –, afastando-me finalmente. Imaginava que, nesse curto espaço de tempo, em que, livre do bulício dos cuidados alheios, se entregava a aliviar a sua inteligência, não se queria ocupar de mais nada. Lia em silêncio, para se precaver, talvez, contra a eventualidade de ser necessário explicar a qualquer discípulo, suspenso e atento, alguma passagem que se oferecesse mais obscura no livro que lia. Vinha assim a gastar mais tempo neste trabalho e a ler menos tratados do que desejaria. Ainda que a razão mais provável de ler em silêncio poderia ser para conservar a voz, que facilmente lhe enrouquecia, fosse qual fosse a intenção com que o fazia, só podia ser boa, como feita por tal homem (AGOSTINHO, 1996, p. 148).

O trecho de Santo Agostinho é singular e destacado com frequência em trabalhos sobre a histórias da leitura, inclusive nos de Fischer (2006) e Manguel (1997), justamente por ser o registro de uma mudança profunda da leitura em direção à configuração que permanece a atual, ou seja, como um ato individual, reservado. Na noção da "conversa com um ausente", a leitura oferecia a oportunidade de entrar em contato com um pensamento distante, de outro tempo e lugar. Santo Agostinho preserva a percepção de escuta associada à leitura, mas agora como algo íntimo, ou, como diz Fischer (2006), "entre a palavra escrita como voz humana e a palavra escrita como meio em si" (p. 82). O potencial da leitura liberta-se na Idade Média, ainda que de uma forma não massificada, por conta de restrições religiosas, políticas e educacionais da época. O reconhecimento de tal libertação pode até ser visto como uma curiosa contradição, pois o período medieval é muitas vezes associado à pobreza cultural, ao cerceamento das ideias, à limitação no fluxo de informações. A leitura, conforme Fischer (2006), se tornou "mais introspectiva e silenciosa, mais voltada para a procura pessoal, a busca interna" (p. 89), justamente em uma época vista como de treva intelectual.

Manguel (1997) também considera que ler em silêncio emancipou o leitor, pois os sons decorrentes das palavras podiam, dali em diante, ecoar dentro da mente, e não apenas fora, em escutas públicas, coletivas. A rara leitura silenciosa, neste sentido, começou a promover a autonomia do leitor, como observado até aqui, mas também foi vista com ceticismo, como lembra Manguel (1997), por permitir "sonhar acordado". Trouxe um novo perigo, a desconfiança mencionada por Zilberman (2001), porque os

olhos poderiam acessar o sentido das palavras sem orientação ou esclarecimento, sem censura ou condenação imediata. "A leitura silenciosa permite a comunicação sem testemunhas entre o livro e o leitor e o singular *refrescamento da mente*, na feliz expressão de Agostinho" (MANGUEL, 1997, p. 68). A libertação se deu até mesmo na relação do leitor com as palavras:

Com a leitura silenciosa, o leitor podia ao menos estabelecer uma relação sem restrições com o livro e as palavras. As palavras não precisavam mais ocupar o tempo exigido para pronunciá-las. Podiam existir em um espaço interior, passando rapidamente ou apenas se insinuando plenamente decifradas ou ditas pela metade, enquanto os pensamentos do leitor as inspecionavam à vontade, retirando novas noções delas, permitindo comparações de memória com outros livros deixados abertos para consulta simultânea (MANGUEL, 1997, p. 67).

O período medieval, portanto, caracteriza-se pelo choque da oralidade com a escrita, com a interpenetração de ambos. Até o sentido da palavra *ler* carregava esta significação. "Na realidade, até a palavra *ler*, na maioria dos idiomas europeus medievais, ainda denotava *ler em voz alta, declamar, difundir, anunciar*<sup>29</sup>" (FISCHER, 2006, p. 131). A partir da "visão do pergaminho," a leitura se expande no continente europeu<sup>30</sup>, impulsionada – entre outros fatores, influências e contatos – pela tradição da escrita latina, que entra em um processo de aperfeiçoamento. Adotada pela poderosa Igreja Católica, tornou-se um instrumento de fé e um dos fundamentos da educação, influenciando até mesmo a noção de alfabetização, pois, na época, alfabetizado era apenas quem sabia ler em latim.

Para se tornar um sistema organizado, a escrita latina ocidental passou por decisivas ações de preservação e estruturação, como as vivenciadas pelo renascimento carolíngio<sup>31</sup>, no final do século 8, que introduziu medidas para assegurar a educação e normatizar a leitura e a escrita. Uma das regras impostas pelo governante Carlos Magno foi determinar que os mosteiros abrigassem apenas cópias corretas dos livros e

---

<sup>29</sup> Grifos do autor.

<sup>30</sup> Na verdade, isso ocorreu não só na Europa. Diversas regiões do planeta também experimentaram o desenvolvimento da escrita e da leitura, a partir de outros princípios e com objetivos distintos. China, Coreia, Japão, Américas e Índia aprimoraram sistemas leitores regionalmente influentes, que acolheram as necessidades locais. Em muitos destes casos, a leitura manteve-se como uma ferramenta de consolidação do poder na mão de uma elite. Foram processos que resultaram em uma extensa base cultural. O chinês, por exemplo, exerceu uma influência semelhante ao latim entre os povos asiáticos, abastecendo culturas com um sistema de escrita e leitura que depois se transformaria ao chegar a outras realidades, como no caso coreano. "Durante a maior parte da história literária, a leitura internacional foi precisamente isto, um *mundo de leitura*, tão rico e diversificado quanto os diversos sistemas de escrita nos quais prosperava" (FISCHER, 2006, p. 92).

<sup>31</sup> Conforme Fischer (2006, p. 135), "termo que designa o reflorescimento político, eclesiástico, educacional e cultural da maior parte da Europa ocidental sob o comando de Carlos Magno".

que as leituras em voz alta, ainda comuns, fossem realizadas sem adulterar o texto. Mesmo que motivada por uma questão eclesíastica, a medida teve repercussão política e cultural, salvaguardando a cultura ocidental e consolidando a leitura em latim como um dos fundamentos da civilização europeia.

Da mesma forma que lentamente o padrão de leitura da Antiguidade, sobretudo o consagrado pelo Império Romano, cedeu terreno para a nova configuração, as modalidades em desenvolvimento na Idade Média europeia também foram absorvendo, de maneira paulatina, a contribuição de culturas contíguas, como a árabe. Os escribas árabes introduziram, por exemplo, o espaço em branco antes e depois das palavras. Adotaram este princípio para facilitar a leitura do Alcorão, mas acabaram influenciando a escrita latina. Eles também introduziram "a escrita cursiva clara, elegante e contínua. Essas inovações, de enorme utilidade, permitiram que os olhos corressesem sem bloqueios pelo texto escrito" (p. 141). Ou seja, há uma preocupação com o ato físico da leitura<sup>32</sup>, com a melhoria dos elementos visuais, que repercute até mesmo no processamento neurofisiológico do ato leitor – um cuidado com a legibilidade que segue como fundamento da leitura contemporânea,

Entre outras inovações que organizaram o sistema de escrita latina, e portanto de leitura, estão a adoção de maiúsculas e minúsculas, a depuração de marcas caligráficas dispersivas nos materiais escritos e a introdução da pontuação, que abrandou o esforço para se ler, introduzindo pausas e inflexões no andamento da leitura. O texto ficou mais puro e com marcas que agregavam clareza. O uso de minúsculas e os separadores de palavras, já no século 10, deram organização visual ao texto, concedendo aos olhos as condições propícias para serem o foco do esforço de leitura. Antes, vale lembrar, o sistema privilegiava a escuta. O trabalho de leitura era mais árduo até então, pois o latim era uma língua desconfortável. A leitura silenciosa, de acordo com Fischer (2006), também permitiu a fruição sem censuras de um texto, incentivando o contato com questões mais amplas, ligadas à existência humana, e estimulando, ainda que de forma tímida e incipiente, embates com a elite política e religiosa de então:

---

<sup>32</sup> O ato físico da leitura também causava algum sofrimento na Idade Média, com livros pesados, posições de leitura não ergonômicas e iluminação precária. Nos séculos 13 e 14, por exemplo, há registros do uso de óculos, mas a utilização em larga escala ocorreu apenas no 15, paralela à popularização da impressão, com pessoas de diversas classes sociais lendo como nunca: "a demanda de óculos de leitura subiu, e os custos caíram" (FISCHER, 2006).

O ato da leitura passou do público para o privado. O leitor não mais compartilhava o texto com outras pessoas (que podiam interromper com dúvidas e comentários) ou conferia sons às letras. Já era possível ler em segredo, em silêncio, aproximar-se de conceitos de modo direto, permitindo que os pensamentos fluíssem em um nível superior de consciência, fazendo referências cruzadas e comparações, ponderando e avaliando. Isso modificou os hábitos de leitura de modo profundo no Ocidente, com influência, não só sobre as circunstâncias e os temas externos da leitura, mas também com efeito psicológico no leitor. Esse acontecimento se tornou parte da experiência interior das pessoas. A leitura transcendeu sua função social de ferramenta, caracterizando-se agora com aptidão humana (FISCHER, 2006, p. 149).

Este longo percurso de deslocamento da leitura em direção à popularização encontrou o apogeu no século 14, antes da disseminação da imprensa, que viria a seguir e colocaria o fenômeno leitor em outro patamar. O formato do livro (códice) e o aperfeiçoamento da linguagem conferiram uma nova concepção, associada à produção de conhecimento, mesmo que em escala ainda reduzida. Os leitores começaram a usufruir dos recursos facilitadores, envolvendo-se, a partir deste novo e revigorado acesso técnico, em estudos solitários, silenciosos, imersivos, vividos como experiência individual, íntima. Passaram a considerar o texto como algo objetivo, externo, separado, "não mais a voz preservada de alguém falando imediatamente com eles. Isso concedeu à experiência de ler uma dimensão totalmente nova" (FISCHER, 2006, p. 167). Ainda não havia ocorrido a riquíssima combinação entre o uso do papel e o recurso do prelo, mas o percurso em direção à autonomia da leitura já era irreversível.

A formação de um público leitor secular, no século 14, também ampliou a exigência quanto à credibilidade dos textos, que até ali podiam ser adulterados pela ação dos copistas. Um mercado incipiente de livros<sup>33</sup> ampliara a possibilidade de distorção, pela multiplicação de versões de obras, religiosas ou não, levando o leitor a exigir versões autorizadas, imunes aos desvios, cuja credibilidade pudesse ser garantida. Outra revolução foi a produção em línguas vernáculas, indicando que também uma alteração no *tipo de texto*<sup>34</sup> teve impacto no fenômeno leitor. Época de criação de uma nova prosa em decorrência do amadurecimento das sociedades e de

---

<sup>33</sup> Além dos livros de reflexão, os livros de horas, que combinavam preces e recomendações práticas de natureza medicinal, e as Bíblias ilustradas foram verdadeiros *best-sellers* na Idade Média. As ilustrações permitiam uma leitura diferente da leitura textual. "Os leitores-observadores desses livros ilustrados, assim como quando se lê um desenho, perdem o hipersentido da multiplicidade de significados fornecidos por analogia, referências cruzadas e sequências que experimentamos ao ler livros normais" (FISCHER, 2006, p. 179). Este tipo de leitura, que facilitava a inspiração e a doutrinação, era significativo no período medieval, até mesmo como decorrência do baixo nível de alfabetização e escolaridade.

<sup>34</sup> O *tipo de texto* é uma das *variáveis intervenientes na leitura*, de acordo com o modelo psicolinguístico de Goodman (1991), que dará suporte teórico a esta tese e será apresentado no Capítulo 3.

uma mudança de contexto político, econômico e social, os séculos 14 e 15 assistiram ao surgimento de um novo *tipo de texto*, mais ativo, consciente, que contestou a primazia do latim e do grego.

Em um diálogo inventado<sup>35</sup> com Santo Agostinho, que vivera 900 anos antes, o poeta italiano Petrarca (1304-1374) esboçou o conceito de leitor moderno, autoral, instalando a possibilidade de o leitor combinar livremente os fragmentos de suas inúmeras leituras. No livro, destacado por Fischer (2006), Santo Agostinho chega até mesmo a recomendar que o leitor marque os trechos úteis com destaque, para que não escapem da mente. Fischer (2006) entende que esta concepção de Petrarca, embora ficcional, flagrou uma nova possibilidade de o leitor, como sujeito ativo, se relacionar com a leitura, "demonstrando que a literatura escrita podia ser cortada, fatiada e servida em diversas formas por qualquer mente criativa" (p. 172). Era a expressão pessoal do que sentia o poeta italiano, mas traduzia um sentimento coletivo em gestação. Estava saindo de cena a função estritamente utilitária da leitura, seja como artefato de apoio à memória ou como ferramenta de acesso à autoridade divina, para que entrasse no palco a possibilidade de o leitor capturar trechos inspiradores, de diversas fontes, recombina-os e, assim, ressignificando-os: "o leitor se torna autor" (FISCHER, 2006, p. 172).

Portanto, é possível afirmar que ocorre uma virada cognitiva, que configura um determinado estilo e refunda o fenômeno leitor, admitindo que a dimensão cognitiva, o *estilo cognitivo do leitor* – no caso, a relação entre leitura e memória, como sugere Santo Agostinho, no diálogo imaginado por Petrarca – seja uma das *variáveis intervenientes da leitura*, em uma concepção moderna. Manguel (1997) também escreve sobre a revolução íntima flagrada por Petrarca, destacando o papel da autoria do leitor, independente das intenções do autor<sup>36</sup>:

O que Agostinho (na imaginação de Petrarca) sugere é uma nova maneira de ler: nem usando o livro como apoio para o pensamento, nem confiando nele como se confiaria na autoridade de um sábio, mas tomando dele uma ideia, uma frase, uma imagem, ligando a outra selecionada de um texto distante preservado na memória, amarrando o conjunto com reflexões próprias – produzindo, na verdade, um texto novo de autoria do leitor (MANGUEL, 1997, p. 82).

---

<sup>35</sup> Diálogos reunidos na obra **Secretum Meum (Meu segredo)**, em português, publicada em 1342, em que o poeta italiano reflete sobre dilemas pessoais, em meio a uma mentalidade em transformação. O diálogo entre Petrarca e Santo Agostinho é travado em presença de um terceiro personagem, a Verdade.

<sup>36</sup> A intenção do autor é um dos elementos do modelo de escrita-leitura apresentado por Eco (2012), em que as intenções do autor, muito embora dirigidas a um leitor ideal previsto no texto, acabam encontrando um leitor real, que é quem realmente irá conduzir os procedimentos de interpretação.

Em síntese, como destaca Fischer (2006), a Idade Média ajuda a libertar o leitor da autoridade eclesiástica e religiosa da Europa, a partir do momento em que passou a prevalecer a leitura silenciosa e ativa. Não ocorreu a transposição total e simultânea de uma modalidade para outra, mas um processo gradual de deslocamento entre duas maneiras de ler. O novo leitor gestado na Idade Média está disposto a empreender a autoria das interpretações, seguindo os seus critérios pessoais e servindo como base para a revolução que ocorreria entre meados do século 15 e início do 16. Porém, a base material para esta nova etapa de expansão consolidou-se aos poucos, nos séculos anteriores. Em um certo sentido, é possível dizer que o leitor também se converte em autor e construtor das significações embutidas na leitura, sejam elas previstas ou não pelo autor do texto. A oralidade se enfraquece diante das imensas possibilidades oferecidas pela página impressa, algo que iria se multiplicar em níveis até então não experimentados, com a invenção de Gutemberg. Com a imprensa, a era do pergaminho deu lugar à era do papel. Assim, perdeu predominância a leitura medieval comunitária, dogmática e bidimensional.

Aquela essência da *leitura medieval*<sup>37</sup>, a escuta-e-leitura passiva, era abalada. Nesse momento, predominava a leitura silenciosa ativa, a qual exigia comprometimento. Por meio dela, o leitor se tornava um agente, à medida que o autor passava a ser apenas um guia que indicava uma variedade de caminhos ao público silencioso e invisível. Se os leitores-ouvintes do início da Idade Média quase sempre ouviam um coro de vozes entoando uma ladainha cristã em um harmonioso uníssono, os eruditos *humanistas* do final da Idade Média liam em silêncio todo um mundo de vozes (FISCHER, 2006, p. 184).

Com a prensa e o papel, inicia-se uma quarta fase do esquema historiográfico de Fischer, a [d] *multiplicação acelerada*, ou seja, a partir de uma nova base material, a leitura entra em uma fase de expansão sem precedentes. Nesta etapa, o papel se sobrepõe ao pergaminho como suporte, o livro banaliza-se como objeto, a escrita perde a aura de uma quase sacralidade, formam-se verdadeiras comunidades de leitores, que compartilham características e preferências. A nova dinâmica liberta a leitura e a palavra escrita, gerando uma inovação cuja repercussão é intelectual, cultural e humanística. É a época da Renascença e do Iluminismo, com uma nova prática científico-metodológica e a autonomia do ensino, diante da religião. "Na verdade, a emancipação da palavra escrita proporcionada pela imprensa determinou a dinâmica

---

<sup>37</sup> Grifo do autor.



básica do mundo moderno e o acesso mais rápido às informações" (FISCHER, 2006, p. 190).

Em um período de pouco de mais de 50 anos, o mundo se transformou. Em 1450, havia apenas uma prensa de tipos móveis, e o papel já era produzido na Europa. Em 1500, o número de prensas já era de 1,7 mil, com 27 mil títulos impressos e uma tiragem global de 10 milhões de cópias. Não foi um invento que apareceu no vazio, mas cujo desenvolvimento pode ser visto como uma resposta tecnológica à necessidade que já estava posta. Havia demanda por livros, em consequência de uma cultura leitora que já se afirmara na Europa. Conforme Fischer (2006), forma-se um novo espírito, mais propenso à abstração, que incentivou uma nova lógica da ação humana, da palavra e da tomada de decisão, lembrando que a impressão produziu um efeito extraordinário, "sobretudo na quantidade da produção, determinando, assim, com o tempo, o público e os temas de leitura" (FISCHER, 2006, p. 191).

Revolucionária no aspecto quantitativo, a impressão por tipos móveis, no entanto, não reinventou o aspecto da legibilidade e da navegabilidade dos suportes materiais disponíveis. Chartier (1999), ao comentar o alcance desta transformação, lembra que houve um período de convivência entre a impressão pós-Gutenberg e a produção manuscrita que a antecedeu. Ele também destaca que a nova técnica não alterou a estrutura do livro, que ainda seguia a arquitetura consagrada nos séculos anteriores:

Em meados na década de 1450, só era possível reproduzir um texto copiando-o à mão, e de repente uma nova técnica, baseada nos tipos móveis e na prensa, transfigurou a relação com a cultura escrita. O custo do livro diminuiu, através da distribuição das despesas pela totalidade da tiragem, muito modesta aliás, entre 1000 e 1500 exemplares. Analogamente, o tempo de reprodução do texto é reduzido graças ao trabalho da oficina tipográfica. Contudo, a transformação não é tão absoluta como se diz: um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, 14 e 15) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais: as do codex [...] Há portanto uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra (CHARTIER, 1999, p. 7-9).

A propulsão também foi dada por um aspecto capitalista ligado à organização da impressão como atividade econômica. Ocorreu uma padronização do objeto de leitura, que se somou à clareza tipográfica para garantir a constituição de um comércio autônomo próprio. Neste período, a quantidade ainda se sobrepõe à qualidade. Pensando na técnica usada pela prensa de tipos móveis, o uso do alfabeto latino permitia uma grande combinação com um pequeno conjunto de letras,

proporcionando uma vantagem cultural do Ocidente em relação ao resto do mundo. A clareza e a simplicidade textual também se afirmaram como elementos do escrito, justamente para economizar no uso de letras. Mas apenas a proliferação do papel é que consegue tornar economicamente atraente a impressão, algo que o pergaminho jamais conseguiria, em função da forma como era produzido.

A mudança do hábito de leitura impacta na ação social (FISCHER, 2006). Com a oportunidade oferecida pelas novas técnicas de impressão, a leitura deixa de ser um "árido processo de decifração" para virar um "ato de puro prazer", transformando a sociedade "cujo acesso ao conhecimento era limitado em outra cujo acesso era quase ilimitado" (p. 196). A imprensa alimentou o Humanismo, que criou as bases para que a leitura viesse a se tornar definitivamente privada. Ao permitir o questionamento do conhecimento estabelecido, libertou o leitor e, mais do que isso, conduziu-o à posição de autoridade que demandava a leitura correta de obras confiáveis. A cultura ainda contava com o livro como a sua principal correia de transmissão, e a possibilidade de ter acesso ao objeto, como em nenhuma outra época, tornou o seu uso, não apenas recomendável, como obrigatório. Mudou, assim, a relação com o livro e o *status* da palavra escrita:

Não nos causa surpresa que, com a impressão, as atitudes dos leitores mudassem: o texto impresso não continha mais aquele toque pessoal presente na escrita à mão medieval, mas, em vez disso, era dotado de um gesto impessoal. A leitura moderna nascia inserida nessa percepção modificada da palavra escrita na segunda metade do século 15 (FISCHER, 2006, p. 200).

Não foi uma transição pacífica, assim como também não se pode dizer que tenha sido homogênea e livre de oscilações e descontinuidades. Ao lado de uma leitura que se popularizava e depois massificava, convivia, em tensão e como reflexo da própria polarização das sociedades de então, uma postura mais formal, controlada e pré-determinada, definida pelo método escolástico<sup>38</sup> de leitura. No fundo, para Fischer (2006), era a ainda vigente oposição entre oralidade e cultura escrita, iletrados e letrados, natural em um período de amadurecimento das instituições. A tendência dos letrados em manter o controle da produção do conhecimento levou ao surgimento de

---

<sup>38</sup> Tradição de reflexão que concilia a fé religiosa com o pensamento racional. Desde o século 10, havia um esforço de conciliação, conduzido pelos eruditos da Europa. "O *escolasticismo* é o nome mais genérico para aquilo que, na verdade, foi um conjunto de disciplinas. Os eruditos que estavam convencidos de que os preceitos da fé religiosa podiam ser conciliados com os argumentos da razão combinaram os ensinamentos dos Padres da Igreja com os de Aristóteles" (FISCHER, 2006, p. 164). Em relação à leitura, prevalecia a concepção de que a sabedoria deveria ser transmitida, não obtida por atos individuais. Assim, na visão escolástica, acessar o objeto de leitura – e ler – é ter acesso à autoridade derivada do que se está lendo.

mecanismos violentos de repressão e de cerceamento sobre a leitura, constringendo – e muitas vezes deslocando geograficamente – a atividade de impressão e circulação de obras impressas. Os governantes assumiram, na época, papéis na organização dos circuitos de distribuição de livros<sup>39</sup>, o que também causou impacto no panorama da leitura, nos primeiros séculos pós-Gutenberg.

Para se ter uma ideia de como foi lento, embora extenso, o avanço proporcionado pela impressão por tipos móveis – e o conseqüente desenvolvimento de todo o mercado leitor na Europa –, até o século 18 a leitura ainda era elitizada, assim como na Idade Média, pois não havia se tornado uma prerrogativa pública de um conjunto abrangente de classes sociais. Fischer (2006) destaca este embate entre a formação do leitor e a contestação das ordens estabelecidas. Como exemplo, cita o fato de amadurecimento da impressão e da distribuição de livros ter sido o fator que fez a Alemanha tornar-se um centro da contestação à ordem religiosa, com a Reforma conduzida por Martin Lutero. Isso teria ocorrido na sociedade alemã de então justamente porque a base de todo o enfrentamento intelectual é a liberdade individual conquistada pelas pessoas para ler e pensar por si próprias. Neste sentido, a leitura se tornava perigosa no continente, apesar de a demanda por livros e leitura ainda estar em franco crescimento. Em mais de um período da história, ler, lembra Zilberman (2001), despertou temor:

Capacitando o ser humano a pensar e agir com liberdade, ainda que mediada pela fantasia e pelo imaginário, a leitura sinaliza o perigo para sociedades ou indivíduos autoritários. Por isso, nunca deixou de ser criminalizada, encarnando o demônio, a magia ou o desconhecido temido pelos poderosos. Ao ser-lhe atribuída a propensão a fazer o mal, ela parece comprovar sua eficácia (ZILBERMAN, 2001, p. 38).

A base da cultura letrada, que se desenvolveu na Idade Média e impulsionou a leitura depois da invenção da impressão por tipo móveis, também alimentou um outro mercado nascente na Europa, no século 15: os jornais ou gazetas. O negócio começou incipiente, mas se inseriu no amplo panorama da leitura no continente. As primeiras versões eram panfletos que compartilhavam relatórios sobre as principais questões financeiras, políticas, econômicas – uma função utilitarista da leitura de informação que persiste na contemporaneidade, ou seja, ler para informar-se sobre o cotidiano. Já no século 16, diversas publicações, até mesmo em formatos alternativos, como

---

<sup>39</sup> O cerceamento à liberdade de leitura promoveu um deslocamento dos centros de saber do Sul para o Norte da Europa. A impressão também se movimentou geograficamente, com a dificuldade de imprimir (em decorrência de limitações religiosas e governamentais).

anúncios e cartazes colados em paredes, muros e postes, cumprem o papel de transmitir a informação sobre acontecimentos, impactos e argumentos políticos, algo bem distante das funções mais nobres (sagradas e míticas) que marcaram o desenvolvimento da leitura até aquele ponto.

Conforme Fischer (2006), a guinada proporcionada pelos jornais encaminha a leitura em direção à popularização. É apenas o início do contexto de massificação em que a "leitura e a escrita, por tanto tempo símbolos da elite governante, estavam sendo respeitadas e desejadas de modo generalizado" (p. 227), o que representa uma grande mudança na percepção sobre o sentido da leitura. A partir do século 17, as gazetas se multiplicam pelas metrópoles europeias, constituindo o material mais disseminado de leitura, mais até do que as Escrituras. Na segunda metade do século 17, o progresso material e conceitual, observado ao longo dos séculos anteriores, desde o papiro – todo o conjunto de transformações técnicas sobre o suporte, sobre a configuração cognitiva do leitor, sobre o *tipo de texto* que dá substância ao ato leitor –, chegou ao ápice com a página de papel impressa, que transformou a leitura na principal forma de acesso ao conhecimento, não apenas para uma elite culta, mas para contingentes expressivos das sociedades.

Das ideias de Fischer (2006), é possível destacar uma quinta fase, que chamaremos de [e] *massificação*. É o período em que a leitura se dissemina, a partir de todos os formatos, muito em função da afirmação do *status* do livro como repositório do conhecimento e dos "mais elevados sentimentos humanos" (p. 231), o mesmo tratamento que também começa a ser dispensado à imprensa. O objeto livro passa a transitar como aquele que merece ser "aberto, experimentado e apreciado por todas as pessoas de modo igualitário, com privacidade, silêncio e devoção" (p. 231), dependendo de cada circunstância de leitura vivida pelo leitor. Até se chegar a este ponto, no entanto, foram necessários 300 anos desde a invenção da imprensa, por Gutenberg. Fischer (2006) entende que "foi a capacidade de ler que deu origem ao homem moderno" (p. 233). Como há uma relação entre letramento e desenvolvimento econômico e social, o florescimento de uma economia de mercado ajudou a construir o universo da leitura. A alfabetização em escala crescente deu suporte à expansão, mas assim como os demais fatores ligados à leitura, a disseminação também foi um fenômeno geoeconômico: distribuiu-se de maneira não homogênea entre os países.

No século 17, ocorreu o declínio da leitura religiosa, a afirmação do livro e a ascensão do romance como fenômenos de leitura. Também foi a época em que os

leitores começaram a dar prioridade à *leitura extensiva*, no lugar da *intensiva*, um processo que se concluiria no final do século posterior, subsidiado por um florescente mercado de venda de livros, nas principais cidades. No lugar da contemplação e da concentração, a variedade e o acesso. É inegável que o aumento no nível de letramento e a facilidade na distribuição incentivaram o florescimento de um mercado de publicações periódicas após o final do século 17. Os jornais, inclusive, fizeram parte deste processo, apesar de a censura ainda se colocar como um obstáculo à expansão do público leitor e de a liberalização da leitura ainda ser vista com preocupação por algumas décadas. Em 1702, o primeiro jornal diário da Europa, o *Daily Courant*, circulou em Londres, cidade em processo de urbanização acelerada. Logo, eles iriam se espalhar pelo continente.

Apesar das resistências e dos perigos, das ameaças ligadas à emancipação leitora, já no século 18 firmou-se uma leitura desimpedida e livre. Ainda que estivesse se consolidando a leitura silenciosa, ela convivia com algum tipo de leitura em voz alta, não mais como resquício dos primórdios do desenvolvimento do fenômeno leitor, mas conduzida como entretenimento, como forma de relacionamento familiar, para intercâmbio entre autores e ainda como ferramenta para referendar as obras que deveriam ser impressas. Mais um sinal de que as modalidades de leitura não se substituem, mas convivem. Do século 18 para o 19, profundas transformações sociais ocorreram, aumentando o nível de letramento, o grau de distribuição de renda e o perfil de atuação política, afetando a leitura. Uma época marcada por três revoluções emblemáticas: a política Revolução Americana, a industrial Revolução Inglesa e a social Revolução Francesa. "Neste momento, ler tornou-se muito mais fácil. Não só os livros estavam mais baratos e abundantes que em qualquer outro período, mas também houve progressos extraordinários no sistema de iluminação" (FISCHER, 2006, p. 249). O aspecto da iluminação, que também decorre do avanço da urbanização dos dois lados do Atlântico, é mais um argumento para sinalizar que a tecnologia sempre incide sobre a eficiência da leitura.

Em meados do século 19, a palavra escrita deixou de ser um acessório elitista e invadiu a vida das pessoas. A leitura até mesmo transcendeu a página impressa, chegando às ruas, aos rótulos, à sinalização urbana. A leitura, no século 19, era algo pessoal, íntimo, muito diferente do que fora nos séculos anteriores, com o mesmo tipo de fascinação que no passado havia seduzido apenas sábios e religiosos. Estreitou-se uma relação mais direta entre autor e público, sem a necessidade de apoio e respaldo

de alguma instituição ou autoridade. A adoção de prefácios, como mecanismo de conversa inicial com o leitor da obra, é uma das expressões desta tendência. Mais adiante, conforme Fischer (2006), quando todos os fatores de avanço social começarem a se somar para produzir os seus efeitos sobre o fenômeno leitor, também será a época da consolidação da leitura feminina – que se conecta com a emancipação da mulher, algum tempo depois, no início do século 20 – e da leitura como fundamento do crescimento pessoal.

Zilberman (2001) denomina este momento da história da leitura como de "explosão do público leitor" (p. 30), cujos vértices são o livro como objeto cultural e a leitura como prática universal, um movimento observado na transição do século 18 para o 19. A descrição que a autora faz dos elementos que estavam se combinando ilustra como se está diante de um processo multifacetado, resultado da combinação de inúmeros elementos:

No âmbito das artes gráficas, dois aperfeiçoamentos propiciaram o crescimento extraordinário da produção de material impresso: a fabricação industrial do papel, até então manufaturado manualmente; e a introdução da rotativa, máquina de funcionamento automático que não só possibilitou a impressão de maior número de textos como também permitiu que isso ocorresse de modo mais rápido. A tipografia deixou de ser um ofício artesanal, para se alinhar ao modelo em curso da produção anônima e em série, raiz da massificação. Consequência dessas novidades foi a expansão de um meio de comunicação de desempenho até então discreto: o jornal. Graças à aceleração do processo de impressão, ele teve condições de se tornar diário, acompanhando o desenrolar dos fatos enquanto esses aconteciam e fazendo deles sua matéria; em virtude das novas disponibilidades tecnológicas, pôde ser produzido em grande quantidade, o que reduziu seu custo e facilitou a integração ao cotidiano burguês, especialmente no contexto urbano, estes igualmente em fase de consolidação e dilatação (ZILBERMAN, 2001, p. 31).

O jornal – e a *leitura jornalística*, como consequência – ganhava relevância, passando a ser considerado o material mais lido em muitas nações. Até o século 19, no entanto, Fischer (2006) destaca que, tanto os jornais, quanto os semanários em circulação, não eram feitos para "uma leitura rápida" (p. 262). Os leitores dos séculos 18 e 19 tinham tempo para se dedicar a uma leitura mais atenta, em decorrência do andamento mais sereno da vida cotidiana, mas inclusive em função do papel político e ideológico<sup>40</sup> que essas publicações desempenhavam no debate público de então. Os jornais começaram a se diversificar, em meio ao seu desenvolvimento como atividade

---

<sup>40</sup> Antes de o jornalismo entrar na era industrial, organizado economicamente e estruturado de maneira profissional – um processo que se consolidou na virada do século 19 para o 20 –, a marca da imprensa era o jornalismo opinativo. Ainda que houvesse experiências informativas, os principais títulos então existentes eram canais de expressão de ideias, portanto, dedicados a um *tipo de texto* e a um determinado *objetivo de leitura* que ajudava a configurar a leitura da época.

econômica e à organização da profissão de jornalista, com o objetivo de oferecer um leque mais amplo de opções e objetivos de leitura, ampliando as possibilidades de estabelecer conexão com o público. Neste contexto de organização e profissionalização, os artigos "podiam ser abordados em detalhes, com riqueza de argumentações, e ocupavam diversas colunas, até páginas. Os jornalistas recorriam à razão, não à emoção, e, em resposta, o leitor mediano refletia com ponderação, sem pressa, sobre o que lia" (p. 262).

O amadurecimento da *leitura jornalística* transcorreu em meio à urbanização. Tornou-se um material relevante de leitura em inúmeras sociedades<sup>41</sup>, em lugares públicos, como cafés, nas ruas e em clubes de leitura. As novas condições de mobilidade também causaram algum impacto, tanto sobre a leitura de jornais, quanto no desenvolvimento de novos formatos de livros. Na segunda metade do século 19, as viagens por trens se multiplicaram, incentivando um determinado tipo de leitura e, em consequência, um tipo específico de texto disponível à fruição durante o deslocamento. Fischer (2006) ressalta que "este novo prazer inaugurou outra dimensão de publicações baratas e para consumo imediato, as quais, com o passar do tempo, também contribuíram para a modificação das preferências do público" (p. 266).

Assim, a partir deste aspecto histórico, é possível reconhecer que há uma conexão entre as circunstâncias físicas, o "onde" de que fala Darnton (2010), e o desenvolvimento da leitura, com incidência até mesmo sobre a preferência do público. O raciocínio ajuda a admitir que há um impacto singular e semelhante com a consolidação da leitura contemporânea em telas, em decorrência da incrível mobilidade de leitura por ela proporcionada. A ideia de conforto, ligada à leitura, estabelece um vínculo espacial entre o ato leitor e o lugar onde se lê. Manguel (1997) acredita que o prazer derivado da leitura, com o passar dos anos, também foi se associando ao conforto corporal do leitor, o que reforça a noção da leitura como extensão física do homem: "não há dúvida de que o ato de ler no tempo requer um correspondente ato de ler no espaço, e a relação entre os dois atos é inextricável" (p. 177).

---

<sup>41</sup> Nos EUA, por exemplo, o fenômeno veio acompanhado do barateamento do preço de capa (a chamada *penny press*). Para ilustrar o ritmo em que se dá o crescimento: em 1850, os EUA possuíam 240 diários, com uma circulação de 750 mil cópias. Em 1910, eram 2.340 diários, com tiragem total de 24 milhões de cópias por dia (FISCHER, 2006). Como a população do país, em 1910, conforme o censo federal daquele ano, era de 92,2 milhões de pessoas, significa que a tiragem representava 26% da população – um quarto da população (cálculo do autor desta tese).

O período de apogeu e predominância da leitura dos jornais ocorreu na metade inicial do século 20. Os periódicos eram o principal meio de comunicação com o mundo, até a Primeira Guerra Mundial, período a partir do qual o rádio, a televisão e a internet – em fases sucessivas nas décadas subsequentes – passaram a disputar este lugar privilegiado de observação do cotidiano. Por meio da leitura de jornais, o mundo invadiu as casas das pessoas, e a leitura conquistou relevância e intensidade. Mesmo durante a fase de ápice da leitura de jornais, houve mudanças na estrutura dos periódicos, notadamente no formato em que o produto chegava ao leitor, mais uma vez condicionando a leitura, que passa a ser mais veloz, com um objetivo informativo: as manchetes funcionam como índices, e a argumentação textual privilegiava a exposição sucinta, atendo-se aos fatos. As imagens informativas começam a rivalizar na disputa pela atenção do público:

Procurando tópicos breves de interesse específico, o público passou a folhear as páginas em vez de fazer aquela velha leitura aprofundada. O público exigia relatos rápidos ou a mera síntese dos fatos e argumentos, na pressa de mudar de página. O prazer diário da leitura do jornal havia se perdido. Para obter uma cobertura mais introspectiva, o leitor optava pelos jornais semanais (muitos assalariados mantinham as tardes de domingo livres para ler) ou revistas e periódicos mensais (FISCHER, 2006, p. 270).

Fischer (2006) denomina o período atual como a fase de *monocultura da leitura* do século 20, que se assentou sobre as bases dos avanços observados no século anterior, muito embora seja uma prática ainda em evolução, colocada em um outro patamar em decorrência da inovação tecnológica<sup>42</sup>. A leitura se espalhou pelo mundo, dos países industrializados e em desenvolvimento, com níveis distintos e variâncias provocados pelos aspectos culturais locais, que incidem principalmente sobre o material da leitura: "embora hoje os hábitos de leitura da maioria das pessoas de nações em desenvolvimento sejam quase indistinguíveis dos de nações desenvolvidas, ainda existem diferenças significativas" (FISCHER, 2006, p. 268). O autor observa que, enquanto, em algumas sociedades, é significativo o peso da leitura religiosa, em outras, a leitura dos assuntos cotidianos (informativos) prevalece. Este estágio de monocultura leitora é caracterizado da seguinte maneira: um mercado de massa, lastreado por poucos *best-sellers* (no caso dos livros), alto grau de alfabetização das populações locais (ainda que com registro de falta de funcionalidade entre determinados grupos) e leitura de efeméride em papel e em telas.

---

<sup>42</sup> O Capítulo 4 desta tese irá detalhar a caracterização da leitura digital.



A última fase esboçada por Fischer (2006) seria a da [f] *digitalização*, em que o fenômeno da leitura em tela prepondera, sem apagar a tradição anterior, mas tensionando-a. Trata-se do último grande salto na linha evolutiva dos suportes: tabuleta de argila, papiro, pergaminho, papel e, agora, a tela. De acordo com Fischer (2006), a nova etapa, em que o suporte recondiciona a maneira de ler como não se via há séculos, coincide com uma superabundância informativa de caráter dispersivo, que incide sobre a atenção. Um novo *status* da leitura é alcançado pelo atual estágio dos sistemas de comunicação e informação e das redes digitais: “a multiplicação, diversificação, proliferação e aceleração do material escrito caracterizam a atual *pandemia de informações*<sup>43</sup>. E como se trata de um fenômeno fundamentado na leitura, são as estratégias nela baseadas que compõem a reação atual” (p. 280).

Mesmo nesta etapa mais avançada da evolução da leitura, há um aspecto que não se transformou ao longo do tempo: sua natureza eclética. Ou seja, há uma diversidade de relações que um leitor individual pode manter com o material escrito. Outro fato inegável: as maneiras de ler nunca se distribuem de forma homogênea. O que já era verdade, em épocas nas quais a leitura ainda não havia se disseminado, torna-se mais concreto em um mundo exposto à leitura onipresente. Com os computadores, os telefones celulares e a internet, forma-se uma espécie de "comunidade universal de leitores" (FISCHER, 2006, p. 281), que acessa um mundo de informações, usando a escrita e a leitura. Saber navegar na maré de dados, fatos, opiniões e histórias passa a ser tão fundamental quanto alfabetizar-se, exigindo novas habilidades cognitivas.

Diante das novas tecnologias de informação e comunicação, a leitura é moldada também por equipamentos, pois as publicações não se limitam apenas à impressão. A leitura invade outros fins, mobiliza outros objetivos, como os mecanismos digitais de conversação, em que o texto verbal virtual é elemento crucial, sobretudo entre as novas gerações, que se transformam em "leitores de telefone". "São eles [*as novas gerações*] que determinarão o futuro próximo da leitura, o qual, ao que tudo indica, exigirá uma quantidade muito maior de leitura que em qualquer outro período" (p. 293). Nesta historiografia introdutória, a leitura virtual é vista como mais uma etapa da evolução tecnológica dos suportes da leitura, da argila para o papiro, para o pergaminho, para o papel, para a tela. Fischer (2006) entende que a leitura em tela,

---

<sup>43</sup> Grifo do autor.

em si, pelo seu potencial transformador e pela relevância que adquire nas sociedades contemporâneas, trará o conceito definitivo da palavra *ler*:

Uma vez que a preponderância passe para a leitura em tela, o que sem dúvida acontecerá, o mundo da leitura, notadamente o cultural, mais uma vez terá sua essência modificada. O leitor passivo terá a possibilidade, caso escolha, de se tornar o leitor ativo, à medida que ingressar na narrativa ficcional para coplanear enredo e final (FISCHER, 2006, p. 264).

Na visão de Manguel (1997), a etapa digital também é o ponto culminante da trajetória de liberdade do leitor no processamento da leitura, como se verá adiante, não porque tenha nascido, com as possibilidades tecnológicas do século 21, uma nova autonomia, mas porque a estrutura hipertextual das redes digitais oferece múltiplos caminhos para o desenrolar do ato de ler. Na nova dinâmica da leitura, que pode seguir uma lógica labiríntica, o leitor assume o papel de autor da rota de significação. "O leitor de um hipertexto pode entrar no texto praticamente em qualquer ponto, pode mudar o curso da narrativa, exigir inserções, corrigir, expandir ou apagar. Esses textos também não têm fim, pois o leitor (ou escritor) sempre pode continuar ou recontar um texto" (MANGUEL, 1997, p. 355). É desta revolução que se falará adiante, e de como a *leitura jornalística* também se renova em meio a ela. A título de organização do argumento, o Quadro 1 (abaixo) resume algumas das características de cada um dos períodos propostos, lembrando que os avanços e as mudanças não enterram automaticamente os traços anteriores e que também não se desenvolveram de maneira homogênea ou simultânea em todas as sociedades leitoras.

Quadro 1 - Elementos da periodização proposta para a evolução da leitura

<b>Período</b>	<b>Comportamento do leitor</b>	<b>Suporte</b>	<b>Tipo de texto</b>	<b>Função da leitura</b>
Nascimento	* Leitura oral * Leitor passivo	* Tabuleta de argila * Manuseio árduo	* Verdade * Limitado ao suporte	* Testemunha do conhecimento * Classificação da realidade * Caráter religioso * Leitura atuarial
Disseminação	* Leitura oral	* Papiro * Dificuldade de manuseio	* Proliferação da literatura * Narrativas históricas * Obras de ficção	* Início da concepção cultural
Popularização	* Prevalência da oralidade * Leitor como	* Pergaminho * Códex (facilidade de	* Produção cultural * Organização da	* Início da deselitização * Leitura para

	<ul style="list-style-type: none"> <li>* transmissor</li> <li>* Melhor condição para a leitura reflexiva</li> <li>* Surge a leitura silenciosa</li> <li>* Transição para a leitura autoral</li> <li>* Virada cognitiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>leitura e navegação)</li> <li>* Totalidade acessível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>literatura</li> <li>* Exigência por credibilidade</li> <li>* Nova prosa pelo amadurecimento político e social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>disseminar a fé e o conhecimento</li> <li>* Leitura monástica</li> <li>* Instrução</li> <li>* Ato privado</li> <li>* Fim do domínio da função utilitária da leitura</li> </ul>
Multiplicação acelerada	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Espírito de abstração</li> <li>* Mudança na percepção do sentido da leitura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Prensa e papel</li> <li>* Produto impessoal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Clareza e simplicidade textual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Demanda por livros</li> <li>* Nova ação social</li> <li>* Fome de acesso ao conhecimento</li> </ul>
Massificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Leitura mais extensiva que intensiva</li> <li>* Leitura livre</li> <li>* Leitura íntima</li> <li>* Leitura atenta</li> <li>* Leitura confortável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Afirmação do objeto livro e imprensa</li> <li>* Novos formatos associados à mobilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Florescimento do mercado editorial e de jornais</li> <li>* Formatos para leituras velozes</li> <li>* Estrutura factual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Alfabetização em larga escala</li> <li>* Declínio da leitura religiosa</li> <li>* Ler torna-se fácil</li> <li>* Consolidação da leitura feminina</li> <li>* Leitura com função ideológica</li> <li>* Amadurecimento da <i>leitura jornalística</i></li> </ul>
Digitalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Tendência à dispersão</li> <li>* Leitura onipresente</li> <li>* Novas habilidades cognitivas</li> <li>* Leitura como conversação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Leitura em tela</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Abundância informativa</li> <li>* Narrativas hipermidiáticas</li> <li>* Estrutura hipertextual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Natureza eclética da leitura</li> </ul>

Fonte: O autor (2020)

Em síntese, o presente capítulo trabalhou o argumento de que a leitura é mais do que uma habilidade humana não inata, é uma construção histórico-social. A noção do que ler significa, e até mesmo a forma material com que se lê, varia de época para época, indicando a necessidade de se entender o fenômeno como algo que evoluiu ao longo do tempo, até ser uma prática disseminada universalmente, mas com um caráter altamente individualizado. Ou seja: houve uma evolução, cujos traços são definidos por alterações no suporte do material escrito, nas maneiras de ler, nos *tipos de texto* oferecidos à leitura e também nos *objetivos de leitura* com que o leitor se dedica ao ato. Outra ideia fundamental, associada à constatação de que se está diante de um movimento de evolução, é a de que há uma convivência entre as diferentes práticas,

sem rupturas ou mudanças abruptas: cada nova fase se impôs sem apagar por completo os vestígios daquela que a antecedeu.

### 3 ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA LEITURA

Assim como ocorre nos estudos de Comunicação, são complexas, variadas e necessariamente interdisciplinares as abordagens investigativas a respeito do que efetivamente constitui a leitura. Algumas definições preliminares, básicas, retiradas de dicionário, são simples e úteis para iniciar a construção de uma concepção sobre o fenômeno até se chegar à perspectiva psicolinguística, pretendida por esta tese. Em Gustavo Barbosa e Carlos Alberto Rabaça (1987), escolhido por ser uma referência elementar no campo da Comunicação, o curto verbete sobre leitura fixa o seguinte conceito: do ponto de vista da Comunicação, a leitura seria “decodificação, interpretação, atribuição de significado a uma determinada mensagem. É na leitura que se consuma o significado do texto” (p. 358). Modesta na expressão literal, mas recheada de desdobramentos conceituais, a noção de Rabaça e Barbosa (1987) esboça, já na largada das considerações teóricas, o papel fundamental do leitor no processamento da significação, ainda sem considerar aspectos ligados tanto ao *tipo de texto*, quanto ao suporte do escrito, fundamentais para a configuração do que se vai entender por *leitura jornalística*, ao longo deste trabalho.

Embora compreender o que realmente se está dizendo, quando é feita uma referência à leitura, exija um percurso mínimo por algumas perspectivas teóricas, é produtivo concentrar-se, inicialmente, sobre algumas definições prévias, para ir cercando o conceito. Fazer um pouco como recomendam Roland Barthes e Antoine Compagnon (1987, p. 184), “abrir entradas na palavra [*leitura*], ocupá-la por meio de sondagens sucessivas e diversas, segurar muitos fios ao mesmo tempo”, justamente porque o significado é polissêmico, escorregadio. Seguindo neste caminho da conceituação básica, antes de se chegar à apresentação de algumas correntes de estudo, as configurações mais elementares entendem a leitura como a mera transposição do escrito. Joaquim Camara Júnior (2009) dicionariza<sup>44</sup> tal entendimento, restringindo o alcance do que pode ser compreendido como leitura. Para ele, é, apenas, a interpretação da escrita e consistiria, essencialmente, na transposição dos “elementos da grafia em elementos da fonação, mesmo quando não se articulam estes últimos elementos do aparelho fonador mas há apenas uma evocação mental desses elementos (leitura silenciosa)” (p. 192).

---

<sup>44</sup> Alguns dos principais dicionários de linguística, editados em língua portuguesa, no Brasil, não trazem o verbete *leitura*, sendo mais frequente encontrar acepções para o termo em compêndios de teoria da literatura ou da narrativa. Talvez a complexidade e a diversidade semântica do termo e o caráter necessariamente interdisciplinar do fenômeno sejam uma justificativa para a ausência.

Ana Cristina Lopes e Carlos Reis (1988) destacam no verbete a variedade de abordagens que podem ser adotadas, autorizando a ideia de que sobre o termo seriam aplicadas diversas perspectivas teóricas e metodológicas, passando por muitas áreas do conhecimento, incluindo os estudos da recepção, as teorias da comunicação e a Psicolinguística. Haveria, segundo eles, uma aceitável e incontornável pluralidade de enquadramentos. Muito embora estejam focados nos meandros da Narratologia<sup>45</sup>, trazem um conceito de leitura útil à perspectiva em construção, na medida em que também ressaltam o papel do leitor na formação do sentido. Lopes e Reis (1988) trabalham com o conceito de *leitura* extraído da abordagem psicanalítica de Jean Bellemin-Noël (1972), que resalta o papel da subjetividade no fenômeno leitor, decorrente do seu acentuado dinamismo, abrindo um primeiro caminho de definição sobre a leitura, nesta tese:

[A *leitura é uma*] operação pela qual se faz surgir um sentido num texto, no decurso de um certo tipo de abordagem, com a ajuda de um certo número de conceitos, em função da escolha de um certo nível em que o texto deve ser percorrido (impensado ideológico, fundo sociocultural oculto, inconsciente psicanalítico, estruturação implícita do imaginário, ressonâncias teóricas, etc) (BELLEMIN-NOËL, 1972, p.16 apud LOPES; REIS, 1988, p. 220).

Com o objetivo de perseguir delineamentos prévios, antes do mapeamento teórico de algumas das vertentes, é válido repassar a origem da palavra *leitura* em dicionários etimológicos da língua portuguesa. Porque são próximas as acepções encontradas nestas obras de referência disponíveis, adota-se a expressa em Antônio Cunha (1982, p. 471): leitura tem origem etimológica no latim tardio (medieval, do século 14) *lectura*, cujo sentido estava ligado à ideia de comentário ou até de lição, apesar de, nos primórdios, a palavra ter sido aplicada para designar eleição, escolha, seleção. O mesmo trabalho resalta que a expressão advém de *leggere*, ler, o verbo. Este também é o ponto de partida de Graça Paulino e outros (2001) para ampliar a concepção a respeito da prática leitora. Conforme o autor, *leitura*, originalmente, poderia significar três situações: na primeira, era [a] contar, enumerar as letras. Uma segunda linha de significação previa que leitura poderia designar a ideia de [b] colher ou selecionar. A última vinculava a palavra à noção de [c] roubar. “Observe-se que em

---

<sup>45</sup> Como os próprios autores definem, “a narratologia é uma área de reflexão teórico-metodológica autônoma, centrada na narrativa como modo de representação literária e não literária, bem como na análise de textos narrativos, e recorrendo, para tal, às orientações teóricas e epistemológicas da teoria semiótica” (LOPES; REIS, 1988, p. 79).

sua raiz a palavra já traduz pelo menos três maneiras, não excludentes, de se fazer a leitura” (PAULINO e outros, 2001, p. 12).

E quais seriam essas três maneiras? A primeira, a ideia de contar, na metáfora conceitual de Paulino e outros (2001), guarda sintonia com a forma como a leitura se processa quando soletramos fonemas, agrupando-os em sílabas, palavras, frases e, finalmente, textos. Em um segundo instante, no processamento da leitura, o verbo *colher*, previsto nos usos semânticos da palavra *leitura*, implica a ideia de extração de algo que já está pronto, “correspondendo a uma tradicional interpretação do texto, em que se busca um sentido predeterminado” (p. 12). Assim, por esta vertente, ao leitor caberia um papel menos ativo do que aquele que acabou sendo observado e reconhecido modernamente, sobretudo a partir da segunda metade do século 20 – ou seja, o leitor ativo. Sabe-se, hoje, que qualquer texto, incluindo os de natureza jornalística, apresenta-se ao leitor apenas como uma proposta de sentido, necessariamente inacabada, à espera da magia da interação texto-leitor e da geração de sentidos a partir deste contato. Finalizando, a terceira via de significação para a palavra *leitura* seria até mesmo inusitada: a acepção de roubar, o que traz

uma ideia de subversão, de clandestinidade. Não se rouba algo com conhecimento e autorização do proprietário, logo essa leitura do texto vai se construir à revelia do autor, ou melhor, vai acrescentar ao texto outros sentidos, a partir de sinais que nele estão presentes, mesmo que o autor não tivesse consciência disso. Nesse tipo de leitura, o leitor tem mais poder (PAULINO e outros, 2001, p. 12-13).

Assim, admite-se que o significado de leitura demanda da pesquisa um conjunto de sondagens sucessivas e diversas, já que a questão do fenômeno leitor passaria, conforme Paulino e outros (2001), por algumas áreas abrangentes, como:

a. uma teoria do conhecimento, na medida em que esmiúça a relação entre sujeito (leitor) e objeto (texto) do conhecimento, lembrando que modernamente “o leitor também é considerado um produtor de sentidos” (p. 13);

b. uma Psicologia, admitindo-se que ler aciona dispositivos psíquicos, sejam eles conscientes ou inconscientes, o que leva a constatar um dos paradoxos da leitura, pois, se de um lado o leitor tem poder sobre a significação, de outro ele não a controla totalmente;

c. uma Sociologia, porque as marcas sociais do contexto<sup>46</sup> estão presentes nos sujeitos que participam do processo, sejam eles autores ou leitores;

d. uma Pedagogia, por conta da possibilidade permanente de desenvolvimento da habilidade leitora, em momentos de aprendizagem e trocas que se iniciam no ambiente escolar e atravessam a vida social;

e. uma teoria da comunicação, já que a leitura consoma o processo de circulação de sentidos que envolve códigos, mensagens, emissão, contexto e recepção;

f. uma análise do discurso, pois a leitura resulta de um processo de interação verbal executada pelo discurso, a partir da organização interna e externa (com outros textos e com os marcos políticos-econômicos) do texto; e

g. uma teoria literária, quando encarada como experiência estética.

Conforme Paulino e outros (2001), “todas essas abordagens se interpenetram e se apresentam historicamente definidas, dependendo, pois, da época e da sociedade em que são produzidas”. Ou seja, na mesma linha apresentada por Fischer (2006) – para quem a definição de leitura nem sempre foi a mesma, evolui com a humanidade e ainda está em transformação<sup>47</sup> –, se a leitura possui uma história das suas práticas, sua definição conceitual também é movediça e evolui com as épocas. Antes de apresentar um conceito de leitura, Fischer (2006) lembra que o “ato de ler é variável, não é absoluto”. Para ele, a leitura, valendo-se de uma proposição de Don Mitchell (apud FISCHER, 2006, p. 11), é

a capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos... [*O leitor*] emprega os símbolos para orientar a recuperação de informações de sua memória e, em seguida, cria com essas informações uma interpretação plausível da mensagem do escritor (FISCHER, 2006, p. 11).

Este capítulo tem como objetivo, portanto, identificar alguns dos principais conceitos a respeito da leitura, seguindo um percurso de variações. Algumas das mais relevantes tradições de pesquisa serão aqui resumidas, no sentido de explorar o potencial desta variedade. Wilson Leffa (1999), Alina Spinillo (2013) e Otilia Souza (2015) propõem algum nível de organização para se compreender a variedade de concepções sobre leitura, com valor didático e prático, na medida em que se

---

<sup>46</sup> Circunstância que ficará mais clara quando for apresentada a concepção psicolinguística da linguista romena Tatiana Slama-Cazacu, muito embora o contexto também esteja presente em outros modelos para o funcionamento da leitura, como nos modelos discursivos, preservando as diferenças de ênfase.

<sup>47</sup> Conforme Fischer (2006), um historiador da leitura, o futuro da leitura digital vai definir o que é ler, em função do alcance da transformação provocada pela leitura em telas: “a revolução da eletrônica é sobretudo uma revolução da leitura” (p. 315).



concentram na argumentação psicolinguística e ponderam vantagens e desvantagens a respeito dela. Em um segundo momento, será apresentada a abordagem psicolinguística sobre a leitura, a partir da qual esta tese pretende desenvolver um modelo específico para ser aplicado à análise da *leitura jornalística*. Tatiana Slama-Cazacu (1979), Leonor Scliar-Cabral (1991), Kenneth Goodman (1991), Leffa (1996), Isabel Solé (1998) e Frank Smith (2003) fornecerão as bases da concepção teórica central desta proposta de investigação. Por fim, as *variáveis intervenientes da leitura* serão apresentadas, de forma sucinta, conforme concebidas por Goodman (1991), pois a partir delas o modelo de análise psicolinguística-comunicacional da *leitura jornalística* será esboçado e aplicado mais adiante.

### 3.1 O QUE LER PODE SIGNIFICAR

Com o objetivo de sinalizar a amplitude da variedade de perspectivas a respeito do que é a leitura, esta seção irá recuperar algumas das principais tradições de análise. A apresentação está dividida em percursos, iniciando pelo discursivo-enunciativo, passando pelo funcionalista e pelo cognitivo. Por fim, cumprindo o propósito de sinalizar o estágio contemporâneo a respeito do fenômeno leitor, a perspectiva neurocientífica será detalhada, sustentando o argumento de que, muito embora sejam distintas as tradições de investigação sobre os componentes exteriores da leitura (os modelos observáveis), é preciso levar em conta que o fenômeno possui uma base neuronal, mental, interna (captada por instrumentos psíquicos de investigação), que corresponde ao circuito propriamente dito do ato leitor pelo cérebro humano.

#### 3.1.1 Percurso discursivo-enunciativo

Um ramo influente para a compreensão do que ler significa é representado pelas teorias discursivas, uma ampla gama de abordagens marcantes a respeito do fenômeno leitor. Dentro deste espectro, os trabalhos de Oswald Ducrot e da brasileira Eni Pulcinelli Orlandi compõem o que se pode chamar de *visão discursivo enunciativa*. Conforme Orlandi (1988), a própria palavra *leitura* é polissêmica, englobando desde a ideia de captura de sentidos, em processos mais sofisticados e fluentes ligados à produção do conhecimento, até a aprendizagem formal no ambiente escolar. Ao assumir uma perspectiva discursiva, Orlandi (1988, p.8) enumera consequências que ajudam a fixar o horizonte de preocupações teóricas desta vertente de compreensão: a leitura integra o processo da formação de sentidos; o sujeito-leitor tem uma

especificidade e uma história; sujeitos e sentidos possuem uma determinação histórica e ideológica; há variados modos de leitura; a vida intelectual dos sujeitos está relacionada “aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social” (p. 8).

Ou seja, esta lista de desdobramentos, que sintetiza o percurso enunciativo-discursivo, sinaliza a existência de um conjunto de exterioridades contextuais que incidem sobre a leitura. Há algo para além do texto, que transborda para o processo de compreensão leitora. Ao buscar entender a questão da legibilidade, por exemplo, Orlandi constatou que o que torna um texto legível não depende apenas dos seus fundamentos textuais – no caso, uma suposta clareza ou a sua qualidade estilística –, mas de um contorno, cuja natureza é histórico-discursiva: “a leitura, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade” (ORLANDI, 1988, p. 9). Ela entende que há uma historicidade no texto, mas também na própria ação da leitura, não só do ponto de vista evolutivo<sup>48</sup>, como das formações sociais que compõem o entorno da enunciação.

No modelo de leitura desenhado pela autora, há um *leitor virtual*, previsto, “inscrito no texto” (p. 9), e um *leitor real*, que entra em contato efetivo, vivo, com o texto<sup>49</sup>. O *leitor real* interage com este *leitor virtual*, o que, segundo Orlandi (1998), já interpõe uma barreira crítica às formulações interacionistas da leitura, que enxergam o fenômeno da compreensão e da formação de sentido como resultado exclusivo da interação entre o leitor e o texto. Haveria um intruso neste encontro, o *leitor virtual*, que não pode ser desprezado. Assim, dedicar-se excessivamente à objetividade do texto – ampliar os poderes do material escrito – seria absolutizar a mediação, afetando a sua historicidade, o fato incontornável de que há um sujeito localizado histórica e socialmente, encarregado da tarefa de compreender, mas exposto às condicionantes externas. A partir desta ponderação, Orlandi (1988) empresta uma primeira noção de leitura a este trabalho:

A leitura é o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante. É nesse momento que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao fazê-lo, desencadeiam o processo de significação do texto. Leitura e sentido, ou melhor, sujeitos e sentido se constituem simultaneamente, num mesmo processo. Processo que se configura de formas muito diferentes, dependendo da relação (distância maior ou menor) que se estabelece entre o leitor real e o leitor virtual (ORLANDI, 1988, p. 9-10).

---

<sup>48</sup> Como visto no Capítulo 2 desta tese.

<sup>49</sup> A concepção guarda sintonia com a proposta do *leitor-modelo* de Umberto Eco, já referida em nota no Capítulo 2.

Para a autora, a existência desta interlocução é um dos fundamentos do contexto do fenômeno leitor – ou da *situação de leitura*, como ela denomina –, mas não o único. Deve-se destacar, também, entre os componentes do processo, os *modos de leitura*, classificados em [a] possíveis, [b] propostos ou [c] pressupostos, que são “muito variáveis e certamente indicam diferentes formas de relação dos leitores com o texto”, funcionando como “elemento de organização” (p. 9) da interação. A relação entre autor, texto e leitor ocorre de tal maneira, que estaria desautorizada qualquer linha argumentativa que valorizasse a existência de [a] um autor onipotente sobre os resultados da significação; [b] a transparência do texto na definição de um único sentido para a leitura; e [c] um leitor onisciente, com capacidade dominante sobre todos os sentidos acionados por um texto. Todas estas posturas absolutizantes precisam ser vistas com reserva, porque há uma relação de posições “histórica e socialmente determinadas – em que o simbólico (linguístico) e o imaginário (ideológico) se juntam – que constitui as condições de produção da leitura” (ORLANDI, 1988, p. 11).

Outra ressalva feita por Orlandi (1988) é a noção de *incompletude*, ou seja, há sentidos implícitos e os que aparecem na relação de intertextualidade. Resumidamente, um texto desencadeia relações de sentido entre o que diz e o que não diz (caráter implícito) e também entre o que diz e aquilo que dizem outros textos (caráter intertextual). Admitir estas frestas de significação ajuda a confirmar a complexidade do fenômeno leitor, pois há elementos que não estão imediatamente visíveis no texto, mas que o sustentam e concorrem para sua significação. Haveria um caráter ideológico, histórico e social nesta constatação, além do aspecto linguístico, pois todo o discurso se imbrica em formações ideológicas essenciais à constituição dos diversos tipos de leitura:

De forma geral, podemos dizer que a atribuição de sentidos a um texto pode variar amplamente desde o que denominamos leitura parafrástica, que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) de um sentido que se supõe ser o do texto (dado pelo autor), e o que denominamos leitura polissêmica, que se define pela atribuição dos múltiplos sentidos ao texto (ORLANDI, 1988, p. 12).

Na perspectiva desta corrente, a leitura é produzida em condições determinadas, no interior de um contexto sócio-histórico, que precisa ser levado em consideração. A própria existência de uma história da leitura – como apresentado no Capítulo 2 – seria um indício relevante desta necessidade, pois “leituras que são possíveis, para um mesmo texto, em certas épocas, não o foram em outras, e leituras

que não são possíveis hoje serão no futuro” (ORLANDI, 1988, p. 86). Há leituras previstas para um determinado texto, embora, quando se pensa no movimento da significação, não se possa descartar alguns pressupostos desta previsibilidade relativa, como, por exemplo, a sedimentação dos sentidos de acordo com as condições em que são produzidos e a relação com os outros textos, como indício relevante de como o texto deve ser lido. A envolver a teia de articulações, entre outros fatores, ainda há a dependência de uma legitimação, pois “algumas leituras são mais legítimas do que outras” (p. 87). Além do fato de a leitura ter uma história, o leitor também tem a sua história particular e cumulativa de leitura<sup>50</sup>, presente à cena da significação:

As leituras já feitas configuram – dirigem, isto é, podem alargar ou restringir – a compreensão do texto de cada leitor específico. A inclusão da história nas condições de produção da leitura aparece, assim, caracterizando um dos seus aspectos: as leituras já feitas de um texto e as leituras já feitas por um leitor compõem a história da leitura quanto ao seu aspecto previsível. Mas também a imprevisibilidade resulta da história. Dessa forma, é ainda do contexto histórico-social que deriva a pluralidade possível – e desejável – das leituras. Quando me refiro à pluralidade das leituras não estou pensando apenas na leitura de vários textos, mas, sobretudo, na possibilidade de se ler um mesmo texto de várias maneiras. Este é um aspecto fundamental do processo de significação que a leitura estabelece (ORLANDI, 1988, p. 87).

Em outra obra, ao explicar como insere a sua abordagem em uma perspectiva da análise do discurso (AD), Orlandi (2001) aprofunda o detalhamento teórico. Ao tratar a linguagem como uma prática de mediação entre o homem e a realidade natural e social, a análise de discurso associa os aspectos linguísticos ao contexto ideológico-histórico-social, configurando um modo de produção social – o simbólico. O discurso, assim, seria aquilo que dá materialidade à dimensão simbólica, por meio de “efeitos de sentido”, produzidos entre os locutores (emissores e receptores), no interior de formas materiais, que são as “formas linguísticas encarnadas no mundo, significando os sentidos e os sujeitos e significando-se pelos sujeitos que as praticam” (p. 63). A interpretação é o ponto de confluência do processo. O sujeito-leitor entra em contato com a linguagem por meio da textualidade, o que produz os seus efeitos sobre a significação. “Essa materialidade textual já traz, em si, um *efeito-leitor*, produzido, entre outros, pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê” (p. 63-64).

---

<sup>50</sup> Ainda que pertencentes a tradições distintas, há um paralelo entre esta noção de Orlandi, a história de leitura de um determinado leitor, e uma das fontes para a formação do conjunto de informações que a Psicolinguística, em seus modelos e abordagens, denomina de *conhecimento prévio*.

O texto sempre está aberto às possibilidades de leitura, se visto como materialidade do discurso, como a unidade empírica do processo leitor. O que Orlandi (2001) chama de *efeito-leitor* “se dá no reconhecimento – identificação do sujeito, gesto de interpretação – de uma leitura no meio das outras. Como sabemos, não há fecho e não há início definitivos” (p. 70). Assim, a autora chega a uma nova definição de leitura, não revisando as anteriores mas aprimorando-as de acordo com a abordagem simbólico-discursiva:

Chegamos finalmente a uma outra definição de leitura: trabalho simbólico no espaço aberto de significação que aparece quando há textualização do discurso. Há pois muitas versões de leitura possíveis. São vários os efeitos-leitor produzidos a partir de um texto. São diferentes possibilidades de leitura que não se alternam mas coexistem assim como coexistem diferentes possibilidades de formulação em um mesmo sítio de significação (ORLANDI, 2001, p. 71).

Os trabalhos do linguista Oswald Ducrot também se filiam à vertente enunciativa das teorias discursivas da leitura. Para ilustrar a forma como a abordagem ducrotiana gera uma determinada concepção de leitura, é útil apresentar alguns conceitos presentes nas formulações teóricas do autor, tanto a teoria da argumentação na língua, quanto a teoria da polifonia, constituindo parte do campo da semântica linguística. Uma das marcas do pensamento do Ducrot é a constante reformulação. Influenciado por Émile Benveniste, de quem foi aluno, ele elabora uma teoria fundada nos *atos ilocutórios* e no papéis de locutor e enunciador no interior da enunciação. Mesmo que ultrapasse a dicotomia clássica língua-fala<sup>51</sup>, conforme esboçada por Ferdinand de Saussure, ao valorizar a enunciação pelos elementos do enunciado, não fora dele, Ducrot também se nutre do estruturalismo saussureano, fundado na relevância dos signos e nas relações que o material sígnico estabelece.

De acordo com o verbete "Ducrot", produzido por Leni Barbisan e Carmen Silva (2009) em Valdir Flores e outros (2009), a teoria da argumentação na língua, desenvolvida por Ducrot, e aprimorada com parceiros, até se chegar a formulações posteriores, como a teoria dos blocos semânticos, pode ser tratada como uma teoria argumentativa e enunciativa, porque “em todas as versões está em jogo a conversão da língua em discurso pelo locutor que faz escolhas para indicar a sua posição argumentativa no discurso e para constituir seu alocutário [*destinatário previsto, não*

---

<sup>51</sup> Uma das dicotomias com que o pioneiro da Linguística estrutura suas concepções teóricas no seu **Curso de Linguística Geral**. Enquanto a língua tem um caráter coletivo, mais homogêneo e social; a fala é a expressão individual do uso da língua. A dicotomia língua-fala alicerça a abordagem estruturalista sobre linguagem que seria esboçada mais adiante.

*empírico*] neste discurso, convocando-o a se enunciar” (p. 249). Por trás desta perspectiva relacional, também há um leitor virtual, previsto no texto, que engatilha as possibilidades de leitura nas situações concretas, reais.

Entre outras possibilidades teóricas oferecidas por sua obra, a concepção de leitura de Ducrot está embutida na ideia de uma semântica argumentativa, na medida em que ele parte da ideia de que o sentido de uma frase, ou de um texto, está na articulação que se estabelece no encadeamento das palavras de um determinado enunciado. Ao explicar os fundamentos do pensamento de Ducrot, aplicados à pesquisa da leitura, Neiva Gomes (2016) destaca que a teoria de Ducrot pensa o discurso como o conjunto de usos que um locutor faz da língua, organizando enunciados, o que não deixa de sinalizar uma proximidade com a pragmática. Gomes (2016, p. 3) entende que as proposições de Ducrot levam à aceitação da ideia de que a significação de uma palavra está sempre em relação combinada com outras palavras, no interior de determinados enunciados, a partir de encadeamentos semânticos. Em consequência, “ler, nesse sentido, é perceber os sentidos que se constroem a partir das combinações de unidades linguísticas em um texto: palavras, expressões, segmentos que constituem os enunciados” (GOMES, 2016, p. 3).

Outra perspectiva relevante para os estudos sobre a leitura, dentro da *visão discursivo-enunciativa*, é a proporcionada pela análise do discurso (AD). Conforme Sírio Possenti (2001), a análise do discurso nasceu justamente para oferecer uma resposta à questão de “como ler”. A leitura, segundo o autor, sempre esteve no centro das preocupações da corrente, inclusive entre os seus precursores, como Michel Pêcheux que, por meio de sua visão peculiar da AD, teria trabalhado na direção de propor uma “teoria não subjetiva da leitura” (p. 19). Possenti (2001) lembra que haveria dois grandes caminhos analíticos da AD em torno da leitura, sendo que, em cada um deles, a própria palavra *leitura* mereceria ser reconhecida com significados diferentes. A primeira vertente dedicou-se a estudar o “dispositivo social de circulação de textos”<sup>52</sup> (p. 20), sem focar na questão do sentido. A segunda vertente prende-se à questão do sentido. Nesta segunda linha, os aspectos da circulação, centrais na

---

<sup>52</sup> Conforme Possenti (2001), “suas questões típicas seriam relativas a quais textos circulam em quais espaços em quais épocas e por que razões” (p. 20). Assim, trata-se de um caminho analítico focado nas questões da circulação do material escrito (discursivo), com desdobramentos inclusive sobre o mercado leitor em alguns estudos. Esta primeira perspectiva trabalha com os mecanismos de controle que uma determinada sociedade pode exercer sobre a circulação de certo tipo de discurso. Também a segunda vertente, a do sentido, está interessada no controle (restrições), mas naqueles oriundos do texto (linguísticos), enquanto a primeira busca entender os de natureza externa ao texto (censuras, proibições, seleções).

primeira vertente, interessam apenas na proporção em que afetam a formação de sentido. Valendo-se das ideias de Pêcheux para apresentar a perspectiva, Possenti (2001) ressalta o projeto da AD de encontrar uma fórmula objetiva para a análise dos textos, reconhecendo que a língua, instrumento de acesso ao texto, é originalmente subjetiva.

A primeira resposta da AD é conduzir uma investigação de caráter institucional sobre o discurso: “a leitura não é a leitura de um texto como texto, mas como discurso, isto é, na medida em que é remetido às suas condições, principalmente institucionais, de produção” (p. 24). O autor defende que o empreendimento epistemológico da AD justificou-se pela ambição de encontrar um conjunto de critérios que permitisse a leitura objetiva, fornecendo um grupo de fatores restritivos das possibilidades de leitura de um determinado texto:

O pertencimento de um enunciado (ou palavra) a uma formação discursiva limita as interpretações possíveis do enunciado (e da palavra); o pertencimento de um enunciado (ou de uma palavra) a um gênero e não a outro configura-se, por sua vez, como um limite para sua interpretação; a relação entre um texto e um autor (e outros textos do mesmo autor e outros textos de um certo tipo) são outros fatores de restrição a uma suposta liberdade de interpretar ou a eventuais interpretações que o enunciado poderia receber, se considerados apenas sua forma estritamente linguística e/ou seu contexto imediato (POSSENTI, 2001, p. 24).

Ainda que tenha perseguido a organização de um aparato objetivo para analisar a leitura, a AD admite a possibilidade de existirem muitas leituras para um mesmo texto. Assim, o projeto metodológico desta linha de investigação não pode ser visto como a defesa de uma unicidade do ponto de vista da compreensão e dos sentidos. A AD não reivindica o papel de autorizar determinadas leituras, e não outras, mas se debruça sobre os recursos usados por quem lê, da forma como lê. Ao localizar o núcleo das preocupações da AD, Possenti (2001) apresenta um breve inventário de deslocamento do elemento central, focalizado para se entender como alguém lê como lê: inicialmente o autor, posteriormente o texto (valorizado por toda a tradição estruturalista, mas que se mostrou insuficiente) e, por fim, o leitor, foco de inúmeras perspectivas contemporâneas:

Chegou-se ao leitor, que é exatamente o que lê o que nem o texto diz e/ou que opta entre as muitas coisas que um texto diz, ou ainda que *fica* com todas as coisas que um texto diz ao mesmo tempo, ou, alternativamente, que numa leitura fica com uma coisa e em outra com outra – sejam essas leituras separadas ou não por grandes lapsos de tempo. Parece incontestável que quem lê é o leitor (POSSENTI, 2001, p. 27).

O autor sublinha um elemento fundamental da visão da AD sobre a leitura, qual seja, o papel do leitor e a sua suposta liberdade na construção da significação. A tradição da AD trabalha com critérios limitadores, cuja operação acaba por autorizar ou não determinadas leituras. "Ela (*a AD*) não acredita que haja sujeitos individuais que leiam *como querem*, mas sim, que há grupos de sujeitos (situados em determinada posição) que leem como leem porque têm a história que têm" (POSSENTI, 2001, p. 28). Os três polos do fenômeno – autor, texto e leitor – precisam ser encarados com a mesma relevância, e esta relevância não pode ser definida aprioristicamente, sem se considerar inúmeros fatores, como, por exemplo, o *tipo de texto* que se está lendo, o que inclui os textos de natureza jornalística. Assim, não haveria o sujeito livre, pleno condutor dos movimentos da significação, mas uma necessária submissão do ente leitor às “restrições do discurso” (p. 28):

Penso que se pode defender a ideia de que o árbitro definitivo da leitura é o texto, desde que o texto seja concebido discursivamente, isto é, seja tomado como submetido a todas as restrições históricas que normalmente o afetam, e que afetam, portanto, seu autor e seu(s) leitor(es), submetendo-os tanto às regras de circulação quanto às de interpretação (POSSENTI, 2001, p. 30).

Um dos principais representantes da perspectiva da AD é o pensador russo Mikhail Bakhtin, cuja relevância da obra se estende por várias ramificações do conhecimento humano, tendo sido um dos mais significativos formuladores do século 20 a respeito das questões da linguagem. Em síntese, Bakhtin entende que a linguagem se concretiza na interação verbal, sendo que, nela, a noção de *diálogo*, em um sentido amplo, ancora-se no plano social, nas situações concretas de comunicação, sejam faladas ou escritas, e manifesta-se por meio das enunciações. “A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por seu auditório” (BAKHTIN, 1992, p. 125). Nessa linha de argumentação, não existiriam palavras neutras, articuladas e expostas às situações concretas de leitura, em contextos comunicacionais de fala ou escrita, pois “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (p. 99).

No meio de uma vasta e rica obra, destacam-se, pelos menos, duas formas de enxergar a leitura do ponto de vista bakhtiniano, a primeira pelos [a] conceitos de interação verbal e a segunda pelas [b] noções que subsidiam os conceitos de tema e



significação<sup>53</sup>. Ambas são mobilizadas por uma perspectiva de natureza social, não individual. O ato de leitura, tomado como construtor do sentido, para Bakhtin, é sempre dialógico – fundado na noção central de *diálogo*<sup>54</sup> dentro do pensamento do autor – e se manifesta por meio da interação e do conflito de vozes, seja do texto, do autor, do leitor, de outros textos, de outros interlocutores da vida social e do contexto histórico-social que circunda todos os integrantes do processo. “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 1992, p. 113).

A palavra, etapa crucial da construção do sentido<sup>55</sup>, possui duas faces, uma para o interior de quem a emite, a partir de um estoque de alternativas social e ideologicamente determinadas, e outra exterior, a sua materialização para o uso. A palavra se articula a partir de um contexto de interação verbal, com duas faces indissociáveis, uma relacionada ao fato de que procede de alguém, materializada, o locutor (autor), e outra ligada à constatação inevitável de que se dirige a um *outro*, o ouvinte (leitor). “Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN, 1992, p. 113). Assim, a natureza da palavra, e de seus desdobramentos em planos superiores de articulação textual (como a frase e o texto em si), é sempre socialmente dirigida, no ambiente desta interação, a ponto de o pensamento bakhtiniano considerar que, tanto a situação de interlocução e interação verbal imediatas, quanto o perfil dos participantes (interlocutores) podem determinar a forma e o estilo das enunciações. A leitura, deste modo, instaura-se no espaço e na zona fronteira da interlocução.

A concepção de interação verbal vincula todo ato de comunicação verbal à situação concreta na qual ela ocorre. Por isso, sempre estaria acompanhada de atos sociais de natureza não verbal (como gestos e rituais, entre outras possíveis circunstâncias). “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal

---

<sup>53</sup> Haveria outras, mas detalhá-las escaparia aos limites desta tese e de uma seção cujo objetivo é apenas ilustrar alguns percursos a respeito da variedades das concepções sobre a leitura.

<sup>54</sup> Conceito a partir do qual o pensamento de Bakhtin estrutura outras ideias importantes da sua formulação teórica, como a *polifonia* e a *intertextualidade*. O *diálogo* fundamenta a concepção de interação, em situações concretas de uso da linguagem, na qual a posição do receptor (leitor ou interlocutor) ganha relevo, com postura ativa, diante do discurso arquitetado pelo polo emissor das mensagens (locutor), seja em casos prosaicos de comunicação ou de fruição de bens culturais mais sofisticados como um romance. Em um certo sentido, a ideia guarda relação com todas as formulações posteriores que iriam proclamar a noção de *leitor ativo* nas situações de leitura.

<sup>55</sup> Mas não a única, já que existem alguns níveis de processamento cognitivo da leitura, como se verá adiante, cujo estopim é o reconhecimento visual das letras, a identificação dos fonemas, e assim sucessivamente.

concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 1992, p. 124). O vínculo com as situações concretas também teria repercussão metodológica, fixando uma recomendação de sequência analítica para o estudo dos fenômenos da língua, entre eles a leitura: primeiro deveriam ser analisadas [a] as formas dos tipos de interação verbal nos contextos concretos em que se realizam; em um segundo momento, as [b] enunciações, os atos de fala de maneira isolada e em ligação estreita com a interação da qual são elementos constituintes, sem esquecer que são determinadas ideologicamente; por último, o exame da língua, em sua interpretação linguística mais habitual, corriqueira. Esta ordem respeita o que Bakhtin aponta como o seu modelo para a própria evolução real da língua:

as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas do ato de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua (BAKHTIN, 1992, p. 124).

Se ler, entre outras possibilidades, é acessar o significado do material escrito, os conceitos de *significação* e *tema* oferecem uma segunda porta de entrada no universo da leitura, a partir do aparato bakhtiniano. Pensando em que se constituiria o processo de leitura, a partir do binômio tema-significação desenvolvido em Bakhtin (1992), o significado de uma enunciação seria o passo preliminar para se chegar ao *tema*. O *tema* habita um plano superior da compreensão, enquanto a *significação* está em um patamar inferior, preliminar. O *tema* de uma determinada enunciação seria individual e não reiterável, acessado, tanto a partir das formas linguísticas, quanto pelo contexto da comunicação concreta, a cada situação histórica que deu vida a qualquer enunciação. Já a *significação* é o resultado da apreensão de todos os elementos da enunciação reiteráveis e idênticos a cada situação de leitura. Trata-se de um potencial aguardando uma circunstância concreta de enunciação para materializar um sentido específico na situação dialógica de interlocução. É como se o acesso ao *tema* se desse por intermédio da *significação*:

O tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em devir. A significação é um aparato técnico para a realização do tema. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa (BAKHTIN, 1992, p. 129).

Em síntese, pode-se dizer que a perspectiva discursiva, relevante em uma série de estudos, valoriza os aspectos contextuais e sociais do fenômeno leitor, sublinhando as condições concretas e materiais de produção e fruição do escrito, com destaque às estratégias individuais e às interações entre os atores da interlocução. Destacando conceitos sociológicos e antropológicos, a leitura é tratada como uma prática discursiva, em que a habilidade do leitor efetiva-se na relação com o texto e com outros textos. A abordagem valoriza [a] o papel do leitor; [b] os sentidos constituídos historicamente; e [c] os discursos, conhecimentos e práticas de toda a natureza, embutidos no texto, que não possui um único sentido, mas vários, determinados social e ideologicamente.

### 3.1.2 Percurso funcionalista

A abordagem funcionalista também enxerga a leitura no âmbito de uma operação de linguagem, em um determinado contexto. Há, pelos menos, duas tradições de pesquisa, uma de inspiração europeia<sup>56</sup> e a segunda nos EUA, ambas preocupadas em oferecer uma alternativa de análise a partir de uma situação comunicativa concreta, constituindo-se em um deslocamento em relação aos esforços que se concentravam em analisar os fenômenos linguísticos apenas a partir da estrutura da língua. Conforme Angélica Cunha (2011), “a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica seu uso” (p. 157). O papel da comunicação – portanto, o uso – é central no esquema funcionalista, que poderia ser resumido a partir de dois princípios gerais: “[a] a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; [b] as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico” (CUNHA, 2011, p. 158).

Também em relação ao desenvolvimento da linguagem, há uma distinção fundamental entre a perspectiva funcionalista e a gerativista<sup>57</sup>. Enquanto esta concebe

---

<sup>56</sup> Desenvolvida inicialmente pela Escola de Praga, que projetou sua perspectiva a partir de estudos sobre aspectos fonológicos, o grupo opôs-se à visão estrutural saussuriana, sintetizada pela oposição sincronia-diacronia. No desenvolvimento dessa abordagem, consagraram os termos *função* e *funcional*, aplicados a partir de parâmetros pragmáticos e discursivos. Seus integrantes e pesquisadores influenciados por ela enfatizaram o caráter multifuncional da linguagem. Outros desdobramentos da vertente europeia foram conduzidos pela Escola de Genebra e pela Escola de Londres, da qual Michael Halliday foi um dos componentes.

<sup>57</sup> A perspectiva gerativista foi inaugurada por Noam Chomsky e dela deriva, em parte, o ramo psicolinguístico. O linguista norte-americano foi um dos pioneiros na contraposição aos limites da corrente comportamentalista (behaviorismo) e de suas propostas para pensar a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, com base em

a linguagem como uma habilidade inata, oriunda de uma capacidade humana específica para a aprendizagem, aquela entende que a linguagem se desenvolve a partir das necessidades e habilidades de comunicação, municiadas por uma dotação cognitiva, que se soma, ainda, a variáveis sociais. O aspecto cognitivo também é contemplado pela abordagem funcionalista:

A visão funcionalista de cognição assume que a linguagem reflete processos gerais de pensamento que os indivíduos elaboram ao criarem significados, adaptando-os a diferentes situações de interação com outros indivíduos. Ou seja, os conceitos humanos associam-se à época, à cultura e até mesmo a inclinações individuais caracterizadas pelo uso da linguagem (CUNHA, 2011, p. 158).

Como visto, o funcionalismo que, muito embora se apresente como um agrupamento de perspectivas, engloba uma variedade de abordagens, situa-se em oposição ao estruturalismo e ao gerativismo que, concentrados nos aspectos formais, não valorizam os fenômenos externos à língua. Há pelo menos duas tendências ligadas à perspectiva funcional, sinalizando distintas ênfases nos aspectos formalistas, ou, dito de outra forma, na dependência dos aspectos linguísticos em relação às funções externas. Uma linha mais radical chega a afirmar que as funções externas definem até mesmo as categorias gramaticais. Já a vertente mais moderada, na qual é possível incluir o trabalho do linguista britânico M.A.K.<sup>58</sup> Halliday, concilia a função externa com as formas linguísticas e sua organização dentro de sistemas, convocando, tanto a Semântica, quanto a Pragmática, para colaborar na análise dos fenômenos de uso da língua, entre eles a leitura.

Apenas para ilustrar uma abordagem composta por várias perspectivas e modelos, vale aprofundar um pouco as ideias de Halliday, cuja concepção de linguagem o aproxima das vertentes sociais e, portanto, das condições concretas de uso (ou seja, a comunicação). Todas as formulações do linguista, conforme Cunha (2011), estão centradas em um conceito ampliado de *função*, que inclui, tanto as funções desempenhadas por enunciados e textos, quanto as funções das diversas unidades dentro de uma determinada estrutura. Halliday defendeu a necessidade de se estudar o desenvolvimento da linguagem em cada indivíduo, a partir do “contexto dos papéis sociais que os indivíduos desempenham” (CUNHA, 2011, p. 162). Ou seja, estabelece

---

estímulos e respostas externos ao indivíduo. O gerativismo preconiza a existência de uma gramática geral interna, que embasa a capacidade de operacionalização da linguagem.

<sup>58</sup> Abreviatura com a qual o linguista britânico Michael Alexander Kirkwood Halliday assina sua produção.

um diálogo com a perspectiva psicolinguística, que também sublinha a dimensão social. Cunha (2011) lembra que um conceito que Halliday ajudou a consolidar na Linguística – o de *informação*, como “processo de interação entre o que já é conhecido ou predizível e o que é novo ou imprevisto” (p. 162) – também o aproxima das perspectivas interativas.

Para Halliday (1985), o funcional é considerado em pelo menos três perspectivas correlacionadas: [a] a do texto; [b] a do sistema; e [c] a da estrutura linguística. A primeira refere-se ao contexto de uso do texto: “a linguagem foi desenvolvida para satisfazer necessidades humanas, e a forma como ela foi organizada é funcional na medida em que atende estas necessidades de uma maneira não arbitrária” (HALLIDAY, 1985, xiii)<sup>59</sup>. A segunda perspectiva, a do sistema em funcionamento, tem a ver com a formação do significado, organizado a partir de dois tipos de significação: um *ideacional*, de natureza reflexiva, e outro *interpessoal*, ou ativo. As duas respondem aos dois propósitos mais gerais, subjacentes aos usos da linguagem: [a] entender o ambiente; [b] agir sobre os outros, naquele ambiente. Já a terceira noção funcional diz respeito ao papel de cada elemento da linguagem no sistema linguístico.

O cerne da concepção funcionalista aparece em Halliday (1979), quando o autor apresenta a sua abordagem de adaptação da língua aos usos funcionais. Os interlocutores, o leitor, por exemplo, desempenham uma função em um determinado contexto comunicativo, a leitura, que se materializa em decorrência da construção do significado. Estes usos são denominados de *macro-funções*, pelo autor, e ajudam a classificar as possibilidades de interação contextual. A *macro-função ideacional*, por exemplo, responde ao esforço de usar a língua para expressar um conteúdo em termos da experiência do falante e da comunidade linguística. A segunda *macro-função* é a *interpessoal*, em que a linguagem é utilizada para a relação com outras pessoas. Halliday (1979) acrescenta uma terceira, a *textual*, que representa as articulações do material escrito dentro da sua própria estrutura.

Os diversos usos sociais da língua oferecem seus significados potenciais, tendo como eixo da leitura a gramática – “o mecanismo linguístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da língua, e as realiza em uma forma estrutural unificada” (HALLIDAY, 1979, p. 157) – que organiza os conjuntos

---

<sup>59</sup> “Language has evolved to satisfy human needs; and the way it is organized is functional with respect to these needs – it is not arbitrary” (no original em inglês).

semânticos, a partir dos quais o falante/leitor seleciona aqueles que pretende usar, em contextos específicos. Conforme Halliday (1979), porque a língua cumpre uma função ideacional é que podemos utilizá-la de forma generalizada, para comunicar uma experiência. Já a função *interpessoal* estabelece o potencial de entendimento e garante o uso em situações de expressão pessoal e interação social<sup>60</sup>. Mas é a função *textual* que serve de substrato para as duas primeiras, pois trata da relação da língua com ela mesma e com o seu contexto de uso. A função social da língua é essencial para compreender a língua como um sistema. Neste caso, a leitura materializa um dos potenciais significados, de acordo com o contexto de uso, como resultado de uma determinada competência comunicativa, situações sobre as quais é pertinente admitir uma determinada influência do suporte e das narrativas específicas que circulam pelos ambientes digitais.

### 3.1.3 Percurso cognitivo

Uma ampla gama de estudos sobre a leitura aposta na compreensão do fenômeno leitor a partir do viés cognitivo, incluindo neste grupo todas as abordagens proporcionadas pela Psicolinguística, opção teórica e metodológica desta tese. O valor de tais concepções é dado pela capacidade de oferecer modelos conciliatórios a respeito do que acontece no momento da leitura, a partir do tripé autor, texto e leitor. Seriam, desta maneira, perspectivas mais abrangentes.

Há um processo evolutivo até se chegar ao atual estágio dos estudos cognitivos. Ao resumir o desenvolvimento das pesquisas a respeito da compreensão leitora, Otilia Souza (2015) destaca que uma reflexão de matriz behaviorista predominou entre as décadas de 1920 e 1970, ainda que não de maneira homogênea, nos círculos linguísticos. Trata-se de uma tradição de investigação que se concentrava no comportamento concreto e observável, o que, no caso da pesquisa sobre a leitura, exigia que se estivesse sempre orientado para o produto, "sendo valorizados a correção, a fluência e testes de capacidade leitora" (p. 71). Assim, o produto final de todo o processo de leitura – ou seja, a compreensão – estava muito próximo da ideia de decifração: ler significava entender o que fosse repetido.

Depois do predomínio behaviorista, instaurou-se, conforme Souza (2015), a ênfase cognitivista, que entende a leitura como "uma atividade cognitiva de resolução

---

<sup>60</sup> Mais relevante na investigação sobre a linguagem oral.

de problemas" (p. 71). No início dos anos 1980, novos estudos, com esta marca, ganharam terreno. A leitura passou a ser entendida mais como um procedimento cognitivo do que visual, quer dizer, não se explicaria apenas pelos mecanismos de captação sensorial dos sentidos, mas pela cognição desencadeada nos meandros dos circuitos neuronais. Esta nova tradição também posicionou a leitura em um patamar mais interativo, em que o papel do leitor começou a ser considerado como mais ativo, em que as circunstâncias de comunicação, entre elas o suporte, conquistam relevância na compreensão do ato leitor.

Souza (2015) afirma que são três as principais perspectivas cognitivistas: a *ascendente*, a *descendente* e a *interativa*, todas vinculadas a uma visão de leitura como processamento. Nas duas primeiras, o fenômeno leitor transcorreria a partir da sucessão de etapas fixas. Na terceira, de maneira conciliatória, ocorreria uma operação em paralelo, simultânea, entre as duas rotas, a *ascendente* e a *descendente*. A autora faz uma apresentação didática dos modelos, que vale repetir, pois a caracterização ajuda a inventariar a variedade de perspectivas a respeito do que ler significa, foco deste capítulo. O primeiro modelo é o *descendente*, no qual o leitor deposita e articula seus *conhecimentos prévios*<sup>61</sup> e sua experiência no seu encontro com o texto. Ambos servem, de acordo com a autora, como "enquadramento à reconstrução da significação" (SOUZA, 2015, p. 71).

De acordo com esta perspectiva, o leitor coloca os olhos em uma passagem do material escrito e coteja o texto com estes subsídios, tanto quanto com informações contextuais, com vistas a propor hipóteses sobre o que está lendo, podendo confirmá-las ou não. Desta forma, dosa o acesso à significação, ou, "dito de outro modo, o leitor coteja os sentidos do texto com o conhecimento e experiências que já possui e, deste modo, tem acesso aos sentidos do texto" (p. 71). Os *conhecimentos prévios* organizam esquemas conceituais, que atuam em favor do reconhecimento, da integração e da compreensão da informação nova acessada pelo ato de leitura. Lembrando uma proposição de Kenneth Goodman que, ao lado de Frank Smith<sup>62</sup>, é um dos representantes desta corrente, ler envolveria uma certa dose de adivinhação, na medida em que o leitor busca antecipar possíveis significados no texto. Assim, "o leitor

---

<sup>61</sup> Uma das *variáveis intervenientes na leitura*, que será detalhada mais adiante.

<sup>62</sup> Os dois autores são representantes da perspectiva psicolinguística. Goodman elaborou a lista de *variáveis intervenientes na leitura* que serão usadas nesta tese, no momento em que for proposto um modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística*.

apoia-se em comportamentos de antecipação, guiado por dados contextuais e por estratégias descendentes, trata o material de leitura dos níveis mais elevados até ao nível mais baixo (por exemplo, reconhecimento de palavras)” (SOUZA, 2015, p. 72).

O segundo modelo é o *ascendente*, pelo qual, segundo os seus formuladores, a significação é construída, fundamentalmente, a partir do que está escrito. A construção do significado guarda relação com o conhecimento da sintaxe e do vocabulário, independente do peso daquilo que compõe os *conhecimentos prévios* do leitor. A compreensão surge a partir das proposições extraídas do que está manifesto no texto. Pensando em um contraste com o primeiro modelo, "enquanto no primeiro modelo se parte da significação para o texto; no segundo, o leitor parte do texto para a significação (com enfoque na palavra e na frase)" (SOUZA, 2015, p. 71). A informação circula dos níveis mais baixos para os níveis mais altos, o que explica a metáfora da denominação (*ascendente*). A memória visual das letras – o registro sensorial da fixação do material impresso, que é o ponto de partida da memória acústica – aciona o reconhecimento das palavras, que dispara o acesso ao significado por meio da memória semântica. “Quando houver material lexical suficiente, ocorre uma interpretação sintática e semântica que origina a compreensão. Esta deriva, segundo este modelo, do texto, sem recurso ao contexto como meio facilitador da interpretação” (p. 72).

O terceiro modelo é o *interativo*, que combina as modalidades *ascendente* e *descendente*, de forma simultânea. Este modelo prevê que o fluxo de informações alterne os dois caminhos, dependendo de três fatores elencados por Souza (2015): as características do [a] texto, [b] do contexto e do [c] leitor. Pelo fato de tratar o processamento de informações de forma paralela, a perspectiva *interativa* pressupõe que o leitor fixe hipóteses sobre o que está lendo, ora recorrendo aos níveis mais baixos – ao texto e aos seus elementos –, ora aos níveis mais elevados, o conjunto de esquemas mentais que ajudam a compor o seu *conhecimento prévio*:

Assim, quando o leitor lê, coloca hipóteses ou faz previsões, lê palavras que têm a ver com as suas previsões, continua a antecipar e a ler palavras até que o texto lhe coloque problemas. Pode ignorar e acumular os problemas até que haja uma quebra na compreensão. Havendo quebra na compreensão, o leitor estabelece novas hipóteses e retoma o ciclo de antecipação e de leitura de palavras (SOUZA, 2005, p. 71).

Em decorrência do potencial conciliatório em relação aos modelos *ascendente* e *descendente* – irremediavelmente “fraturados”, na expressão usada por Souza (2015), pela divergência quanto ao foco da significação, se, no leitor, a partir de suas experiências ou saberes, ou no texto, decifrado por um processo de decodificação – o



modelo *interativo* tem predominado. Nas formulações *interativas*, o leitor reconstrói o sentido, combinando os seus conhecimentos com as informações produzidas pelo contexto do ato leitor. Três fatores são colocados em ação: [a] as características do sujeito leitor; [b] as características do texto; e [c] as características do contexto social em que ocorre a aprendizagem da leitura<sup>63</sup>. Os três podem ajudar a entender, por exemplo, o tipo de mudança na modalidade de *leitura jornalística* na transição do papel para as telas, objeto desta investigação, na medida em que leitor, texto e contexto alteram seus fundamentos neste deslocamento de suporte.

Souza (2015) aponta, ainda, a existência de um certo consenso em torno do tipo de bagagem que o leitor carrega até a cena da leitura: "cognição, afeto e experiências" (p. 73). Para entender qualquer material escrito, seja de natureza literária, utilitária ou jornalística, o leitor precisa estabelecer pontes entre os seus conhecimentos e o texto. E quais seriam os características do leitor úteis ao andamento desse processo, que poderiam aderir ao fluxo da significação? A autora enumera: [a] conhecimentos prévios; [b] conhecimentos metacognitivos; [c] capacidades socioculturais; [d] conhecimentos de vocabulário; [e] motivações; [f] gêneros; e [g] níveis de desenvolvimento.

Já os conhecimentos pessoais, canalizados para a cena leitora são variados: [a] conhecimento (implícito e explícito) sobre a língua, nos diversos níveis (fonológico, sintático, semântico, pragmático); [b] conhecimento sobre o mundo; [c] experiências de vida; [d] experiências de leitura; e [e] esquemas. A quantidade e a qualidade destes conhecimentos interferem na compreensão do texto, da mesma maneira que a quantidade de informações que o leitor absorve, a partir da leitura, depende dos conhecimentos preexistentes a respeito do tema do texto. O material escrito é o segundo polo do processamento do texto de acordo com a perspectiva cognitiva. Os tópicos sobre o texto, que ganham relevância no instante da leitura, de acordo com Souza (2015), são: [a] tipos de texto; [b] nível do texto (básico ou competente); [c] organização do texto; e [d] atenção ao leitor.

A abordagem cognitiva se apresenta por meio de diversas formulações. Mary Kato (1999), por exemplo, sistematiza uma visão da leitura como uma espécie de processo de decodificação em que a informação nova se integra ao *conhecimento prévio* do leitor a respeito do mundo, e da realidade que o rodeia, assim como à

---

<sup>63</sup> O mesmo princípio de tripartição fundamenta o modelo de Jocelyne Giasson (2000) que fornecerá a base para o modelo psicolinguístico de análise da *leitura jornalística* que será proposto.

informação disponível já oferecida pelo texto. Na mecânica leitora apresentada pela autora, o processamento da informação ocorre por uma das duas vias, a *ascendente (bottom-up)* ou a *descendente (top-down)*. As duas linhas configuram duas diferentes hipóteses teóricas sobre o processamento da leitura. É o mesmo tipo de classificação pretendida por outros teóricos do fenômeno leitor, que buscam esta caracterização em referências proporcionadas pela linguística estruturalista (no caso do processamento *bottom-up*) ou da psicologia cognitivista (na abordagem *top-down*). Corroborando o esboçado por Solé (1998), Kato (1999) propõe uma concepção da leitura a partir deste duplo movimento, usando a sua caracterização para definir uma tipologia do leitor a partir da forma como o sujeito dosa as duas vertentes, durante o instante da leitura.

A partir das proposições de Kato (1999), projetando uma perspectiva psicolinguística, o processamento *descendente (top-down)* ocorreria a partir de uma abordagem não linear, que faz “uso intensivo e dedutivo de informações não lineares” (p. 50), deslocando-se do macro para a microestrutura. Já o processamento complementar, o *ascendente (bottom-up)*, faria um uso “linear e indutivo de informações visuais, linguísticas, e sua abordagem é composicional, isto é, constrói o significado através da análise e da síntese do significado das partes” (p. 50). Em torno dos dois modelos, já avaliados neste trabalho pelas considerações de Souza (2015), é possível organizar três perfis de leitores. O primeiro seria o que privilegia o modelo *descendente* e, portanto, leria com maior autonomia, valendo-se mais dos seus conhecimentos prévios do que das informações emanadas do texto. O segundo é o leitor que estrutura o significado a partir das bases do texto, com baixa capacidade, por exemplo, de ler nas entrelinhas. Já o terceiro tipo de leitor, derivado do esquema de Kato (1999), seria o que a pesquisadora denomina de *leitor maduro*:

É aquele que usa, de forma adequada e no momento apropriado, os dois processos complementarmente. É o leitor para quem a escolha desses processos é já uma estratégia metacognitiva, isto é, é o leitor que tem um controle consciente e ativo de seu comportamento (KATO, 1999, p. 51).

Assim, na visão de Kato (1999), o *leitor maduro*, cognitivamente falando, é aquele que combina, de forma eficiente, os dois movimentos, nem sempre no plano consciente, mas como se procedesse a partir de uma postura automatizada. A porção *descendente* do processamento, que depende parcialmente da informação visual, resulta do *conhecimento prévio* aportado pelo leitor ao ato de leitura. Como será explicado mais adiante, no detalhamento da perspectiva psicolinguística, a partir das ideias de Leffa (1996), o processamento *descendente* é acionado pelo estímulo visual,

convocando *esquemas* e *subesquemas* conceituais. Estes *esquemas* estariam armazenados na *memória de longo termo*<sup>64</sup>. São dinâmicos e plásticos diante do aperfeiçoamento do nosso conhecimento do mundo, operando em todos os níveis do ato leitor, o fonológico, o lexical, o sintático e o semântico. Os *esquemas* são

pacotes de conhecimento estruturados, acompanhados de instruções para o seu uso. Tais esquemas ligam-se a subesquemas e a outros esquemas formando uma rede de interrelações que podem ser sucessivamente ativadas. Cada esquema ou subesquema representa objetos ou eventos em sua forma normal, canônica, de tal forma que quaisquer objetos ou eventos, ou até mesmo raciocínios, podem ser reconhecidos ou compreendidos em sua variação, a partir do seu protótipo. Neste sentido, os esquemas assemelham-se a teorias por serem capazes de predizer situações novas não experienciadas pelo compreendedor (KATO, 1999, p. 52).

Na proposta da leitura de Kato (1999), os *esquemas* conceituais preenchem de significado determinadas variáveis, conduzindo o processo leitor ao estado de significação e posterior compreensão. Cada leitor combina estes recursos de acordo com o seu estoque de *esquemas*. Ela entende que o mesmo tipo de leitor pode variar o tipo de processamento adotado no momento da leitura, dependendo do texto “conter ou não esquemas que lhe são familiares” (p. 62). Desta forma, dois tipos de leitor são idealizados: o leitor analisador de informações visuais das partes do material sujeito à significação – integrante dos modelos *ascendentes* da leitura –, e o leitor construtor, ancorado nos *conhecimentos prévios* e na capacidade inferencial, que se lança a predições, em um processo detalhado por Goodman (1991). Kato entende que o *leitor maduro*, referido anteriormente, é aquele idealizado no papel de analisador-construtor, fruto de uma necessidade de atuação complementar entre os dois modelos de leitura. A relação do leitor, com o material escrito, também envolve um princípio cooperativo. Conforme Kato (1999, p. 69), se uma versão mais ingênua da leitura define a prática como “um ato de adivinhação das intenções do autor”, as formulações mais elaboradas avançam na direção de fixá-la como um “ato de comunicação<sup>65</sup>, regido por

---

<sup>64</sup> Nos modelos psicolinguísticos de leitura, a *memória de longo prazo* ou *memória de longo termo* seria o material armazenado com as referências mais profundas e, portanto, sedimentadas, acionadas durante o processamento cognitivo da leitura. Aquilo que está configurado como conhecimento permanente, independente das situações concretas de uso. Em uma definição de Smith (2003, p. 364), é “a totalidade do conhecimento e crenças de um indivíduo sobre o mundo, incluindo sumários de experiências passadas no mundo e modos de interagir com elas”. A noção será trabalhada em outro ponto da tese.

<sup>65</sup> De alguma forma, a ideia remete à concepção de Jürgen Habermas sobre a ação comunicativa. Em sua teoria do agir comunicativo, Habermas atribui um papel racional à comunicação, expandindo os parâmetros da racionalidade para além do ambiente objetivo das ciências iluministas. Valendo-se de regras de conversação, a ação comunicativa seria capaz de gerar consensos, por meio de uma interação regida por *pretensões de validade*. Ou seja, um processo fundado na ideia de cooperação.

regras conversacionais, isto é, um contrato de cooperativismo” (p. 69)<sup>66</sup>. Outro fundamento do modelo de Kato (1999) é a *estratégia de leitura*, que reúne um conjunto de habilidades, que seriam

[a] a de encontrar parcelas (fatias) significativas do texto; [b] a de estabelecer relações de sentido e de referência entre parcelas do texto; [c] a de avaliar a verossimilhança e a consistência das informações extraídas; e [d] a de inferir o significado e o efeito pretendido pelo autor do texto (KATO, 1999, p. 107).

Para atingir estes objetivos, o leitor recorre aos seus esquemas mentais que, além do subsídio gramatical, com regras e taxonomias, também oferecem mecanismos para processar estímulos e codificar intenções. A variação do tipo de estratégia adotada pelo autor oscila de acordo com “[a] a maturidade do leitor; [b] a natureza do texto; [c] o lugar onde o leitor se encontra na frase ou no texto (...); [d] o propósito de leitura” (p. 108). Geralmente, as estratégias são procedimentos inconscientes. As consideradas conscientes têm mais a ver com o propósito de leitura:

De um modo geral, o leitor parece recorrer a mais de uma estratégia quando a complexidade do estímulo assim o exige. Essa complexidade pode ser devida a problemas estruturais que dificultam a percepção do estímulo (...) A complexidade pode não ser inerente ao estímulo, mas ser relativa ao nível de maturidade do leitor. O mesmo leitor, enfrentando um texto único, pode também variar suas estratégias. Assim, trechos que veiculam informação nova ou imprevisível tendem a ser parcelados sintaticamente com mais cuidado, enquanto trechos previsíveis e de alta redundância semântica tendem a ser decodificados quase sem uma mediação sintática (KATO, 1999, p. 108).

A título de argumentação, portanto, para a composição do panorama teórico e conceitual desta tese, vale sublinhar a essência dos modelos cognitivos de leitura, ou seja, a conciliação possível entre um polo focado no leitor e outro ancorado no material escrito, como preconiza a Psicolinguística. O modelo para análise psicolinguística da *leitura jornalística* que será proposto carrega como essência esta predisposição conciliatória.

#### 3.1.4. Percurso neuronal

O avanço das pesquisas neurocientíficas abriu um flanco otimista em relação à compreensão fisiológica do fenômeno leitor. No panorama que traça a respeito dos

---

<sup>66</sup> Kato (1999) exemplifica estes compromissos. Conforme ela, o autor de um texto deve: [a] ser informativo, na medida certa; [b] ser sincero; [c] ser relevante; e [d] ser claro. Já ao leitor cabe “compreender o objetivo do autor, acreditar em sua sinceridade, procurar a relevância dos subjetivos ao objetivo central e esperar que os objetivos venham codificados através de recursos linguísticos mais simples” (p. 69). Tais componentes, apresentados pela autora serão úteis para a elaboração de um conceito do que vamos entender por *leitura jornalística*, neste trabalho.

estudos sobre a leitura, Robert Darnton (2010), como visto no capítulo anterior, destaca o mérito recente das investigações promovidas pela aproximação entre psicólogos, linguistas e neurocientistas. Eles se dedicam a mapear o percurso neuronal da leitura no cérebro humano, com o objetivo de identificar os locais de processamento e as conexões estabelecidas pelas redes neuronais, com uma promessa sedutora: investigar o aspecto mais íntimo da leitura na mente dos indivíduos, algo que sempre desafiou e limitou a compreensão do ato leitor, o entendimento daquilo que realmente acontece quando alguém lê.

Tecnologias avançadas e metodologias interdisciplinares estão sendo combinadas para conduzir esta etapa moderna da investigação, muito embora, antes mesmo do desenvolvimento de avançados instrumentos de monitoramento, pesquisas com ferramentas tradicionais de observação<sup>67</sup> e reflexões acadêmicas já especulavam sobre o que acontecia, durante a leitura, no interior do crânio humano e nos aparatos fisiológicos ligados à leitura. Steven Fischer (2006), historiador da linguagem, afirma que não existe um centro da leitura específico no cérebro. Segundo Smith (2003), um dos mais influentes pesquisadores da leitura de matriz psicolinguística, várias regiões do cérebro ficariam ativas quando ocorre a leitura, mas nenhuma é envolvida em detrimento de outra. Vincent Jouve (2002)<sup>68</sup> destaca a aspecto neurofisiológico do ato leitor:

A leitura é antes de mais nada um ato concreto, observável, que recorre a faculdades definidas do ser humano. Com efeito, nenhuma leitura é possível sem um funcionamento do aparelho visual e de diferentes funções do cérebro. Ler é, anteriormente a qualquer análise de conteúdo, uma operação de percepção, de identificação e de memorização de signos (p. 17).

São promissores os insights de três precursores sobre a base cerebral da leitura, complementados por observações mais precisas que viriam nos anos subsequentes. Stanislas Dehaene (2012) traça um profundo e extenso panorama da compreensão neurocientífica da leitura, que será resumido aqui para ilustrar a abordagem neuronal. A ideia central do autor tem base na reflexão sobre a evolução

---

<sup>67</sup> As pesquisas sobre os processos físicos e neurofisiológicos da leitura têm como precursor o oftalmologista francês Emile Javal, no século 19, que quantificou a velocidade do movimentos dos olhos durante a leitura. Segundo ele, a fixação do olhar salta de três a quatro vezes por segundo, a uma velocidade de 200 graus por segundo, o que o permitiu afirmar que a verdadeira leitura ocorre entre breves pausas.

<sup>68</sup> O autor ilustra a complexidade do conceito da leitura a partir de cinco dimensões: [a] a neurofisiológica, [b] a cognitiva, [c] a afetiva, [d] a argumentativa e [e] a simbólica.

humana: à luz das neurociências, “não é o nosso cérebro que evoluiu para a escrita, mas, sim, a escrita que se adaptou ao nosso cérebro” (p. 190). Ele inicia a sua argumentação citando o que chama de "paradoxo da leitura" (p. 17): como pode a escrita existir há apenas 5,4 mil anos se o cérebro humano está preparado para ler desde o aparecimento do *homo sapiens*<sup>69</sup>? A resposta oferecida por Dehaene (2012) está na ideia de que a escrita evoluiu até se adaptar às possibilidades do cérebro humano, não o contrário, o cérebro organizando suas articulações a ponto de permitir o desenvolvimento da escrita.

O processamento da leitura pertenceria ao que o autor chama de "envelope das possibilidades acessíveis aos circuitos cerebrais" (p. 23) e teria se adaptado, com a escrita, para se encaixar nesta articulação autorizada pelo cérebro. Dehaene (2012) ancora no argumento da "reciclagem neuronal" (p. 20) a base compreensiva que explicaria a adaptação dos circuitos neuronais humanos até encontrar funções e habilidades específicas, entre elas a escrita-leitura. O modelo opõe-se a concepção científica vigente até então, que tratava o cérebro como uma tábula rasa, na qual seriam impressos todo o tipo de construção cultural. Tal modelo, refutado pelo avanço neurocientífico, autorizava o relativismo cultural e a ideia de plasticidade generalizada, pela qual o cérebro seria extremamente flexível e maleável, capaz de absorver indefinidamente a amplitude das atividades humanas em transformação. De acordo com a hipótese da reciclagem, ao contrário,

a arquitetura de nosso cérebro é estritamente enquadrada por fortes limites genéticos. Contudo, os circuitos do córtex visual dos primatas possuem certa margem de adaptação ao ambiente na medida em que a evolução os dotou de uma plasticidade e de regras de aprendizagem (...). As invenções culturais como a leitura se inserem nesta margem de plasticidade. Nosso cérebro se adapta ao ambiente cultural, não absorvendo cegamente tudo o que é apresentado em circuitos virgens hipotéticos, mas convertendo a outro uso as predisposições cerebrais já presentes (DEHAENE, 2012, p. 20).

Muito embora tenha avançado recentemente, com a utilização de equipamentos de ressonância magnética, que mapeiam as regiões cerebrais acionadas pela leitura, a pesquisa neurofisiológica remonta ao século 19. De acordo com Dehaene (2012), a história da neurologia da leitura começa em 1887, com um paciente, chamado senhor C., acometido de *cegueira verbal*, diagnosticada pelo neurologista Joseph-Jules Déjerine. O paciente procurou tratamento médico, alegando enxergar

---

<sup>69</sup> Há aproximadamente 300 mil anos, embora seja difícil informar com precisão.

perfeitamente, reconhecendo pessoas e objetos, mas afirmando não conseguir ler e reconhecer palavras, apesar de identificar os números. Depois do exame clínico, Déjerine emitiu um diagnóstico: "cegueira verbal pura", indicando que poderia haver um centro visual das letras no cérebro. Um tempo depois, com a morte do paciente e a possibilidade de examinar o seu cérebro, constatou-se a existência de uma lesão no hemisfério esquerdo. De acordo com Dehaene (2012), a descoberta sinalizou a existência de regiões do cérebro especializadas em leitura, encarregadas de transmitir às zonas da linguagem a informação visual sobre a identidade de letras e palavras. Esta região seria a occípito-temporal esquerda, chamada de região da forma visual das palavras, que se articula em paralelo com inúmeras outras para integrar o processo leitor.

O percurso neurofisiológico detalhado por Dehaene (2012) começa no sistema ocular. Os olhos impõem limites físicos à leitura. A fóvea, uma faixa de campo visual de cerca de 15° no centro da retina<sup>70</sup>, tem uma capacidade restrita de sensibilização à informação visual, cerca de 10 a 12 letras, de quatro a cinco sacadas<sup>71</sup> por segundo. Esta característica determina que se percorra uma frase por sacada visual, deslocando o olhar a cada dois ou três décimos de segundo. A leitura ocorre, portanto, por uma sucessão veloz dessas sacadas, mas é limitada por elas. "Esses limites são inamovíveis: eis aí uma primeira prova de que nossa organização biológica limita nossa aprendizagem cultural" (DEHAENE, 2012, p. 31). Mesmo limitado na captação, o sistema leitor seria tão preciso a ponto de desprezar as variâncias não pertinentes – o tamanho das letras, a posição das palavras e a forma dos caracteres –, amplificando as pequenas diferenças significativas e descartando as grandes diferenças insignificantes:

Ler é saber identificar todas as palavras, sejam elas escritas em letra de imprensa, sejam manuscritas, em maiúsculas ou minúsculas em todos os tamanhos das fontes. Trata-se de localizar o que não varia – a sequência das letras – a despeito das mil e uma formas que possam assumir os caracteres. É o que denominamos o problema da *invariância perceptiva*<sup>72</sup> (DEHAENE, 2012, p. 32).

---

<sup>70</sup> Por ser estreita, a fóvea exige um intenso movimento ocular para que ocorra a varredura que leva à captura das letras nos lances de leitura.

<sup>71</sup> As sacadas, conforme Dehaene (2012), são os pequenos movimentos discretos dos olhos durante a leitura. A cada sacada, o olho varre de sete a nove letras. A capacidade de percepção depende mais do número de letras em uma palavra do que do tamanho das letras, dado que a capacidade de varrer a informação visual não está distribuída de maneira homogênea por toda a retina.

<sup>72</sup> Grifo do autor.

Indo mais a fundo no desenho do esquema neuronal, a informação visual, depois da captação, percorre duas vias de leitura: [a] a via fonológica (que aciona uma imagem acústica da palavra, a "voz muda" de que fala Santo Agostinho, uma etapa automática da leitura); e [b] a via lexical (que liga diretamente a cadeia de letras captada à significação). Como todos os sistemas cerebrais, as duas vias funcionam em paralelo, uma sustentando a outra. Há um gatilho ortográfico e um gatilho fonológico. "Assim, pode-se seguir, indiretamente, o avanço progressivo da informação no cérebro desde os traços sobre a retina até sua transformação em letras e imagens acústicas. O acesso à sonoridade das palavras se produz muito rapidamente, inconscientemente" (DEHAENE, 2012, p. 43). Conforme a palavra a ser lida e a tarefa de leitura – se em voz alta ou para compreensão do texto – a contribuição de cada via será maior ou menor:

Todos os sistemas de escrita oscilam entre a escrita dos significados e a dos fonemas. Esta distinção se reflete diretamente no cérebro do leitor. A maior parte dos modelos de leitura postula que duas vias de tratamento da informação coexistem e se completam. Quando lemos palavras raras, novas, com ortografia regular (vejam-se os neologismos inventados de todo o tipo), nossa leitura passa por uma via fonológica que decodifica os grafemas e deduz uma pronúncia possível e depois tenta acessar a significação. Inversamente, quando somos confrontados com palavras frequentes ou irregulares, nossa leitura assume uma via direta, que recupera desde o início a palavra e o seu significado e depois utiliza esse significado para recuperar a pronúncia (DEHAENE, 2012, p. 53).

A significação<sup>73</sup>, etapa posterior ao reconhecimento das palavras, acontece por meio do acesso a mais de um léxico mental disponível ao leitor hábil: [a] o léxico ortográfico, [b] o léxico fonológico, [c] o léxico gramatical e [d] o léxico semântico. Dehaene (2012) compartilha a metáfora construída por Oliver Selfridge<sup>74</sup>, da reunião de demônios, proposta em 1959, para representar como ocorre o acesso ao léxico mental. Valeriam três princípios para o funcionamento do sistema nervoso no curso da leitura: [a] tratamento em paralelo (conforme a metáfora de Selfridge, todos os demônios trabalham ao mesmo tempo); [b] simplicidade de funcionamento (cada

---

<sup>73</sup> Muito autores fixam a dualidade do processo de formação do sentido, como o fazem Barthes e Compagnon (1987), ao destacarem os dois planos de funcionamento da linguagem, a apreensão e o valor.

<sup>74</sup> Na metáfora – portanto, um recurso didático-explicativo – arquitetada pelo autor, cada palavra disponível em um léxico mental acionado durante o processamento da leitura é um *demônio*. Estes *demônios*, de maneira ilustrativa, apenas para fixar a operação do modelo, teriam a capacidade de buscar se fazer valer, se impor diante dos demais, a cada momento de convocação leitora. "Quando uma palavra aparece na retina, todos os demônios a examinam simultaneamente. Em seguida, eles se manifestam e estimam que sua palavra tenha boas chances de estar presente" (DEHAENE, 2012, p. 58).



demônio cumpre um trabalho elementar); [c] competição e robustez (os demônios disputam o direito de representar a palavra correta, conferindo ao modelo robustez e flexibilidade). Estas propriedades corresponderiam, pode-se dizer, às próprias características do sistema nervoso, que seria maciçamente paralelo, com elementos que executam “operações simples e formam coalizões que entram em competição umas com as outras por intermédio de sinapses excitantes ou inibidoras” (p. 59).

O sistema de processamento organiza-se em níveis hierárquicos e funciona como se os neurônios jogassem um jogo, no qual "as letras ou as palavras ou se sustentam, ou se censuram ou se eliminam mutuamente" (p. 60). A metáfora da reunião de demônios alimenta alguns modelos teóricos de redes de neurônios, como o de James McClelland e David Rumelhart (1981)<sup>75</sup>, que prevê unidades organizadas em três níveis hierárquicos: “bem embaixo, na entrada, os neurônios sensíveis aos traços presentes sobre a retina; no meio, os detectores de letras; enfim, no alto, as unidades que as codificam para as palavras” (DEHAENE, 2012, p. 59). Pode-se dizer que há uma hierarquia visual, com os neurônios de nível seguinte acrescentando elementos e compondo combinações a partir de componentes mais simples detectados pelo nível anterior. Neste sentido, haveria "uma complexidade progressiva" (p. 155). O reconhecimento de uma palavra exige que múltiplos circuitos cerebrais entrem em acordo – em uma operação em paralelo, com base nas previsões do *pandemônio* de Selfridge – sobre uma interpretação unívoca da entrada visual. Também é importante destacar que o tempo de leitura das palavras não depende da sua extensão, ou de suas propriedades intrínsecas, mas das circunstâncias induzidas por elas no interior da nossa arquitetura cerebral.

As mesmas regiões cerebrais são acionadas pela leitura independentemente da cultura da escrita<sup>76</sup>. Outra invariância do sistema: todos têm o mesmo circuito cerebral. No caso, a região de reconhecimento visual das palavras está localizada sobre o flanco do sulco occípito-temporal, um cruzamento do córtex cerebral que limita a região

---

<sup>75</sup> McCLELLAND, James; RUMELHART, David. An interactive activation model of context effects in letter perception: I am account of basic findings. *Psychological Review*, 88, p. 375-407. Apud DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

<sup>76</sup> É tal a variedade de expressões gráficas dos diversos sistemas de escrita que era de se esperar que houvesse regiões distintas sendo acionadas durante o processamento da leitura, mas as pesquisas contemporâneas indicam que não é o que acontece: “Em todas as culturas, a despeito das formas de superfície variadas, as palavras escritas se inscrevem sempre na mesma região cerebral, a região occípito-temporal esquerda, com apenas diferenças mínimas ligadas à forma e à estrutura interna dos caracteres” (DEHAENE, 2012, p. 112).

fusiforme do hemisfério esquerdo. O reconhecimento visual das palavras é apenas a primeira fase do processamento da leitura, que depois ainda precisa passar pelas áreas de formação do significado e da representação da sonoridade. Os dois hemisférios cerebrais cumprem papéis específicos, complementados pela rede de conexões. Posteriormente, dois feixes dão sequência ao processo, de acordo com as pesquisas neurocientíficas: [a] o feixe cerebral de representação do som e [b] o feixe cerebral de representação do significado. Ambos coincidem com as duas vias de leitura postuladas pelos psicólogos, confirmando a hipótese de que haveria uma especialização neuronal para garantir a operação nas etapas do processo.

É forçoso, então, concluir que devem existir neurônios que respondem às letras e às palavras. Que esses neurônios são suficientemente numerosos e sincronizados para gerar, quando descarregam em conjunto, potenciais evocados de talhe macroscópico; que eles ocupam regiões importantes do córtex cerebral, da ordem de vários milímetros quadrados, nas quais eles dominam de forma vasta toda outra forma de seletividade visual e, enfim, que essas regiões de todos os bons leitores se encontram num setor similar, no bordo do sulco occípito-temporal esquerdo (DEHAENE, 2012, p. 95).

Já o caminho do significado no cérebro é mais complexo de desenhar, pois depende de muitas regiões. Conforme o autor, a semântica "faz apelo a vastíssimas populações de neurônios, distribuídas por todas as regiões do córtex. As regiões frontais e temporais esquerda não são senão a face visível do feixe semântico" (p. 122). Em apenas um quarto de segundo ocorre o que o autor chama de "pororoca cerebral" (p. 130), provocada pela chegada de uma palavra em busca de significação, acionando as duas vias de leitura, a do significado e a do som. A rota seguida depende da característica das palavras. As de uso mais frequente ou com pronúncia irregular – ou seja, em que o aspecto sonoro não é decisivo, porque dispensável – acessam diretamente as zonas da significação, no lobo temporal médio. As raras, com pronúncia regular ou desconhecidas passam primeiramente por uma etapa de pronúncia mental, nas áreas auditivas do lobo temporal superior, antes de seguirem para o local da significação. As duas vias são usadas por todos os leitores, de todas as línguas, claro que "cada língua pondera com maior ou menor força o uso dessas vias diferentes"<sup>77</sup> (DEHAENE, 2012, p. 134).

---

<sup>77</sup> A chamada transparência da ortografia – clareza da associação entre o sinal gráfico e o som das palavras – influencia na organização do cérebro do leitor: "o italiano, língua transparente, ativa um pouco mais fortemente as áreas auditivas do lobo temporal, sem dúvida porque a conversão do grafemas em fonemas nele é mais direta.

Em síntese, o modelo neuronal detalhado pelo autor pode ser assim descrito:

As redes cerebrais da leitura constituem uma invariante antropológica que faz parte integrante da natureza humana. Para além da diversidade das regras particulares de transcrição dos fonemas, todos os leitores apelam para a mesma rede anatômica das regiões cerebrais. Um caractere chinês ou uma sequência de letras hebraicas sujeitam-se ao mesmo tratamento cerebral. Depois de um pré-tratamento visual, os caracteres escritos são canalizados às regiões ventrais do lobo temporal esquerdo, onde eles são reconhecidos, independentemente de sua forma, de seu tamanho e de sua posição. Depois, essa informação visual invariante é enviada a dois circuitos principais, um que os converte em imagens acústicas, outro que recupera o significado. Essas duas vias trabalham em paralelo, e uma interage alternativamente com outra em função da regularidade da palavra e da língua na qual ela é escrita (DEHAENE, 2012, p. 135).

As pesquisas também apontaram que as redes neuronais que existem nos humanos podem ser encontradas em outros primatas. Elas não são diferentes, mas na espécie humana houve uma reciclagem neuronal para convocar as mesmas redes para outros usos, como se fizéssemos o novo com o velho. Em todos os primatas, o sistema opera a partir de dois princípios poderosos: o paralelismo maciço e a hierarquia das operações. Foi a plasticidade sináptica (a neuroplasticidade) que determinou a especialização que dotou o homem da capacidade de operar com a linguagem, pois "ela que autoriza uma reconversão parcial da arquitetura do córtex visual dos primatas ao caso particular colocado pelo reconhecimento das letras e das palavras" (p. 165). A leitura simplesmente aterrissa nas regiões do córtex cerebral mais adaptadas para cumprir as tarefas ligadas ao processamento do ato leitor.

Daí a revolução proporcionada pelo conceito de *reciclagem neuronal*<sup>78</sup>, que ajuda a explicar o paradoxo da leitura proposto por Dehaene (2012). Há propriedades intrínsecas do material neuronal que são mantidas no tecido reciclado. As novas funções determinadas pelas inovações culturais sempre se dão sobre uma base maleável. Por isso, as representações culturais exitosas são aquelas que encontram na arquitetura do cérebro "os circuitos suscetíveis a uma reciclagem neuronal eficaz" (p. 168). Os sistemas de escrita exploram as formas elementares que essa região é capaz de representar, a ponto de se poder dizer que não foi o nosso córtex que evoluiu para a

---

Ao contrário, o inglês, no qual a ortografia é opaca, ativa mais fortemente a região frontal inferior implicada na análise lexical e semântica das palavras" (DEHAENE, 2012, p. 133).

<sup>78</sup> O autor apresenta um conceito para o fenômeno da reciclagem neuronal: "a invasão parcial ou total de territórios corticais inicialmente destinados a uma função diferente, por um objeto cultural novo (...) A reciclagem neuronal é uma reconversão. Ela transforma uma função que, antes, tinha sua utilidade em nosso passado evolutivo, numa função nova mais útil no contexto cultural presente" (DEHAENE, 2012, p. 166).

leitura: "ele não tinha nem tempo nem a pressão seletiva suficientes. Foram, ao contrário, os sistemas de escrita que evoluíram sob a limitação de facilitarem o seu reconhecimento e aprendizagem por nosso cérebro de primata" (DEHAENE, 2012, p. 169). A conclusão das pesquisas neurocientíficas é impactante: o cérebro humano jamais evoluiu para a leitura – foi o contrário o que aconteceu.

### 3.2. DETALHANDO A ABORDAGEM PSICOLINGUÍSTICA

Como disciplina e projeto de investigação sobre fenômenos da língua, da linguagem e, portanto, da leitura, a Psicolinguística tem data e local de nascimento: dois seminários realizados nos EUA nos primeiros anos da década de 1950. O primeiro, em 1951, foi organizado na Universidade de Cornell. Mais adiante, em 1953, evento similar ocorreu na Universidade de Indiana<sup>79</sup>, com o propósito de aprofundar a discussão acadêmica que visava pavimentar a aproximação entre três disciplinas: a Psicologia, a Linguística e a Ciência da Informação. As três vinham trilhando caminhos distintos, apesar da proximidade epistemológica. Conforme Scliar-Cabral (1991), a Psicolinguística se desenvolveu dentro do contexto de busca por uma “explicação mais unitária sobre os processos envolvidos na recepção e produção das mensagens” (p. 8). Ou seja, um esforço de aproximação que resultou em uma nova abordagem, com ramificações conceituais e distintos caminhos metodológicos nos anos seguintes.

A Psicolinguística surge depois da Segunda Guerra, também como uma resposta à necessidade de aprimorar o desenvolvimento dos estudos sobre a comunicação. Scliar-Cabral (1991) argumenta que as três ciências não podiam mais continuar isoladas, praticamente falando sozinhas em suas tarefas de compreender as dinâmicas da linguagem: “era necessário encontrar uma linguagem comum, era necessário que os avanços de cada uma e seus respectivos enfoques se apoiassem mutuamente”. (p. 12). Scliar-Cabral (2015) lembra que os pioneiros da nova ciência, que eram oriundos da Psicologia e da Linguística, compartilhavam da mesma base epistemológica: o behaviorismo (comportamentalismo).

---

<sup>79</sup> Há uma história da colaboração teórica entre Linguística e Psicologia, que remonta ao século 19, a partir dos trabalhos de inúmeros pesquisadores. Mas a fusão teórico-metodológica não aconteceu, pois nem a Linguística havia recolhido elementos suficientes para estudar os fatos mentais, como a linguagem, nem a Psicologia havia obtido ferramentas adequadas para analisar os casos experimentais (SLAMA-CAZACU, 1979). Algumas experiências posteriores, na Europa, como a Escola Fonológica de Praga, intensificaram a aproximação, pois seus integrantes não desprezavam os aspectos psicológicos da linguagem. Os estudos da teoria da informação, na década de 1950, como as proposições acerca da *cibernética*, formuladas por Norbert Wiener – e sua proposta acadêmica vincular controle, comunicação e cognição – aceleraram o contato.

Paralelamente, a Ciência da Informação havia se desenvolvido a partir da sua base matemática e tendo como objeto o estudo da comunicação entre as máquinas. Embora estivesse mais concentrada em estudar como os sinais elétricos ou acústicos eram transmitidos do emissor ao receptor em equipamentos eletrônicos, Scliar-Cabral (2015) destaca que a influência da teoria da informação sobre a Psicolinguística – portanto sobre a compreensão da comunicação humana – deu-se a partir da funcionalidade do seu modelo teórico básico, que estrutura a reflexão sobre o processamento da informação tendo como ponto de partida o desenho clássico emissor, receptor, mensagem, canal e código.

Scliar-Cabral (1991 e 2015) aponta a contribuição de Burrhus Skinner e Noam Chomsky nas primeiras formulações da nova ciência em construção, constituindo as duas primeiras fases da nascente disciplina. Para a Psicologia, Skinner propôs o que é reconhecido, atualmente, como um paradigma avançado do comportamentalismo, introduzindo o fator recompensa no esquema estímulo-resposta de Ivan Pavlov. Como representante da corrente aristotélica do pensamento, Skinner entende que o conhecimento nasce dos sentidos em direção à cognição, quer dizer, nada existe no intelecto humano que não tenha passado pelos sentidos por meio da aprendizagem. Dessa forma, o autor entende a criança como uma tábula rasa, estimulada por informações e sensações. Tudo, para Skinner – uma das principais referências teóricas da fase inaugural da Psicolinguística – é comportamento, inclusive a linguagem, que, da mesma forma que em uma tradição comportamentalista de pesquisa, recebe a denominação de *comportamento verbal*.

Chomsky surge no panorama dos estudos linguísticos a partir do modelo gerativo-transformacional, que ele apresenta nos anos 1960, consolidando a corrente inatista para os estudos da linguagem. Basicamente, um conjunto de visões que associam o desenvolvimento da linguagem a uma habilidade inata dos seres humanos. O valor das suas reflexões para o ambiente de investigação psicolinguística está, conforme Scliar-Cabral (2015), no fato de os estudos chomskyanos terem se preocupado em demonstrar a realidade psicológica das transformações sintáticas, algo que marcou a segunda fase da Psicolinguística, projetando uma certa influência que chega aos dias atuais, principalmente sobre pesquisadores do processamento da linguagem.

Ao reproduzir uma definição de Psicolinguística, Scliar-Cabral (1991) destaca que a nova ciência nasceu tendo como objetivo o estudo dos processos de codificação

(output) e decodificação (input) e sempre se interessou por investigar como os processos ligados à linguagem, entre eles a leitura, se sucedem no tempo, analisando “as mudanças de um estado para outro” (p. 15). Um projeto de pesquisa, portanto, dedicado à análise dos processos envolvidos na comunicação linguística. O alerta justifica a opção pela abordagem psicolinguística nesta tese, na medida em que o modelo psicolinguístico de *leitura jornalística* que será proposto tem como propósito avaliar a transição de suporte do papel para a tela, ou seja: também embute uma determinada mudança de estado. A autora apresenta uma definição da Psicolinguística sugerida por Charles Osgood e Thomas Sebeok (1965), ambos integrantes do primeiro comitê da nova disciplina, criado para organizar um programa de trabalho de pesquisa nos EUA:

A bastante nova disciplina que vem a ser conhecida como psicolinguística (em paralelo com uma disciplina proximamente relacionada, a etnolinguística) diz respeito, num sentido mais lato, às relações entre as mensagens e as características dos indivíduos humanos que as selecionam e as interpretam. Num sentido mais estrito, a psicolinguística estuda os processos através dos quais as intenções dos falantes são transformadas em sinais no código culturalmente aceito e através do qual esses sinais são transformados em interpretações pelos ouvintes. Em outras palavras, a Psicolinguística trata diretamente dos processos de codificação e decodificação, enquanto relacionam os estados das mensagens aos estados dos comunicadores (OSGOOD; SEBEOK, 1965, p. 4)<sup>80</sup>.

A definição de Osgood e Sebeok (1965), absorvida e reproduzida por Scliar-Cabral (1991), também é usada por Slama-Cazacu (1979)<sup>81</sup>. Nela, o aspecto do contexto comunicacional para os estudos da linguagem é destacado, algo que significaria uma revitalização dos estudos linguísticos, que estariam, segundo alguns dos seus críticos, descolados da realidade. Slama-Cazacu (1979) apela para que modelos artificiais de análise da língua sejam substituídos por alternativas que incorporem o contexto da interação social e das práticas de uso, exatamente como faz a Psicolinguística, disciplina que nasce com uma metodologia específica, na fronteira entre a Linguística e a Psicologia, dedicada a esmiuçar um objeto metodológico específico, um fenômeno único, como a comunicação, que possui uma multiplicidade de aspectos, tanto psíquicos (linguagem) quanto concretos (língua e seus códigos). A linguista romena

---

<sup>80</sup> OSGOOD, CE e SEBEOK, Thomas. (orgs). **Psycholinguistics**: a survey of theory and research problems. Baltimore, Indiana University, 1965 apud SCLIAR-CABRAL, 1991, p. 14 (tradução da autora).

<sup>81</sup> Leonor Scliar-Cabral participou do processo de introdução ao pensamento da linguista romena Tatiana Slama-Cazacu, traduzindo o livro da pesquisadora para o português, ainda na década de 1970.

desenvolve uma concepção contextual da Psicolinguística, sobretudo por exigência do novo domínio científico, que estuda a linguagem como comunicação:

Concebemos a Psicolinguística como um domínio autônomo e não como ramo de uma das ciências das quais deriva – psicologia ou linguística. Esta autonomia é assegurada pela existência de um objeto específico, bem como por uma metodologia e uma modalidade de interpretação de fatos particulares (...) A Psicolinguística foi por nós concebida, desde o início, como um enfoque interdisciplinar, tendo por objeto o fenômeno total da comunicação (com tudo o que ela contém: a relação bilateral entre os participantes, o código – linguístico ou não linguístico –, as complexas determinantes sociais, as organizações estruturais dos signos, da mensagem, dos contextos nos quais circulam as mensagens, das pessoas humanas – os participantes em sua totalidade) (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 37-38).

Na perspectiva defendida pela autora, o plano de interação língua-linguagem-mensagem não pode mais estar dissociado da realidade: o termo essencial na definição da linguagem passa a ser a comunicação, cujos aspectos singulares não devem ser separados do ambiente em que ocorre a emissão e a recepção. Há, sempre, uma relação, o que configura a natureza social da linguagem. O argumento auxilia Slama-Cazacu (1979) na crítica que faz aos limites tanto da perspectiva behaviorista na primeira fase da Psicolinguística, quanto ao inatismo chomskyano da segunda fase. Ao primeiro modelo, pelo fato de ser excessivamente mecânico, com base nos estímulos e no comportamentalismo. Já ao segundo, porque a visão do *falante ideal*<sup>82</sup> é incapaz de dar conta das adaptações permanentes do indivíduo em cada momento e contexto específico das relações de comunicação. Ela entende que a linguagem é um fenômeno humano “guiado pela consciência”, mas que só pode ser explicado com o respaldo das determinações de natureza social e do conjunto da vida psíquica. O projeto de investigação linguística conduzido por Slama-Cazacu (1979), como base do seu modelo contextual-relacional, está em estudar a língua em suas relações concretas, o que inclusive abre um caminho promissor, no âmbito desta tese, pois autoriza a possibilidade de também se investigar o impacto do suporte do escrito sobre o fenômeno leitor:

O objeto da Psicolinguística deve ser buscado nas realizações do código (a “língua”) no decurso das trocas entre emissores e receptores incluídos em certo contexto. O estudo da mensagem será, então, feito no contexto relacional e dinâmico das trocas entre emissor e receptor, por seu turno, determinadas pelo conjunto situacional, pelo contexto entendido tanto *strictu sensu* quanto

---

<sup>82</sup> A noção de *falante ideal* está inscrita na gramática gerativa desenvolvida por Noam Chomsky como aquele falante que carrega as habilidades inatas para desenvolver a fala (ou a leitura) a partir de um estoque oferecido por um sistema de regras introjetadas. É ideal porque se trata de uma visão projetada, idealizada, em que o indivíduo mobiliza potenciais de fala e leitura, mas não necessariamente em situações cotidianas concretas.

na sua acepção mais lata. A Psicolinguística deve, pois, estudar a língua em suas realizações concretas bem como (as outras formas de mensagens não verbais) em relação aos emissores e aos receptores, e às diferentes situações onde eles se encontram (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 45).

A ideia de *conjunto situacional*, expressa pela autora no trecho acima, encaixa-se na noção de suporte. Esta relação emissor-receptor<sup>83</sup> confere à linguagem um caráter bipolar que não deveria jamais ser abandonado nos estudos. A emissão compreenderia "a totalidade dos fenômenos associados à expressão, enquanto a recepção é o processo geral que leva à expressão do que se exprime" (p. 47). No modelo também é importante destacar o que Slama-Cazacu chama de *atos da linguagem*, que materializam a transação entre emissores e receptores. Seriam "manifestações ou comportamentos que provocam uma atividade da linguagem" (p. 48), englobando tanto os meios usados intencionalmente por uma pessoa para comunicar um conteúdo psíquico, quanto o ato por meio do qual a mensagem é compreendida pelo outro polo da relação. Antes de desenvolver um modelo, a autora traça algumas ponderações sobre a linguagem:

- a. emissor e receptor são humanos, não possuem posições rígidas e invariáveis no interior da relação estabelecida (a relação é bilateral e reversível);
- b. a mensagem é recebida enquanto "portadora de um significado: se vincula a um fato da realidade e se dirige a um ato cognitivo, de conhecimento, ou a uma ação qualquer" (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 50);
- c. a flexibilidade da adaptação humana é sempre maior do que a de qualquer fenômeno mecânico;
- d. a hipótese fundamental da língua é uma situação de diálogo;
- e. não se pode isolar o ambiente do contexto (ou níveis contextuais).

A própria *função da linguagem* expressaria a sua natureza relacional e, portanto, social. Tanto a emissão quanto a recepção, em circunstância viva, concreta, justificam-se na medida em que se articulam por meio de uma finalidade específica. A emissão, por um lado, não é gratuita, mas tem como alvo transmitir um conteúdo psíquico por meio de um fato objetivo (fala ou escrita). Por outro lado, a recepção, da mesma forma, manifesta-se sempre ativamente, constituída "não somente pelo interesse pelo que o emissor exprime, mas também pelo esforço de compreensão que

---

<sup>83</sup> A autora apresenta uma definição dos dois polos, importante de reproduzir: "a emissão compreende a totalidade dos fenômenos associados à expressão, enquanto a recepção é o processo geral que leva à expressão do que se exprime" (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 47). Fundamental porque insinua, na largada, uma perspectiva ampla, processual, inclusive com a possibilidade de imaginar um alcance que chega ao suporte.



tenta valorizar o que acaba de ser exteriorizado. Os dois participantes (*emissor e receptor*) têm, pois, que resolver o problema da adaptação mútua" (p. 53). É preciso que o uso da linguagem garanta uma certa utilidade, em benefício do aspecto comunicacional. Esta noção da autora também guarda relação com a ideia do leitor modelo ou do leitor ativo, já referida neste trabalho.

Como a abordagem é psicolinguística, as manifestações da linguagem possuem planos internos e externos. Há fases da linguagem que nunca são visíveis, mesmo na emissão, que não se esgota na articulação da mensagem que atinge o receptor: incluem, também, "todo o trabalho interior, em grande medida imperceptível ao ouvinte, isto é, todas as fases que precedem a exteriorização e onde se realiza a organização interior do material a ser expresso" (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 54). Como a relação é reversível, a mesma observação vale para a recepção, que é dinâmica, ativa e complexa, exigindo "uma atividade consciente rica, uma atenção constante e, mesmo, um esforço – despercebido, em geral, pela sua evidente banalidade –, a fim de reunir os dados necessários à compreensão de uma expressão" (p. 58). As significações possíveis são atreladas aos sistemas lexicais do receptor, por meio de uma estratégia de interpretação contextual. Por conta da complexidade destas atividades receptivas, a autora refuta qualquer argumentação de passividade do leitor/ouvinte no momento da significação. O conjunto de ponderações feito pela pesquisadora alimenta uma definição da linguagem, que leva em consideração estes aspectos relacionais veementemente defendidos por ela:

A técnica da linguagem consiste em organizar a expressão e a ela adaptar a recepção, em resumo, numa interpretação. A expressão contém muito mais do que o emissor apresenta explicitamente – apelo aos correlatos situacionais e aos dados comuns, que o receptor também possui. A expressão representa e faz transparecer o contexto total ao qual o ouvinte deve retornar para compreendê-lo corretamente. No que concerne à recepção, esta deve ter em conta a expressão e seus correlatos para chegar a uma interpretação correta. A lei da compreensão na linguagem é a referência à organização contextual (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 60).

Assim, a sua concepção de Psicolinguística é mais ampla do que a das duas primeiras fases, a behaviorista e a gerativo-transformacional, porque ela constrói o seu argumento a partir da realidade da comunicação, ponderando as "determinantes contextuais da mensagem" (p. 60), o que significa aplicar uma intensidade maior à investigação dos aspectos sociais da linguagem, ou seja, à situação real da comunicação no contexto relacional e dinâmico das trocas entre emissor e receptor, determinadas pelo *conjunto situacional*. As particularidades do ato comunicativo projetam-se sobre

as mensagens em decorrência das inúmeras situações que envolvem emissor e receptor. Slama-Cazacu (1979) esclarece o que quer dizer com a expressão *situação*: “situação no sentido do estado de espírito, da intervenção do pensamento, das motivações, das capacidades de armazenagem na memória, do temperamento, da concepção geral, da pertença dos receptores e emissores a um certo meio, etc.” (p. 60). Admite-se que o mesmo raciocínio – o da necessidade de valorizar a relevância dos correlatos situacionais como elementos extralinguísticos determinante dos fatos da linguagem – pode ser aplicado à questão do suporte do escrito e seu impacto sobre a leitura, na medida em que o substrato apresenta-se como uma das situações condicionantes da comunicação verbal.

No seu método<sup>84</sup>, que denomina dinâmico-contextual, Slama-Cazacu (1979) valoriza os seguintes princípios: [a] seguir o fenômeno da comunicação durante o seu desenvolvimento; [b] princípio da integração no contexto; [c] observação dos estados psíquicos da pessoa (emissor e receptor). Como ultrapassagem dos limites da Psicologia – que estuda os processos psíquicos ligados à linguagem, inclusive a codificação e a decodificação – e da Linguística – dedicada ao escrutínio do sistema geral do código (seus componentes e dinâmicas) –, a Psicolinguística adquire um *status* específico:

Em consequência, a Psicolinguística não se ocupará da língua, como tal, no máximo, poderá interessar-se pelo contato entre língua e indivíduo, e nem pelos mecanismos de produção da linguagem. Ela estudará as modificações da produção das mensagens (e sua recepção) em diversas situações, procurando estabelecer as causas, em relação com os processos psíquicos, bem como buscando chegar a generalizações (...) No fundo, é o estudo da língua em funcionamento dentro do fenômeno da comunicação (SLAMA-CAZACU, 1979, p. 67).

Uma das vantagens teóricas e metodológicas da Psicolinguística está em tratar os fenômenos da linguagem de maneira processual, contemplando a complexidade das circunstâncias de uso e seu contexto. Trata-se, portanto, de uma ferramenta teórico-metodológica adequada para investigar os fenômenos da Comunicação, em consequência do Jornalismo, em que os processos carregam as marcas das suas circunstâncias de uso e das suas condicionantes contextuais. É no âmbito desta pertinência que também se encaixam as análises sobre o consumo de bens jornalísticos, que serão propostas mais adiante.

---

<sup>84</sup> O método da escritora romena não será aplicado nesta tese, mas merece um aprofundamento com o objetivo de justificar a aproximação da Psicolinguística com os estudos de comunicação.

### 3.2.1 A leitura: um fenômeno complexo

Como visto desde o início do capítulo, há inúmeras abordagens pertinentes a respeito do fenômeno leitor. Elas oscilam em torno de um amplo espectro de perspectivas. Em uma das extremidades, está um ponto de vista que valoriza mais a visão da leitura como um processo individual, determinado pelas atitudes do leitor, até um polo oposto, em que os aspectos sociais recebem um peso maior<sup>85</sup>. Nesta seção, serão tecidas ponderações justamente para melhor localizar a leitura como um fenômeno complexo e multifacetado, já sob o olhar da perspectiva escolhida, a Psicolinguística, tomando como base as proposições e esclarecimentos de Leffa (1999) e Spinillo (2013).

Ao trabalhar o tema dos fundamentos da compreensão leitora, por exemplo, Spinillo (2013) lembra a necessidade de se pensar o texto, o leitor e a interação entre eles, algo que também marca as abordagens cognitivas. Esta interação envolve três dimensões: [a] a *social*, [b] a *linguística* e [c] a *cognitiva*. As três só poderiam ser tratadas separadamente para efeito de análise, tanto teórica quanto metodologicamente, pois se misturam nas situações concretas de leitura. A existência dessas três dimensões seria um indício da complexidade do fenômeno leitor, sinalizando o seu caráter multifacetado e indicando o desafio teórico de toda tentativa de fixar um modelo. Em um plano inicial, conforme Spinillo (2013), a compreensão ocorre em meio a um contexto social, em circunstâncias específicas, nas quais “os objetivos, as motivações e as expectativas do leitor participam” (p. 172). Deste ponto da explicação da autora, cabe reter a noção prevista por ela para o conceito de *conhecimento prévio*<sup>86</sup>, que são mobilizados pelos leitores no contexto social da leitura:

Os conhecimentos prévios do leitor, localizados em sua memória de longo prazo, são acionados durante a leitura a partir do texto. Esses conhecimentos são informações relacionadas às experiências sociais vivenciadas, variando desde conhecimentos gerais até conhecimentos específicos adquiridos em aprendizagens formais e informais, tais como a familiaridade com o assunto tratado e os conhecimentos linguísticos do leitor (SPINILLO, 2013, p. 172).

---

<sup>85</sup> Em nota no Capítulo 2, usou-se a comparação feita por Barthes e Compagnon (1987), entre os modelos de leitor representados por Marcel Proust (individual) e Jean-Paul Sartre (social).

<sup>86</sup> O *conhecimento prévio* é um das *variáveis intervenientes da leitura* que será usada para compor o paradigma de leitura de textos jornalísticos desta tese.

Como os *conhecimentos prévios* variam entre os indivíduos, o processo de interpretação também difere de pessoa para pessoa, autorizando que inúmeros sentidos sejam atribuídos ao mesmo texto. Nesta dimensão social, a bagagem sociocultural é um ingrediente fundamental, além dos contextos pessoais (as condições subjetivas, como atitudes, crenças, fatores emocionais, sexo, idade, classe social, nível de instrução, ocupação etc.). Ainda na dimensão social do ato de leitura, Spinillo (2013) destaca a influência dos propósitos e das expectativas com a leitura, que também imprimem um caráter circunstancial à compreensão. Dependendo do *objetivo de leitura*<sup>87</sup>, o ato de ler pode conduzir a uma compreensão distinta em função de condicionar vários tipos de leitura (global ou seletiva e pontuada<sup>88</sup>). Estas diferenças de interpretação podem aparecer para um mesmo leitor com objetivos distintos para um mesmo texto, ou para mais de um leitor lendo um mesmo texto. Aspectos linguísticos de um texto, intratextuais (títulos, estrutura organizacional etc.), também podem levar um leitor a modular a sua leitura, gerando expectativas.

A *dimensão social* já é um primeiro indicativo de que o fenômeno da leitura não é complexo apenas pela amplitude dos processos envolvidos, mas também porque existe uma ampla variação de produção de sentidos de um leitor para outro. Um dos desafios da pesquisa tem sido justamente compreender as invariâncias, com objetivo de identificar os elementos determinantes e propor modelos de análise. Cada leitor produz uma compreensão muito particular durante um ato de leitura específico. Há uma imensa liberdade de interpretação, mas dentro de limites<sup>89</sup>. Spinillo (2018) alerta

---

<sup>87</sup> Trata-se de mais uma das *variáveis intervenientes da leitura*, que comporá o modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística*, proposto por esta tese. Spinillo (2013, p. 173) ilustra a variância determinada pelos objetivos, recorrendo a exemplos de leitura de jornais: "O leitor pode fazer uma leitura global para obter uma ideia geral do assunto tratado no texto; como ocorre, por exemplo, quando se passa uma vista no jornal sem que se leia toda uma seção. A leitura pode ser, também, seletiva e pontuada, com vistas a obter uma informação específica, como ocorre quando se lê apenas a seção de esportes do jornal com o objetivo de saber quem ganhou o jogo de futebol".

<sup>88</sup> Global, no sentido de conduzir a leitura para obter uma visão geral de um assunto tratado em um texto, como ocorre no sobrevoo típico da *leitura jornalística*. Seletiva ou pontuada, quando o que se pretende é alcançar uma informação específica (SPINILLO, 2013, p. 173).

<sup>89</sup> É preciso ponderar o alcance das chamadas derivas interpretativas. Em **Os limites da interpretação**, por exemplo, Umberto Eco lembra que o texto autoriza determinada interpretação mas que a liberdade e a individualidade do leitor permitem inúmeros caminhos de leitura e produção de significados, com a ressalva de que toda essa autonomia não pode conduzir a *interpretações aberrantes*. Trata-se de uma revisão do autor italiano, de um contraste com **Obra aberta**, trabalho anterior em que Eco admitia a interpretação aberta. Isso não quer dizer que ele mude de posição, ou promova uma guinada conservadora, mas sim que ele execute uma espécie de modulação argumentativa. "Dizer que todo texto é potencialmente sem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz. Até mesmo o desconstrucionista mais radical aceita a ideia de que existem interpretações clamorosamente inaceitáveis. Isso significa que o texto interpretado impõe restrições a

para a necessidade de reconhecer este cuidado, afirmando que a liberdade de interpretação é direcionada pelo texto, pois há,

evidentemente, interpretações equivocadas ou impossíveis, não estando o leitor autorizado a interpretar o texto de qualquer forma. Em outras palavras, embora haja uma pluralidade de sentidos, é necessário considerar a materialidade linguística do texto, que é um dos elementos sobre o qual e a partir do qual se fundamenta a compreensão (SPINILLO, 2013, p 174).

A *dimensão linguística*, portanto, também entra em cena na argumentação de Spinillo (2013), na mesma linha defendida por Kleiman (1989), para quem “a materialização de uma intenção do autor se dá através de elementos tanto linguísticos como gráficos, cabendo ao leitor a recuperação dessa intenção através do formal” (p. 45). A materialidade linguística do texto é o ponto de partida sobre o qual o leitor debruça seu domínio linguístico, com o intuito de desencadear o processo de compreensão. A materialidade linguística está estruturada em três níveis: a palavra, a sentença e o texto. Pode-se afirmar que o acesso à significação acontece “a partir de uma rede de relações lexicais, semânticas, pragmáticas e estruturais que lhe dão conteúdo e forma (SPINILLO, 2013, p. 175). Algumas capacidades individuais atuam em favor ou contra a compreensão. No nível da palavra, a primeira delas é a capacidade de decodificação e de reconhecimento. A decodificação eficiente (fluência, velocidade e precisão) liberaria a memória de trabalho para outras operações de compreensão.

O domínio do vocabulário, associado tanto ao *conhecimento prévio* do leitor quanto ao seu conhecimento linguístico, também é um fator determinante, um preditor semântico da compreensão. Há vários estudos que apontam como pode ser diversificada a influência do domínio vocabular. Por exemplo, a autora cita pesquisas sobre a capacidade de reconhecimento da relação entre a raiz e a palavra derivada, que pode contribuir na inferência de significados. O processamento sintático também cumpre uma função crucial, a partir da ação integrada dos domínios sintáticos, semânticos e gramaticais, cuja operação ocorre na memória de trabalho do leitor. Ainda no âmbito textual, o conhecimento a respeito da estrutura dos diversos *tipos de texto* – mais uma das *variáveis intervenientes da leitura*, como proposto por Goodman (1991) – incide sobre o processo. Este aspecto é relevante, pois uma das marcas do texto jornalístico, que será analisado neste trabalho, é contar com estruturas

---

seus intérpretes. Os limites da interpretação coincidem com os direitos do texto (o que não quer dizer que não coincidam com os direitos do seu autor)” (ECO, 2012, p. XXII).

específicas, com características peculiares, como a notícia, a reportagem, a crônica, o editorial etc.:

Estudos sugerem que quanto maior o domínio acerca da organização e constituição dos textos mais condições o leitor tem de compreendê-los. Uma possível explicação para isso é que conhecimentos a respeito da estrutura dos textos e de diferentes tipos de discurso determinam, em grande parte, as expectativas do leitor e as hipóteses construídas ao longo da leitura. Na realidade, a familiaridade com a estrutura do texto facilita a integração das informações, favorecendo a construção de um modelo mental e o estabelecimento de inferências (SPINILLO, 2013, p. 177).

A autora lembra que o processamento da leitura é, ao mesmo tempo, *ascendente*, do texto para o leitor, e *descendente*, do leitor para o texto, misturando *conhecimentos prévios*, expectativas, objetivos e domínio sobre as estruturas de articulação do texto, da composição da palavra, das frases, das proposições e das representações mentais. As duas vias, já apresentadas anteriormente, são interdependentes, como o modelo *iterativo* preconiza. Portanto, a composição do significado não resulta da soma dos significados individuais e das palavras ou das frases, pois cada um dos significados parciais “é definido, se mantém ou se altera a partir de sua integração com outras palavras e frases do texto e com o conhecimento prévio do leitor” (SPINILLO, 2013, p. 177). Há uma verdadeira tessitura de elementos intra e extratextuais que só despontam em entrelaçamento a partir da ação de componentes cognitivos.

Chega-se, então, à terceira dimensão dos fatores envolvidos no fenômeno leitor, resumidos por Spinillo (2013): a *cognitiva*. Neste vértice do processamento da leitura, há três instâncias operacionais fundamentais: [a] a memória, [b] o monitoramento e [c] as inferências. Todas compõem o chamado processo de alto nível<sup>90</sup>, imaginando que os de baixo nível são aqueles que emanam do texto. A *memórias de trabalho* e a *memória de longo prazo* são processos cognitivos envolvidos na compreensão. Os dois conceitos importam para esclarecer o mecanismo de processamento da leitura, por isso vale reproduzi-los. Conforme Spinillo (2013), a *memória de curto prazo*

é um processo cognitivo básico que atua diretamente na retenção e na integração de informações intratextuais durante a leitura. Possui uma capacidade limitada de armazenamento e não comporta grande quantidade de informações por um longo período de tempo. É ela que permite que as novas

---

<sup>90</sup> O alto e baixo nível, aqui, não guarda nenhuma conotação qualitativa, mas tão somente se trata de uma caracterização espacial para o lugar de onde emanam os fundamentos do mecanismo de leitura; se do alto, do leitor para o texto; ou da parte de baixo, do texto em direção ao leitor.

informações sejam integradas às antigas, habilitando o leitor, entre as proposições do texto, estabelecer inferências, monitorar sua compreensão e construir um modelo mental (p. 178).

Já a *memória de longo prazo* deve ser considerada como

um processo cognitivo com uma capacidade expressiva de armazenamento que retém a informação por bastante tempo. Ela permite que o leitor leve para a leitura tanto seu conhecimento linguístico quanto seu conhecimento de mundo (acionado pelo texto), inclusive experiências e percepções há muito construídas em sua trajetória de vida (SPINILLO , 2013, p.178).

É este estoque de conhecimentos particulares e individuais, armazenado na *memória de longo prazo*, que alimenta a multiplicidade de interpretações a cada ato leitor. Por outro lado, a *memória de curto prazo* é mais operativa, condicionando tanto o plano das inferências quanto o monitoramento tático da compreensão. O monitoramento é um procedimento metacognitivo<sup>91</sup>, de controle do ato de leitura sobre as consistências interna (do texto) e externa (empíricas) do contexto. Spinillo (2013) lembra que o monitoramento leva o leitor a avaliar o andamento da leitura, conduzindo a novas decisões estratégicas para superar dificuldades ou inconsistências<sup>92</sup>. Outro elemento cognitivo fundamental ao processamento leitor é o estabelecimento de inferências, por meio do qual o leitor tece conexões, preenche espaços informativos e formula representações mentais a respeito do que está lendo, tanto em processos de natureza *ascendente* quanto *descendente*. Tão relevante é o movimento inferencial na leitura de um texto, como pondera Spinillo (2013), em suas realizações de articulação e conexão de elementos intratextuais e extratextuais, que atuaria, para ser preciso, como um elemento de construção permanente do significado, colocando o leitor em uma situação de coautoria. A própria capacidade de estabelecer inferências – variável de leitor para leitor, de acordo com o desenvolvimento individual, a aprendizagem e o acúmulo de conhecimentos – seria um indício da habilidade leitora.

Motivado pelo esforço de traçar um panorama cognitivo-social, Leffa (1999) também pondera a diversidade de concepções sobre o funcionamento da leitura, elaboradas pelo pensamento psicolinguístico, agrupada em três perspectivas, da

---

<sup>91</sup> Conforme Giasson (2000), os procedimentos metacognitivos têm a ver com os conhecimentos que um leitor exibe sobre o processo de leitura. Geralmente, envolvem a aplicação de estratégias para conduzir a leitura.

<sup>92</sup> Algumas dessas estratégias seriam a autocorreção, ler devagar, ler novamente, voltar no texto, obter informações em outras fontes etc.

mesma forma que em outros modelos. A primeira<sup>93</sup>, a *ascendente*, organiza uma concepção da leitura a partir do texto, como extração do significado. A segunda, a *descendente*, valoriza os aportes do leitor e considera a leitura como atribuição de significado. A terceira possibilidade é a *interativa*, que concilia as duas anteriores e oferece um modelo transacional (de perfil conciliatório). Para defender a prevalência da perspectiva *interativa*, como também indicam Souza (2005) e Spinillo (2013) e passagens anteriores deste capítulo, o autor aponta as limitações dos modelos pensados exclusivamente a partir do texto ou do leitor. Para ele, a abordagem interativa é a que dá conta dos aspectos complexos da leitura, pois não olha os vértices do fenômeno de maneira isolada, mas por meio de uma visão dinâmica e correlacional:

Essa explicação deve envolver não apenas os aspectos essenciais do texto, do leitor e da comunidade discursiva em que o outro está inserido, mas também de que modo esses aspectos se auto-influenciam. A abordagem interativa, na medida em que perpassa diferentes linhas teóricas, permite o estudo dos vários elementos que compõem a leitura, de maneira distribuída e equilibrada, evitando a centralização em um único foco de interesse (LEFFA, 1999, p. 3).

A abordagem *interativa*, então, seria a mais adequada em função da capacidade de valorizar os aspectos mais complexos. Entre os exemplos desta complexidade, Leffa (1999) destaca a base inconsciente da leitura, o chamado processamento em paralelo, que é extremamente rápido e automático, a ponto de se poder classificar a leitura como um processo apenas “ilusoriamente consciente” (p. 2). Outro indício: o leitor, por mais que seja o condutor da significação, a partir da mobilização de uma série de recursos linguísticos, sociais e cognitivos, nunca está sozinho, pois ele pertence a *comunidades discursivas*<sup>94</sup>, que compartilham práticas e entendimentos. Ou seja: o que se entende sempre é relacional ou provocado, em parte, por processos que não são controlados completamente pelo indivíduo. A própria evolução das teorias da leitura na história – do texto para o foco no leitor e, no final, considerando o contexto social – seria um indício de reconhecimento paulatino da complexidade e da necessidade de usar ferramentas mais abrangentes para compreender o fenômeno.

---

<sup>93</sup> Leffa também desenvolveu um modelo psicolinguístico, que será apresentado mais adiante, que explica o fenômeno leitor a partir da mesma forma de organização.

<sup>94</sup> Conceito formulado por John Swales, próximo da ideia de uma rede sócio-retórica, mas em oposição à noção de comunidade de fala, pois não guarda correlação com alguma pretensão de territorialidade. Os pertencentes a comunidades discursivas possuem objetivos comunicacionais comuns, operados a partir de convenções de discurso, entre elas os chamados *gêneros textuais*. São grupos de indivíduos com objetivos discursivos específicos. A ideia será retomada no Capítulo 5, quando estará em foco a especificidade jornalística da leitura.



Leffa (1999) estrutura sua argumentação apontando as deficiências de cada perspectiva. Ele começa pela crítica aos modelos exclusivamente *ascendentes*, ou seja, aqueles que valorizam o texto. Os estudos sobre texto que marcaram os EUA nas décadas de 1950 e 1960 trataram do que o autor chama de “invisibilidade do texto” (p. 5). Preocupados com a inteligibilidade, tomavam o texto da maneira mais transparente possível no acesso ao conteúdo. A leitura, na perspectiva textual, não era vista como um processo seletivo, conduzido pelo leitor de uma maneira ativa. O fundamental seria a obtenção do conteúdo subjacente ao texto. “Daí que a construção do significado não envolve negociação entre o leitor e o texto e muito menos atribuição de significado por parte do leitor; o significado é simplesmente construído através de um processo de extração” (p. 6). Tudo estaria no texto, mas em duas camadas, uma profunda, que é o próprio conteúdo a ser acessado, e uma superficial, que recobre a revelação do conteúdo e que só pode ser desvelada, por esta perspectiva, na medida em que o texto for mais transparente. Como o processamento é ativado pelos dados, o significado seria sempre o mesmo para leitores com as mesmas competências, algo que se provou, com o passar do tempo e o avanço dos estudos, irreal.

Os modelos focados no texto entendem a leitura como um movimento linear (da esquerda para direita, de cima para baixo, página após página), em que as chamadas capacidades de baixo nível, como a habilidade de reconhecer letras e palavras, são tidas como essenciais. A competência lexical, portanto, seria o fator crítico preponderante: conforme os modelos, “ler é basicamente decodificar” (LEFFA, 1999, p. 7). A perspectiva textual tem despertado inúmeras críticas, em função, basicamente, de três fatores: [a] o engano ao enfatizar o processamento linear da leitura; [b] a valorização da rota fonológica para acesso ao significado; [c] a crença desproporcional nas habilidades de baixo nível, entre elas o reconhecimento de letras e palavras.

Quanto à questão fonológica, pesquisas recentes indicam que o leitor proficiente não depende de uma remontagem mental do som das palavras para acessar o significado. O fato de a perspectiva do texto acreditar que cada leitor, a cada leitura, acione os mesmos “significados na mesma variação de possibilidades” (p. 11), não é comprovado cientificamente. Leffa (1999) diz que, pela sua experiência na observação do fenômeno, isso não seria nem “verdadeiro e nem possível” (p. 11), pois os efeitos de sentido variam a cada ato leitor. Por outro lado, uma evidência de que a leitura não é

linear, contribuindo para refutar uma das bases da perspectiva textual, está na forma como se lê um hipertexto, construção textual típica dos suportes digitais.

Embora reconheça que a perspectiva que valoriza o leitor seja um avanço em relação à textual, Leffa (1999) também aponta suas limitações quando ela tenta absolutizar o peso das injunções determinadas pelo indivíduo. Sua limitação residiria no descarte dos aspectos sociais da leitura, que também são decisivos e contemplados na terceira perspectiva, a interativa. A perspectiva do leitor seria, na expressão de Leffa (1999), *concept-driven*, ou seja, termo em inglês para designar que entende a leitura como um fenômeno desencadeado pelo acesso aos conceitos, entre eles os [a] conhecimentos linguísticos, [b] os conhecimentos textuais e os [c] conhecimentos enciclopédicos. Também reconhece que os insumos afetivos incidem sobre a leitura, entre eles as preferências por tópicos temáticos, motivações e estilos de leitura. Porém, como investe na abordagem psicolinguística da compreensão, nela os aspectos cognitivos ganham um peso maior do que os afetivos e os sociais.

Alguns pressupostos básicos guiam a perspectiva do leitor, para quem a leitura não transcorre de maneira linear, como no primeiro modelo. São eles, de acordo com Leffa (1999): [a] a leitura depende mais de informações não visuais do que das visuais; [b] o *conhecimento prévio* está organizado na forma de esquemas; [c] ler é prever; e [d] ler é conhecer as convenções da escrita. O leitor, assim municiado, seria o “soberano” (p. 11) definidor do significado. Ele processaria o texto não de maneira linear, mas por meio de amostragens, com a participação ativa, como em um jogo permanente de teste de hipóteses, confirmando-as ou rejeitando-as, a partir de amostras colhidas no contato visual com o material escrito:

A perspectiva da leitura com foco no leitor procura, em resumo, descrever o que acontece em sua mente quando lê um texto. O leitor pode ser até menos ou mais refratário ao texto, permitindo ou não que seja tocado por ele, mas não é um elemento passivo, que apenas extrai significado do texto. Caracteriza-se por ser ativo, atribuir significado, fazer previsões, separar amostras, confirmar e corrigir hipóteses sobre o texto (LEFFA, 1999, p. 15).

Por fim, Leffa (1999) sustenta a necessidade de se buscar uma perspectiva conciliatória, a *interativa*, que valoriza as duas vertentes anteriores. O modelo interativo contemplaria a complexidade do fenômeno leitor. O autor apresenta duas propostas da Psicolinguística, a abordagem transacional e a teoria da compensação, e também destaca uma linha de interpretação mais social, influenciada pela noção de

*comunidades discursivas* de Swales. Na concepção transacional<sup>95</sup>, o importante é que o leitor transaciona o sentido com o autor por meio do texto, num contexto específico, a partir de determinadas intenções. A transação em si influencia todos os elementos envolvidos.

Já a teoria da compensação<sup>96</sup> parte do princípio de que a leitura combina inúmeras fontes de conhecimentos acionadas de forma interativa, na construção do sentido. Se falta um elo da significação, o leitor compensa buscando outro. O paradigma social, sob a influência do conceito de *comunidades discursivas*, reconhece que ler não é apenas um ato individual, mas um comportamento social, pois “o significado não está nem no texto nem no leitor, mas nas convenções de interação social em que ocorre o ato de leitura” (p. 17). A perspectiva relativiza o poder do conhecimento do indivíduo, mais ou menos consciente, colocando no lugar a prevalência da força das convenções sociais, explícitas ou não, que regem as relações no interior de um grupo. "A leitura não é um ato solitário, mas coletivo, exercido dentro de uma comunidade que tem suas regras e convenções" (p. 22).

### 3.2.2 Um modelo de base psicolinguística

A partir das considerações preliminares a respeito da abordagem psicolinguística da leitura, parte-se para a construção de um modelo psicolinguístico, ancorado nas *variáveis intervenientes na leitura*, conforme Goodman (1991), que servirá de base para posteriormente apresentar um paradigma de análise da *leitura jornalística*. Respondendo a pergunta central deste capítulo – afinal, o que é leitura? – é fundamental sublinhar um conceito de leitura a partir dos componentes oferecidos pelos estudiosos vinculados a esta corrente de investigação. Uma concepção inicial, resumida, é extraída de Solé (1998), para quem a leitura é “um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer [*obter uma informação pertinente para*] os objetivos que guiam sua leitura” (p. 22). Esta definição de leitura, por si só, embute um compromisso compatível com a atividade jornalística, ou seja, a obtenção de uma informação pertinente, destacada em grifo pela autora na própria

---

<sup>95</sup> Esta perspectiva é caracterizada por transações e mudanças em toda a interação: muda tanto o autor enquanto escreve, quanto o leitor, à medida que lê. Até o texto muda constantemente, ao longo do processo. O ponto de partida é a teoria do pensador e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952) sobre o conhecimento, de que "não só o conhecedor mas também o conhecido transformam-se durante o processo de conhecimento" (LEFFA, 1999, p. 16).

<sup>96</sup> O leitor mescla o acesso a repertórios para alcançar a eficiência durante a leitura, conforme Leffa (1999)

definição. Há um leitor ativo, em interação com um texto, impulsionado por um determinado objetivo. Este caráter ativo e interativo foi ressaltado ao longo deste trabalho como um dos traços determinantes de visões contemporâneas sobre o fenômeno leitor.

Solé (1998) também entende que as estruturas físicas sobre as quais se encontram os textos interferem na organização da informação e, portanto, na formação do sentido. Quando ela se refere a estruturas, ela aponta para a noção de suporte, dispositivo – papel ou tela, sendo mais específico – e sobre a organização textual. Ao sublinhar como se dá o processo de compreensão, Solé (1998) chega a um segundo conceito de leitura, desta vez ampliado:

Nesta compreensão intervêm tanto o texto, sua forma e conteúdo, como o leitor, suas expectativas e conhecimentos prévios. Para ler necessitamos, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, ideias e experiências prévias; precisamos nos envolver em um processo de previsão e inferência contínua, que se apoia na informação proporcionada pelo texto e na nossa própria bagagem, e em um processo que permita encontrar evidências ou rejeitar as previsões e inferências antes mencionadas (SOLÉ, 1998, p. 23).

Trata-se de uma perspectiva *interativa* de compreensão da leitura, como ponderada por Leffa (1999), que combina os processamentos *ascendente (bottom-up)* e *descendente (top-down)* de leitura do texto, ou seja, ler envolve um duplo movimento que parte dos elementos componentes do texto à compreensão (*ascendente*) e, simultaneamente, requer *conhecimento prévio* que debruça recursos cognitivos sobre o texto (*descendente*), “assim, o leitor utiliza simultaneamente seu conhecimento do mundo e seu conhecimento do texto para construir uma interpretação sobre aquele” (SOLÉ, 1998, p. 24). Os dois processos se cruzam, em interação, influenciados por *objetivos de leitura* e outras variáveis.

Salientar que toda leitura convive com um objetivo – pessoal e, portanto, mutável, subjetivo – é fundamental para caracterizar, mais adiante, uma concepção de *leitura jornalística*. Também é precioso admitir a interferência de outras variáveis, pois a partir delas será proposto o modelo psicolinguístico-jornalístico. A produção de sentido a partir do texto jornalístico, então, dentro desta perspectiva interacionista, emana do próprio texto, mas também é alcançada a partir do conhecimento prévio e das operações cognitivas desencadeadas por um polo do processo de leitura que Solé (1998) chama de *leitor ativo*. Este elo ativo e autônomo é crucial aos mecanismos de compreensão, seja ele motivado ou conduzido pelos objetivos que pretende alcançar

na leitura, o que "determina tanto as estratégias responsáveis pela compreensão quanto o controle que, de forma inconsciente, vai exercendo sobre ela, à medida que lê" (SOLÉ, 1998, p. 41).

Tomando como referência Goodman (1991), Leffa (1996 e 1999), Solé (1998) e Smith (2003), será tecido um modelo psicolinguístico combinado e adaptado, a partir do qual será pensada a sua aplicação para a compreensão da *leitura jornalística*. A combinação é necessária, dada a insuficiência das propostas que valorizam qualquer uma das duas alternativas (*ascendente e descendente*). O primeiro esforço é destacar o papel das *variáveis intervenientes na leitura*. Conforme o modelo de Goodman (1991), o processamento da leitura transcorre a partir da combinação de algumas variáveis: [a] *objetivo de leitura*, [b] *conhecimento prévio*, [c] *tipo de texto* (estrutura textual e suporte) e [d] *estilo cognitivo do leitor*. As quatro intervêm sobre a compreensão do texto, mas não são as únicas. Elas foram escolhidas pela pertinência com a leitura jornalística.

O *objetivo de leitura* aparece na definição preliminar de Solé (1998) sobre leitura, entendida pela autora como processo de interação do leitor com o texto em que ele, o leitor, busca "satisfazer [*obter uma informação pertinente para*] os objetivos que guiam sua leitura" (p. 22), como já referido. Ela pressupõe que ler sempre está relacionado a algum propósito. Conforme a autora, a interpretação depende do objetivo, pois "ainda que o conteúdo de um texto permaneça invariável, é possível que dois leitores com finalidades diferentes extraiam informação distinta do mesmo" (p. 22). Desta forma, não seria possível falar na construção do significado como tradução ou réplica do significado pretendido pelo autor, uma vez que o processo de significação envolve o texto, os *conhecimentos prévios* do leitor e os seus objetivos – ou seja, depende de elementos extratextuais, como já visto exaustivamente até aqui. Também Goodman (1991) irá dizer que "o que um leitor compreende em um dado evento de leitura depende muito do seu objetivo primeiro" (p. 30).

Por trás das ideias de Solé (1998) e Goodman (1991) está a convicção de que entender a leitura passa por compreender os motivos pelos quais as pessoas leem. Este leque de motivações é variado, sendo que eles podem se sobrepor durante um determinado evento leitor e, ainda, haver uma correlação entre os *tipos de texto* e *objetivos de leitura*. Ambos apresentam em seus trabalhos listas com *objetivos de leitura* e descrições sobre suas características. Conforme Goodman (1991), os tipos de

leitura, que não são excludentes, seriam: [a] leitura do ambiente físico, [b] leitura profissional, [c] leitura para informação, [d] leitura para lazer e [e] leitura ritualística.

Já em Solé (1998) está apresentada outra tipificação, não exaustiva, dividida em dois grandes grupos: os objetivos de leitura da vida cotidiana e os objetivos de leitura da vida escolar<sup>97</sup>. O primeiro grupo é o que interessa ao escopo desta investigação. São eles: [a] ler para obter uma informação precisa, [b] ler para seguir instruções, [c] ler para obter uma informação de caráter geral, [d] ler para aprender, [e] ler para revisar o próprio texto, [f] ler por prazer e [g] ler para comunicar um texto a um auditório. A autora também entende que cada objetivo desencadeia estratégias específicas, que acionam rotas de compreensão particulares. O manejo (consciente e inconsciente) de tais estratégias de compreensão leitora, associadas a objetivos, seria, na visão dela, um indício da nossa competência como leitores.

No caso dos objetivos previstos por Goodman (1991), os de letra [b], [c] e [d] se aproximam da ideia de *leitura jornalística*. Os de letra [a], [b], [c], [d] e [f], fixados por Solé (1998), também embutem uma certa natureza jornalística, tanto em notícias quanto em reportagens. Ao se pensar um modelo psicolinguístico para a *leitura jornalística*, deve-se prever, de maneira apriorística, a existência de *objetivos de leitura* específicos, estabelecendo como ponto de partida uma tipologia própria ou recorrendo a pesquisadores do campo do jornalismo, como será visto no Capítulo 5.

Uma segunda *variável interveniente na leitura* é o *conhecimento prévio*, fundamental ao mecanismo de previsões e inferências com o qual o leitor se torna ativo no processo de leitura, conforme Solé (1998). O *conhecimento prévio* do leitor é fundamental, como visto em Spinillo (2013), Kato (1999) e Souza (2015), para o movimento que acompanha todo o processamento da leitura, sobretudo para as previsões sobre o que o leitor vai encontrar no texto. Para executar as previsões, "baseamo-nos na informação proporcionada pelo texto, naquela que podemos considerar contextual e em nosso conhecimento sobre a leitura, os textos e o mundo em geral" (SOLÉ, 1998, p. 24). A eficiência da leitura está ligada à qualidade deste processo, cuja natureza é inferencial. O *conhecimento prévio* se soma aos *objetivos de leitura* e às características do texto no estabelecimento de previsões que permitem ao

---

<sup>97</sup> Os *objetivos de leitura* da vida escolar, conforme Solé (1998), são [a] ler para praticar a leitura em voz alta (uma leitura com clareza, rapidez, fluência e correção, respeitando a entonação e a pontuação, cuja compreensão tem nível secundário) e [b] ler para verificar o que compreendeu (em que geralmente se busca avaliar a compreensão por meio de perguntas e respostas).

leitor assumir o controle da leitura, gerando hipóteses sobre o conteúdo e promovendo verificações que levam à interpretação.

O fato é que, como os indivíduos mobilizam *conhecimentos prévios* distintos, a interpretação de um mesmo texto é potencialmente distinta, mesmo uma notícia ou reportagem, ainda que escritas sob os preceitos jornalísticos de neutralidade e objetividade<sup>98</sup>, independentemente do suporte, se em tela ou papel. Fatores sócio-culturais também colaboram para conformar os *conhecimentos prévios*, reforçando o caráter subjetivo de qualquer esforço de interpretação textual. Esta variável interveniente desafia a compreensão da *leitura jornalística* justamente porque a leitura, de acordo com o paradigma psicolinguístico, é resultado de uma interação, ou transação como quer Goodman (1991), entre leitor, texto e autor, tornando o *conhecimento prévio* do leitor, aquilo que ele aporta à leitura em movimentos especulativos e preditivos, tão importante quando o texto físico em si e as informações que ele contém. A ideia de que há um *texto duplo* é preciosa para entender o alcance da variável:

Uma vez que o texto impresso parece ser uma realidade que não muda suas propriedades físicas como resultado de estar sendo lido, como ele pode mudar durante a leitura? A resposta é que o leitor está construindo um texto paralelo [*o texto duplo*] intimamente relacionado ao texto impresso. Torna-se um texto diferente para cada leitor. O texto do leitor envolve inferências, referências e co-referências baseadas nos esquemas que o leitor traz para o texto. E é esse texto do leitor que o leitor compreende e no qual se baseará qualquer futura explicação do leitor a respeito do que ele leu (GOODMAN, 1991, p. 28).

A terceira variável de leitura é o *tipo de texto*, ou estrutura textual, no qual também se insere uma discussão sobre o suporte. Isso quer dizer que a forma como o texto está organizado – e é distribuído – também interfere no processamento cognitivo da leitura. Solé (1998) entende que os *tipos de textos*, as superestruturas, funcionam como "esquemas de interpretação para o leitor" (p. 84), colaborando para que ocorra a verificação essencial ao processo de predição inerente à leitura, na medida em que impõem um molde à organização da informação escrita. Mesmo que intuitivamente, o leitor recorre à superestrutura, no caso do jornalismo seus elementos constituintes e

---

<sup>98</sup> Como visto ao longo deste capítulo, as teorias sobre a leitura tensionam a clássica noção da *objetividade jornalística*. Na medida em que o leitor de um texto jornalístico, em papel ou tela, se comporta a partir de um incontornável perfil ativo, construindo o significado de forma absolutamente individual, toda a proposição de objetividade e a pretensão de verdade, que rondam uma visão idealizada de jornalismo, ficam prejudicadas. As *variáveis intervenientes na leitura* vão ser combinadas para moldar o processamento da leitura e a decorrente produção do significado, mesmo em textos jornalísticos. Assim, nenhum texto será lido do mesmo modo, testando a expectativa do jornalismo como método de representação da realidade.

seus fundamentos, para processar a informação que encontra no texto. Goodman (1991) também entende que a *tipologia textual* é um elemento de organização, uma macroestrutura ou gramática textual que torna o texto ainda mais predizível. Esta organização deve respeitar princípios de coesão e coerência.

Há diversas *tipologias textuais*. Solé (1998) menciona dois tipos básicos, o *narrativo* e o *expositivo*, mas apresenta uma série de autores com diversas proposições. Uma delas é a tipologia textual de Jean Michel Adam, detalhada no Capítulo 5, para quem os textos podem ser, essencialmente, *narrativos* (com desenvolvimento cronológico e certa estrutura de encadeamento), *descritivos* (organizados em torno de descrições e comparações) e *expositivos* (em que predominam a análise e a síntese de representações conceituais), além de outras categorizações detalhadas adiante. Cada tipo, na visão de Solé (1998), enseja uma estratégia específica de leitura, pois engatilha expectativas no leitor. Goodman (1991) faz com que a discussão sobre tipologias se aproxime do jornalismo e lembra que há uma variedade de estruturas de texto em um jornal, com destaque, segundo ele, para a notícia, que apresenta uma determinada sequência de eventos, encarada pelos leitores como base natural para o início de uma narrativa. Nem sempre, no entanto, prevalece uma organização linear de informações, já que os hábitos de leitura levam o jornalismo, em alguns casos, a apostar em uma certa estrutura textual que concentra informações relevantes no topo do texto<sup>99</sup>, subvertendo o andamento cronológico.

Para Goodman (1991), reportagens e notícias têm "suas próprias características textuais, que servem a seus propósitos e fazem-nos predizíveis aos leitores familiarizados com o gênero" (p. 24). Trata-se de uma variável que, dentro do modelo psicolinguístico, cumpre uma função importante, na medida em que aciona estratégias específicas de leitura, muito embora, em pesquisas sobre o impacto da tecnologia na leitura de textos jornalísticos, ela possa ser isolada, por invariância, se se imaginar que uma notícia ou uma reportagem não mudam a natureza da sua estrutura apenas porque são lidas em papel ou em tela, a menos que sofram o impacto da confluência de linguagens proporcionada pelo caráter multimídia da organização da informação no ambiente digital.

Ainda dentro desta variável, ajudando a sedimentar a configuração da superestrutura de organização textual fundamental ao mecanismo de cognição, está o

---

<sup>99</sup> No jargão jornalístico, está-se referindo à técnica do *lead*, o primeiro parágrafo do texto jornalístico que cumpre a função estratégica de resumir a notícia e capturar a atenção do leitor.



suporte material no qual o texto encontra a sua existência, como lembra Adair Bonini (2014a). Tal componente remete às mudanças provocadas pela transição do papel para tela, assim como também foi destacado para outros momentos da evolução material do suporte do escrito no Capítulo 2. No modelo psicolinguístico, suporte e tipologia compõem o mesmo eixo de análise, o da materialidade do texto, mas necessitam ser analisados de maneira separada, pois geram situações de leitura específicas e variáveis.

A quarta variável é o *estilo cognitivo do leitor*, constituído a partir de determinadas estratégias cognitivas. De acordo com Goodman (1991), o leitor mobiliza estratégias de leitura em todos os momentos dos eventos de leitura, essenciais ao processamento que leva à significação. A primeira é a [a] *iniciação* ou reconhecimento da tarefa de leitura, pois “a leitura exige uma decisão explícita de ativar as estratégias e esquemas apropriados” (p. 35). A segunda relaciona-se com a seletividade essencial a todo processo cognitivo e se chama [b] *amostra* ou *seleção*, para que o processo de pensamento não seja sobrecarregado com dados irrelevantes. A terceira estratégia é a [c] *inferência*, que se aplica a todos os aspectos de leitura por meio de sistemas de pistas, baseada na confiança do leitor, por meio de “uma estratégia geral de adivinhação, com base no que é conhecido (p. 36).

A [d] *predição* é a quarta estratégia e consiste em antecipar o que está por vir na leitura, amparada tanto em informações explícitas do texto quanto nas inferidas, à medida que o leitor transaciona o sentido com o texto. Para Goodman (1991), “a predizibilidade é provavelmente um conceito mais útil e teoricamente mais lógico que a leiturabilidade ao se considerar a compreensibilidade de um texto dado para um determinado leitor” (p. 37). A quinta estratégia corresponde a um [e] *teste*, a confirmação e a desconfirmação, que tornam possível o auto-monitoramento pelo leitor durante a leitura. A correção é a estratégia usada para reconstruir o texto e recuperar o sentido, reavaliando a informação lida ou exigindo até mesmo voltar no texto. A última estratégia é a [f] *finalização*, com função oposta à da *abertura*.

O leitor expressa o seu estilo cognitivo ao manejar as estratégias cognitivas e dosá-las na tarefa de processar os textos. Também é possível falar em estilos cognitivos a partir de uma perspectiva evolutiva, como faz Santaella (2004, 2013), ao organizar uma tipologia com quatro perfis: o *leitor contemplativo*, o *leitor movente*, o *leitor imersivo* e o *leitor ubíquo*. Estes perfis serão detalhados no Capítulo 5, quando a *variável interveniente na leitura* conhecida como *estilo cognitivo do leitor* for analisada, no contexto de caracterização da *leitura jornalística*, mas é pertinente dizer

que eles materializam, conforme Santaella (2014), transformações em controles perceptivos e cognitivos, além de incidirem sobre os mecanismos inferenciais. Cada leitor, incluindo os de jornalismo, combina a sua dose de estratégias cognitivas e mistura, a sua maneira, traços de determinados perfis de leitura. Um modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística* precisa prever o comportamento desta variável, pois ela indicaria a forma particular com a qual o leitor aciona e articula os elementos mentais com os quais processa a sua leitura.

Em síntese, o capítulo traça percursos teóricos em torno de uma concepção da leitura, por alguns dos percursos possíveis, diante de uma enorme diversidade: discursivo-enunciativo, funcionalista, cognitivo e neuronal. O panorama apresentado destaca a necessidade de se colocar o leitor no foco das reações provocadas pela leitura, reiterando, ainda, a prevalência dos modelos mais complexos, em que, tanto os aspectos contextuais, quanto os materiais (relativos ao suporte), são levados em consideração. A linha psicolinguística, seguida por esta tese, oferece uma ferramenta bastante abrangente, pois permite um olhar simultaneamente concentrado sobre os aspectos cognitivos e os textuais ligados à leitura – ambos em jogo na transição do papel para a tela, da mesma forma que aconteceu em outros momentos da evolução da leitura.

#### 4 A LEITURA DIGITAL E O SEU LEITOR

Como visto até aqui, a leitura tem uma história, composta pela transformação permanente de suas práticas, pela atualização das habilidades exigidas pela sua fruição e pelo aperfeiçoamento constante dos seus modelos teóricos de estudo. Também é expressivo o número de abordagens teóricas que referem seu caráter complexo. Deve, portanto, ser vista, prioritariamente, como um objeto interdisciplinar, que demanda dimensões sociais, linguísticas e cognitivas da existência e da experiência humanas. Por conta da perspectiva adotada por esta tese, a psicolinguística, a leitura será tratada por meio de uma abordagem *interativa*, combinando os movimentos *ascendente (bottom-up)* e *descendente (top-down)*, ou seja, valorizando o fenômeno, tanto a partir do texto e do seu suporte, quanto na direção do leitor e de suas capacidades. O modelo das *variáveis intervenientes na leitura*, proposto por Kenneth Goodman (1991), fornecerá a base para uma adaptação psicolinguística capaz de analisar a *leitura jornalística* e pensar, em alguma medida, sobre o impacto da transição do papel para a tela sobre esta prática específica de leitura, levando em conta a complexidade do fenômeno leitor.

A fase digital, que marca o estágio contemporâneo, aquela que vai definir o que realmente a leitura será no futuro, conforme Steven Fischer (2006), é o ponto mais recente de uma linha evolutiva, tratada no Capítulo 2, na qual o aperfeiçoamento técnico dos suportes – da argila à tela, ou dos átomos aos *bites*<sub>100</sub> – determinou adaptações nos modos, nas práticas, nas habilidades, nas rotinas e nos significados da leitura. Nessa transição, ainda que se possa falar em sucessão de fases, é arriscado apostar na mera substituição de um padrão pela chegada de uma novidade tecnológica sucedânea, como se ocorresse uma troca automática de uma pela outra. Como alerta Ana Ribeiro (2014), o surgimento de um novo suporte “não quer dizer que absolutamente todos os expedientes do leitor/usuário tenham que ser modificados. As novas tecnologias podem recuperar características de outras, muitas vezes até de tecnologias quase esquecidas” (p. 138). É neste sentido da recuperação de procedimentos remotos, por exemplo, que o movimento absolutamente moderno do

---

<sup>100</sup> Distinção que integra o ponto de partida da reflexão de Nicholas Negroponte, um dos fundadores do Media Lab do Massachusetts Institute of Technology (MIT), a respeito das transformações provocadas pela vida digital. A base do raciocínio está na possibilidade de a menor partícula de informação no ambiente digital – o *bite* – poder ser transmitido e retrabalhado de uma forma que a menor partícula de informação do mundo físico – o átomo – não consegue, reconfigurando as noções de tempo e espaço e, portanto, a relação humana com o mundo exterior (NEGROPONTE, 1995).

*scrolling* – o rolar para cima e para baixo –, na tela de um computador, tablet ou celular, pode ser interpretado como vestígio do secular manuseio dos rolos de pergaminho.

Antes de mergulhar na caracterização da leitura digital e do quanto ela difere, ou não, do ato tradicional de ler em papel, vale retomar uma questão central dos estudos de comunicação e que reporta ao debate a respeito da relação entre as formas e os conteúdos, os meios e as mensagens. No fundo, uma ponderação sobre os significados da tecnologia e o impacto dos suportes. Retoma-se, portanto, a título de argumentação, algumas ideias de Marshall McLuhan (2007), pertinentes para compreender [a] a evolução dos objetos técnicos – como ocorre com os suportes do escrito (o papel ou a tela) – e [b] as metamorfoses da percepção decorrentes da modernização tecnológica e da transição entre os aparatos de comunicação. O comunicólogo canadense descarta a possibilidade de que qualquer meio de comunicação – considerado por ele como uma extensão dos sentidos humanos – seja neutro, do ponto de vista dos desdobramentos culturais que engendram durante a sua fruição: “toda tecnologia gradualmente cria um ambiente humano totalmente novo. Os ambientes não são envoltórios passivos, mas processos ativos” (p. 10). Ele também alerta para o fato de esses novos ambientes, inventados pela absorção de tecnologias ou por saltos tecnológicos, sempre gerarem um mal-estar inicial, quando confrontados com o meio aos quais substituem, pois “toda tecnologia nova cria um ambiente que é logo considerado corrupto e degradante” (p. 12). Olhando para o objeto de análise desta tese, ou seja, a transição do papel para a tela, a observação de McLuhan ajuda a explicar o sentimento nostálgico com o qual muitas vezes se vislumbram as formas de leitura em suportes tradicionais.

Um dos aforismos mais populares da reflexão sobre a comunicação – “o meio é a mensagem” (MCLUHAN, 2007, p.21) – resume o pensamento do autor a respeito do impacto inevitável das novas tecnologias sobre processos tão remotos como a leitura: as consequências sociais e políticas de qualquer meio, se vistos como extensão de nós mesmos, são o resultado dos novos padrões revelados por essa mesma tecnologia. É como se houvesse um fenômeno em um certo sentido tautológico, pois a mensagem de qualquer meio ou tecnologia está na mudança de “escala, cadência ou padrão” (p. 22) que esse meio ou tecnologia impõe, ressaltando, como o próprio autor o faz, que “qualquer tecnologia pode fazer tudo, menos somar-se ao que já somos” (p. 26). Não com essa denominação, mas *escala*, *cadência* e *padrão* são conceitos ligados

à estrutura do processamento da leitura, o que significa que na transição entre o papel e a tela também poderia ser observada uma mudança nos parâmetros de ocorrência dessas três variáveis. Refinando o significado do quase *slogan* de McLuhan, o meio é a mensagem

porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas. O conteúdo ou usos desses meios são tão diversos quão ineficazes na estruturação da forma das associações humanas. Na verdade não deixa de ser bastante típico que o *conteúdo* de qualquer meio nos cegue para a natureza desse mesmo meio (MCLUHAN, 2007, p.23).

Do ponto de vista da percepção, ingressamos na era de um conhecimento denominado, pelo autor, de estrutural, configuracional e totalizante. Seria a era do excesso, que de alguma forma também emite uma mensagem a respeito do nosso tempo, marcado pela abundância de informação e pela disputa da atenção, traços que também incidem sobre a *leitura jornalística*. Nela, o sequencial cede lugar ao simultâneo, fragmenta-se o sentido da linearidade, fazendo com que “os segmentos especializados da atenção” (p. 27) desloquem-se para um campo integral ou unificado. Cria-se, desse modo, um estágio de saturação sobre os sentidos, produzido pela quebra da linearidade e pela aceleração da velocidade de circulação das informações e do seu impacto sobre toda forma de cultura. É como se perdêssemos a capacidade de olhar o singular<sup>101</sup>, o fragmento, o específico.

Vive-se, assim, um esgotamento “nervoso e mental” (p. 31), determinado pelo que McLuhan chama de *desarraigamento* em função da inundação de “novas informações e pelas novas e infundáveis estruturas informacionais” (p. 31). Se se seguir a formulação/*slogan* do autor, esse ambiente saturado é o próprio conteúdo dos meios por onde circulam as informações em velocidade sempre crescente, em presença ubíqua, admitindo-se, inclusive, que seus efeitos se espalham como *linhas de força*, em função da própria tecnologia, por culturas com diferentes graus de desenvolvimento. Diante de tal avalanche, há muito pouco a fazer, até porque o que conta não é o conteúdo dos meios em si, mas “o modo como são usados” (p. 33), em “dependência da constante inter-relação com os outros meios” (p. 42):

Os efeitos da tecnologia não ocorrem aos níveis das opiniões e dos conceitos: eles se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas da

---

<sup>101</sup> O singular é uma categoria de análise relevante em algumas teorias do Jornalismo, como no pensamento de Adelmo Genro Filho, estruturado a partir dos fundamentos do *singular*, do *particular* e do *universal*. O pesquisador brasileiro entende que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular (GENRO FILHO, 1987).

percepção, num passo firme e sem qualquer resistência. O artista sério é o único capaz de enfrentar, impune, a tecnologia, justamente porque ele é um perito nas mudanças de percepção (MCLUHAN, 2007, p.34).

McLuhan reflete sobre a chegada de novos meios e a convivência com os antigos, com os quais os novos mantêm uma relação de superação, substituição ou cooperação. Como extensão física e psíquica do homem, todo invento e sua base tecnológica determinam, conforme o autor, um novo *status* de poder (ação) e consciência (reflexão), ampliando simultaneamente os limites do corpo e aprofundando as capacidades mentais. Em contrapartida, instaura-se um efeito inevitável, a “angústia” (p. 43) mcluhaniana, caracterizada pelas sensações de “alarma, resistência, exaustão” (p. 43), que podemos reconhecer e interpretar como desdobramento de qualquer tecnologia, admitindo-se que não é possível contornar o “efeito narcótico e de entorpecimento das novas tecnologias, efeito que reduz a atenção enquanto a nova forma força os portões do julgamento e da percepção” (p. 82).

Paira, muitas vezes, um tom de nostalgia nas análises, que deve ser ponderado, inclusive na reflexão sobre o impacto das transições tecnológicas, como a da leitura no deslocamento do papel para a tela. Umberto Eco (2018) ilustra o fenômeno saudosista com a expressão genérica “isso matará aquilo”, com a qual tantas alertas foram feitos ao longo da história da cultura a respeito da chegada de um novo dispositivo. Retomando os exemplos citados pelo autor, para entender o raciocínio: o cinema matará a fotografia, a televisão matará o rádio, a internet matará o jornal – mortes que, aliás, nunca aconteceram. No caso da leitura, a chegada das telas não matou o formato tradicional, mas o reconfigurou.

Insistindo, com McLuhan, e ainda como preâmbulo à caracterização da leitura digital, a metáfora dos *meios quentes* e *meios frios*, por ele utilizada, é útil para pensar as mudanças dos aparatos digitais. Para McLuhan (2007), *meios quentes* são aqueles que recorrem a um dos sentidos humanos e funcionam em *alta definição*, o que quer dizer, segundo o entendimento do autor, que operam com elevada qualidade e clareza de informação. São lineares, destribalizantes<sup>102</sup> e demandam um baixo nível de participação do usuário. Como o suporte ou mensagem dos *meios quentes* oferece muita informação, o receptor é pouco estimulado, tendo a consciência menos exigida

---

<sup>102</sup> Neste argumento, McLuhan defende que a cultura fonética destribalizou o homem na medida em que o libertou do conhecimento estritamente oral, auditivo, que era reafirmado até aquele momento a partir do convívio com outros humanos, em circuitos tribais. A escrita fonética transferiu da audição para a visão o eixo da produção e circulação de conhecimento sobre o mundo.

para completar a informação. São exemplos de meios quentes o rádio, o cinema, o alfabeto (com o seu alto grau de intensidade visual) e toda a cultura impressa. Os *meios frios* são os que prolongam ou catalisam mais de um sentido humano. A participação do receptor é exigida, na medida em que ele precisa colocar a consciência à disposição do preenchimento dos espaços de clareza no que é emitido pelos suportes ou mensagens. São não lineares e tribalizantes. São exemplos a TV (de baixa definição), o telefone, as caricaturas e a cultura oral. Em função dessas diferenças, os *meios quentes* e os *meios frios* “têm efeitos bem diferentes sobre seus usuários” (MCLUHAN, 2017, p. 38).

As telas, suporte da leitura digital, podem ser vistas, assim, como meios quentes e frios simultaneamente, dependendo do conteúdo consumido. Neste sentido, podem ser vistas como *meios híbridos*. De uma forma geral, as telas, pelo menos aquelas que se apresentam ao usuário enriquecidas pela interface da internet, são *meios frios*, dado o amplo poder de mobilidade do receptor, que conduz a navegação e completa os espaços de informação. Mas a internet também é ponto de confluência de inúmeras linguagens, muitas vezes em um mesmo produto cultural, como a sonora, a imagem em movimento, a escrita, e cada uma delas também mobiliza seus sentidos específicos, tornando o *meio quente* ou *frio* à medida que se dá o contato do usuário com o trecho de conteúdo. Se é híbrida, também são híbridos os efeitos sobre os usuários, o que libera uma grande energia de compreensão:

O híbrido, ou encontro de dois meios, constitui um momento de verdade e revelação, do qual nasce a forma nova. Isto porque o paralelo de dois meios nos mantém nas fronteiras entre formas que nos despertam da narcose<sup>103</sup> narcísica. O momento do encontro dos meios é um momento de liberdade e libertação do entorpecimento e do transe que eles impõem aos nossos sentidos (MCLUHAN, 2007, p. 75).

Assim, a leitura em tela move-se a partir do que McLuhan chama de *energia híbrida*, com potencial liberador. Entender de que forma a leitura digital mobiliza sentidos e incide sobre o processamento leitor é o objetivo deste capítulo. Como visto a partir do pensamento mcluhaniano, os meios de comunicação são extensões do corpo, condicionadas pela tecnologia, cujo efeito se manifesta sobre a percepção. A partir das ideias de Roger Chartier (1999, 2002 e 2011), será traçado um panorama conceitual das transformações sobre a leitura provocadas pela transição do papel para

---

<sup>103</sup> Para McLuhan, a *narcose* é um estado de efeito provocado pelos meios, por conta de uma ligação permanente do humano com os artefatos técnicos, cuja marca é a sensação de entorpecimento e de fragmentação sensorial, associada à ideia de desnorreamento.

a tela, justamente a partir da ideia de como a mudança impacta sobre a percepção leitora. O conjunto de formulações do autor francês será usado, mais adiante, para subsidiar a noção proposta de *fatores de transformação*, base criativa da construção dos protocolos verbais da fase empírica desta tese, no Capítulo 6. Neste capítulo, também serão mapeadas pesquisas sobre o estatuto da leitura em telas, com o objetivo de flagrar alguns entendimentos já sedimentados.

#### 4.1 COMO O DIGITAL RECONFIGURA A LEITURA

Jason Merkoszi<sup>104</sup>, mentor do *e-reader* Kindle, provoca: “o futuro da palavra escrita é ser falada, porque a escrita é devagar”. Premonição ou retórica, a sinalização de Merkoski, ainda que proferida por um personagem comprometido pessoalmente com as reconfigurações impostas à leitura pelos dispositivos digitais, aponta para um horizonte extremo, acelerado, no qual a dissolução da linguagem textual viria acompanhada por uma espécie de retorno triunfal da oralidade. Se ele estiver certo, seria como se a evolução da tecnologia invertesse o sentido das mutações, até o universo oral. Transpostas para uma reflexão sobre o futuro da leitura do texto jornalístico, as palavras de Merkoski alertam para a possibilidade, até mesmo, de erosão do tipo de narrativa que estruturou o desenvolvimento da imprensa e a proliferação do mundo das notícias, como conhecido no mundo ocidental – no lugar da materialidade da letra impressa sobre o papel, entraria a agilidade da escuta em um dispositivo eletrônico e portátil<sup>105</sup>.

Independentemente do acerto ou não da projeção do pioneiro do Kindle, é fato que a leitura se transforma ao se deslocar de dispositivos, testando a palavra escrita. Historiador do livro, da leitura e da escrita, Roger Chartier (2002) entende que a revolução do texto eletrônico tem um impacto triplo e, no âmbito deste estudo, é possível aplicar tal concepção às transformações vividas pelo texto jornalístico em sua jornada de transposição do papel para a tela. Conforme Chartier, “a revolução do texto eletrônico é, de fato, ao mesmo tempo, uma revolução da técnica de produção dos textos, uma revolução do suporte do escrito e uma revolução das *práticas de leitura*” (2002, p. 113). Assim, é impossível dissociar os três planos desta mutação tecnológica, que criaria um novo “sistema de percepção e de manejo dos textos” (CHARTIER, 2002,

---

<sup>104</sup> MERKOSKI, Jason. Entrevista: “Lojas de livros não conseguirão sobreviver”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/lojas-de-livros-nao-conseguirao-sobreviver/>. Acesso em: 18 ago. 2014.

<sup>105</sup> Há inúmeras experiências de leitores sonoros de textos publicados na internet.



p. 114), aplicado pelo autor à reflexão sobre o livro, mas tomado de empréstimo, na condução desta pesquisa, para o propósito de entender as mudanças na *leitura jornalística*:

O novo suporte do escrito não significa o fim do livro ou a morte do leitor. O contrário, talvez. Porém, ele impõe uma redistribuição dos papéis na *economia da escrita*<sup>106</sup>, a concorrência (ou a complementaridade) entre diversos suportes dos discursos e uma nova relação, tanto física quanto intelectual e estética, com o mundo dos textos (CHARTIER, 2002, p. 117).

Em ebulição dentro deste novo mundo da comunicação eletrônica, do qual o jornalismo faz parte, o autor francês identifica um ambiente de superabundância textual, que ultrapassa, em termos quantitativos e qualitativos, a capacidade de apropriação por parte dos leitores e gera o que ele entende como um novo estado cultural. Tal cenário de transformação é marcado por três rupturas fundamentais, na visão de Chartier (2002): [a] da ordem dos discursos na cultura impressa; [b] da ordem das razões (vinculada à construção do saber contemporâneo); e [c] da ordem das propriedades da relação entre autor e obra. Vale pensar na observação do historiador sobre a indissociabilidade entre a leitura e o suporte que abriga o texto, algo que também é comprovado pela sucessão dos dispositivos de leitura ao longo da história, como visto no Capítulo 2, e do impacto desta evolução sobre as modalidades leitoras:

Os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção dos seus significados (CHARTIER, 2002, p. 61-62).

Quanto à ordem dos discursos, o fenômeno em andamento seria o da dissolução da ordem prevista pela cultura impressa clássica e da relação intrínseca que mantinha com os diferentes tipos de objetos nos quais o texto era transmitido (como os livros, os jornais diários e as revistas). Tal vinculação entre aspectos culturais e suportes da cultura é elemento arraigado na história do Ocidente, a ponto de se poder dizer que cada época tem a sua leitura, que carrega as marcas, como visto até aqui, do suporte. Conforme Chartier (2002), com os ambientes digitais surgiria uma primeira inquietação ou confusão para os leitores: o desaparecimento dos critérios imediatos, visíveis e materiais que lhe proporcionavam hierarquizar e classificar os discursos, um sinal de desassossego por parte do leitor:

---

<sup>106</sup> Grifo do autor.

É esta ordem dos discursos que se transforma profundamente com a textualidade eletrônica. É agora um único aparelho, o computador, que faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos em objetos diferentes. Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são decididas pelo leitor). Cria-se assim uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir da sua própria materialidade (CHARTIER, 2002, p. 22-23).

Entre as revoluções que se desdobram a partir deste processo, a mais sintonizada com os objetivos deste estudo é a que se observa na “percepção das entidades textuais” (p. 24), base da leitura de qualquer texto, incluindo os relatos articulados em ambientes digitais, por intermédio da combinação de linguagens. É esta capacidade perceptiva e até mesmo cognitiva que estaria em transformação e recondicionamento, em função do avanço da leitura digital. A segunda ruptura a que se refere o autor é a que ocorre na ordem das razões, pois a lógica de leitura não seria mais linear e dedutiva. Em seu lugar, impulsionada pela estrutura digital, reinaria um percurso aberto, por meio da “multiplicação dos vínculos hipertextuais” (p. 24). Neste sentido, “a revolução da textualidade digital constitui também uma mutação epistemológica que transforma as modalidades de construção e crédito dos discursos do saber” (CHARTIER, 2002, p. 25), o que autoriza a hipótese de um impacto no jornalismo e sobre o seu estatuto de credibilidade.

A terceira e última ruptura se daria na ordem das propriedades do texto. A combinação de linguagens coloca o texto eletrônico em um patamar maleável, móvel e aberto. Ocorre, na concepção do autor, uma “escritura coletiva, múltipla e polifônica” (p. 25), impulsionada pela textualidade digital, que questiona a identidade “singular, estável e reproduzível” (p. 26) entre o autor e a sua obra. A inquietação de Chartier (2002) é legítima, pois, para o autor, há uma mudança flagrante na leitura entre um texto em um dispositivo impresso, quando está ao lado de outros textos impressos com os quais estabelece relações, e na forma eletrônica, quando é lido a partir de outras lógicas de acesso e combinação de informação (CHARTIER, 2002, p. 28). Em outro trabalho, Chartier (1999) produz um diagnóstico sobre a transformação da leitura na era do apogeu da navegação digital. Tentando resumir a repercussão sobre a leitura traçada por ele:

[a] a tela não pode ser considerada um objeto da mesma forma que o livro, o jornal e a revista, pois algumas modalidades de leitura na tela não dependem do contato físico imediato pelo leitor. No mínimo, pode-se dizer que a relação é distinta daquela mantida com suportes tradicionais, pois a “inscrição do texto na tela cria uma

distribuição, uma organização, uma estruturação do texto” (p. 12) distintas. Ele fala sobre o livro, mas é possível transbordar a constatação para outros produtos culturais, como os de natureza jornalística, pois em todos os casos há uma revolução na estrutura do suporte e nas maneiras de ler.

O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são escritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler (CHARTIER, 1999, p. 13).

[b] Ainda que haja uma revolução, há permanências. Portanto, pode-se afirmar, de acordo com Chartier (1999), que todos os tipos de leitura confluem para o leitor digital, quer dizer, o leitor digital carrega traços de comportamento do leitor<sup>107</sup> da Antiguidade, pois “o texto que ele lê corre diante de seus olhos” (p. 13), à semelhança dos rolos, e também do leitor medieval, como as referências de navegação do livro, entre elas a paginação, o índice e os recortes do texto. Ao mesmo tempo, ainda que portador de comportamentos tão arraigados, trata-se de um leitor mais livre, com outra relação com o objeto da leitura, já que o texto eletrônico lhe permite maior distância em relação ao escrito” (p. 13). Dentro dessa liberdade – a maneira absolutamente individual com que o leitor combina elementos de diversas naturezas para a produção de sentido –, Chartier (1999) argumenta que o leitor conduz o que ele chama de “apropriação inventiva” (p. 19), a forma como cada leitor processa o significado.

[c] Outra constatação de Chartier é a de que o suporte dá identidade ao texto. No caso, a identidade do texto eletrônico guardaria vínculo com um processo já em estágio extremo de desmaterialização e descorporalização da obra, seja um livro, um jornal ou uma revista, que já não é a mesma quando inscrita em formas distintas, chegando a instaurar, inclusive, outro significado em função da circunstância específica de leitura ou da forma de difusão: “todo leitor diante de uma obra a recebe em um momento, uma circunstância, uma forma específica e, mesmo quando não tem

---

<sup>107</sup> Chartier (1999) alerta para a existência de uma armadilha conceitual em toda a reflexão sobre a leitura, pois as palavras usadas para designar, da Antiguidade à Modernidade, as funções de editor, de leitor e de autor são as mesmas, permanecem estáveis, mas “as realidades históricas que estão por trás dessas palavras são extremamente variáveis” (p. 50). Ou seja: usamos as mesmas palavras para nos referirmos a posições e situações completamente diferentes na contemporaneidade.

consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância" (p. 70). Como são sempre singulares esses encontros entre o leitor e o material escrito, pode-se afirmar que a história das *práticas da leitura* é a história de como o leitor foi conquistando liberdade no processamento das informações contidas no texto, até se chegar ao ápice da condição proporcionada pela leitura digital e seu potencial de navegação e deriva por nós e redes. Ou seja,

[d] o universo digital proporciona um grau de liberdade na condução da leitura, mas dentro de limites<sup>108</sup>.

Há esta multiplicidade de modelos, de práticas, de competências, portanto há uma tensão. Mas ela não cria uma dispersão ao infinito, na medida em que as experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas. Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular, mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz com que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade. O que muda é que o recorte dessas comunidades, segundo os períodos, não é regido pelos mesmos princípios (CHARTIER, 1999, p. 91-92).

Em decorrência dessa e de outras transformações,

[e] as percepções sobre os textos também se transformam, em função, tanto da mudança das formas do material escrito, quanto do potencial de combinação das linguagens, em uma era que, necessariamente, é de complementaridade, de compatibilidade e de concorrência entre suportes. Mesmo que seja o mesmo texto, no papel e na tela, é preciso levar em conta a possibilidade teórica e empírica de que não se estará diante de uma mesma leitura, pois “a organização e a estrutura da recepção são diferentes, na medida em que a paginação do objeto impresso é diversa da organização permitida pela consulta aos bancos de dados informáticos" (p. 138). O autor entende que a nova cultura eletrônica submete o texto ao mesmo tipo de articulações estruturais vivido no apogeu da cultura impressa, ainda que dentro de padrões distintos:

A cultura impressa – e, antes dela, a cultura manuscrita – produziu triagens, hierarquias, associações entre formatos, gêneros e leituras; pode-se supor que, na cultura que lhe será complementar ou concorrente por numerosos decênios, isto é, o texto eletrônico, os mesmos processos estejam em funcionamento. Também esse outro mundo vai fragmentar-se segundo processos de diferenciação ou de divulgação que não andam no mesmo passo e não têm as mesmas formas conforme os diferentes contextos. Uma das dificuldades para pensar esse fenômeno é que o modo como imaginamos o futuro continua sempre dependendo daquilo que conhecemos; o que faz que, para nós, a cultura do texto eletrônico seja forçosamente um mundo de telas (CHARTIER, 1999, p. 139).

---

<sup>108</sup> Como já citado, as fronteiras limitadoras da interpretação, conforme Eco (2012).

Assim, com o respaldo de Chartier (1999 e 2002), pode-se assumir, como fundamento da argumentação, que a troca de suporte não é neutra: sempre incide, de alguma maneira, sobre o ato de leitura. Estas mudanças relatadas por ele serão convertidas nos *fatores de transformação*, propostos no Capítulo 6 para sistematizar o impacto da digitalidade sobre a *leitura jornalística*.

Como visto, a questão do suporte é crucial. Patrick Charaudeau (2013) lembra os aspectos da troca comunicacional inerentes ao que chama de *condição de dispositivo*, entendida como “a condição que requer que o ato comunicacional se construa de uma maneira particular, segundo as circunstâncias materiais em que se desenvolve” (p. 70). Para o autor, o *dispositivo* é a instância que organiza “o quadro topológico da troca, que é mais ou menos manifesto, mais ou menos organizado” (CHARAUDEAU, 2013, p. 70), constituindo uma das condições de enunciação externa na produção do discurso midiático, no caso avaliado nesta tese, a que contempla a dimensão material, exterior à enunciação jornalística. O conceito será detalhado no Capítulo 5. Se é fator determinante, então, o dispositivo *tela* desencadeia particularidades de leitura que são diferentes do dispositivo *papel*, reorientando o leitor.

Gilles Lipovestky e Jean Serroy (2009) abordam esta mesma transformação cultural provocada pela consagração das telas na relação mediada entre os indivíduos e o mundo. Embora ergam suas argumentações em torno do cinema, como traço distintivo do que denominam de *hipermodernidade*, é sedutor transpor os efeitos da “inflação de telas” (p. 255), uma formulação usada por eles, a todas as dinâmicas de consumo de informação. Ou seja: também a leitura em geral e a *leitura jornalística*, em particular, convivem com o excesso de telas, modulando os processos de compreensão e produção de significado a partir dos textos jornalísticos. Uma das marcas desta tela global, verdadeira *ecranosfera*<sup>109</sup> a envolver e regular as existências digitais e a fruição de produtos culturais, seria a desregulação dos andamentos naturais, hiperestimulada pela “cultura mosaica das telas e pelos estímulos audiovisuais dispersivos” (p. 101). É pertinente imaginar os efeitos de incerteza dessa sensibilização sobre a leitura digital:

O surgimento de uma cultura de diversão permanente provocou a ruína da disciplina do sentido em favor da indeterminação reivindicada e do *feeling* emocional. Não mais a direção linear da narrativa, mas uma rede complexa e

---

<sup>109</sup> Termo usado pelos autores para se referir ao ambiente envolvente formado pelas telas.

multidirecional na qual as pessoas se perdem numa trama feita de *flashes* descontínuos e impressões sucessivas (LIPOVESTKY; SERROY, 2009, p 101).

Mesmo concentrado nos aspectos da modificação da experiência e da consciência coletiva no ciberespaço, Pierre Lévy (2013) usa o termo *economia da atenção* para se referir à caracterização de duas operações engendradas pela indústria cultural, que agiriam para “1. a criação de estados mentais pela produção e distribuição de experiências virtuais; 2. a direção da atenção do público” (p. 176). Ambas interessam à reflexão sobre a leitura contemporânea em ambientes digitais, pois se associam ao tema da concentração e da dispersão. Na lógica do ciberespaço, “atrair, canalizar, estabilizar a atenção” (LÉVY, 2013, p.179) passa a contribuir como um dos fundamentos da organização do mundo, em que a deriva livre, baseada na interconexão – ao sabor das intenções do leitor –, conduz à dispersão, por um lado, mas também à formação de uma nova consciência coletiva – uma *inteligência coletiva*<sup>110</sup>, conceito-chave na obra do autor. Lévy (2013) fala sobre todas as dimensões da vida humana (incluindo as dinâmicas inerentes ao funcionamento do capitalismo), alertando para o fato de que “os fluxos de atenção são agora infinitamente mais numerosos, móveis e livres” (p. 179), seguindo um “movimento fractal cada vez mais denso e rápido no ciberespaço” (p. 179), redesenhando, de maneira labiríntica, hipertextual e multidimensional, a experiência e, portanto, a percepção e a formação da consciência, com impacto cognitivo.

Assim, descendo da dimensão sociológica mais ampla para o cotidiano de fruição dos bens culturais jornalísticos, a *atenção* também é o elemento que fundamenta a relação do público com os conteúdos digitais, a partir dos quais são vivenciadas as experiências, entre elas a de leitura de informação jornalística e de conhecimento de mundo derivado deste consumo. O texto na tela exige um estado mental de leitura, com suas características específicas quanto à *economia da atenção* por parte do leitor, que já não é a demandada pelo texto jornalístico na tradição do papel. Tal diferenciação, que se apropria das noções de Lévy (2013), pode ser verificada no consumo de notícias curtas, por meio do contraste entre tela e papel, mas também se manifesta quando se quer comparar as diferenças observáveis na relação entre textos jornalísticos longos e seus leitores.

---

<sup>110</sup> O conceito é desenvolvido pelo autor em Lévy (1993). Consiste em “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (p. 28).

Nicholas Carr (2011) concorda que “o mundo da tela, como estamos começando a perceber, é um lugar inteiramente diferente do mundo da página. Uma nova ética intelectual está se firmando. As vias do nosso cérebro mais uma vez estão sendo retraçadas” (p. 112). Baseado em trabalhos de pesquisadores sobre as transformações da vida digital, Carr (2011) absorve a ideia central do trabalho da norueguesa Anne Mangen, uma das referências sobre o tema que será detalhada adiante: a experiência cognitiva de ler é multissensorial, não depende apenas da visão, mas envolve, por exemplo, o tato. Haveria, assim, tomando como base os argumentos de Mangen, uma conexão-chave entre a experiência sensorial e material de uma obra escrita – seja ela um livro ou um jornal – e o processamento cognitivo do conteúdo do texto. Em síntese, “o deslocamento do papel para a tela não mudou apenas o modo como navegamos um escrito. Também influencia o grau de atenção e a profundidade da imersão nele” (CARR, 2011, p. 129), algo que é reconhecido por Chartier (1999, 2002 e 2011) em inúmeras argumentações.

Se se somar a esta nova materialidade sensorial, a dispersão do *hiperlink*, a distração dos conteúdos complementares e a facilidade para trilhar outros caminhos de leitura, por meio de buscas em documentos eletrônicos, a leitura de textos, sejam eles jornalísticos ou não, estaria em tensão permanente, seduzida pelos encantos de outros focos de atenção, por uma “cacofonia de estímulos” (CARR, 2012, p. 130). Para reduzir os efeitos de distração, por exemplo, algumas plataformas de conteúdo oferecem inclusive uma modalidade alternativa de leitura hermética, em que o leitor interage apenas com o texto na tela (acompanhado de conteúdos complementares em outras linguagens), bloqueando estímulos desviantes, comuns às possibilidades oferecidas pela internet, e reforçando um sentido de imersão e concentração. Apesar disso, no mundo digital, “a nossa ligação com qualquer texto se torna mais tênue e provisória” (CARR, 2011, p. 130). Para contornar uma visão carregada de determinismo negativista, pelo menos se deve admitir que nasce, assim, uma nova leitura, compatível com a época digital, na linha do já indicado por Chartier (1999, 2002 e 2011).

#### 4.2 A METÁFORA DO HIPERTEXTO: A LEITURA EM DISPERSÃO

A navegação por *hipertexto* é uma metáfora pertinente para pensar o fenômeno da leitura digital em todos os formatos de tela. Conceitualmente muito mais ampla do que sua aplicação ao campo da comunicação, a estrutura hipertextual

também está presente na forma como se organiza a construção do pensamento e a produção do significado, como argumenta Levy (1993), operando como uma tecnologia da inteligência contemporânea. "Os processos sociotécnicos, sobretudo, também têm uma forma hipertextual, assim como vários outros fenômenos. O hipertexto é talvez uma metáfora válida para todas as esferas da realidade em que *significações*<sup>111</sup> estejam em jogo" (p. 25). Com o objetivo de garantir que a ideia de *hipertexto* seja útil como uma metáfora mais ampla, capaz de oferecer respostas sobre como se articulam determinados processos sociais e culturais, Levy (1993) define seis princípios abstratos para caracterizar a forma como operam as redes hipertextuais.

O primeiro é o [a] princípio da *metamorfose*, expresso pela ideia de que a "rede hipertextual está em constante construção e renegociação" (p. 25). Transposto para o fenômeno da leitura, indica a possibilidade de a extensão, a composição e o desenho de um caminho de leitura serem sempre provisórios, abertos ao jogo dos atores envolvidos. O segundo é o [b] princípio da *heterogeneidade*, indicando que "os nós e as conexões de uma rede hipertextual são heterogêneos" (p. 25), ou seja, tanto o conteúdo como a forma de ligação entre eles poderão ter uma natureza diversa. Na comunicação, por exemplo – é o que interessa reter para um estudo sobre a *leitura jornalística* – "as mensagens serão multimídias, multimodais, analógicas, digitais, etc." (p. 25), o que se revela apropriado para entender a dinâmica da leitura digital.

O terceiro princípio é o da [c] *multiplicidade* e de encaixe das escalas, que ajuda a explicar como o *hipertexto* se organiza como se fosse um fractal. Assim, cada nó ou conexão pode ser considerado o ponto a partir do qual se articula toda a rede. O quarto princípio é o [d] princípio da *exterioridade*. No caso do processo de significação derivado da leitura, é como se sempre houvesse a dependência de um elemento externo à rede hipertextual para acionar a dinâmica de produção do sentido. Por exemplo, "para a rede semântica de uma pessoa escutando um discurso, a dinâmica dos estados de ativação resulta de uma fonte externa de palavras e imagens" (p. 26). É possível enxergar, na manifestação desse princípio, algo do movimento *descendente (top down)* do leitor ao texto. O quinto princípio é o [e] princípio da *topologia*, muito pertinente para ilustrar os caminhos da navegação digital, pois,

nos hipertextos, tudo funciona por proximidade, por vizinhança. Neles, o curso dos acontecimentos é uma questão de topologia, de caminhos. Não há espaço universal homogêneo onde haja forças de ligação e separação, onde as mensagens poderiam circular livremente. Tudo que se desloca deve utilizar-se

---

<sup>111</sup> Grifo do autor.



da rede hipertextual tal como ela se encontra, ou então será obrigado a modificá-la. A rede não está no espaço, ela é o espaço (LEVY, 1993, p. 26).

O sexto é o [f] princípio de *mobilidade* de centros, por meio do qual o autor defende a proposição de que a rede não tem um centro único. Pelo contrário, há diversos centros a partir dos quais se espalham as raízes da significação. De acordo com este último princípio, tudo é perpetuamente móvel, o que caracteriza a navegação e a leitura digitais como uma modalidade em que prevalece a ideia de uma composição dinâmica permanente e incontornável de possibilidades infinitas.

Em síntese, os princípios apresentados por Levy (1993) são aplicáveis ao tipo de movimento não linear proporcionado pela leitura digital, em que, tanto a noção de texto, como a de autor e de leitor, são reconfiguradas, na medida em que sempre existe um espaço aberto para a combinação de elementos e a derivação de percursos – portanto, de recombinação e flexibilidade de significação.

Tanto Levy (1993), quanto George Landow (1995), tecem um conceito sobre o que é o *hipertexto*. Ambos lembram o pioneirismo de Vannevar Bush e de Theodore Nelson, os primeiros pesquisadores a trabalhar, ou com a ideia ou com o uso da palavra *hipertexto* para subsidiar os seus estudos. Bush (1945), em artigo intitulado "Como podemos pensar"<sup>112</sup> e publicado originalmente em 1945, reflete sobre como os sistemas de catalogação e indexação de informação científica, geralmente artificiais e organizados de maneira ordenada e hierárquica, poderiam ser compatíveis com a forma de funcionamento da mente humana, que opera por associações. Como o mecanismo humano de funcionamento cerebral "pula de uma representação para outra ao longo de uma rede intrincada, desenha trilhas que se bifurcam, tece uma trama infinitamente mais complicada do que os bancos de dados" (LEVY, 1993, p. 28), o modelo poderia ser usado para ilustrar os caminhos da leitura digital.

Bush imagina um dispositivo, o Memex, que, emulando a mente humana e sua habilidade de funcionar por associação, criaria um método mais eficiente de catalogação e acesso a informações. Vale destacar que a preocupação inicial do matemático e físico era com o excesso de informação científica disponível no mundo moderno e na necessidade de pensar em formas eficientes de acessá-las para facilitar a gestão do conhecimento. No seu dispositivo – na verdade um protótipo do que, no futuro, viria a ser o computador pessoal da forma como o conhecemos hoje – seria possível armazenar um imenso reservatório de documentos e arquivos, de natureza

---

<sup>112</sup> No original, "As we may think".

multimídia (imagens, textos e sons). O usuário poderia criar, por meio de comandos, ligações entre as informações e documentos, independentemente de qualquer classificação anterior, fixando associações de conteúdo que ficariam inclusive disponíveis a novas consultas no futuro. O Memex também permitia, como imaginado por Bush, que o usuário fizesse comentários marginais às informações acessadas, nos quais deixaria registradas impressões e reflexões.

Landow (1995) chama a atenção para duas decorrências relevantes deste aspecto do dispositivo imaginado por Bush. Como o pesquisador estava convencido da necessidade de o equipamento permitir a produção das anotações, como pensamentos transitórios e reações provisórias, Landow (1995) entende que Bush redefine "o conceito de leitura como um processo ativo que implica escritura"<sup>113</sup> (p. 28). A segunda consequência é que Bush percebeu e fixou, em seu modelo, a existência de um leitor perspicaz e ativo, que poderia anotar em um texto como se tivesse o texto real diante de si, o que atesta a necessidade de o texto ser pensado na sua virtualidade, para além da sua materialidade tradicional, no suporte do impresso. Landow (1995) chega a mencionar a antevisão de uma nova forma de texto, compatível com o que hoje se entende como o texto digital:

A incrivelmente premonitória descrição que Bush faz de como o usuário do Memex cria e segue trajetos só pode ser comparada ao seu reconhecimento crucial de que são estes trajetos que constituem uma nova forma de textualidade e inclusive de escritura<sup>114</sup> (LANDOW, 1995, p. 29).

Ao falar da possibilidade de compartilhar textos e documentos reagrupados – prevista por Bush em 1945 –, Landow (1995) usa uma denominação bastante pertinente para classificar os usuários diante dessa nova textualidade: os *leitores-escretores*<sup>115</sup>. Nesse sentido, o pensamento de Bush, sobre o funcionamento do Memex, fixa alguns dos conceitos fundamentais que iriam marcar a noção de *hipertexto*, aprimorada por outros estudiosos, posteriormente. Entre eles, lembra Landow (1995), o conceito de blocos de texto, unidos por meio de nexos, fundamental para o desenho associativo dos modelos de organização e gestão da informação. Bush também aplica termos como *conexão*, *trajetos* e *tramas* para indicar como se articula a nova

---

<sup>113</sup> "El concepto de lectura como un proceso activo que implica escritura" (no original em espanhol).

<sup>114</sup> "La increíblemente premonitoria descripción que hace Bush de cómo el usuario del Memex crea y luego sigue trayectos sólo puede equipararse a su reconocimiento crucial de que estos trayectos mismos constituyen una nueva forma de textualidad e incluso de escritura" (no original em espanhol).

<sup>115</sup> Aqui, a ideia de leitores-escretores está muito próxima de todas as considerações a respeito do leitor ativo na formação dos sentidos.

textualidade de base hipertextual desenhada pelo dispositivo Memex. Landow (1995) entende que Bush radicaliza a concepção da textualidade, tanto que, na reconfiguração do texto, prevista em seu modelo, há três elementos novos: [a] os índices por associação (nexos), [b] os trajetos de acesso entre esses nexos e [c] todo o conjunto, ou as tramas de trajetos. O que se forma a partir da operação desta nova arquitetura da textualidade múltipla é o que Landow (1995) chama de *texto flexível*, "feito sob medida, aberto às demandas do leitor e, possivelmente, vulnerável a elas"<sup>116</sup> (p. 31).

O pesquisador e também pioneiro Theodore Nelson foi o primeiro a usar o termo *hipertexto*. Conforme Levy (1993), no início dos anos 1970, Nelson cunhou a expressão para traduzir uma nova modalidade de leitura e escrita, não linear e não sequencial, típica de sistemas informatizados. O pesquisador deu ao seu projeto o nome de Xanadu, por meio do qual desenvolveu um sistema de organização hipertextual de informações, que podia ser manipulado para que os usuários escrevessem, em tempo real, e a partir de uma facilidade de acesso, usufruindo das possibilidades de interagir, comentar textos, interconectar-se – constituindo, nas palavras de Levy (1993), a "materialização do diálogo incessante e múltiplo que a humanidade mantém consigo mesma" (p. 29). Ou seja, no âmago da concepção de Nelson, está presente a noção de *conversação*, que acompanha parte significativa das reflexões sobre os caminhos da leitura em ambientes digitais.

Para Levy (1993), o hipertexto é formado por um conjunto de nós articulados por meio de conexões. Estes nós podem ser compostos por diversos tipos de conteúdo, inclusive de outros hipertextos, o que reafirma o caráter multimidiático da leitura digital. A forma como os itens estão ligados, como em mapas interativos, onde as conexões e as derivas são acessíveis e velozes, também caracteriza o hipertexto como metáfora:

Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira (LEVY, 1993, p. 33).

Em contraponto à fixidez de uma página de papel, o *hipertexto* é dinâmico, sensível às ações do leitor, tanto em relação aos movimentos do olho quanto dos dedos, durante o processo de leitura. De acordo com Levy (1993), o *hipertexto* revela suas

---

<sup>116</sup> "Hecho a la medida, abierto a las demandas del lector y, posiblemente, vulnerable a ellas" (no original em espanhol).

faces à medida que é percorrido. Dessa forma, o ritmo regular e previsível de uma página, da maneira tradicional como engatilha o potencial de articulação das unidades de informação, cede terreno a um desdobrar-se caleidoscópico, de acordo com as intenções do leitor. Tal mobilidade e imprevisibilidade impactam sobre o processo de formação de sentido e, portanto, sobre a leitura. Levy (1993) lembra que a operação fundamental da interpretação e da significação é a associação. Como "dar sentido a um texto é o mesmo que ligá-lo, conectá-lo a outros textos" (LEVY, 1993, p. 72), a significação guarda relação com o ideal de construir um *hipertexto*. Assim, o *hipertexto*, como metáfora da leitura contemporânea, ganha um desdobramento de alcance mais do que semântico, epistemológico:

É sabido que pessoas diferentes irão atribuir sentidos por vezes opostos a uma mensagem idêntica. Isso porque, se por um lado o texto é o mesmo para cada um, por outro o hipertexto pode diferir completamente. O que conta é a rede de relações pela qual a mensagem será capturada, a rede semiótica que o interpretante usará para captá-la (LEVY, 1993, p. 72).

Landow (1995) também apresenta um conceito de *hipertexto* eletrônico como sendo "um texto composto por blocos de palavras ou de imagens, eletronicamente unidos por múltiplos trajetos, cadeias ou percursos em uma textualidade aberta, eternamente inacabada e descrita em termos como nexos, nó, rede, trama e trajeto" (p. 14). A ideia apresentada pelo autor parte de uma noção presente na obra **S/Z**, de Roland Barthes, de *textualidade ideal*, na qual Landow (1995) enxerga semelhanças com os princípios de operação do hipertexto, pois, conforme Barthes, em um texto ideal, também estão presentes redes que orquestram a significação, de forma sempre ilimitada, pois este é o potencial oferecido pela linguagem. Para Barthes, há uma indeterminação presente nos processos de significação, apesar do poder dos códigos em fixar limites. Landow (1995) também lembra as proposições de Theodore Nelson a respeito do *hipertexto*, como uma composição não sequencial de itinerários possíveis, para propor um conceito que será usado como referência neste tese:

O *hipertexto*, termo que seguiremos usando ao longo desta obra, implica em um texto composto por fragmentos de texto – o que Barthes chama de *lexia* – e de nexos eletrônicos que os conectam entre si. A expressão *hipermídia* simplesmente estende a noção de texto hipertextual ao incluir informação sonora, visual, animação e outras formas de informação. Posto que o hipertexto – ao poder conectar uma passagem de discurso verbal a imagens, mapas, diagramas e som, tão facilmente quanto a outro fragmento verbal – expande a noção de texto mais além do que o meramente verbal, não farei uma distinção entre hipertexto e hipermídia. Por *hipertexto*, pois, vou me referir a

um meio informático que relaciona tanto informação verbal como não verbal<sup>117</sup> (LANDOW, 1995, p. 15-16).

Assim, tomando algumas noções presentes nos conceitos de *hipertexto* de Levy (1993) e Landow (1995), dois dos trabalhos mais basilares a respeito do tema, é válido pressupor que a leitura digital, seja em que tipo de tela aconteça, e estando ou não acoplada à internet, segue diretrizes que se pode imaginar hipertextuais. Porque, conforme admite Levy (1993), *hipertexto* é tanto o texto em si, como as articulações estabelecidas por meio dos seus nós constituintes, o que contempla a ideia de [a] amplitude, [b] deriva e [c] multimidialidade, que está na essência da leitura digital. O autor entende que a metáfora do *hipertexto* dá conta de uma estrutura permanentemente recursiva do sentido, pois as palavras e as frases se relacionam mutuamente para além das ligações lineares do texto, quer dizer, "um texto já é sempre um hipertexto, uma rede de associações" (LEVY, 1993, p. 73). Já na reflexão de Landow (1995) está presente, em torno da ideia de *hipertexto*, uma força de desintegração dos princípios da linearidade, do sequencial e da textualidade unitária que marcavam a cultura impressa até aqui, mas que são substituídos pela necessidade de enxergar o texto pelas possibilidades de combinação de linguagens, fragmentações e multiplicidades de leituras. Como diz Landow (1995), toda estrutura hipertextual é, por definição, "aberta, expansível e incompleta" (p. 81).

Ainda que a metáfora do *hipertexto*, para entender a dinâmica da leitura digital, seja produtiva, é necessário ponderar. Em primeiro lugar, como sugere Sérgio Bellei (2012), porque, quando se está diante de uma arquitetura hipertextual eletrônica, presencia-se uma inovação tecnológica, que, essencialmente, altera hábitos de leitura e práticas culturais, o que não pode ser ignorado, pois práticas culturais estão sendo tensionadas pela nova modalidade de leitura. O autor lembra que não é possível esquecer que a leitura hipertextual reforça o caráter fragmentado da leitura, fundamentalmente em função dos caminhos abertos pela internet,

quando a leitura tende a se fazer em termos de saltos quase instantâneos de uma unidade de sentido para outra e da procura de uma variedade constante

---

<sup>117</sup> "El hipertexto, término que seguiremos utilizando a lo largo de esta obra, implica un texto compuesto por fragmentos de texto – lo que Barthes denomina *lexias* – y los nexos electrónicos que los conectan entre sí. La expresión *hipermedia* simplemente extiende la noción de texto hipertextual al incluir información visual, sonora, animación y otras formas de información. Puesto que el hipertexto, al poder conectar un pasaje de discurso verbal a imágenes, mapas, diagramas y sonido tan fácilmente como a otro fragmento verbal, expande la noción de texto más allá de lo meramente verbal, no haré la distinción entre hipertexto e hipermedia. Con *hipertexto*, pues, me referiré a un medio informático que relaciona información tanto verbal como no verbal" (no original em espanhol, grifos do autor).

em uma dimensão de horizontalidade que não pode ser senão inimiga, por exemplo, da prática de leitura vertical e reflexiva típica da cultura do livro impresso (BELLEI, 2012, p. 40).

Se Bellei (2012) sublinha, no *hipertexto*, um caráter de ruptura em relação a práticas de leitura anteriores, exatamente como ocorreu em outros períodos de transição tecnológica, Ribeiro (2006) opta por destacar o aspecto de continuidade entre a leitura de textos e a leitura de hipertextos. A base do argumento de Ribeiro (2006), a partir de investigação com leitores em papel e em telas, é que o texto em tela, quando comparado com o texto impresso, não sofre grandes transformações estruturais, ainda que o suporte seja outro. A autora pondera que a base tecnológica da tela, plana e branca como uma página impressa, oferece uma usabilidade semelhante aos suportes tradicionais, o que contraria determinadas visões sobre o impacto do digital sobre a leitura, a partir da alteração dos componentes tácteis. Quer dizer, as possibilidades de mudança se dariam mais pela necessidade de aprendizado no manejo do suporte do que no processamento do texto em si:

Se o leitor obtém condições mínimas de conforto na lide com o suporte digital do texto e tem letramento suficiente para a navegação e a leitura em suportes que simulem a leitura hipertextual, ainda que sejam objetos impressos, então a qualidade da compreensão e da interpretação dos textos, estejam eles em papel ou em tela, não se modificará de maneira sensível. A mudança se dará nas ações coordenadas que ele deverá reconhecer e aprender para lidar com o novo suporte (RIBEIRO, 2006, p. 26).

Assim como Levy (1993), Ribeiro (2006) entende que, tanto o *hipertexto*, quanto a leitura não linear, que também o caracteriza, existem desde antes do aparecimento e da consolidação das telas de computador e da internet. De uma certa forma, tanto os jornais quanto as revistas – a leitura de natureza jornalística –, de uma forma geral, despertam uma atitude de atenção flutuante, mas de interesse concentrado em uma informação, que é típica da leitura hipertextual. Ela reconhece que há diferenças entre o hipertexto impresso e digital, em relação ao suporte, mas elas não seriam significativas, na medida em que o processo mental de ler também segue um percurso de maneira hipertextual. Ribeiro (2006) entende que todo texto está redobrado e deve ser desdobrado por uma leitura que possui natureza hipertextual, porque aciona referências de todos os campos e procura por novas referências para construir sentidos. Ou seja, a atividade de acesso ao material de leitura sempre dependerá da atividade do leitor, e o corpo do texto nunca será fixo e íntegro.

A hipótese da autora, portanto, é a de que, embora seja uma metáfora útil para compreender as particularidades da leitura digital, o mecanismo essencial de operação

hipertextual também está presente na leitura de textos tradicionais impressos, notadamente, no caráter associativo de funcionamento da mente humana, essencial à formação do sentido<sup>118</sup>. Em seus estudos, Ribeiro (2006) conclui que o leitor habituado à leitura de textos em suportes que simulem *hipertextos* mentais terá facilidade para executar os protocolos dos modos de leitura em tela. Os processos mentais de leitura funcionam, como sempre, apenas disparados por novos formatos, com a observação de que talvez pareçam extremamente novos, se forem observados "a partir do comportamento gestual e *manipulativo* do novo leitor" (p. 29). Ou seja: talvez a essência da transformação da leitura, na transição do papel para a tela, esteja apenas no caráter tátil.

As ponderações de Ribeiro (2006) entram em sintonia com alertas feitos pela própria Psicolinguística a respeito do modelo do *hipertexto*. Leffa (1993), por exemplo, reconhece que a estrutura hipertextual amplia os percursos de leitura e torna o deslocamento por nós e trajetos absolutamente únicos, configurando leituras exclusivas a cada procedimento do leitor. O modelo hipertextual, portanto, coloca em xeque a ideia de texto linear:

Um suporte que parece demonstrar na prática em escala maior a substituição da leitura linear pela leitura aleatória é o hipertexto. Se em outros suportes a trajetória de leitura é mais subjacente e de observação mais difícil, no hipertexto a trajetória deixa um rastro visível e eloquente das possibilidades de diferentes caminhos. Cada caminho seguido por cada leitor ao longo de diferentes *links* são diferentes leituras, ficando mais difícil argumentar que o significado está no texto. Ainda que fisicamente seja o mesmo texto, cada trajetória feita por cada leitura sobre o mesmo texto constitui um texto diferente. Não só deixa de existir uma leitura única; o texto único, linear e sequencial, desdobrando-se da esquerda para direita, de cima para baixo, página após página, também não existe (LEFFA, 1993, p. 9).

Retomando o quinto princípio de Levy (1993) – o da *topologia* –, é importante ponderar que o domínio dos percursos hipertextuais também exige determinadas habilidades. Localizar-se e decidir caminhos de leitura, neste universo, requer um modo de ler característico, que nasce com o papel mas se consagra mesmo com as derivas digitais permitidas pela leitura em tela. Regina Mota (2001) lembra que valorizar esse aspecto também significa sublinhar a relevância dos deslocamentos por

---

<sup>118</sup> Vale destacar que essa compreensão colide com as noções mais puristas, que enxergam o *hipertexto* como uma verdadeira propriedade dos ambientes eletrônicos e digitais e um conceito muito ligado aos mecanismos de associação que marcaram as primeiras construções conceituais do que depois viria a se transformar na internet.

e sobre a teia hipertextual, tanto quanto reconhecer o papel das estações de conteúdo por onde a leitura passa nos labirintos digitais:

O valor atribuído normalmente ao signo linguístico, privilegiando a palavra escrita, desloca-se para as interações que surgem dos espaços intermediários gerados por uma linguagem hipertextual. A capacidade de leitura depende da habilidade topográfica do novo leitor, ao deslocar-se pela multiplicidade instável, característica da mídia eletrônica e digital. Nesse universo labiríntico, perder-se pode ser a melhor forma de se encontrar. Cada um diante das telas eletrônicas da TV ou do computador está exatamente onde está, o que não depende do grau de alfabetização ou da capacidade de decifrar signos linguísticos linearizados (MOTA, 2001, p. 197).

Dizendo de outra forma: o percurso é tão importante quando os pontos por onde se passa.

#### 4.3 BREVE PANORAMA DA PESQUISA SOBRE A LEITURA EM TELA

O universo da investigação sobre leitura digital em telas também possui um histórico. Linhas de análise constituíram-se e avolumaram-se como resposta a problemas específicos que começaram a desafiar a compreensão sobre o que estava acontecendo com o fenômeno leitor, à medida que se afirmava a transição de suporte, do papel para a tela. São significativos, por exemplo, os estudos realizados por Jakob Nielsen, ainda na década de 1990. Os trabalhos pioneiros de Nielsen sobre a usabilidade na internet fornecem elementos para pensar, a partir de padrões de navegação, sobre como o usuário/leitor se comporta. Em suas investigações, John Morkes e Nielsen (1997) delineiam princípios e constataam parâmetros de comportamento do leitor diante da tela acoplada à internet, no processo de captação visual da leitura. Ler em tela é um ato diversificado, pois pode ser realizado em *desktops*, *tablets*, *e-readers* ou celulares, em inúmeros formatos e linguagens, em ambientes herméticos ou conectados à rede mundial de computadores – o que permite derivas de navegação e percursos de leitura – mas os estudos iniciais de Nielsen debruçam-se sobre o computador, e de algumas de suas características específicas é possível tirar lições ainda úteis para compreender os movimentos do leitor diante dos demais dispositivos.

Pela relevância e caráter paradigmático, é oportuno fazer um inventário dos trabalhos mais importantes de Morkes e Nielsen (1997). Três conclusões<sup>119</sup> da primeira

---

<sup>119</sup> Conclusões obtidas após a realização de uma série de três estudos com 81 participantes. Os dois primeiros estudos, conforme os autores explicam, foram exploratórios e quantitativos, sobre como o usuário lê na *web*,



investigação dos autores sobre usabilidade são preciosas: [a] os usuários/leitores não leem na internet, mas escaneiam as páginas a partir de frações de frase ou de frases inteiras nas quais buscam encontrar as informações que desejam. Os estudos também apontam que [b] os usuários/leitores não gostam de páginas de rolagem longas e preferem textos curtos e diretos. Outro dado relevante detectado pela pesquisa de Morkes e Nielsen (1997): [c] os usuários preferem informações factuais e desprezam linguagem de marketing. A partir dos três princípios sinalizados pelos autores, é possível concluir pela existência de uma determinada *economia leitora* na leitura em tela, marcante e presente nos objetivos que conduzem o leitor. Muito embora investigações posteriores tenham aperfeiçoado estas concepções, elas continuaram fornecendo a base do que ler em tela significa para Morkes e Nielsen.

No primeiro estudo<sup>120</sup>, os pesquisadores compararam leitores técnicos e não técnicos, submetendo os dois grupos de usuários/leitores a tarefas específicas de leitura. Houve diferenças no comportamento dos grupos, mas elas não foram significativas. Os leitores técnicos demonstraram maior disposição para seguir orientações de leitura e manusear as ferramentas de busca. Também manifestaram uma disposição mais consistente para seguir os nós hipertextuais. No entanto, os dois grupos convergiram para o mesmo tipo de comportamento: preferência por texto escaneável, breve e resumido. Os pesquisadores detectaram uma dificuldade de encontrar a informação específica, exibida pelos participantes, durante a navegação, revelando que a leitura em tela pela internet perde fluência por conta do atrito na navegação digital.

O primeiro estudo de Morkes e Nielsen (1997) apontou algumas conclusões relevantes sobre padrões de comportamento na leitura em tela acoplada à internet. Há uma tendência de [a] o leitor iniciar a leitura procurando um mecanismo de busca. Outro aspecto percebido: [b] toda espera é desagradável, o que permite concluir pela existência de uma tendência à dispersão, provocada por características técnicas do suporte, como a interface gráfica ou a demora para carregar páginas e arquivos. Questões relacionadas à escrita compõem o terceiro lote de achados do estudo

---

ambos realizados com objetivo de gerar *insights* para subsidiar o terceiro estudo, de natureza qualitativa, em que foi observado o comportamento diante de diversos tipos de texto.

<sup>120</sup> Este estudo foi feito com 11 usuários/leitores, sendo cinco técnicos e seis não técnicos. Os autores explicam a tarefa aplicada aos participantes: “eram tarefas direcionadas, clássicas, semelhantes às usadas na maioria dos nossos estudos anteriores sobre usabilidade na *web*. Os usuários geralmente foram levados para a página inicial de um site específico e, em seguida, solicitados a encontrar informações específicas no site” (MORKES; NIELSEN, 1997).

pioneiro: [c] usuários demandam clareza, o que inclui cuidados com organização, uso de palavras que façam sentido para o público, dosagem de informação e uso estratégico dos parágrafos.

Outras conclusões do mesmo trabalho seguem pertinentes para caracterizar a leitura contemporânea em tela, seja qual for o dispositivo: [d] a norma de navegação visual é a varredura da tela (*scanning*); [e] o texto deve ser preferencialmente curto, o que desafia os projetos de leitura estendida; [f] há uma preferência pelos resumos e pela pirâmide invertida<sup>121</sup>, na organização do texto; [g] a estrutura de *hipertexto* pode ser útil para derivar a leitura de maneira complementar, guiada por *objetivos de leitura* específicos; [h] os elementos gráficos, geralmente produzidos em outras linguagens, como a imagem parada ou em movimento, são bem-vindos se complementarem o texto; e [i] os leitores sugerem uma preferência pela leveza, com espaço para brincadeira e humor.

Com base nas conclusões da investigação inicial, Morkes e Nielsen empreenderam uma segunda rodada de investigação<sup>122</sup>, de caráter mais exploratório, sobre o andamento da leitura, contornando as dificuldades de navegação detectadas na primeira rodada. Da mesma forma que o primeiro estudo, a pesquisa complementar de Morkes e Nielsen (1997) apontou algumas conclusões sobre a preferência do usuário/leitor, muito próximas das detectadas no primeiro procedimento: [a] opção pela escrita simples e informal; [b] a credibilidade (tanto a qualidade da produção quanto a harmonia do design do site e das fontes de informação é fator de confiança que leva à leitura; [c] o uso de *hiperlinks* externos amplia a credibilidade; [d] o humor precisa ser usado com cautela, em função da variedade de reações que pode provocar; [e] os usuários/leitores desejam obter suas informações rapidamente, em função de restrições emocionais e de tempo, o que se estende também para o carregamento de

---

<sup>121</sup> Técnica de organização das informações em um texto jornalístico, que aposta na valorização de uma informação principal – a mais relevante do ponto de vista jornalístico – e hierarquiza as demais em ordem decrescente de relevância. Por conta da sequência dos parágrafos assim estruturados, do mais importante ao menos importante, a estratégia textual ganhou a designação alternativa de *pirâmide invertida*, por lembrar a figura geométrica. Trata-se de um recurso do tipo de jornalismo comprometido com as promessas de objetividade, clareza e concisão, consagrado nos EUA do século 20 e que depois se espalhariá como tendência pelo mundo, inclusive no Brasil.

<sup>122</sup> Os usuários foram levados diretamente às páginas selecionadas para o estudo, sem a necessidade de terem de encontrá-las por meio de mecanismos de busca. As tarefas foram desenvolvidas para permitir que fosse observado como liam grandes quantidades de texto, sem a necessidade de localizar uma única informação. Foram testadas 19 pessoas, com experiência em navegação na web. Depois de terem o comportamento de navegação e leitura observados, os participantes responderam a perguntas específicas, como "o que você diria que é o objetivo principal do site?" e "como você descreveria o estilo de escrita do site?", entre outras.

imagens complementares e de hipertexto; [f] há uma preferência pelo escaneamento visual, tanto por meio de palavras, quanto de marcadores gráficos e informativos (título, legendas etc.); [g] consoante com o desejo por rapidez, os usuários preferem textos concisos, que vão direto ao ponto; [h] os resumos e a estrutura da pirâmide invertida agradam, pois facilitam a localização das informações mais importantes; [i] bem usados, os *hyperlinks* são apreciados; e [j] imagens e gráficos são valorizados se complementarem os textos.

As conclusões qualitativas dos dois primeiros estudos levaram os autores à terceira fase da investigação, com o objetivo de efetuar medições e testar hipóteses. Para realizar o experimento, 51 usuários<sup>123</sup> foram submetidos à navegação/leitura de cinco variações de um mesmo site com informações de turismo. Cada versão do site tinha um estilo distinto de texto: uma versão com escrita promocional exagerada (considerada a versão de controle); uma versão que estimulava o escaneamento de informações, mas ainda assim com estilo promocional; uma versão com linguagem promocional e concisa, com menos palavras do que a versão de controle; uma com estilo objetivo ou não promocional; e uma última versão com um estilo de linguagem concisa, digitalizável e objetiva. Com base nas indicações dos dois primeiros estudos, foram formuladas sete variáveis para guiar as medições:

Hipótese 1: Os usuários das versões escaneável e concisa do website gastarão significativamente menos tempo realizando tarefas do que os usuários da versão de controle. Hipótese 2: Usuários escaneáveis e concisos cometerão significativamente menos erros em tarefas do que os usuários de controle. Hipótese 3: Os usuários escaneáveis e sintéticos lembrarão o conteúdo do site significativamente melhor do que os usuários de controle. Hipótese 4: Os usuários escaneáveis e concisos terão um tempo significativamente menor para relembrar a estrutura do site do que os usuários de controle. No entanto, todos os grupos (controle, escaneável, conciso e objetivo) executarão a mesma precisão na reconstituição do mapa do site, já que a estrutura do site é simples. Hipótese 5: Usuários objetivos, escaneáveis e concisos relataram satisfação subjetiva significativamente maior com o site do que os usuários de controle. Hipótese 6: Combinar estilos de escrita objetivos, escaneáveis e concisos em um único site resultará em medidas significativamente melhores no tempo de tarefa, taxas de erro, memorização, estrutura do site e satisfação subjetiva. Hipótese 7: Quando as medidas das seis primeiras hipóteses são combinadas em uma pontuação geral de usabilidade para cada versão do site, as versões escaneável, concisa, objetiva e combinada terão pontuações de usabilidade mais altas do que a versão de controle (MORKES; NIELSEN, 1997)<sup>124</sup>.

---

<sup>123</sup> Os participantes foram 51 usuários experientes (no mínimo dois anos) na navegação na internet, com idades entre 22 e 69 anos. Algumas profissões foram excluídas da amostra, para evitar distorções de desempenho. Os pesquisadores encontraram efeitos da idade e da experiência sobre as variáveis dependentes mencionadas nas primeiras cinco hipóteses, mas em valores insignificantes.

<sup>124</sup> "Hypothesis 1: Users of the scannable and concise versions of the website will spend significantly less time performing tasks than will users of the control version. Hypothesis 2: Scannable and concise users will make significantly fewer errors on tasks than will control users. Hypothesis 3: Scannable and concise users will

As quantificações permitiram aos pesquisadores apontar, portanto, parâmetros comparativos em relação à usabilidades dos sites. As medições indicaram que os estilos escaneáveis, objetivos e concisos fazem diferença no andamento da leitura na internet, além de proporcionarem avaliações de satisfação subjetiva também positivas. O êxito do estilo objetivo, conforme os autores, poderia ser atribuído a um determinado efeito de credibilidade, na medida em que a distração da linguagem promocional é contornada pelo uso de uma linguagem mais neutra. Morkes e Nielsen (1997), diante da inexistência de conflito entre as três modalidades de escrita, recomendam a sua combinação com o objetivo de ampliar a usabilidade e a legibilidade:

De fato, em nosso estudo de caso, o efeito combinado de empregar todas as três melhorias foi muito maior do que qualquer uma das melhorias individuais tomadas isoladamente: nossa versão combinada registrou uma melhora de 124% na usabilidade medida, enquanto as três melhorias individuais foram pontuadas de 27% a 58% (MORKES; NIELSEN, 1997)<sup>125</sup>.

Assim, a pesquisa indica que a *usabilidade* é um fator que condiciona a leitura em tela acoplada à internet, gerando desdobramentos que incidem sobre o fenômeno leitor. Os autores concluem que respeitar os preceitos da *usabilidade* – ser escaneável, conciso e objetivo, ou seja, atributos de uma determinada economia do processamento leitor – pode dobrar os parâmetros de legibilidade do caso de um site na internet. Ou seja, pensar o que ler em tela significa também exige que se leve em conta os fatores de legibilidade, dado que eles incidem sobre a fluência leitora do suporte digital.

Outro estudo emblemático de Nielsen detectou, por meio da observação de *eyetracking*, o escaneamento do movimento dos olhos durante a leitura, a existência de um padrão de mobilidade pela tela que reproduz o formato da letra F – o chamado

---

remember site content significantly better than will control users. Hypothesis 4: Scannable and concise users will take significantly less time to recall the website's structure than will control users. However, all groups (control, scannable, concise, and objective) will perform the same on sitemap accuracy, since the site's structure is simple. Hypothesis 5: Objective, scannable, and concise users will report significantly higher subjective satisfaction with the site than will control users. Hypothesis 6: Combining objective, scannable, and concise writing styles into a single site will result in significantly better measures on task time, error rates, memorability, site structure, and subjective satisfaction. Hypothesis 7: When measures from the first six hypotheses are combined into an overall usability score for each version of the site, the scannable, concise, objective, and combined versions will have higher usability scores than the control version will" (no original em inglês).

<sup>125</sup> "Indeed, in our case study the combined effect of employing all three improvements was much larger than any of the individual improvements taken alone: our combined version recorded a 124% improvement in measured usability, whereas the three individual improvements "only" scored from 27% to 58%" (no original em inglês).

*padrão F*. Ao observar o deslocamento do olhar pela tela de 232 usuários, Nielsen (2006) detectou um padrão diferente da leitura linear, corriqueira na fruição de materiais impressos tradicionais, composto por três eixos de comportamento: [a] os usuários lêem inicialmente em um percurso horizontal, que geralmente está na parte superior da área de conteúdo, formando a barra maior da letra F; [b] o segundo movimento seria muito parecido com o primeiro, paralelo, também de percurso horizontal, mas um pouco menor do que o primeiro, formando o que podemos considerar como a segunda barra da letra F; [c] por fim, os usuários/leitores escaneiam o lado esquerdo do conteúdo, em um movimento vertical, mais ou menos sistemático e linear, com um ou outro desvio e variação de tempo de fixação, formando o tronco da letra F. Dessa forma, o monitoramento deste padrão de varredura visual indica que os pontos de fixação do olhar se concentram no topo e no lado esquerdo da tela.

Na mesma investigação, Nielsen (2006) aponta que nem sempre a varredura visual, realizada pelo leitor em tela, seguirá o padrão recorrente da letra F, podendo se assemelhar a uma letra E – quando há uma terceira linha paralela de percurso horizontal – ou de uma letra L, com um movimento horizontal de início e depois a visada vertical. Em geral, a navegação teria uma repetição irregular, não uniforme, mas ainda assim seguindo o modelo de concentração no alto e à esquerda. Conforme Nielsen (2006), este comportamento de visualização da tela repercute sobre a leitura e sobre a escrita de materiais escritos para serem lidos em telas, acopladas ou não à internet, na medida em que valoriza determinados comportamentos e sublinha disposições de leitura de um texto. Essa influência fixa, até mesmo, recomendações sobre a organização de um texto para tornar mais eficiente a fluência leitora e garantir que a atenção do leitor seja realmente conquistada.

Quer dizer, "como as pessoas lêem de maneira diferente, você precisa escrever de forma diferente" (NIELSEN, 2006), de acordo com os princípios da usabilidade, o que vale como recomendação de eficiência, muito embora não se aplique a todos os tipos de leitura em tela e sites na internet, como, por exemplo, nos casos de *leitura jornalística* ou com *objetivos de leitura* específicos, que podem orientar a fixação visual. De qualquer maneira, é necessário lembrar que

os usuários não lerão seu texto de uma maneira completa, palavra por palavra. A leitura exaustiva é rara, especialmente quando os indivíduos em potencial estão conduzindo suas pesquisas iniciais para compilar (...). Sim, algumas pessoas vão ler mais, mas a maioria não vai. Os dois primeiros parágrafos devem indicar as informações mais importantes. Há alguma esperança de que os usuários realmente leiam o material, embora provavelmente leiam mais do

primeiro parágrafo do que do segundo. Comece subtítulos, parágrafos e marcadores com palavras carregadas de informações que os usuários notarão ao rastrear o lado esquerdo de seu conteúdo no tronco final de seu padrão F. Eles vão ler a terceira palavra em uma linha com muito menos frequência do que as duas primeiras palavras (NIELSEN, 2006)<sup>126</sup>.

Em outro estudo posterior, ainda sobre o contexto da navegação e da usabilidade, realizado pelo mesmo centro de pesquisas, Kara Pernice (2017) investigou como o *padrão F* se manifesta na varredura e na leitura em telas móveis, procurando demonstrar que não é o único a orientar o percurso visual do leitor pelas telas. Pernice (2017) resumiu a consequência do *padrão F* sobre a captação visual da leitura da área de conteúdo<sup>127</sup>, observadas a partir de pesquisas de *eyetracking*, seja com gráficos de olhar ou com mapas de calor: "as primeiras linhas de texto em uma página recebem mais olhares do que as linhas subsequentes de texto na mesma página. As primeiras palavras à esquerda de cada linha de texto recebem mais fixações do que palavras subsequentes na mesma linha<sup>128</sup>" (PERNICE, 2017). A constatar, por meio de investigação, que o mesmo padrão de varredura, na forma da letra F, pode ser observado tanto em sites quanto em dispositivos móveis, Pernice (2017) defende a ideia de que a experiência do usuário – quer dizer, a forma como se organiza a leitura – depende mais do comportamento padrão dos indivíduos do que da tecnologia.

Um dos argumentos sustentados pela autora é o de que o *padrão F* não é o único a caracterizar a varredura de telas. Há outros que se misturam ao padrão dominante: [a] no *padrão de bolo de camadas*, os olhos examinam horizontalmente os destaques (como títulos e subtítulos) e ignoram o texto que há abaixo; [b] no *padrão pontilhado*, massas de texto são contornadas ou evitadas para que o usuário/leitor escaneie a tela em busca de algo específico; [c] no *padrão marcação*, o olhar fica fixo em um ponto, enquanto o mouse ou o dedo faz a página rolar, um comportamento mais frequente no celular do que no computador, conforme a autora; [d] no *padrão bypass*,

---

<sup>126</sup> "Users won't read your text thoroughly in a word-by-word manner. Exhaustive reading is rare, especially when prospective customers are conducting their initial research to compile (...). Yes, some people will read more, but most won't. The first two paragraphs must state the most important information. There's some hope that users will actually read this material, though they'll probably read more of the first paragraph than the second. Start subheads, paragraphs, and bullet points with information-carrying words that users will notice when scanning down the left side of your content in the final stem of their F-behavior. They'll read the third word on a line much less often than the first two words" (No original em inglês).

<sup>127</sup> Os demais elementos visuais disponíveis em uma tela, como barras de navegação, criam outros pontos de fixação de leitura, que podem coincidir ou não com o padrão F.

<sup>128</sup> "First lines of text on a page receive more gazes than subsequent lines of text on the same page. First few words on the left of each line of text receive more fixations than subsequent words on the same line" (no original em inglês).

as primeiras palavras de linha são deliberadamente ignoradas quando linhas sucessivas de texto, em uma lista, começam de maneira idêntica; [e] no *padrão de confirmação*, o usuário/leitor deixa o movimento de varredura de lado e fixa-se em quase tudo na página, por conta da motivação e do interesse pelo conteúdo, o que não aconteceria com frequência, mas em situações específicas e com determinados *objetivos de leitura*.

Para que um leitor siga o *padrão F*, Pernice (2017) lembra que precisam ocorrer três situações: [a] pouca ou nenhuma formatação para web ou para a tela, com a predominância de volumes de texto; [b] o usuário precisa estar buscando eficiência na leitura; e [c] o leitor não pode estar determinado a ler cada palavra. Em resumo, "o padrão F é o padrão quando não há sinais fortes para atrair os olhos para informações significativas"<sup>129</sup> pois, na ausência de qualquer elemento visual e gráfico que oriente a varredura, o usuário/leitor seguirá o caminho do menor esforço. No caso, economizar tempo significa poupar fixações do olhar. Assim, os preceitos de usabilidade indicam alternativas para contornar a tendência à economia por parte do usuário/leitor, porque é inevitável a perda de blocos de conteúdo quando prevalece a varredura, de acordo com o *padrão F*. Embora busque a eficiência, o leitor, conforme as conclusões de Pernice (2017), sempre perde, pois as "frases e palavras omitidas são geralmente tão importantes – ou até mais importantes – quanto aquelas palavras que são lidas. Mas os usuários não percebem isso, pois, por definição, não sabem o que não veem"<sup>130</sup>.

Na mesma direção de configurar a mudança na forma de ler, ao estudarem as transformações na leitura linear provocadas pela transposição de dispositivos, do papel para o arquivo eletrônico lido em telas, Kolbjørn Brønck, Mangen e Bente Walgermo (2012) começam por apontar que a reconfiguração no processamento da leitura se inicia com a introdução dos recursos hipertextuais, pois eles aumentaram a carga cognitiva exigida do leitor para a tomada de decisões visuais. O potencial de desvio do hipertexto acabou afetando o desempenho da compreensão de leitura, segundo pesquisas citadas pelo trio. Como nem todas as narrativas textuais digitais são hipertextuais, o tema da leitura digital, entretanto, não pode se esgotar na avaliação dos aspectos específicos e dispersivos ligados ao formato de navegação por *links*.

---

<sup>129</sup> "The F-pattern is the default pattern when there are no strong cues to attract the eyes towards meaningful information" (no original em inglês).

<sup>130</sup> "The skipped phrases and words are often as important — or even more important — as those words that are read. But users won't realize this, since by definition they don't know what they don't see" (no original em inglês).

Precisa ser ampliado pela verificação de como tão somente o aspecto material da troca de suporte desencadeia novas relações entre o leitor e o texto, independentemente das derivas potenciais geradas por *links* e conteúdos complementares agregados.

Eles pesquisaram as diferenças cognitivas entre estudantes da Noruega, comparando a leitura de textos em papel e em PDFs em tela, tomando como ponto de partida a noção de que existe um impacto potencial dos dispositivos eletrônicos sobre a compreensão de leitura, por uma série de fatores. Entre os estímulos que poderiam explicar a diferença entre os resultados encontrados, estariam, segundo eles, o [a] caráter tátil do papel, a [b] forma de navegação pelo documento, a [c] possibilidade de formar um mapa mental completo do documento a ser lido, “a partir de pedaços de informação”, e a [d] ergonomia visual (um tópico ligado à fadiga visual).

Aplicando testes de leitura, os pesquisadores concluíram que “os sujeitos que leem os textos em papel tiveram um desempenho significativamente melhor do que os indivíduos que leem os textos na tela do computador” (BRØNICK, MANGEN e WALGERMO, 2012, p. 65). O segundo prognóstico do estudo também justifica um caminho de pesquisa. Ao compararem o impacto negativo sobre a leitura em tela, Brønck, Mangen e Walgermo (2012) entendem que a consequência seria maior no caso de textos com um caráter expositivo do que narrativo, ou seja, é preciso levar em conta a natureza do texto, ainda mais em casos em que há uma condição híbrida de leitura, com a mistura de linguagens, ou seja, a variável *tipo de texto* como elaborada pela Psicolinguística. Assim, conforme Brønck, Mangen e Walgermo (2012), há uma relação entre a reconstrução mental da estrutura do texto e a compreensão de leitura:

Outra questão sobre a navegação está relacionada com as formas pelas quais os dois tipos de mídia determinam e limitam o próprio acesso aos textos na íntegra. A evidência sugere que os leitores frequentemente lembram onde, em um texto, algum pedaço particular de informação apareceu (...). Para o efeito, a fixidez do texto impresso em papel apoia a construção do leitor da representação espacial do texto, fornecendo pistas espaciais inequívocas e fixas para memória de texto e recordação (...). É razoável supor que a intangibilidade do texto digital pode ter desafiado a reconstrução mental dos leitores do *layout* físico do texto, que por sua vez poderia ter impedido a sua visão geral, bem como a capacidade de acessar, localizar e recuperar peças necessárias de informação textual (BRØNICK, MANGEN e WALGERMO, 2012, p. 65-66)<sup>131</sup>.

---

<sup>131</sup> "Another navigation issue is related to the ways in which the two types of media determine and restrict one's access to the texts in their entirety. Evidence suggests that readers often recall where in a text some particular piece of information appeared (...) To this effect, the fixity of text printed on paper supports reader's construction of the spatial representation of the text by providing unequivocal and fixed spatial cues for text memory and recall (...) it is not unreasonable to assume that the intangibility of the digital text might have challenged the readers' mental reconstruction of the physical layout of the text, which in turn might have impeded their



Desta forma, a compreensão do texto e a relação de leitura estariam submetidas às consequências fundadas pela característica do suporte, ou seja, às marcas dos dispositivos. O leitor de qualquer conteúdo, incluindo o jornalístico, precisa formar um mapa mental a partir dos pedaços de informação, e esta ação, fundamental para o processamento cognitivo, na concepção dos pesquisadores, está condicionada, não determinada, pela forma como a informação está organizada, pela relação física com o suporte de leitura e pela possibilidade de formar um mapa mental integral do texto a ser lido. Na hipótese trabalhada por eles, o papel forneceria condições mais favoráveis ao encaixe destes requisitos, se comparado à tela, confirmando a perspectiva de que está em curso uma transformação das formas de leitura, inclusive a jornalística.

Em trabalho anterior e referencial para os estudos a respeito da relação entre texto e suporte de leitura, Mangen (2008) estava preocupada em oferecer uma perspectiva de compreensão para o impacto da intangibilidade e da volatilidade do texto digital sobre o processo e a experiência da leitura, levando em conta a profundidade dos desdobramentos cognitivos e perceptivos produzidos pela transição do impresso para o digital. Para ela, a imaterialidade do texto digital, porque estabelece um novo tipo de interação tátil do texto real com o leitor, exige uma nova abordagem compreensiva sobre a relação entre o texto e o suporte tecnológico onde está depositado, com repercussão perceptivo-cognitiva. A autora entende que a base da nova abordagem é acatar que toda leitura é multissensorial. Nesse sentido, argumenta que o entendimento da leitura também passa pela avaliação da destreza dos procedimentos motores ligados a ela, como o uso de dedos e mãos no manuseio do texto:

A percepção tátil é de vital importância para a leitura e deve ser devidamente reconhecida. O processo e a experiência de leitura de um texto digital são bastante afetados pelo fato de que clicamos e roamos, em contraste com a experiência tatilmente mais rica de folhear as páginas de um livro impresso<sup>132</sup> (MANGEN, 2008, p. 405).

Para Mangen (2008), a materialidade é importante, porque a leitura está entre as atividades humanas que se executam pela combinação de atributos e habilidades do

---

overview as well as ability to access, locate and retrieve required pieces of textual information" (no original em inglês).

<sup>132</sup> "Haptic perception is of vital importance to reading, and should be duly acknowledged. The reading process and experience of a digital text are greatly affected by the fact that we click and scroll, in contrast to tactilely richer experience when flipping through the pages of a print book" (no original em inglês).

corpo e da mente. Há, conforme ela, "um elo crucial entre a experiência sensório-motora da materialidade do suporte e o processamento cognitivo do conteúdo textual"<sup>133</sup> (MANGEN, 2008, p. 406). Em textos digitais, a interação com o texto real ocorre a uma distância indeterminada, bem ao contrário do que ocorre com o texto impresso, com o qual se estabelece uma relação física, literal, tátil, fenomenológica, com o substrato material do texto. Citando estudos de outros autores<sup>134</sup>, embasados em preocupações psicoergonômicas e cognitivas, lembra, por exemplo, que os dispositivos eletrônicos estabelecem outro tipo de potencial de memorização, diferente do texto impresso, e esta característica guarda relação com o suporte.

Muito embora trabalhe sobre o tipo de leitura específica derivada da literatura<sup>135</sup>, Mangen (2008) sustenta que os dispositivos tecnológicos embutem potenciais distintos de imersão no processo leitor. As telas, na medida em que possuem a capacidade técnica de combinar linguagens e derivas de leitura, oferecem ao leitor um caminho de imersão específico, diferente daquele que naturalmente a mente humana percorre na leitura de textos impressos. Tudo porque os ambientes digitais desencadeiam um determinado tipo de experiência fenomenológica de leitura, que pode prescindir do material, do visível. Mangen (2008) argumenta que a “constância, a permanência temporal e espacial de um objeto tátil – como um texto impresso – tem um motor sensorial distinto” (p. 408), bem ao contrário do texto digital que, por definição, “apaga todos os vestígios de tangibilidade” (p. 408). A consequência, para o âmbito do presente estudo, é que a leitura de textos digitais, na visão da autora, tende a ser menos focada e mais superficial. O padrão de leitura em tela, conforme Mangen (2008), é o da *digitalização*, ou varredura visual, do texto, em que prevalece uma tendência à distração:

Tal modo de leitura é altamente vulnerável a distrações, especialmente quando essas distrações são tão facilmente disponíveis como no clique de um mouse. Os psicólogos argumentam que somos psicobiologicamente inclinados a recorrer a tais meios de reacender nossa atenção quando nossa atenção está,

---

<sup>133</sup> "There is a crucial link between the sensory–motor experience of the materiality of the support and the cognitive processing of the text content" (No original em inglês).

<sup>134</sup> No caso, a autora se refere ao trabalho de Thierry Morineau e outros, no qual se investigou, por exemplo, a relação entre o dispositivo *e-book* e a formação da memória da leitura, concluindo que o *e-book* não fornece indicadores externos para a formação da memória de uma maneira tão eficiente como um livro impresso permite. MORINEAU, Thierry; BLANCHE, Caroline; TOBIN, Laurence; GUÉGUEN, Nicolas. "The emergence of the contextual role of the e-book in cognitive processes through an ecological and functional analysis". **International Journal of Human–Computer Studies**, v. 62, n. 3, p. 329–348, Mar. 2005.

<sup>135</sup> Como visto nos fundamentos da Psicolinguística e em suas variáveis intervenientes, o tipo de texto, se literatura ou não ficção, incide sobre a leitura derivada.

por assim dizer, esgotada – isto é, quando não há mais nada para manter nosso interesse<sup>136</sup> (MANGEN, 2008, p. 409).

A autora apresenta uma conclusão de um trabalho anterior de William Thorngate sobre o conceito de *desempenho da atenção*. Conforme Thorngate (1988) apud Mangen (2008), ao estruturar um mecanismo básico de funcionamento da *economia da atenção*, prepondera o princípio da diminuição dos retornos de atenção, porque, muito embora se invista atenção singularmente durante um processo humano – como a leitura –, não se aplica essa atenção exclusivamente a um único foco ao longo de todo o processo. O que se deposita de atenção sempre provém de um portfólio misto. “A diminuição dos retornos de atenção é geralmente sentida como uma habituação ou tédio e parece regular nossa suscetibilidade a novas informações e interrupções” (THORNGATE, 1988, p. 250). Ou seja, transpondo o argumento para o fenômeno leitor, à medida que a leitura avança, aumentam as possibilidades de a atenção se diluir, por habituação ou tédio, abrindo o flanco da concentração para a entrada de novos estímulos informativos e dispersivos.

A atenção humana depende de estímulos. Depois de um tempo concentrado em uma determinada tarefa, como ler, a tendência é buscar um estímulo externo ao que se está fazendo para nutrir a atenção, renovando-a. Se estas fontes não estiverem disponíveis, a tendência é de perda de interesse e concentração. Mangen (2008) traça um paralelo entre a relação de atenção que o telespectador mantém com o vídeo, em uma TV, e a relação que o leitor mantém com um texto em tela. Se, com a TV, a atenção pode navegar facilmente com o uso de um dispositivo, o controle remoto, com os *desktops* ou os celulares, os movimentos de clicar ou o de deslocar a tela com o dedo também podem desviar a entrada visual e levar à distração. Trata-se de uma tendência motora e mental de natureza psicobiológica, de acordo com a autora – uma *regra psicobiológica* – que ajuda a “explicar por que o computador, como um dispositivo de leitura, parece ser pouco adequado para o contemplativo e a leitura focada que associamos ao livro”<sup>137</sup> (p. 410). O texto impresso, fixo e estático, é limitado em estímulos externos de atenção.

---

<sup>136</sup> "Such a reading mode is highly vulnerable to distractions, particularly when these distractions are as easily available as a click with the mouse. Psychologists argue that we are psychobiologically inclined to resort to such means of rekindling our attention when our attention is, so to speak, exhausted – that is, when there is nothing left in view to maintain our interest" (no original em inglês)

<sup>137</sup> "Explain why the computer, as a reading device, seems to be poorly suited for the contemplative and deeply focused reading we associate with the book" (no original em inglês).

Mangen (2008) usa os *links* de um *hipertexto* como exemplo do desejo de clicar capaz de produzir o que ela chama de *captura atencional* – ou *captura háptica* –, que pode ser o estopim para a perda de atenção durante a leitura, desencadeando uma deriva. Na medida em que se oferece ao leitor como um potencial de experiência, como uma atualização latente e acessível à curiosidade, os *links* e os ícones se apresentam disponíveis como acessos sedutores a algo além da experiência imediata de leitura, o que alimenta a distração. Este tipo de interação é denominada, pela autora, como *interação tátil* ou *háptica*, que se sobrepõe, em alguns casos, aos aspectos perceptivos e cognitivos como tendência psicobiológica. O argumento é que a leitura digital, sob o impacto da varredura e da navegação, exhibe uma natureza fenomenológica que não consegue se desvincular desta interação sensório-motora (háptica). Desse modo, a leitura fica impregnada com uma ambiguidade latente, que é a marca da textualidade digital: a possibilidade de a exibição visual mudar mínima ou completamente a partir de um clique ou toque dos dedos. A mera possibilidade do clique impacta na imersão fenomenológica proporcionada pela leitura. “Quando oferecida a possibilidade de clicar, no entanto, nossa alocação atencional já é parcialmente direcionada em direção à intenção háptica de clicar, em vez de totalmente direcionada para o conteúdo do próprio texto” (MANGEN, 2008, p. 413).

Indicando outra linha de pesquisa, Mary Flanagan e Geoff Kaufman (2016) investigam o impacto do dispositivo sobre a capacidade de processamento da informação. A questão central, para os pesquisadores, é saber se, apenas pelo fato de a informação ser processada a partir de um dispositivo digital, já seria suficiente para desencadear um tipo diferente de processamento cognitivo da leitura. Como se houvesse uma *lente digital*, específica, que proporcionasse e condicionasse uma determinada leitura. Pelas conclusões dos autores, e não há um juízo de valor sobre esta constatação, apenas uma caracterização: ler em ambientes digitais dificulta o pensamento abstrato e favorece o pensamento concreto, focado em detalhes, enquanto a leitura em papel estimula os níveis mais abstratos de construção da compreensão. Segundo os pesquisadores, que chegaram a tais conclusões por meio de quatro procedimentos de investigação que envolveram cerca de 300 adultos, esta diferença de desempenho acontece porque a leitura em telas tende a ocorrer em meio a uma sobreposição de textos, fazendo com que o leitor tenha a tendência de recorrer a processos cognitivos menos custosos e menos intensos:

A sempre crescente demanda por multitarefa, atenção dividida e sobrecarga informacional que os indivíduos encontram em seu uso de tecnologias podem fazer com que eles *recuem* cognitivamente para a extremidade inferior do *continuum* concreto-abstrato. O presente trabalho sugere que esta tendência pode estar tão bem enraizada que pode ser generalizada para contextos nos quais essas demandas de recursos não estão imediatamente presentes (FLANAGAN; KAUFMAN, 2018, p. 2776)<sup>138</sup>.

Apenas como sinalização de alguns percursos de pesquisa, entre tantas que vêm se constituindo ultimamente, os trabalhos de Nielsen (2006), Mangen (2008), Flanagan e Kaufman (2016) e Pernice (2017) indicam as maneiras com que os aparatos digitais estão reconfigurando a leitura. Muito embora determinados padrões de navegação e varredura permaneçam na condução do comportamento do leitor, inaugurando determinadas modalidades de contato visual com o material escrito, essas investigações apontam para um desdobramento cognitivo de repercussão psicolinguística, nos parâmetros defendidos em capítulos anteriores.

#### 4.3.1 Um caso específico de leitura digital: o *longform journalism*

Dada a particularidade das condições de concentração da leitura em tela, como visto neste capítulo, é importante pensar sobre como a leitura contemporânea desafia alguns formatos jornalísticos. A título de ilustração, serão analisadas as características dos *textos estendidos* – o chamado *longform journalism* ou *jornalismo em formato longo* –, e do tipo de leitura que ele exige, justamente para pensar em como há características peculiares que reconfiguram o modo de ler em tela, em correlação com o formato textual.

O jornalismo *longform* em ambientes digitais – composto pelas narrativas textuais longas, que podem agregar ou não as linguagens sonora e visual – pode ser interpretado como se fosse uma etapa da história da evolução do texto jornalístico. Seria, neste sentido, a sucessão de um formato consagrado pelo *jornalismo literário*, cuja expressão melhor acabada está nas experiências do novo jornalismo norte-americano<sup>139</sup>, que representou o apogeu estilístico (no sentido narrativo) e técnico (no

---

<sup>138</sup> "The ever-increasing demands of multitasking, divided attention, and information overload that individuals encounter in their use of digital technologies may cause them to *retreat* to the less cognitively demanding lower end of the concrete-abstract continuum. The present work suggests that this tendency may be so well-ingrained that it generalizes to contexts in which those resource demands are not immediately present" (No original em inglês).

<sup>139</sup> O que se chama de novo jornalismo norte-americano é um período de experiências formais capitaneado por jornalistas entre meados das décadas de 1950 e 1960. Caracteriza-se pelo uso de técnicas aprofundadas de apuração e de experiência estilística. Trata-se de um dos movimentos de expressão, dentro do *jornalismo literário*, que engloba uma gama ainda maior de experiências jornalísticas e estilísticas..

aspecto das estratégias de apuração) de um determinado jornalismo, caracterizado resumida e emblematicamente por Tom Wolfe (1994) como aquele que pode ser lido como se fosse um romance ou um conto. *Jornalismo narrativo, jornalismo longform e jornalismo literário*, neste sentido, integrariam o mesmo gênero e teriam os mesmos ideais de atuação (LASSILA-MERISALO, 2014).

Na era pós-industrial do jornalismo<sup>140</sup>, com a convivência de suportes, formatos e linguagens, o *longform* materializa, assim, pelo menos pelo lado da oferta e da produção do conteúdo disponível ao leitor, a promessa de um jornalismo interpretativo, capaz de estabelecer com a audiência uma relação de leitura estruturada pelos pressupostos da qualidade, da densidade e do envolvimento. Proliferam as experiências internacionais aplicando esta técnica de combinação das linguagens, mas a consagração do modelo ocorreu com *The New York Times*, em 2012, por meio do projeto "Snow Fall", com o propósito de recontar a história de uma avalanche, com o qual o grupo jornalístico norte-americano ganhou o Prêmio Pulitzer de 2013, na categoria *writing* (escrita, texto). O experimento acabou, até mesmo, virando sinônimo do design de combinação de linguagens em narrativas longas e multimídia. Nos primeiros momentos de aposta nas narrativas digitais estendidas, fazer um *snowfall* passou a significar a construção de um conteúdo que explorasse o potencial combinado das linguagens em ambientes digitais.

Como experiência narrativa, técnica e estilística, o jornalismo *longform* ainda é um formato em desenvolvimento, submetido a um debate entre profissionais, jornalistas e editores, dedicados a produzi-lo. A síntese de uma das controvérsias está na suposta associação imediata, feita por alguns entusiastas, entre tamanho e qualidade do relato textual e também sobre a pertinência da expressão cunhada para denominar este tipo de jornalismo em profundidade e sua essência narrativa. James Bennet (2013), editor-chefe e co-presidente da *The Atlantic* – uma das mais ousadas publicações contemporâneas nos EUA, tanto na web quanto em papel –, critica o termo *longform*, que passou a ser usado pelas revistas, tradicionais e digitais, para classificar seus trabalhos mais ambiciosos. Ou seja, ele detecta um problema na terminologia ou

---

<sup>140</sup> É de natureza específica o contexto de transformações estruturais do jornalismo, em seu mergulho para a fase que Chris Anderson, Emily Bell e Clay Shirky (2013) denominam de *jornalismo pós-industrial*. Nela, entram em reconfiguração as condições técnicas e materiais de produção e consumo, além de todos os métodos empregados na apuração e na divulgação de notícias e relatos sobre o mundo. Tal revolução, impulsionada pela tecnologia, por uma metamorfose nos negócios de mídia e por uma alteração nos padrões de comportamento da audiência, acarreta, entre os outros efeitos, um alargamento e uma diluição das fronteiras da profissão jornalística (ANDERSON; BELL, SHIRKY, 2013).

na taxonomia do trabalho jornalístico, pois não acredita que o encanto esteja no tamanho do texto, até porque a linguagem textual, segundo ele, seria aquela com “um dos atributos inerentemente menos atraentes”, se comparada com seus complementos em ambientes digitais.

Embora enxergue sinais de energia e renovação, o autor ataca a comparação com o novo jornalismo norte-americano pois, enquanto este se posicionava como uma promessa de conteúdo profundo e inovador, o *longform* apenas se lança como algo que simplesmente desafiaria a leitura, sem o mesmo tipo de alcance sociocultural, até porque o formato foi valorizado, nos seus primeiros momentos de retomada, de forma distorcida, também como se fosse resposta de uma indústria em crise. Conforme Bennet (2013), “forma longa, na internet, corre o risco de significar um monte de palavras”. A questão crucial estaria, não na posição entre ser curto ou longo, do ponto de vista jornalístico, mas entre ser bom ou mau, exigindo que o jornalismo *longform* se desloque para uma posição de continuidade em relação a uma tradição.

Já Jason Hiner (2014), porque comenta o período em que o formato renasce, destaca os ataques públicos disparados contra órgãos de imprensa que investem neste tipo de jornalismo em profundidade. Porque entende que a qualidade não está no tamanho do projeto textual, Hiner (2014) argumenta que o *longform* tem se perdido, nos sites de notícias, em meio a *links* de histórias curtas, normais, afastando a audiência de apurações investigativas e relatos de não ficção atraentes. Haveria uma diluição provocada pela [a] dispersão natural da navegação, pelo [b] excesso de conteúdo e pela [c] evasão da atenção. Segundo Hiner (2014), “é necessário repensar a forma como publicamos estas histórias, para que possamos lançar os holofotes sobre elas. Precisamos fazer com que elas sejam especiais”<sup>141</sup>.

Para consolidar seu projeto de *longform*, o TechRepublic, site especializado em tecnologia, conforme explicado pelo autor, apostou, à época, na criação de um ambiente para a leitura *online* imersiva, com uma organização mais próxima das revistas tradicionais, com menos distrações do que em uma página normal na web, otimizando o uso de fotos e citações e incluindo eventualmente os elementos de interatividade. O site também organizou um calendário anual de trabalhos especiais, para animar a relação com o público, gerando expectativa a partir da previsão de publicação. Na era do TLDR – sigla da gíria *too long, didn't read* (muito longo, não li)

---

<sup>141</sup> "We also needed to rethink the ways that we published these stories so that we could shine the spotlight on them. We needed to make them special" (no original em inglês).

–, como diz Hiner (2014), foi preciso também mudar o nome do conteúdo com formato estendido, para não amedrontar a audiência. Deram o rótulo de *cover stories* para as narrativas longas, emulando uma estratégia típica das revistas tradicionais. Em síntese, nas ações detalhadas por Hiner (2014), o que está em jogo parece ser a conquista da leitura para um formato ao mesmo tempo vigoroso e volátil, partindo do pressuposto de que o texto não será lido apenas porque é longo.

Lewis DVorkin (2012), embora tenha escrito sua reflexão antes do formato consolidar-se, pensa que o *longform* precisa ser visto a partir das relações desencadeadas pelas redes sociais digitais. O autor entende que o sucesso do modelo depende justamente do quanto ele será capaz de aproveitar a interconexão digital e se valer do compartilhamento social pela web para alcançar a audiência, gerando conversações. Ele lembra que o desenvolvimento de novas plataformas digitais e a fragmentação das audiências mudam radicalmente a natureza do conteúdo distribuído por todas as redes sociais. Também aponta a necessidade de aproveitar os avanços tecnológicos dos sistemas de métricas para trilhar os mesmos caminhos de navegação do leitor digital, entendendo o seu roteiro particular de consumo de notícias e aprendendo com ela para aprimorar o formato. A forma como um conteúdo circula nos ambientes digitais, como se verá adiante, também incide sobre a leitura.

No que diz respeito ao *longform*, seria recomendável, de acordo com o jornalista, usar este sistema de acompanhamento para saber o ponto de abandono ou de dispersão da leitura e também aprender com o que pensam os consumidores de reportagens digitais longas a partir da conversação social estabelecida na dinâmica do compartilhamento. Muitas vezes, o leitor se interessa pela história, mas não tem tempo para ler<sup>142</sup>, então recorre a sistemas como o ReadItLater, por meio do qual pode organizar a leitura de textos longos, no momento em que lhe convier, principalmente quando estiver offline. DVorkin (2012) propõe que a preocupação central deva ser oferecer conteúdo, independentemente do formato, se longo ou curto, pois uma nova geração de consumidores irá querer consumir este tipo de conteúdo de inúmeras

---

<sup>142</sup> Um sintoma de que a leitura estendida em telas exige do leitor uma dose de atenção, organização e esforço são os alertas publicados antes de conteúdos longos. É o caso do já consagrado “leia depois”, que acabou nomeando as ferramentas *read it later*, um determinado tipo de plataforma para planejar a leitura posterior e da qual Pocket, Instapaper, PaperSpan, Wallabag e Evernote Web Clipper, entre inúmeros outros, são exemplos. Na newsletter diária brasileira Meio, os conteúdos mais exigentes são precedidos de uma orientação clara: “para ler com calma”.



formas, compartilhando, conversando e até criando novos conteúdos, por meio de diversas plataformas.

Por último, ainda com o objetivo de problematizar o formato, Mahler (2014) reclama do que denominou de *fetichização do formato longo*, que nasceu como uma indicação de leitura, com a *hashtag* #longreads, para sinalizar conteúdos especiais no Twitter, e se transformou em algo que pode significar a permanência de valores narrativos que se acreditava ameaçados pelo fim das revistas tradicionais e do espaço que elas sempre dedicaram ao texto longo. Ele entende que o termo confere *respeitabilidade* e indica um caminho de aproximação com o literário, mas não pode ser produzido apenas pela forma, em busca do tamanho, a qualquer custo, sobretudo o ético.

Sua crítica está centrada em um determinado tipo de postura, que colocaria o autor, equivocadamente, em uma posição mais central do que o objeto da narrativa, a história que se quer contar. Para Mahler (2014), o verdadeiro propósito de um texto estendido, pelo formato *longform journalism*, é permitir que o “escritor se aprofunde na verdadeira complexidade de uma história”<sup>143</sup>, usando-a para atingir algumas verdades “maiores e mais universais”, ainda que sutilmente, atraindo o consumidor de informação jornalística para mais perto de uma percepção sensível do mundo real. Gerar empatia com o leitor seria, conforme o autor, “a grande marca do jornalismo imersivo”<sup>144</sup> (MAHLER, 2014).

Raquel Longhi e Kerley Winkes (2015), ao vincularem o *longform* às discussões sobre as transformações jornalísticas contemporâneas, propõem uma classificação dos espaços ocupados pelo *longform* no *webjornalismo*, listando seis tipos representativos, sintetizando as possibilidades em curso:

1. Sites de jornais de referência, como *The New York Times*, *The Guardian*, *Folha de S.Paulo*, etc, que apresentam o *longform* em artigos e em produtos como grandes reportagens multimídia;
2. sites nativos digitais, ou seja, originados especificamente no ambiente digital e *online* do jornalismo, como *BuzzFeed*, *The Huffington Post*, *The Verge*, *UOL*, dentre outros;
3. Sites agregadores de narrativas *longform*, como *Longform.org* e *Longreads.com*, e que permitem ler, guardar e compartilhar narrativas *longform*, como o *Pocket* e o *Instapaper*;
4. Projetos de *crowdfunding*, como o *Matter* e o *The Medium*;
5. sites destinados a escritores e ao mercado de publicação de narrativas *longform*, como o *The Epic*, o *Vook* e o *Readymag* que também oferecem ferramentas de criação e
6. sites de conteúdos *longform* pagos, como o *The Atavist* (LONGUI; WINQUES, 2015, p. 7-8).

---

<sup>143</sup> "To allow a writer to delve into the true complexities of a story" (no original em inglês).

<sup>144</sup> "The real hallmark of great immersive journalism" (no original em inglês).

Longhi e Winques (2015) lembram, ainda, que o termo *longform*, na língua inglesa, já era utilizado antes mesmo deste novo universo de consumo ter se constituído na comunicação digital e, dentro dela, no jornalismo *online*, “para definir o tratamento mais longo e aprofundado de um tema” (p. 2). As autoras também atualizam a concepção do formato, ao lembrarem uma definição de Mary Clare Fischer (2013), na qual o *longform* se refere a “1. Um nível mais aprofundado de relato, que vai além do padrão cotidiano da produção (jornalística) e 2. Narrativas atraentes, frequentemente com elementos multimídia, que realçam o artigo”<sup>145</sup>. No mesmo texto, Fischer (2013) enfatiza um argumento ligado ao tempo de apuração, já que, de acordo com Glenn Stout (apud FISCHER, 2013), “o *longo* se refere à extensão de tempo empregado em apurar, redigir, editar e então apresentar ao leitor”<sup>146</sup>.

Assim, fechando um conceito para o formato capaz de traduzir um modo de leitura que demanda habilidades específicas, Longhi e Winques (2015) vinculam a experiência a uma transformação na produção e no consumo: “o texto longo se destaca não apenas pelo formato, mas também pela apuração, contextualização e aprofundamento. Textos com essa característica propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo para a mesma” (LONGHI; WINQUES, 2015, p. 3). Estas ampliações estão por trás da produção de conteúdos especiais no jornalismo, entre os quais as experiências de *longform*. A reflexão sobre o potencial de expansão deve seguir sem uma fetichização do formato, sem confundir o tamanho com a qualidade do texto, compreendendo o consumo deste tipo de conteúdo em tela, naquilo que o suporte impõe à dinâmica de leitura, e das relações estabelecidas, a partir dele, pelas redes sociais digitais.

Conforme Maria Lassila-Merisalo (2014), o formato *longform*, estudado por ela no ambiente dos *tablets*, pode aumentar a experiência de processamento do texto jornalístico, ao combinar linguagens. Criaria, assim, um efeito de autenticidade e imersão, no universo da história narrada. A pesquisadora de narrativas jornalísticas longas entende que os elementos multimídia que convivem com o texto, se bem dosados, podem dar suporte à história, até mesmo melhorando a atenção do leitor, quando colocados no ponto correto das narrativas, ao contrário dos autores que

---

<sup>145</sup> "1) a level of in-depth reporting that goes beyond the everyday standard of production and/or 2) narrative storytelling that's presented in an appealing way, often with multimedia elements to enhance the piece" (no original em inglês).

<sup>146</sup> "The long referred so much to length as it does the length of time spent reporting, writing, editing and then presenting it to people" (no original em inglês).

acreditam mais no seu efeito dispersivo. Além disso, estes textos estendidos também carregam em sua essência o potencial natural de todo produto digital: “gerar discussão, ser compartilhado, tornar-se viral”<sup>147</sup> (p. 2), o que, por si, pode interferir na interação da leitura. Conforme um grupo de jornalistas entrevistados pela autora, esta capacidade de compartilhamento seria até mesmo a principal qualidade dos conteúdos em *longform journalism*, na medida em que impulsiona a leitura e gera conversações públicas sobre os relatos.

Este jornalismo de não ficção, ampliado pelas possibilidades da narratividade digital, não abandona seus compromissos com a referencialidade. Neste sentido, o conteúdo na tela reitera a essência consagrada pelo papel. A “fronteira da realidade” (LASSILA-MERISALO, 2014) segue como um limite. Para a autora, “o efeito de imersão na história depende dos leitores”<sup>148</sup> (p.6), mas o enlace ainda surge como tributo a uma escrita envolvente e convincente que, no entanto, não transige à ficção. O aspecto do convencimento, na relação de leitura, também está ligado à credibilidade, ou seja, a um efeito de verdade, como diz Charaudeau (2013) – lastreado pela “subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo” (p. 49).

Lassila-Merisalo (2014) insere o tema da *autenticidade* na relação entre o leitor e o texto, no contexto aberto pelas ferramentas à disposição dos jornalistas literários em ambientes digitais. Para ela, no *longform journalism* os elementos de ampliação dos sentidos – como os *links*, a interatividade, os percursos hipertextuais e os artefatos multimídia – criam uma nova impressão, um novo ambiente de imersão, estimulado por novas reações sensoriais, que podem até levar à distração do leitor, mas que também reforçam a conexão com a autenticidade e a referencialidade do relato. “Decodificado pelo leitor no processo de interpretação”<sup>149</sup> (p. 5) do texto, quando o mundo exterior, apontado pelo relato jornalístico, interage com o mundo interior (o conhecimento) pré-existente à leitura, este ambiente digital renovado, conforme Lassila-Merisalo (2014), é envolvente, mas, no fundo, conforme a conclusão de seu artigo, para além do potencial de ampliação das ferramentas digitais, vigente com o

---

<sup>147</sup> "To create discussion, to be shared, to become viral" (no original em inglês).

<sup>148</sup> "The immersive effect of the story ultimately depends on reader's choices" (no original em inglês).

<sup>149</sup> "Has to be decoded by the reader in the process of interpretation" (no original em inglês).

*longform journalism*, a essência segue sendo o texto e os compromissos jornalísticos – e eles não se alteram na transposição do papel para a tela.

Um outro tópico que ajuda a configurar a leitura em tela é o da *propagabilidade*, inerente a todo o texto jornalístico<sup>150</sup>, mas que ganha uma relevância adicional no formato *longform*. DVorkin (2012) cita uma troca de e-mail com Mark Armstrong, fundador do *Longread*, site que reúne histórias estendidas, na qual Armstrong comenta o renascimento do *longform*, destacando, principalmente, o potencial de compartilhamento por intermédio de redes sociais. Ele iniciou o uso da *hashtag* #longreads do Twitter para leitores interessados em compartilhar e organizar histórias em profundidade e percebeu, desde o início, que as narrativas com a chancela da *hashtag* permanecem sendo compartilhadas por muito tempo depois da primeira publicação, criando uma nova temporalidade para a circulação deste tipo de conteúdo jornalístico.

Armstrong apud Dvorkin (2012) enumera quatro fatores para a propagação das histórias alongadas: [a] a adoção e a disseminação dos dispositivos móveis e tablets, que fixam novos ambientes de leitura; [b] a ascensão do que ele chama de *recomendação social*, transformando leitores que amam histórias em *líderes de torcida*; [c] o aparecimento de verdadeiras comunidades que adotam novas formas de organizar conteúdo, como aquelas que se criam em torno de *hashtags* como a #longreads; e [d] a criação de aplicativos de mudança de tempo de leitura como o já citado ReadItLater, o que se tornou algo crítico para o sucesso de um conteúdo de longa duração em ambientes com intermitência no acesso à internet.

A questão da recomendação social merece uma reflexão adicional. Anna Hiatt, Michelle Levine e Michael Shapiro (2015) analisaram o comportamento dos leitores de *longform*. Editores do site *The Big Roundtable*, o trio conduziu uma pesquisa para o Tow Center for Digital Journalism, na qual analisaram, por 21 dias, o comportamento de 63 leitores que se declararam consumidores de *longform*, para tentar entender como as histórias longas eram localizadas, lidas e compartilhadas. Um dos números mais impressionantes, encontrados pela observação, trata da disposição para se chegar ao final da leitura: 94% dos entrevistados informaram ler o texto até a última palavra. Em 66% das vezes, a leitura do texto longo era concluída de uma sentada só. Em 28% delas, com uma pausa só.

---

<sup>150</sup> O tema foi trabalhado em Elmi (2016).

Os participantes leram 1.349 matérias, em um intervalo de três semanas. Compartilharam 469 delas, ou 35%. Hiatt, Levine e Shapiro (2015) consideraram o resultado elevado, um indicativo de que o leitor de formato longo pode estar mais propenso a encontrar, ler e compartilhar reportagens de fôlego do que um leitor comum. Os 469 textos foram compartilhados em 549 momentos distintos. Por email (43%), Facebook (21%) e Twitter (15%). Em 51% dos casos, com alguém que conheciam pessoalmente; em 33%, em seu *feed* pessoal de notícias em redes sociais; em 6% em um grupo específico e em 4% diretamente com alguém que não conheciam pessoalmente. Cinquenta por cento liam durante a semana, e 50%, no final de semana. Somente 18% das matérias lidas no final de semana foram compartilhadas, enquanto 52% dos textos lidos durante a semana acabaram disseminados, indicando padrões surpreendentes de recomendação e propagação quanto ao dia da semana.

Os resultados encontrados na pesquisa indicam que a questão da confiança junta-se à da qualidade do conteúdo como decisão para se ler uma reportagem longa. Conforme Hiatt, Levine e Shapiro (2015), "a curadoria é parte fundamental do processo pelo qual uma reportagem de fôlego acaba sendo lida, seja o curador um editor num meio de comunicação que o leitor preza ou um amigo" (p. 23). E concluem:

Por que então certos textos decolam enquanto outros – de igual qualidade e interesse – não? Aqui também a resposta está ligada à noção de confiança, no caso a confiabilidade da fonte que primeiro compartilhou o conteúdo. A natureza em si do trabalho e os processos pelos quais o texto de fôlego é descoberto, consumido e compartilhado estão em conflito com o indiscriminado e apelativo método caça-cliques que domina muito do tráfego na internet (HIATT; LEVINE; SHAPIRO, 2015, p. 23).

A disposição ao compartilhamento e o engajamento derivado da leitura de conteúdo jornalístico digital e estendido remetem à ideia de *propagabilidade*, formatada em Jenkins (2014). Segundo o autor, a lógica do fluxo dos textos de mídia, como decorrência de mudanças sociais, culturais e tecnológicas, está migrando de uma tradição de distribuição para um modelo de circulação, em que se misturam forças de baixo para cima (do leitor em direção às lógicas de circulação) e de cima para baixo. Individual ou coletivamente, integrantes da audiência passam a cumprir novos papéis, guiados por novas lógicas sociais e culturais, reconfigurando como a mídia circula e dando vazão a um dos comportamentos mais antigos e arraigados: dividir histórias e estabelecer conversas a partir delas. Jenkins (2014) entende a *propagabilidade* como “um potencial – técnico e cultural – de os públicos compartilharem conteúdos por motivos próprios” (p. 27). O autor identifica a consolidação de um novo paradigma, o

paradigma da *propagabilidade*, em contraposição ao modelo da *aderência* que vinha justificando as estratégias de mídia até aqui:

A propagabilidade se refere aos recursos técnicos que tornaram mais fácil a circulação de algum conteúdo em comparação com outros, às estruturas econômicas que sustentam ou restringem a circulação, aos atributos de um texto de mídia que podem despertar a motivação de uma comunidade para compartilhar material e às redes sociais que ligam as pessoas por meio da troca de *bytes* significativos (JENKINS, 2014, p. 27).

Em torno da ideia da *propagabilidade*, Jenkins (2014) desenha um fenômeno embalado pela formação de uma “cultura ligada em rede” (p. 36), com novas práticas sociais e culturais, proporcionadas pelo desenvolvimento de tecnologias. No epicentro deste comportamento, está o compartilhamento de conteúdos por uma audiência cada vez mais ativa, em razão de inúmeros motivos: por afeto, por reconhecimento e por desejo de identificação, entre outros, sugerindo “um mundo em que os cidadãos contam uns com os outros para passar adiante peças significativas de informação, notícias e entretenimento” (JENKINS, 2014, p. 36). Neste novo universo de propagação, surge a figura dos *intermediários autenticamente populares*, na expressão do autor, que passam a agir como os canais genuínos de uma comunidade que moldam o fluxo da mensagem, e de alguma forma também condicionam os percursos de leitura por intrincadas redes de conteúdo dos ambientes digitais.

Neste capítulo, procurou-se localizar o perfil da transformação da leitura na transição do papel para a tela, destacando as considerações de Chartier (1999, 2002 e 2011) a respeito. É uma nova modalidade de leitura o que emerge dos dispositivos digitais, inaugurando uma nova fase perceptiva e cognitiva. Um dos traços deste novo universo está na estrutura do *hipertexto*, que cria múltiplos caminhos para a deriva leitora em percursos digitais, individualizando ainda mais a leitura. Também foi feito um breve panorama das pesquisas pioneiras sobre a leitura em telas, com o objetivo de salientar os seus aspectos definidores, seus traços de diferenciação e as tensões produzidas sobre a leitura de produtos específicos, como os textos longos em jornalismo. Os inúmeros aspectos debatidos neste capítulo confirmam que a *digitalidade* emana parâmetros que reconfiguram os modos de ler.

## 5 LEITURA JORNALÍSTICA: UM MODELO PSICOLINGUÍSTICO

Se as condições para o processamento da leitura permitem dizer que algo se transforma na transição do suporte papel para o suporte tela de celular – como pressupõe a construção histórica, teórica e metodológica empreendida por esta tese, sobretudo pelos indicativos fornecidos por concepções psicolinguísticas – também é legítimo afirmar que a *leitura jornalística* se reorganiza com o deslocamento de suporte. O modelo psicolinguístico para análise da *leitura jornalística*<sup>151</sup>, que será proposto, tem como objetivo, justamente, oferecer uma estrutura metodológica, que possa ser aplicada para observar inúmeros aspectos sobre a leitura, inclusive as nuances determinadas pela transposição de suportes. Neste trabalho, o foco está nas experiências geradas pelo texto, quando distribuído em *longform journalism* (o jornalismo em formato longo), um tipo de estrutura textual<sup>152</sup> que impõe desafios específicos à leitura, como visto no capítulo anterior, seja pela extensão, seja pelas características da sua natureza *hipermidiática* em ambientes digitais. Como ponto de partida, antes de propor um modelo lastreado pelas *variáveis intervenientes na leitura*, conforme Kenneth Goodman (1991), busca-se delinear um conceito para a *leitura jornalística*.

O que é *leitura jornalística*? A reflexão inicial para responder a este questionamento passa por aceitar a possibilidade de que há uma especificidade da leitura no jornalismo. Dito de outra forma: faz sentido falar em *leitura jornalística* como algo particular, dentro do universo da leitura em geral? E se fizer, indo mais além, quais seriam as suas características? Certamente, o processamento fisiológico da leitura – ou seja, o percurso físico-neuronal no cérebro humano, dos aparatos fisiológicos que garantem o reconhecimento visual às conexões e às áreas que concentram a formação do sentido – não se altera porque se está lendo uma reportagem de uma revista ou um romance, mas os modelos de compreensão global da leitura indicam que existem fatores que podem gerar, sim, especificidades. A própria

---

<sup>151</sup> Esta tese adota como padrão gráfico o uso de itálico para destacar expressões que embutem um determinado conceito. O grifo no corpo do texto já ocorreu em capítulos anteriores. Neste capítulo, no entanto, ele aparece com mais frequência, apenas porque se trata da parte em que transcorre uma configuração teórica específica e, portanto, o seu uso irá proliferar.

<sup>152</sup> É bastante diversificado o universo de combinações envolvendo os mais variados tipos de estruturas textuais, desde o verbal até as alternativas que resultam de combinação de linguagens, como a sonora e a imagética. A própria distinção que Salaverría (2014) faz a respeito do que significa ser multimídia já considera a hipótese de mistura.

noção de *variáveis intervenientes na leitura* (GOODMAN, 1991) indica que parâmetros cognitivos incidentes sobre os processos de compreensão leitora acabam por modificá-los, imprimindo algum grau de particularidade. Quer dizer, ao mesmo tempo, pode-se falar em um processo geral da leitura, com sua complexidade, seus circuitos culturais e neuronais e sua disposição para ser abordado de maneira multidisciplinar e global, mas também em processos particulares, gerados por combinações específicas das *variáveis*<sup>153</sup>. Assim, leitura literária e *leitura jornalística* seriam exemplos de manifestações específicas de um processo global.

O primeiro movimento deste capítulo será investigar o aspecto linguístico da *leitura jornalística*, o que, no fundo, significa conduzir uma breve observação sobre o jornalismo como um fenômeno da língua. O segundo movimento é, em um certo sentido, inverso: busca localizar o que é especificamente jornalístico nos produtos de jornalismo baseados na linguagem. O terceiro movimento, antes de chegar à proposição de um modelo operacional, concentra-se em avaliar os aspectos oferecidos pelas *variáveis intervenientes na leitura*, para caracterizar a *leitura jornalística* e proporcionar uma reflexão sobre o impacto de um suporte sobre a leitura. Ressalte-se que a esta tese se concentra no desenvolvimento de um modelo e na sua posterior verificação de aplicabilidade em situações de leitura ligadas ao aspecto do suporte (papel/tela), mas o modelo psicolinguístico de análise da *leitura jornalística*, por hipótese, poderia ser aplicado a outras circunstâncias da investigação.

### 5.1 O CARÁTER LINGUÍSTICO DE UMA LEITURA ESPECÍFICA

A partir de suas perspectivas conciliatórias e abrangentes para os estudos da linguagem, a Psicolinguística apresenta-se como uma ferramenta versátil de análise dos fenômenos de comunicação, incluindo nesse rol de objetos a *leitura jornalística*. Matrizes interativas, como as sugeridas por Jocelyne Giasson (2000) e Otilia Souza (2015), combinam os elementos dos movimentos *ascendente (bottom-up)* e *descendente (top-down)* da leitura, para compor modelos integracionistas, geralmente formados por uma triangulação entre [a] o leitor, [b] o texto e [c] o contexto. É a partir desta composição em três vértices que se vai propor, mais adiante, um modelo para a análise da *leitura jornalística*. Até mesmo as conceituações psicolinguísticas mais elementares a respeito do que ler significa, como a proposta por Isabel Solé (1998),

---

<sup>153</sup> A base teórica para o argumento foi apresentada no Capítulo 4 desta tese, sobretudo com o trabalho de Goodman (1991), mas também de outros autores da Psicolinguística.



contemplam esse caminho de interpretação, que prevê a tripla interação entre os elementos. Para Solé (1998), rerepresentando um conceito já introduzido no Capítulo 3, a leitura é “um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer [*obter uma informação pertinente para*<sup>154</sup>] os objetivos que guiam sua leitura” (p. 22). Ou seja, a leitura é relação, é processo, orientada por intenções, estratégias e procedimentos específicos, como os de natureza jornalística.

As estruturas textuais, os suportes/dispositivos, os *objetivos de leitura*, os recursos cognitivos e os *conhecimentos prévios*, conforme Solé (1998)<sup>155</sup>, incidem sobre a leitura, praticamente coincidindo com o modelo das *variáveis intervenientes na leitura*, proposto por Goodman (1991). O modelo psicolinguístico para a *leitura jornalística*, portanto, irá partir da conciliação processual proposta por estes esquemas, e o ponto de partida será entender aquilo que transcorre, de específico, quando o leitor lê um texto jornalístico, adotando-se como premissa que algo de particular sempre acontece. A noção de *jornalístico*, nesta tese, também será construída a partir da linguagem, na medida em que o objeto de investigação é a operação da leitura – ou seja, um objeto linguístico. Isso não significa negar as outras abordagens a respeito da atividade jornalística<sup>156</sup>, mas apenas circunscrever a perspectiva mais produtiva para os objetivos da presente investigação. Aliás, como destaca Mayra Rodrigues Gomes (2000), o aspecto da linguagem (em consequência, o da leitura, vale ressaltar, ainda que a autora não lhe faça uma referência direta) tem sido negligenciado nos estudos sobre o jornalismo:

Há algo negligenciado nas reflexões sobre jornalismo. Antes de registrar, informar, antes de ser colocado pelas condições que o caracterizam, por exemplo, periodicidade, universalidade, atualidade, difusão, categorias que nos são dadas por Otto Groth<sup>157</sup>, o jornalismo é ele próprio um fato de língua (GOMES, 2000, p. 19).

---

<sup>154</sup> Grifo no original.

<sup>155</sup> A concepção psicolinguística de Solé (1998) foi detalhada no Capítulo 3.

<sup>156</sup> O jornalismo, como fenômeno da comunicação, é objeto multidisciplinar, sujeito a uma série de possibilidades de observação, entre elas a Linguística e, nessa tese, a Psicolinguística.

<sup>157</sup> Pesquisador alemão, um dos pioneiros da caracterização do jornalismo, a partir de estudos em que ele fundamenta os principais traços da atividade, influenciado por uma concepção ideal weberiana e com o sentido de construir uma *ciência dos jornais* ou uma *ciência do jornalismo*. De acordo com Groth (2011), as características do jornalismo são periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade, sendo que elas não justificam sua existência apenas por uma força estritamente classificatória, mas por expressarem finalidades exigidas pela sociedade. São, assim, respostas funcionais e operacionais a necessidades sociais.

É como um *fato de língua*, portanto, que o aspecto jornalístico será sublinhado como ponto inicial da argumentação<sup>158</sup>. Assim, a linguagem jornalística – ou seja, o texto e as demais expressões objeto de uma leitura específica – cumpre uma determinada função, a de "organizar discursivamente, o que, aliás, é a prática jornalística por excelência" (GOMES, 2000, p. 19). O primeiro aspecto deste movimento de "organizar discursivamente" é o da [a] *função testemunhal*, como *confirmação* do pacto fundador da vida social, pois, como diz Gomes (2000, p. 20), "se o jornalismo se caracteriza pela periodicidade, essa periodicidade, como repetição que é, está sempre a serviço dessa reiteração, da recolocação do pacto social". A *função testemunhal* também é exercida pelo atributo da *vigilância*, que se soma à ideia anterior da confirmação, mas como uma espécie de contraponto aos poderes materializados pela língua em movimento e articulação. Ou seja, o jornalismo é tomado como observador (e fiscalizador) da vida social, por meio da linguagem e das formas de poder que ela expressa/embute. Assim, chega-se ao terceiro atributo, o *desenho e hierarquização do espaço social*, com a localização e a organização de importâncias, valores e temáticas da realidade.

O papel de "organizar discursivamente" a realidade social também é exercido pelo segundo aspecto, [b] o *testemunho do testemunho*. Isso porque os mecanismos de funcionamento da linguagem são originalmente imperfeitos<sup>159</sup> e exigem a formação de discursos sobre discursos, textos sobre textos, testemunhos sobre testemunhos, justamente para que se cumpram as exigências do discurso sobre a realidade. São essas exigências que asseguram a produção de um *efeito de realidade*, próprio do universo jornalístico e da sua estratégia de busca constante pela referencialidade. Assim, a linguagem jornalística, no entendimento da autora, proporciona uma espécie de esquecimento da ordem simbólica que lhe é inerente como *fato de língua*, para sublinhar apenas os traços de referencialidade, o "enaltecimento de um real como auto-suficiente, como não mediatizado, na suposição de pura concretude" (GOMES, 2000, p. 24). Por isso, como decorrência dessas imperfeições, o que a linguagem jornalística opera (como toda linguagem) é tão somente um *efeito de real*, materializado em uma série de estratégias textuais.

---

<sup>158</sup> Sem aprofundar a discussão a partir de outras abordagens teóricas a respeito dos fenômenos da linguagem, como as apresentadas no Capítulo 2.

<sup>159</sup> Como Gomes (2000) destaca, trata-se da dissimetria entre a ordem simbólica e o real/referente, um desencontro que está na natureza do funcionamento da linguagem e demanda movimentos permanentes da própria linguagem, visando a complementação da significação.

*Efeito de real* é o termo empregado por Barthes para designar o resultado das estratégias dos discursos realistas, aqueles que, na busca de testemunho para o seu testemunho, recorrem a uma realidade em cuja construção colaboram. Essa é a prática jornalística por excelência (GOMES, 2000, p. 27).

No fundo, está-se diante de uma *ilusão referencial*, de natureza simbólica, pois os próprios indicadores de realidade seriam sistemas de significação arbitrários, parciais e imperfeitos, que levam a escolhas, vieses e descontextualizações, com forte caráter subjetivo, porque opcionais. São três as *funções integrativas*<sup>160</sup> que operam a verossimilhança, com o objetivo de contornar essa limitação original da linguagem<sup>161</sup>, e produzir o *efeito de real*: [a] os *índices*, os "significantes que delineiam o caráter de uma personagem, sua identidade, atmosfera, estado de espírito" (GOMES, 2000, p. 25); [b] os *informantes*, os "significantes que servem para situar no espaço e no tempo" (GOMES, 2000, p.27); e [c] as *catálises*, a "função cronológica pela qual se operam a distensão e a compressão temporal presentes no tempo da narrativa" (GOMES, 2000, p.27). Por isso, na linguagem jornalística, os atributos da verossimilhança e da credibilidade (as construções) sobrepõem-se aos ideais da verdade e do verdadeiro. No fundo, esta pretensão que a caracteriza – a ambição à realidade – é a própria limitação da linguagem jornalística, como *fato de língua*. Ainda assim, e sem aprofundar a discussão teórico-discursiva decorrente, as considerações da autora sublinham e caracterizam os aspectos linguísticos da linguagem jornalística, abrindo caminho para uma reflexão sobre a *leitura jornalística*, tratando-a como uma operação de linguagem, no caso, a leitura.

Como lembra Alfredo Vizeu (2003), o reconhecimento dos limites e das formas de operação da linguagem jornalística colabora, inclusive, para a percepção do que é a notícia<sup>162</sup> e sobre como se movem os seus mecanismos peculiares de construção – entre eles os próprios critérios de noticiabilidade<sup>163</sup> – como um *discurso da atualidade*. É

---

<sup>160</sup> O conceito aparece em Roland Barthes (2004).

<sup>161</sup> Basicamente, o fato de que a linguagem, ainda que realista e mesmo que vinculada a uma tarefa de retratar o real – como ocorre com o Jornalismo – não é a realidade em si: é representação, é símbolo.

<sup>162</sup> Vizeu (2003) recupera a oposição entre os estudos que consideram a notícia como um *espelho da realidade* ou uma *representação da realidade*. Do ponto de vista da abordagem psicolinguística, que se debruça sobre as operações da linguagem, a segunda perspectiva, a da representação, é a mais adequada, como já visto na argumentação de Gomes (2000). Admite-se, aqui, que a referência à notícia não limita a aplicação do argumento aos demais tipos de texto jornalístico, mas o contrário.

<sup>163</sup> São os fatores que sustentam a noticiabilidade em um processo de produção de notícias. Vários autores apresentam formas de classificar as decisões que levam à produção de um determinado relato ou produto jornalístico, sendo a de Johan Galtung e Mari Ruge (1999) a mais utilizada, em torno da ideia de *valor-notícia*. A visão que esta tese assume sobre critérios de noticiabilidade está ligada aos estudos de Gislene Silva (2005).

uma abordagem que prepara o caminho para tratar o texto jornalístico a partir da perspectiva da enunciação e das funções que o Jornalismo cumpre na sociedade, do ponto de vista linguístico, no tocante à audiência, como um fator de constituição da realidade:

Entendemos que a construção da notícia não se reduz a uma mera técnica, à simples mobilização de regras e normas fornecidas pelos manuais de redação ou aprendidas no desempenho da atividade profissional. Acreditamos que tal ponto de vista desconhece a dimensão simbólica do trabalho jornalístico. Consideramos que é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem discursos. E é no interior do próprio processo discursivo, por meio de múltiplas operações articuladas pelos processos da própria linguagem, que a audiência é construída antecipadamente (VIZEU, 2003, p. 108).

A enunciação jornalística produz o que Vizeu (2003) chama de *efeito de reconhecimento*, que cumpre um papel específico na apreensão e na compreensão do conteúdo pela audiência. Ou seja: o discurso jornalístico circula com marcas nítidas, porque reconhecíveis, da sua própria caracterização e fruição posterior. Mais do que percebidas pelo público, estas evidências enunciativas organizam até mesmo a formação do público pelo funcionamento da linguagem, sendo que a leitura é uma etapa crucial do fenômeno, pois se refere ao momento do contato texto-leitor. Estes efeitos são produzidos por raciocínios, expressos nos textos, e por cadeias articuladas de razões, que promovem um determinado tipo de percepção que também é específica das formas jornalísticas de toda a ordem, como notícias, reportagens, artigos ou editoriais, entre outras. Vizeu (2003) lista os efeitos característicos gerados pela enunciação jornalística:

[a] anunciar, dizer o que aconteceu ou vai acontecer, podendo ser um fato ou uma declaração;

[b] descrever, o que é "relatar as etapas de um fato, com suas circunstâncias; os passos de um personagem, com seus comportamentos, atitudes, declarações ou proposições, ou o quadro de uma situação, com os diversos aspectos envolvidos" (VIZEU, 2003, p. 115);

[c] demonstrar, atestando a relevância, a validade ou a veracidade daquilo que foi anunciado ou descrito em uma enunciação jornalística;

[d] argumentar, orientando as inferências provocadas pelo discurso jornalístico;

[e] persuadir, com o objetivo de provocar algum convencimento a respeito do relato, sobretudo em relação a sua importância e veracidade, dois atributos jornalísticos característicos.

Vale ainda, nesta concepção do autor, destacar mais uma vez o aspecto interativo da formulação de um processo que se afirma pela articulação entre dois polos, o da emissão (no caso em análise, as reportagens em *longform journalism*, em papel ou na tela de um celular) e o da recepção (o leitor). Assim, a leitura colabora para organizar e demarcar a recepção das enunciações jornalísticas, a partir dos efeitos enunciativos de anunciar, descrever, demonstrar, argumentar e persuadir a respeito da realidade, como sustenta Vizeu (2003):

É nesse processo que a recepção é construída, mediante um conjunto de regras e de instruções construídas pelo campo da produção, para serem seguidas pelo campo da recepção (audiência), condição por meio da qual ele se insere no sistema interativo proposto e pelo qual ele é reconhecido e, conseqüentemente, se reconhece como tal. A recepção não pode ser definida apenas pelos estudos que as estratégias de marketing propõem para ajudar as empresas jornalísticas a construir o mercado. É claro que traços e características sociais identificados pelos institutos de pesquisa orientam as organizações a construir o mercado e um perfil da audiência. Entretanto, entendemos, que a recepção é construída na própria economia enunciativa (VIZEU, 2003, p. 115).

Dando prosseguimento à caracterização da *leitura jornalística*, os diversos tipos de texto jornalísticos configuram um modo de ler específico, com uma estratégia de leitura determinada, na linha do proposto por Graça Paulino e outros (2001, p.45): "cada um desses textos [*do jornal*] pede uma diferente estratégia de leitura porque foi construído com objetivos diferentes, visando, muitas vezes, a públicos diversificados". Ou seja, há uma correlação processual entre as [a] estruturas textuais, os [b] objetivos que conduzem a leitura e as [c] características específicas de um modo de ler como o jornalístico. Este é o alicerce linguístico para o modelo psicolinguístico-jornalístico que será proposto.

## 5.2 O CARÁTER JORNALÍSTICO DE UMA LEITURA ESPECÍFICA

Como um dos eixos desta tese é pensar, por hipótese, a natureza de um modo de ler específico – ou seja, a *leitura jornalística* – é útil construir uma fundamentação de base jornalística que trace distinções possíveis em relação a outros modos de leitura, ainda que não de maneira exaustiva. Fenômeno de Comunicação, o Jornalismo também pode ser visto a partir de diversos prismas teórico-metodológicos, experimentando os mesmos desafios compreensivos do campo em que está inserido.

Atividade humana e técnica, a comunicação demanda algum grau de delimitação para que se investigue suas particularidades. Francisco Rüdiger (2011) salienta, inclusive, a propriedade de reconhecer a diferença entre comunicação como [a] expressão da interação humana – sujeita, portanto, a interpretações amparadas por teorias sociais e procedimentos filosóficos, que salientem suas diversas e complexas imbricações, inclusive as de amplitude histórica – e comunicação como [b] modos e técnicas de circulação da informação pública, cujo estudo o autor designa, recuperando uma tradição alemã de análise, como *Publicística*, no qual se inserem, por exemplo, as investigações sobre Jornalismo.

Assim, a *Publicística*, na medida em que se apresenta como estudo da mídia, "não é uma ciência, mas um conjunto de saberes, de natureza multidisciplinar, cujos métodos de análise não têm qualquer especificidade, [pois] foram desenvolvidos pelos diversos ramos do conhecimento" (RÜDIGER, 2011, p. 8). Na mesma linha argumentativa, a comunicação, apesar da forma avassaladora com que invadiu inúmeras dimensões da vida individual e coletiva na contemporaneidade, "não é uma disciplina, mas um campo de saber, que se revela cada vez mais indisciplinado" (p. 140)<sup>164</sup>. O autor aponta, ainda, os riscos epistemológicos e interpretativos de uma separação artificial entre comunicação social e comunicação midiada, dado que a "comunicação precisa ser vista como um processo social primário, com relação ao qual os chamados meios de comunicação de massa são simplesmente a mediação tecnológica" (RÜDIGER, 2011, p. 16). Em geral, a palavra *comunicação*

tende a ser definida pelos meios, pelo usos e pelas aplicações: remete a uma multiplicidade de territórios raramente explicitada ou coerente entre si, servindo de passarela para várias disciplinas, que tratam-na com enfoques na maioria das vezes divergentes, acentuados quando passamos das ciências humanas para as naturais. No limite, a expressão não designa mais nada, transformando-se em simples rótulo, posto em um campo de estudos disciplinares multidisciplinar, para o qual convergem ou se confrontam os mais diversos projetos de pesquisa (RÜDIGER, 2011, p.8).

Autores que se debruçam sobre a história do pensamento a respeito da comunicação, como Armand Mattelart e Michéle Mattelart (1999), Dominique Wolton

---

<sup>164</sup> É valiosa a lembrança feita por Rüdiger (2011) quanto à ideia de uma certa indisciplina, que se manifesta mais em função da amplitude das possibilidades de observação do que como uma forma de qualificar uma eventual insuficiência metodológica. É possível olhar os fenômenos da comunicação pelas lentes da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, da Ciência Política, da Economia, da Filosofia, da Administração, da Linguística – enfim, inúmeras alternativas não excludentes. A diversidade, no entanto, está longe de significar superficialidade.

(2004), Mauro Wolf (2008) e Denis McQuail (2013)<sup>165</sup>, caminham na mesma direção do argumento de Rüdiger (2011) sobre a complexidade dos estudos comunicacionais. Mattelart e Mattelart (1999) falam em inúmeras clivagens e na insuficiência das escolas formais de estudo para darem conta do alcance da multiplicidade de sentidos e racionalidades que a comunicação provoca e reivindica.

A forma como Wolton (2004) associa a comunicação ao próprio desenvolvimento das sociedades e ao *status* atual da vida social, o da modernidade, é um sinal. Sua visão do campo coloca a comunicação no centro tanto da cultura ocidental quanto da sociedade democrática. Sua amplitude de investigação, portanto, é interdisciplinar, envolvendo temas verticais e questões transversais. Entre os três polos de investigação<sup>166</sup> que identifica, Wolton (2004) destaca o das interfaces com a neurociência, no qual insere a Psicolinguística, que concentra os estudos da comunicação em relação ao "cérebro, tanto em nível da percepção, quando em nível da memória, do tratamento das informações e da linguagem" (WOLTON, 2004, p. 483).

Wolf (2008) lembra que as investigações sobre comunicação foram se moldando aos problemas práticos que surgiam, inclusive em função do desenvolvimento tecnológico, que sempre desafiou a relação entre seres humanos e dispositivos técnicos comunicacionais. Marshall McLuhan (2007) é um marco desse esforço de compreensão, como visto no Capítulo 4, a partir da ideia dos meios como extensão do homem. Para Wolf (2008), o próprio reconhecimento da amplitude epistemológica da pesquisa sobre a mídia e suas implicações consiste em "uma das linhas que unificam o setor" (p. 12). Ou seja, a diversidade de alternativas é traço distintivo, característico, ainda que haja inúmeras divergências e afastamentos. Por fim, nessa breve reflexão a respeito da permanente demanda pela interdisciplinaridade da comunicação, McQuail (2013) também sublinha a camada adicional de complexidade colocada pela tecnologia, "que confundiu as fronteiras entre comunicação pública e privada e entre comunicação de massa e interpessoal. Hoje, é impossível encontrar qualquer definição consensual única de uma *ciência da comunicação*" (McQUAIL, 2013, p. 24-25)<sup>167</sup>.

---

<sup>165</sup> A lista de autores realmente é extensa. Aqui se optou apenas por alguns dos mais citados, que de alguma forma embasam uma determinada trajetória pessoal de reflexão.

<sup>166</sup> Os outros dois polos listados por Wolton (2004) são os [a] da interface com as ciências cognitivas e das ciências da engenharia – no qual o foco está na interação homem-máquina – e o [b] das ciências humanas e sociais, em que as condições de aceitação e recusa dos meios, além dos desdobramentos sobre os mecanismos de poder e hierarquia social decorrentes das interações, são investigados.

<sup>167</sup> Grifo do autor.

O jornalismo também é objeto de estudo multifacetado, que pode ser visto a partir de inúmeras perspectivas, exatamente como acontece com a comunicação, com quem compartilha dificuldades interpretativas. Nelson Traquina (2001) alerta para o fato de os estudos sobre jornalismo poderem ser confundidos com os estudos da mídia, porque as questões do jornalismo são específicas – como aquelas relacionadas às mudanças nos padrões de leitura em função do suporte – ainda que estejam contidas na investigação sobre a mídia. Diversas tradições de investigação<sup>168</sup> fixaram focos de pesquisa e afirmaram teorias<sup>169</sup> em múltiplas direções, para compreender, por exemplo, o poder do jornalismo nas sociedades, a influência dos conteúdos sobre o público, as características dos seus modos de operação e produção, entre outras. Adriana Barsotti (2014) destaca que as preocupações de Nelson Traquina acerca da natureza da produção e do consumo de notícias – resumida pelo questionamento presente no subtítulo de uma das obras de Traquina (2005), "por que as notícias são como são" – ajudam a compreender os diversos caminhos teóricos seguidos, muitas vezes de maneira inconclusiva, diante da complexidade da atividade. São, no fundo, linhas de análise que não "se excluem mutuamente, ou seja, não são necessariamente independentes umas das outras" (BARSOTTI, 2014, p. 116).

Diante do leque de alternativas, portanto, todas com suas razões e propriedades metodológicas, vale seguir uma pista de caracterização do jornalismo por meio de aspectos textuais. Jean Charron e Jean de Bonville (2016) definem o jornalismo "como uma prática de comunicação que se materializa nos textos" (p. 185). No seu trabalho, a dupla de autores busca analisar as transformações do jornalismo em termos paradigmáticos, com foco na construção de tipos ideais, e conduzindo seu procedimento de pesquisa aproximando-se dos estudos da linguagem. Para eles, "os tipos de jornalismo construídos visam, portanto, à análise das transformações do jornalismo como prática observável de produção textual" (CHARRON; DE BONVILLE,

---

<sup>168</sup> Adriana Barsotti (2014) faz uma lista abrangente das perspectivas (mais teorias que escolas), que procuraram oferecer, ao longo da pesquisa, sobretudo no século 20, uma interpretação sobre o funcionamento, o alcance ou os efeitos do jornalismo: a teoria do espelho e a afirmação da objetividade jornalística; a teoria do *gatekeeper* e o questionamento da objetividade; as teorias dos constrangimentos organizações, que indicaram a influência dos ambientes e dos sistemas de produção; a teoria do *newsmaking* e o argumento do jornalismo como construtor social da realidade; as teorias da noticiabilidade; a teoria do agendamento, que propõe um peso específico para o jornalismo como propositor da agenda pública; e a teoria do *gatematching*, compatível como uma lógica de explicação da atividade a partir do ecossistema digital.

<sup>169</sup> Traquina (2005) questiona se o jornalismo pode ser visto a partir de teorias ou é observado apenas por meio de explicações plausíveis a respeito dos seus modos de funcionamento. O debate sobre a pertinência e a força teórica das chamadas Teorias do Jornalismo está longe de ser esgotado.



2016, p. 186). Assim, imaginando-se a possibilidade de estabelecer uma tipologia do jornalismo – uma caracterização com perfis distintos para efeitos de análise – a partir de aspectos textuais, por dedução, é possível afirmar que a tipificação se consolida por qualquer um dos polos da relação escrita-leitura.

Tomando como referência as funções da linguagem, como pensadas por Roman Jakobson<sup>170</sup>, Charron e De Bonville (2016) identificam quatro *tipos ideais*<sup>171</sup>, com determinadas funções de linguagem dominantes. O [a] *jornalismo de comunicação*, em que todas as funções da linguagem são requisitadas; o [b] *jornalismo de informação*, em que o referente, o mundo observável, predomina; o [c] *jornalismo de opinião*, em que a função expressiva prevalece; e, por último, o [d] *jornalismo de transmissão*, em que a prática discursiva se consolida independentemente das opções discursivas do jornalista. Os *tipos ideais* elencados pelos autores estão ancorados em um determinado conceito de jornalismo:

Consideramos o jornalismo uma prática discursiva que tem por objeto as questões públicas. A existência dessa prática discursiva pode ser estabelecida de diversas maneiras: pela observação dos que a reivindicam como sua, pela análise do discurso dessa prática e, enfim, a partir dos seus traços nos *textos jornalísticos*<sup>172</sup>. Se, como sugerimos, o jornalismo se define como um conjunto de regras e de convenções interiorizadas pelos jornalistas, que explicam a coerência dessa prática discursiva no tempo e no espaço, então, seja qual for o método escolhido para estabelecê-las e interpretá-las, só se tem acesso a elas, indiretamente, por inferência (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 186).

No procedimento de caracterização dos tipos ideais de jornalismo, Charron e De Bonville (2016) apostam em duas dimensões, entre inúmeras possibilidades de análise, como fonte dos elementos de distinção, que poderiam ser inferidos por meio das construções textuais (verbais e não verbais): o [a] aspecto realista do discurso jornalístico – o *efeito de real* – e o seu [b] modo de enunciação. Na primeira dimensão, o jornalismo se apresenta como uma prática estruturada de representação da realidade. Na segunda, exhibe sua face discursiva, em atos de enunciação que se materializam nos textos submetidos à leitura.

---

<sup>170</sup> Em Jakobson (1987), o autor apresenta seis funções para a linguagem. Cada uma delas se concentra em um dos polos da comunicação, conforme o esquema básico do fluxo. A função emotiva é focada no remetente. A conativa, no destinatário. A referencial, no contexto em que ocorre a comunicação. A fática ao contato ou canal. A metalinguística, à linguagem usada para a troca. A poética, para a mensagem em si mesma.

<sup>171</sup> A definição a partir de atributos dos discurso – comunicação, informação, opinião e transmissão – não é casual, pelo contrário, é essencial à perspectiva de Charron e De Bonville (2016), que consideram o jornalismo, antes de mais nada, uma prática discursiva. Estes tipos ideais embasam a abordagem dos autores e delinham os paradigmas jornalísticos com os quais analisam as transformações e as características da atividade.

<sup>172</sup> Grifo do autor.

A segunda dimensão, de uma certa forma, já foi tratada na seção anterior deste capítulo, quando o caráter linguístico da *leitura jornalística* mereceu análise. Em relação à especificidade do realismo jornalístico, vale dizer que ao jornalismo é imposta, de um ponto de vista ideal, a obrigatoriedade de reconstruir fielmente o real, de um modo que outros tipos de expressão não precisam, com o objetivo de dar a “todos os agentes sociais engajados em sua produção, jornalistas, fontes de informação, anunciantes – e leitores – a convicção do real” (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 186). Portanto, o caráter jornalístico de um determinado conteúdo também é definido pela postura e percepção do leitor diante do grau de realidade percebido:

Essa imposição está profundamente ancorada na própria instituição midiática, nas estruturas de coleta e tratamento de informação, nos recursos materiais importantes colocados a serviço dessas operações; ela deixa sua marca até nos esquemas cognitivos dos agentes engajados na produção do jornalismo. Se a convicção de veracidade se dissipasse, não haveria mais razão para dedicar tais recursos, desgastar-se na produção de um discurso cujo referente se volatiliza (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 188).

O jornalismo diferencia-se de outros discursos comprometidos com os relatos sobre a realidade – como o político e o religioso – em função de alguns aspectos, como argumentam Charron e De Bonville (2016):

[a] pelo quadro institucional e midiático em que o jornalismo é produzido: o conjunto de circunstâncias organizacionais e institucionais que configuram a atividade;

[b] pela relação que instaura com as noções de tempo: a sua periodicidade, ou seja, a forma peculiar e concreta com que se relaciona e é condicionado pelos parâmetros temporais;

[c] pelo seu conteúdo (o senso comum, as situações concretas de interesse à vida coletiva): o relato sobre a vida cotidiana que organiza; e

[d] pela adesão, mais ou menos limitada, de acordo com o tipo ideal de jornalismo, às aparências de real: a forma particular e peculiar com que manobra os artifícios de captação e expressão de realidade.

O caráter discursivo da relação do jornalismo com a realidade – novamente, o *efeito de real* – será, portanto, o ponto de partida para a identificação do que é especificamente jornalístico na conceituação da *leitura jornalística*. A argumentação, até aqui, teve como objetivo sinalizar que essa era uma das possibilidades de demarcação, em face da multiplicidade de caminhos disponíveis nos estudos de Comunicação e Jornalismo. Márcia Benetti (2008), ao comentar o trabalho de Patrick

Charaudeau, afirma que o jornalismo é um discurso que só se manifesta enquanto tal se os interlocutores – no caso, os leitores – admitirem "as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero" (BENETTI, 2008, p. 19).

Esse contato direto regido por um acordo prévio, aceito pelas partes envolvidas, é o que Charaudeau (2013) chama de *contrato de comunicação*, sempre guiado por determinadas condições. É um quadro de referência no qual os participantes da troca depositam confiança para alcançar o resultado em situações específicas de comunicação. Trata-se do fenômeno da *cointencionalidade*, por meio do qual os dois polos reconhecem seus limites e colocam-se como capazes de cumprir uma dada função, no caso, as derivadas das circunstâncias jornalísticas. São essas condições que irão oferecer a caracterização do aspecto jornalístico do tipo de leitura observada. Elas emanam da situação específica da troca, os *dados externos*, e os propriamente discursivos, os *dados internos*. Conforme Charaudeau (2013), os *dados externos*

são aqueles que, no campo de uma prática social determinada, são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permaneceram estáveis por um determinado período; além disso, essas constantes e essas regularidades são confirmadas por discursos de representação que lhes atribuem valores e determinam assim o quadro convencional no qual os atos de linguagem fazem sentido (CHARAUDEAU, 2013, p. 68).

A própria história da leitura, detalhada no Capítulo 2, é uma evidência do papel dos *dados externos* na configuração das situações concretas que caracterizam os atos de leitura e incidem sobre a produção de sentido. Charaudeau (2013) enumera quatro condições, consideradas *categorias de composição* dos *dados externos* do contrato de comunicação: [a] *condições de identidade*, [b] *condições de propósito*, [c] *condições de dispositivo* e [d] *condições de finalidade*. De forma bastante resumida, as *condições de identidade* são os traços identitários, presentes no ato de troca, e que podem ser resumidos pelas perguntas "quem troca com quem?" e "quem fala/escreve a quem?". Já as *condições de propósito* referem-se ao domínio de saber que envolve o ato de troca, o *macrotema* que ambienta a interlocução a ponto de, se for desconsiderado, esvaziar os efeitos do discurso. Pode ser revelado pela resposta à pergunta "do que se trata?".

Duas dessas condições externas do contrato de comunicação interessam de uma maneira mais próxima à caracterização da *leitura jornalística*, a *condição de*

*dispositivo* e a *condição de finalidade*. A *condição de dispositivo* remete à reflexão sobre a transposição de suporte, do papel para a tela de um celular, por exemplo, pois se trata de condição que leva um ato de comunicação (aqui, um ato jornalístico) a ocorrer de uma maneira particular, por conta das "circunstâncias materiais em que se desenvolve" (CHARAUDEAU, 2013, p. 70). É o elemento que organiza o quadro topológico da troca enunciativa (jornalística). A *condição de dispositivo* evidencia-se a partir de respostas à pergunta "em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?" (p. 70). Assim, trata-se de uma condição que oferece a possibilidade de pensar variações de acordo com o suporte em que o ato de jornalismo, de natureza enunciativa, transcorre.

Por fim, a *condição de finalidade* será utilizada para fixar as características particularmente jornalísticas do tipo de leitura sob investigação. Para Charaudeau (2013),

a *finalidade*<sup>173</sup> é a condição que requer que todo o ato de linguagem seja organizado em função de um objetivo. Ela se define através da expectativa de sentido em que se baseia a troca, expectativa de sentido que deve permitir responder à pergunta: "estamos aqui para dizer o que?" (p.69).

*Visada* é como o autor denomina a resposta à pergunta essencial a respeito da *finalidade*. O contrato de comunicação midiática, portanto, mobiliza duas *visadas*, em permanente tensão: [a] a visada de *fazer saber*, própria do universo da informação, que expõe o cidadão a uma lógica cívica de manter-se informado e [b] a visada do *fazer sentir*, ou de captação, para seduzir o interlocutor (leitor), tema crucial no contexto de excesso informativo e de crise de atenção que marca a comunicação contemporânea. No contrato de informação, que norteia a atividade jornalística, a finalidade do *fazer saber* é a que domina<sup>174</sup>, pois ela está ligada a um atributo de verdade, uma das pretensões mais caras ao ideal do jornalismo, como se verá seguir. De acordo com Charaudeau (2013), ela "supõe que o mundo tenha uma existência em si e seja reportado com seriedade numa cena de significação credível" (p. 87).

O autor indica que dois tipos de atividades languageiras, a *descrição-narração* e a *explicação*, buscam concretizar a visada do *fazer saber*, mostrando aos cidadãos o

---

<sup>173</sup> Grifo do autor.

<sup>174</sup> As mesmas *visadas* caracterizam o contrato publicitário de comunicação, porém, conforme Charaudeau (2013), nele, as prioridades estão invertidas ou dosadas de maneira distinta: o *fazer sentir* prevalece sobre o *fazer saber*.

que aconteceu ou o que está acontecendo. As duas atividades se alinham aos *tipos de texto*, a *variável interveniente na leitura*, mais adiante detalhada a partir das concepções das sequências tipológicas de Jean-Michel Adam (2019). Nos dois tipos, a questão da verdade ganha uma centralidade, reproduzindo uma inquietação que é própria, a respeito do verdadeiro e do falso, em outras áreas de conhecimento, como a Filosofia. Do ponto de vista linguístico, o que está em jogo, de acordo com Charaudeau (2013), é como significar o verdadeiro e o falso, algo que pertence às concepções mais elementares sobre o jornalismo.

Os atos linguísticos encarregados de pavimentar o acesso ao que pode ser percebido como verdadeiro, uma das atribuições ideais do jornalismo, recorrem a procedimentos que operam por meio de oposições: dizer a verdade seria dizer o que é *exato*; já o oposto seria dizer o *erro*. O verdadeiro seria dizer o que *efetivamente aconteceu*; o falso seria *inventar o que teria acontecido*. O verdadeiro prova e *revela a intenção oculta*; o falso fornece explicações sem provas e *mascara intenções*. Ou seja, a partir deste ponto de vista, há procedimentos discursivos capazes de criar uma coincidência possível entre o que é dito (discurso) e os fatos da vida social (realidade), exteriores à linguagem. Como uma espécie de segunda camada de credibilidade, essa coincidência entre o dito e os fatos da vida social também precisa ser verificável pela percepção humana, um problema que está no centro do leque de atribuições do jornalismo, desafiando-o cotidianamente:

No discurso de informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das *condições de veracidade*<sup>175</sup>. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas (CHARAUDEAU, 2013, p. 88).

Fatos autenticados, descrições verossímeis, reconhecimento de causas e explicações justificáveis podem, então, ser tomados como resultado de *condições de finalidade* endereçadas à audiência (ao leitor), quando se está em meio a uma troca discursiva regida por um contrato de comunicação de natureza jornalística. Lia Seixas (2013) recomenda que reflexões sobre propósitos e finalidades de contratos de comunicação sejam acopladas ao pensamento que o próprio jornalismo esboça sobre as suas finalidades. Um exemplo, usado pela autora, para justificar sua recomendação, é o trabalho de Michael Schudson (2008). Estudioso do papel do jornalismo em

---

<sup>175</sup> Grifo do autor.

sociedades democráticas, o autor elabora uma lista com seis funções que se espera que o jornalismo cumpra: [a] informar de maneira justa e completa; [b] investigar fontes com poder concentrado; [c] interpretar de forma coerente um mundo complexo; [d] gerar empatia em relação a outras vidas e outros pontos de vista; [e] ser um fórum público para o debate dos temas de interesse social; e [f] mobilizar as pessoas em torno de determinadas perspectivas e programas. É preciso dizer, sobre as funções elencadas por Schudson (2008), que elas não se manifestam de maneira homogênea: elas se reforçam, neutralizam-se ou complementam-se, de acordo com épocas, lugares, sociedades e sistemas midiáticos.

Com o objetivo de aperfeiçoar a concepção conceitual sobre a especificidade do jornalismo – lembrando a questão da diversidade teórico-metodológica já mencionada – recorre-se ao trabalho de Gisele Reginato (2016). A autora sistematizou uma extensa referência de autores a respeito das *finalidades do jornalismo*<sup>176</sup>, inclusive incorporando as ideias de Schudson (2008), a partir da qual propõe um cruzamento de percepções com três perfis de sujeitos: [a] os veículos, [b] os jornalistas e [c] os leitores. Como argumenta Reginato (2016), a partir da pergunta engatilhada pela *condição de finalidade* – "estamos aqui para dizer o quê?" – é possível pensar o que leva o leitor a criar expectativas discursivas e fazer exigências sobre o jornalismo. Para ela, "é a finalidade que rege o contrato de comunicação, que faz o jornalismo ser jornalismo" (p. 215). A lista de 12 finalidades, proposta por Reginato (2016, p. 214), fixa um quadro, a partir de uma reflexão teórica e da ponderação a respeito do que dizem veículos, leitores e jornalistas, para compreender o que existe de jornalístico no tipo de leitura analisado por essa tese:

- [a] informar de modo qualificado;
- [b] investigar;
- [c] verificar a veracidade das informações;
- [d] interpretar e analisar a realidade;
- [e] fazer a mediação entre os fatos e o leitor;
- [f] selecionar o que é relevante;

---

<sup>176</sup> É inevitável destacar a proximidade entre a ideia de *finalidade* e a de *objetivo de leitura*, uma das variáveis intervenientes que serve de referencial teórico-metodológico, para pensar a *leitura jornalística*. Entre os pontos de sintonia, está a variedade de possibilidades de caracterização. Como alerta Solé (1998, p. 93), os "objetivos dos leitores com relação a um texto podem ser muito variados, e ainda que os enumerássemos nunca poderíamos pretender que nossa lista fosse exaustiva: haverá tantos objetivos como leitores". O mesmo tipo de variedade é encontrado em descrições sobre as *finalidades do jornalismo*.

- [g] registrar a história e construir memória;
- [h] ajudar a entender o mundo contemporâneo;
- [i] integrar e mobilizar as pessoas;
- [j] defender o cidadão;
- [k] fiscalizar o poder e fortalecer a democracia;
- [l] esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.

Conforme Reginato (2016), são essas finalidades que reiteram os vínculos do público com um contrato de comunicação específico, o jornalístico. A título de ilustração e complemento à caracterização de Reginato (2016), o trabalho de Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2001) indica uma linha de percepção a respeito da expectativa em relação ao jornalismo. De acordo com os autores, as notícias – mas é lícito dizer que também as reportagens e os trabalhos jornalísticos em formato longo, com combinação de linguagens – satisfazem um impulso humano básico: saber o que se passa para além da experiência direta (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001, p. 5). Eles chamam esse impulso, que modula as próprias *finalidades do jornalismo*, de *instinto do conhecimento*, que ajuda a [a] definir a comunidade e a [b] criar uma linguagem e conhecimento comuns, com base na realidade. O jornalismo seria, assim, simplesmente o sistema concebido pelas sociedades para fornecer estas informações, guiado por princípios basilares imutáveis que sempre estiveram presentes, ao largo de variâncias econômicas, sociais e tecnológicas. A técnica, por exemplo, não altera um dos fundamentos da relação: a exigência de verificação.

Estes princípios Kovach e Rosenstiel consideram os *elementos do jornalismo*:

A finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, nem pelos jornalistas ou pelas técnicas que estes empregam. Conforme demonstraremos, os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por algo mais básico – a função que as notícias desempenham na vida das pessoas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001, p. 15).

Do ponto de vista dos autores, são nove os *elementos do jornalismo*, princípios que norteiam a relação do jornalismo com os seus públicos, uma relação que se consubstancia prioritariamente por meio da linguagem e dos formatos. Como apresentam sua lista de maneira prescritiva, Kovach e Rosenstiel (2001) não incluem a imparcialidade e o equilíbrio, pois os consideram vagos e neutros, incapazes de expressar uma força distintiva que caracterize o jornalismo. Para eles, os *elementos do jornalismo* seriam:

- [a] Buscar a verdade funcional;

- [b] Guardar lealdade com os cidadãos;
- [c] Disciplinar para a verificação;
- [d] Manter independência em relação àqueles a quem cobre;
- [e] Ser monitor independente do poder;
- [f] Ser crítico e ter compromisso público;
- [g] Valorizar o significativo de forma interessante e relevante;
- [h] Ser compreensível e proporcional;
- [i] Ter liberdade de consciência por parte dos jornalistas.

Retomando a noção de *dados externos*, de Charaudeau (2013), apresentada anteriormente, os *elementos do jornalismo*, de Kovach e Rosenstiel (2001), operam, no campo de uma prática social determinada, como é o jornalismo, como "regularidades comportamentais" (CHARAUDEAU, 2013, p. 68). São elas que marcam as trocas estáveis e constantes do *contrato de comunicação* específico do jornalismo, a ponto de configurar o quadro convencional no qual um ato linguístico-jornalístico opera seus mecanismos de produção de sentido. Como visto em Kovach e Rosenstiel (2001), as regularidades jornalísticas, expressas pelos *elementos*, em síntese, desencadeiam expectativas do [a] leitor quanto ao [b] texto, em um [c] contexto determinado. Como se verá adiante, o cerne do processamento da leitura e da compreensão leitora, na perspectiva psicolinguística, também passa pelo tripé leitor-texto-contexto.

Seixas (2013) especula a possibilidade de associar os estudos de jornalismo às análises sobre gêneros jornalísticos e suas expressões textuais. Para isso, levanta categorias jornalísticas que caracterizam a atividade e busca relacioná-las como propriedades capazes de conformar a *finalidade do jornalismo* e a sua expressão em gêneros identificáveis pela audiência. A primeira categoria é a *instantaneidade*. Dado que o jornalismo se justifica como uma forma de conhecimento sobre a realidade atual (PARK, 1972; MEDITSCH, 1997), a *instantaneidade* é mais do que uma característica: ela baliza o conceito de *atualidade*, outra propriedade (GROTH, 2011)<sup>177</sup>, que colabora com as configurações específicas caracterizadoras do jornalismo.

Conforme Seixas (2013), a *instantaneidade* é a percepção temporal provocada pelo intervalo de tempo entre a ocorrência de um fato e a publicação de um relato. Por isso, na medida em que se apresenta como condição de produção, entra em sintonia,

---

<sup>177</sup> De acordo com Groth (2011), as características do jornalismo são periodicidade, universalidade, atualidade e publicidade.



não só com o gênero jornalístico escolhido para enquadrar o relato sobre a realidade – "no tempo da composição discursiva" (p. 169) – como alimenta as decisões tomadas a respeito da produção do relato jornalístico. Portanto, também se conecta com as tipologias produzidas para pensar os *critérios de noticiabilidade* ou os *valores-notícia*, como expressos, entre outros autores<sup>178</sup>, por Gaye Tuchman (1980) e Johan Galtung e Mari Ruge (1999)<sup>179</sup>. Tuchman (1980), por exemplo, associa o tipo de relato jornalístico à rotina de ocorrência, ou seja, à forma como traduz a relação com os aspectos temporais: [a] *hard news*, para os acontecimentos inesperados; [b] *developing news* para os acontecimentos em desenvolvimento; e [c] *continuing news* nos casos de acontecimentos contínuos e predeterminados. Ou seja, os acontecimentos emanam atributos identificáveis que, de alguma maneira, condicionam as sequências textuais produzidas para retratá-los.

Por fim, Seixas (2013) entende que a *periodicidade*, da forma como enxergada por Groth (2011), também é uma propriedade intrínseca ao jornalismo, já que modula a relação com a audiência. A *periodicidade* sinaliza o período da relação com a audiência, determinando a eventual constância e o hábito de consumo (leitura). Trata-se, portanto, de mais um traço das condições de produção específicas do jornalismo, que pode inclusive determinar os gêneros jornalísticos escolhidos e adotados para produzir um relato sobre a realidade. Mesmo sendo uma característica intrínseca ao produto, cumpre um papel mais amplo, ligado à própria caracterização do jornalismo. É uma variável da mídia, que pode ser expressa, ou não, perceptível ou não, como ocorre nas modalidades de jornalismo digital e sua multitemporalidade. Ainda assim, apresenta-se como um elemento de organização do consumo e capaz de configurar a relação público-jornalismo.

Aproximando ainda mais a caracterização da *leitura jornalística* das análises discursivas, os *contratos de leitura*, como formulados por Eliseo Verón (1978 e 1983, apud FERREIRA, 2003) reúnem as condições compreensivas para entender o contexto completo do processamento da leitura. Para Verón (1978), o discurso midiático é

---

<sup>178</sup> Sistematizados por Gislene Silva (2005), em uma obra na qual procura sistematizar as diversas concepções a respeito dos critérios de noticiabilidade.

<sup>179</sup> É comum situar o estudo de Galtung e Ruge (1999), originalmente elaborado em 1965, como a reflexão pioneira sobre *valores-notícia*. Os autores enumeram 12 valores: [a] frequência relativa à duração do acontecimento; [b] amplitude do evento; [c] clareza ou falta de ambiguidade; [d] significância; [e] consonância; [f] inesperado; [g] continuidade; [h] composição, que envolve a necessidade de equilíbrio nas notícias; [i] referência a nações de elite; [j] referência a pessoas de elite; e [k] personalização.

constituído de "lugares para investimento de sentido" por parte do leitor: a linguagem propriamente dita, as imagens, as relações espaciais oferecidas pelo *design* e pelo suporte, por exemplo. Analisar um determinado discurso, portanto, é um procedimento sempre comparativo, justamente em função da profusão de variáveis, organizadas a partir de uma recorrente economia de funcionamento, que lhe é própria e confere identidade:

Um conjunto discursivo é apreendido a partir de duas diferentes instâncias: a instância de produção e a instância de reconhecimento. O conjunto complexo de regras, que compõe estas duas instâncias discursivas, forma as gramáticas de produção e de reconhecimento, e estas designam, por sua vez, as operações que permitem descrever os constrangimentos do engendramento de sentido e os resultados que possibilitaram uma certa leitura (que nada mais é do que uma outra produção discursiva) (FERREIRA, 2003, p. 4).

Esta "certa leitura", de que fala Giovandro Ferreira (2003), e em sintonia com os demais argumentos apresentados, decorrente tanto da gramática de produção, quanto da gramática do reconhecimento, subsidia a ideia de que é possível, sim, pensar o jornalístico como algo que pode ser específico no interior do fenômeno complexo e global da leitura. Juntos, a produção e o reconhecimento – jornalísticos – formam as *invariantes referenciais*, que dão identidade ao discurso e constituem os elos que ligam um suporte ao seu público. Para Verón (1983), o conjunto de “invariantes referenciais” determina o *contrato de leitura* que é oferecido a uma audiência.

Ao explicar as ideias de Verón, Ferreira (2003) indica os elementos cuja análise fundamenta a formação de um determinado *contrato de leitura* de um suporte de imprensa, que cumpre funções jornalísticas: [a] a regularidade das propriedades descritas do discurso, localizadas em diversos temas; [b] as diferenças e semelhanças percebidas na comparação entre suportes (na linha desenvolvida pela investigação conduzida por esta tese); e [c] a sistematização das propriedades observadas e detectadas em cada suporte, avaliando suas afirmações, virtudes, fraquezas e zonas de ambiguidade. A noção de *contrato de leitura*, dessa maneira, fixa em quais condições se dá a relação com seus consumidores (leitores), sendo responsável por consolidar o hábito de consumo (leitura) de um suporte de imprensa.

O alicerce jornalístico do modelo jornalístico-psicolinguístico, portanto, parte das noções de *contrato de comunicação* (CHARAUDEAU, 2013) e de *contrato de leitura* (VERÓN, 1999 e 1983 apud FERREIRA, 2003), para sinalizar, dentre inúmeras alternativas disciplinares (RÜDIGER, 2011), a possibilidade de localizar o aspecto

jornalístico no interior das práticas discursivas da atividade. A partir das ideias de Charron e De Bonville (2016), buscou-se identificar o quadro institucional que modula as trocas jornalísticas, amparadas pelo compromisso com o *efeito de real* e contratualizadas a partir dele. As *condições de finalidade* e as *condições de dispositivo* (CHARAUDEAU, 2013) cumprem um papel fundamental na caracterização do aspecto jornalístico. Kovach e Rosenstiel (2001), Schudson (2008), Seixas (2013) e Reginato (2016) delineiam a base de uma caracterização sobre as finalidades e as propriedades inerentes ao jornalismo, como sua relação com os princípios de atualidade, de periodicidade e de noticiabilidade, perceptíveis à audiência. São estes traços constituintes que acionam o caráter jornalístico de determinados gêneros e discursos e dão fundamento à organização de um modelo de análise da *leitura jornalística*.

### 5.3 DESENHANDO O PROCESSO PSICOLINGUÍSTICO-JORNALÍSTICO

O desenho de um modelo psicolinguístico-jornalístico da leitura parte da concepção tripartida proposta por Giasson (2000), sobre a qual serão sobrepostas, em um segundo momento, as *variáveis intervenientes na leitura*, conforme Goodman (1991). No cruzamento entre elas, aportam-se concepções complementares de Angela Kleiman (1989), para a variável *conhecimento prévio*, e Solé (1998) e Adam (2019), para a variável *tipo de texto*. Por fim, no terceiro movimento de organização do modelo, os fatores jornalísticos serão acoplados, completando a arquitetura conceitual da modelagem que mobiliza esta tese.

A concepção defendida por Giasson (2000), para o funcionamento da compreensão leitora, tem como fundamento a articulação indissociável entre três polos<sup>180</sup>: [a] o *leitor*, [b] o *texto* e [c] o *contexto*. A autora argumenta a necessidade, em situações concretas, de ponderar o impacto individual e relacional de cada um dos polos, com o objetivo de poder especular sobre o resultado do processamento da leitura.

Conforme Giasson (2000), o polo *leitor* reúne as *estruturas* do sujeito e os *processos* que ele utiliza para conduzir a sua leitura. As *estruturas* cognitivas e afetivas têm a ver com aquilo que o leitor é ("os seus conhecimentos e as suas atitudes" (p. 21)); os *processos* estão relacionados com aquilo que o leitor faz durante a leitura (as

---

<sup>180</sup> No fundo, como visto em vários pontos deste trabalho, trata-se de uma base comum a diversas concepções teóricas, que depositam na articulação entre leitor, texto e contexto a sustentação da explicação sobre os mecanismos de operação com a linguagem, no caso, a leitura.

"habilidades a que recorre" (p. 21)). Assim, no primeiro polo, conhecimentos, atitudes e habilidades são determinantes. Detalhando um pouco mais, as estruturas cognitivas englobam os *conhecimentos sobre a língua* (fonológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos) e os *conhecimentos sobre o mundo* (na forma de esquemas conceituais<sup>181</sup>). Os *esquemas* cumprem um papel relevante na formação do significado. Também são decisivas as estruturas afetivas do leitor, a atração, a repulsa ou a indiferença que o leitor sente pela leitura, ao largo das situações concretas de processamento.

Já o polo *texto* diz respeito ao material que será lido e deve ser considerado a partir de três aspectos principais: a [a] *intenção do autor*, a [b] *estrutura do texto* e o [c] *conteúdo*. A autora lembra que a *intenção do autor* orienta a forma como os dois outros elementos são combinados, sobretudo, a *estrutura do texto*, que é o "modo como o autor organizou as ideias no texto" (GIASSON, 2000, p. 22). Reconhece a pesquisadora, contudo, que não há uma classificação perfeita para os *tipos de texto*, o que remete as pesquisas à necessidade de fixar critérios para pensar algum tipo de categorização. Quanto às intenções, um autor pode pretender [a] informar, [b] persuadir ou [c] distrair. Enquanto a *estrutura* diz respeito ao modo como as ideias ou as informações estão organizados em um texto – podendo ser [a] texto expositivo<sup>182</sup> e [b] texto narrativo<sup>183</sup> – o *conteúdo* se relaciona ao tema do texto. Há uma correlação entre ambos, a ponto de se poder dizer que o autor escolhe uma estrutura de texto adequada ao conteúdo que pretende transmitir (uma dimensão pragmática da escrita).

Por último, o *contexto*, os elementos que não estão no texto e que também não estão diretamente presentes nas estruturas e nos processos de leitura, mas que incidem sobre a compreensão do texto. É composto pelo *contexto psicológico* (a intenção/objetivo de leitura, o interesse pelo texto etc.), *contexto físico* (o tempo disponível, o barulho etc.) e *contexto social* (as interações produzidas durante a atividade leitora etc.). Quanto ao *contexto físico*, já que Giasson (2000) o considera como o conjunto das interferências materiais sobre a leitura, é legítimo imaginar que

---

<sup>181</sup> A autora também recorre à teoria dos esquemas, como proposto por Vilson Leffa (1999), para explicar o papel dos *conhecimentos prévios* do leitor, no funcionamento da leitura. Como corrobora Giasson (2000), ao falar sobre a intervenção dos esquemas na leitura, "um leitor compreende um texto quando é capaz de ativar ou de construir um esquema que explica bem os objetos e acontecimentos descritos no texto" (p. 30). Ela compara este funcionamento à montagem de um quebra-cabeças.

<sup>182</sup> Giasson (2000) usa a expressão *expository text*, por não encontrar correspondente em francês.

<sup>183</sup> A classificação textual será aperfeiçoada ao longo do detalhamento da variável *tipo de texto*, conforme a formulação de Adam (2019).

o suporte, se em papel ou em tela, também cumpre uma determinada função na relação entre os polos, sublinhando a importância deste terceiro vetor para os rumos da presente tese:

O contexto, que constitui a terceira variável do modelo de compreensão, engloba todas as condições na qual se encontra o leitor (com as suas estruturas e processos) quando entra em contato com um texto (seja qual for o seu tipo). Estas condições incluem as que o leitor se impõe a si mesmo e as que o meio (...) determina (GIASSON, 2000, p. 40).

O *contexto psicológico* é proeminente, constituído pelas "condições contextuais próprias do leitor, quer dizer, ao seu interesse pelo texto a ler, à sua motivação e à sua intenção de leitura" (GIASSON, 2000, p. 40). De todas as condições, a mais importante é a *intenção de leitura*, o mesmo que a já muitas vezes referida noção de *objetivo de leitura*. O *contexto social* diz respeito às interações sociais que condicionam a leitura, como, por exemplo, as recomendações sociais, muito associadas à disseminação do texto digital, como visto no Capítulo 4. Já o *contexto físico* é visto por Giasson (2000) como tudo aquilo que atrita o desempenho do leitor, o que certamente remete às influências provocadas pela usabilidade, pela taticidade e pela navegabilidade dos suportes, seja papel ou qualquer tipo de tela, sobre o processamento da leitura.

A segunda camada teórica para o desenvolvimento do modelo psicolinguístico de análise da *leitura jornalística* provém da concepção transacional de Goodman (1991), ancorada nas *variáveis intervenientes na leitura*, apresentada no Capítulo 3. Na seção 3.2.1, ela foi detalhada e será retomada aqui em seu traçado essencial, apenas como insumo para se chegar ao desenho do modelo. De acordo com Goodman (1991), o processamento da leitura transcorre a partir da combinação de algumas variáveis, que guardam pertinência com a natureza da leitura dos produtos jornalísticos: [a] *objetivo de leitura*, [b] *conhecimento prévio*, [c] *tipo de texto* (estrutura textual e suporte) e [d] *estilo cognitivo do leitor*. As próximas seções irão tratar de caracterizá-las e apresentar as camadas jornalísticas que podem ser acopladas a elas.

### 5.3.1 A variável objetivo de leitura

Antes de relembrar o conceito de Goodman (1991), sobre *objetivo de leitura*, vale destacar um comentário de Solé<sup>184</sup> (1998): a interpretação, como parte integrante da compreensão leitora, depende de um objetivo, quer dizer, “ainda que o conteúdo de um texto permaneça invariável, é possível que dois leitores com finalidades (*objetivos de leitura* ou *intenções de leitura*) diferentes extraíam informação distinta do mesmo” (p. 22). Também Goodman (1991) associa a variável a um efeito de compreensão<sup>185</sup>, ligado ao processamento cognitivo da leitura. Dos dois autores emerge uma concepção útil ao propósito desta tese: as motivações que levam o leitor à leitura cumprem um papel decisivo no andamento da significação de um texto. É por isso que diversos estudiosos fixam listas com variações de *objetivos de leitura*, de alguma forma, mas não obrigatoriamente, ligados a determinados *tipos de texto*, assim como também buscam identificar as funções que a leitura cumpre na vida social<sup>186</sup>. Conforme Goodman (1991), os tipos de leitura, condicionados por objetivos de leitura, são: [a] *leitura do ambiente físico*, [b] *leitura profissional*, [c] *leitura para informação*, [d] *leitura para lazer* e [e] *leitura ritualística*. As leituras de tipo [b], [c] e [d] ilustram situações associáveis à *leitura jornalística*, seja de notícias simples, seja de reportagens em formato de texto longo ou conteúdos digitais de natureza hipermediática.

Como subsídio à formulação do modelo, é importante caracterizar os três tipos selecionados:

[b] *leitura profissional*: um tipo de leitura realizado no ambiente de trabalho, quase imperceptível como leitura. Inclui uma grande variedade de *tipos de texto* e varia de uma profissão para outra. É relativamente repetitiva e mobiliza *conhecimentos prévios* relevantes, além de despertar uma alta dose de mobilização para a compreensão, na medida em que está associada ao cumprimento de uma tarefa e ao desempenho. Transposta para o universo jornalístico, é o tipo de leitura feito, por

---

<sup>184</sup> A autora não trata *objetivo de leitura* como uma variável específica, no interior de um modelo organizado, como opera Goodman (1991), mas considera que a intenção/objetivo de leitura ajuda a definir as estratégias de leitura, conforme Solé (1998), dentro de uma concepção psicolinguística já apresentada neste trabalho.

<sup>185</sup> Kleiman (1989) argumenta que a capacidade de estabelecer *objetivos de leitura*, por exemplo, é uma estratégia metacognitiva, quer dizer, uma "estratégia de controle e regulamento do próprio conhecimento" (p. 34).

<sup>186</sup> Entre os trabalhos que propõem este tipo de reflexão, o de Barthes e Antoine Compagnon (1987) classifica as funções de leitura. Para eles, ao mesmo tempo, ler é [a] uma técnica, [b] uma prática social, [c] uma forma de gestualidade – "ler, no entanto, faz sempre parte de uma determinada situação do corpo" (p. 185) – [d] uma forma de sabedoria, [e] um método e [f] uma atividade voluntária. Como gestualidade, é instigante imaginar os gestos específicos que envolvem a leitura no suporte papel e no suporte tela.

exemplo, por profissionais do mercado financeiro que leem trabalhos jornalísticos com análises de setores, empresas e cenários políticos;

[c] *leitura para informação*: trata-se de um tipo de leitura ligado ao acesso a informações e à formação da memória humana. Admite-se, como pressuposto para o funcionamento deste *objetivo de leitura*, que a língua escrita é uma extensão da memória humana. Os computadores se transformaram em uma forma avançada de depósito e acesso de informações e materializam o princípio de operação desse objetivo;

[d] *leitura para lazer*: é um tipo de leitura feita a critério do leitor, para seu próprio prazer e segundo sua escolha. "Naturalmente, o texto pode ser ficção ou não ficção, e é possível também que o material informativo, especialmente se relacionado com passatempos e interesses, possa ser lido por lazer" (GOODMAN, 1991, p. 30), algo que também pode ocorrer em determinadas leituras de jornalismo.

Embora haja uma variedade de tipos de leitura, decorrentes de objetivos específicos, não se deve ignorar o fato de que a leitura é um processo unitário<sup>187</sup>, no qual aquilo que o leitor compreende, em um determinado evento de leitura, está ligado ao objetivo primeiro que tinha ao iniciar o processamento do material escrito, algo que Goodman (1991) denomina de *objetivo primeiro*. São estes propósitos iniciais que acionam rotas de compreensão particulares diante de qualquer texto. O autor também destaca, como um fator decisivo no contrato estabelecido entre o leitor e o texto, dois elementos que igualmente condicionam o andamento da leitura: "o fato de o texto ter sido escolhido pelo próprio leitor ou ter sido indicado por outra pessoa" (GOODMAN, 1991, p. 32). A recomendação social – a indicação por e-mail, o compartilhamento por redes sociais – é um fator de propagabilidade da leitura digital, como visto no Capítulo 4.

Esta tese sustenta que a variável *objetivo de leitura* se enquadra no campo *contexto*, da forma como pensado por Giasson (2000), porque o contexto englobaria os componentes extra-textuais que incidem sobre o processo de compreensão leitora. O eixo contextual de Giasson (2000) é formado, como já indicado, pelos contextos psicológico, físico e social, sendo que o psicológico é aquele que dosa o interesse pelo

---

<sup>187</sup> Unitário, para Goodman (1991, p. 30), no sentido de que o processamento da leitura e o acionamento dos circuitos cognitivos não se alteram porque o tipo de leitura (o objetivo, a intenção) está mudando. Trata-se de um argumento já trabalhado nesta tese, mesmo quando se pensa a pertinência de falar na *leitura jornalística* como um tipo específico de leitura.

texto e o grau de vínculo produzido pela intenção ou *objetivo de leitura*. O *contexto físico* é que permite especular sobre o impacto do suporte.

### 5.3.2 Objetivos de leitura *segundo o jornalismo*

Como observado na Seção 5,2, há uma especificidade jornalística atribuível à leitura, conforme respaldo conceitual oferecido por Kovach e Rosenstiel (2001), Schudson (2008), Seixas (2013), Charaudeau (2013) e Reginato (2016). O trabalho de Anna Paula Knewitz (2010) oferece um recurso adicional para analisar as transformações da leitura de natureza jornalística em um ambiente digital. Knewitz (2010) desenvolve perfis que aglutinam determinados hábitos de leitura, a partir das motivações que conduzem o leitor ao consumo de um determinado tipo de informação, no caso, a informação jornalística. O trabalho traz uma ponderação – adotada nas considerações teóricas desta tese – de que a transição dos meios analógicos para os digitais não caracteriza uma ruptura, uma oposição ou uma ameaça, mas apenas uma reconfiguração de vários aspectos. Novas e velhas *práticas de leitura* se misturam nesse contexto, inclusive no jornalismo lido em ambientes digitais: “ler jornal, na atualidade, significa misturar propósitos, gestos, sensibilidades e habilidades do impresso e do digital” (KNEVITZ, 2010, p. 13), o que, por si só, significa reiterar a existência de algo específico no processamento da leitura.

Knewitz (2010) desenvolve uma tipologia de hábitos de leitura em ambientes digitais, aderente à noção de *objetivos de leitura*, que pode ser usada para pensar as consequências do digital sobre os mecanismos que guiam as leituras de uma maneira geral, principalmente a jornalística. Os tipos arquitetados pela autora também se sobrepõem e se misturam na circunstância concreta de leitura.

[a] *Leitura de contextualização*: trata-se da leitura de jornalismo com a qual o leitor busca as suas primeiras informações, uma leitura de base. É por meio dela que o leitor age para se inserir nos cenários local e global, permitindo a formação de um panorama informativo. Recorre a ferramentas de participação, é ampla, extensa e prolongada; por isso, é o hábito/*objetivo de leitura* que melhor se afirma na memória. Conforme Knewitz (2010), a partir de uma comparação detalhada<sup>188</sup>, conduzir esse

---

<sup>188</sup> A comparação produzida por Knewitz (2010) envolve uma investigação com leitores reais que coteja: [a] tipo de suporte; [b] horário de leitura; [c] local de leitura; [d] uso de recursos de interação; [e] uso do hipertexto; [f] uso de recursos multimídia; [g] duração da leitura; [h] profundidade da leitura; [i] memorização; e [j] amplitude e variedade temática dos assuntos lidos. É a partir da análise de cada uma dessas situações específicas que a autora caracteriza o tipo de leitura, se de *contextualização*, de *controle* ou de *projeção*.



tipo de leitura no meio impresso e no meio digital é algo distinto. “Essa leitura tem como objetivo primordial situar o leitor na micro e macro realidades que o envolvem” (KNEWITZ, 2010, p. 201), ou seja, proporcionar ao leitor uma visão do contexto (a realidade) em que vive;

[b] *Leitura de atualização* ou *leitura de controle*: trata-se de um hábito/*objetivo de leitura* fragmentado, por meio do qual o leitor busca se manter informado sobre os fatos que irrompem no dia e também sobre a evolução dos mesmos. Envolve atenção parcial e uma dosificação da leitura, em várias circunstâncias que permitam acompanhamento permanente, mas superficial. Muitas vezes, é uma leitura considerada plana, de rolagem, sem explorar os recursos de *hipertexto* e multimídia (até mesmo por restrições técnicas e profissionais), com rara interação. Gera um baixo volume de memorização e demanda uma concentração em volumes também restritos. Costuma gerar benefícios de curto prazo, por meio de acessos rápidos. “No que diz respeito ao objetivo dos leitores ao efetuarem-na, enfim, parece estar no acompanhamento intenso e contínuo de um número restrito de fatos que circulam como destaque naquele dia, com o intuito de sentirem-se inteirados sobre o agora” (KNEWITZ, 2010, p. 2017);

[c] *Leitura de projeção* ou *de relevância*: é uma leitura conduzida para compreender e verificar o *status* dos acontecimentos relevantes. Contrasta com a de *atualização*, que se concentra sobre aquilo que é considerado recente. Tem, na visão da autora, a função social de ajudar a “planejar o dia seguinte” (p. 91). Proporciona uma memorização avançada, pois a leitura está ligada a uma decisão futura. É não linear, portanto hipertextual, razoavelmente profunda e perpassa várias fontes. Demanda amplo uso de recursos interativos e de multimídia. “Essa leitura possui duplo objetivo: o de recuperar dados que não puderam ser acessados ao longo do dia e o de, a partir deles, antecipar-se diante dos acontecimentos que serão debatidos e vivenciados no próximo amanhecer” (KNEWITZ, 2010, p. 201).

Vale retomar a concepção original de Goodman (1991), que a considera como o propósito que conduz as ações do leitor. O mesmo grau de centralidade é concebido por Charaudeau (2013), para quem as *condições de finalidade* traduzem o objetivo de um determinado ato de linguagem, no caso específico em análise, a *leitura jornalística*. A pergunta “para que lê?” traduz, de forma bastante simplificada, o conjunto de intenções e/ou finalidades, que marca qualquer processo leitor, inclusive o jornalístico. Essa tese adota, como lista de finalidades aplicável às condições jornalísticas de leitura,

a seguinte relação proposta por Reginato (2016), formulada a partir das percepções de leitores, dos veículos e de alguns autores do jornalismo:

- [a] Informar de modo qualificado;
- [b] Investigar;
- [c] Verificar a veracidade das informações, a partir do princípio fundamental da verificação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001)
- [d] Interpretar e analisar a realidade;
- [e] Mediar os fatos e o leitor;
- [f] Selecionar o que é relevante;
- [g] Registrar e memorizar os fatos com potencial de formar a história;
- [h] Entender o mundo contemporâneo, marcadamente complexo;
- [i] Integrar as pessoas e alimentar um ideal de mobilização;
- [j] Defender o cidadão das injustiças;
- [k] Fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste;
- [l] Esclarecer o cidadão a ponto de apresentar a pluralidade da sociedade.

São 12 finalidades jornalísticas, que se somam aos *hábitos processuais de leitura* (KNEWITZ, 2010) e aos *objetivos de leitura* elencados por Goodman (1991), para compor o que essa tese vai denominar de *plano das finalidades*, por meio do qual se constitui uma das partes do *campo contextual da leitura jornalística*, sugerido pelo modelo arquitetado.

### 5.3.3 A variável conhecimentos prévios

A segunda variável de Goodman (1991), usada para compor o modelo, são os *conhecimentos prévios*, que funcionam como esquemas conceituais que o leitor aporta à leitura. Como os indivíduos mobilizam *conhecimentos prévios* distintos, uma mesma notícia ou reportagem, ainda que produzida de acordo com os preceitos jornalísticos da neutralidade e da objetividade, pode levar a resultados de leitura distintos, dependendo do tipo de *conhecimento prévio* acionado. A variável é um elemento transacional para a formação do *texto duplo*, paralelo ao texto em si, que o leitor forma em sua mente, de maneira ativa, à medida que lê. Os *conhecimentos prévios* operam movimentos preditivos e especulativos sobre o ato leitor. O texto do leitor – aquele texto particular que o leitor forma para si – envolve [a] inferências, [b] referências e [c] correferências, baseadas nos esquemas que o leitor traz para o texto. É esse texto

particular a todo leitor que irá guiar o processo de compreensão e baseará qualquer futura explicação do leitor a respeito do que ele leu (GOODMAN, 1991, p. 28).

Para refinar a concepção de *conhecimentos prévios* de Goodman (1991), buscase amparo em Kleiman (1989), e na interação prevista pela autora, entre três tipos de conhecimento: [a] *conhecimento linguístico*, [b] *conhecimento textual* e [c] *conhecimento de mundo*. O [a] *conhecimento linguístico* são os saberes de uso da língua, implícito e não verbalizável, que faz com que um determinado leitor maneje um idioma. Trata-se de um conhecimento que desempenha um papel central no reconhecimento e na composição das unidades elementares do processamento da leitura, desde a identificação de unidades discretas (as palavras), até os agrupamentos significativos (frases). Os níveis de *conhecimento linguístico* são acionados sucessivamente e atuam de maneira complementar, sempre em benefício da significação:

Quando há problemas no processamento em um nível, outros tipos de conhecimento podem ajudar a desfazer a ambiguidade ou obscuridade, num processo de engajamento da memória e do conhecimento do leitor que é, essencialmente, interativo e compensatório; isto é, quando um leitor é incapaz de chegar à compreensão através de um nível de informação, ele ativa outros tipos de conhecimento para compensar as falhas momentâneas (KLEIMAN, 1989, p. 16).

Um segundo *conhecimento prévio* determinante é o [b] *conhecimento textual*, entendido por Kleiman (1989) como o conjunto de noções e conceitos a respeito do texto. Um exemplo é o domínio referente à estrutura textual, se expositiva, narrativa ou descritiva. No caso da narrativa, são elementos característicos a [a] passagem do tempo (com nexos de causalidade entre os marcos temporais); o [b] destaque aos agentes das ações; a [c] existência de cenários; a [d] complicação da trama; e a [e] resolução de conflitos. Já na estrutura expositiva, entram em jogo outros fatores. A questão temporal já não é relevante: o foco está na relação de padrão lógico – "premissa e conclusão, problema e solução, tese e evidência, causa e efeito, analogia e comparação, definição e exemplo" (KLEIMAN, 1989, p. 18) – entre os diversos componentes do texto.

Já no modelo textual descritivo, há um efeito de listagem, de qualificação e de particularização. Cada uma destas estruturas modelares, que coexistem em muitos produtos textuais, como se verá adiante com as concepções de Jean-Michel Adam (2019), desperta um tipo específico de expectativa do leitor em relação ao texto, cumprindo um papel fundamental na significação: "O conhecimento de estruturas

textuais e de tipos de discurso determinará, em grande medida, suas expectativas em relação aos textos, expectativas estas que exercem um papel considerável na significação" (KLEIMAN, 1989, p. 20). É oportuno destacar que o *conhecimento textual* guarda relação com a variável *tipo de texto* e pode oferecer um caminho para se analisar as mudanças determinadas pela troca de suporte.

O terceiro tipo é o [c] *conhecimento de mundo*, também chamado de conhecimento enciclopédico, acionado durante o processamento da leitura, muitas vezes compensando eventuais incompletudes dos dois conhecimentos anteriores. Durante a leitura, o *conhecimento de mundo* precisa estar no plano ciente, não adormecido na memória, para promover os seus efeitos produtivos de domínio do leitor sobre o tema e completar os circuitos da compreensão nos instantes de imperfeição do ato leitor. O conhecimento de mundo pode ser adquirido e estruturado, formal ou até informalmente, quando se estrutura por meio de convívio e experiências. Ele compõe o esquema conceitual (mental) a respeito de assuntos, situações e eventos. O *esquema* – o conhecimento estruturado na memória – alimenta circuitos de compreensão que tornam o processo econômico, do ponto de vista da comunicação, na medida em que eliminam ou antecipam etapas da significação. É o *esquema* que determina a expectativa do leitor sobre o andamento da leitura, preenchendo espaços de sentido no decorrer do processamento:

A ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer as inferências necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente. Este tipo de inferência, que se dá em decorrência do conhecimento de mundo e que é motivado pelos itens lexicais no texto, é um processo inconsciente do leitor proficiente. Há evidências experimentais que mostram com clareza que o que lembramos mais tarde, após a leitura, são as inferências que fizemos durante a leitura; não lembramos o que o texto dizia literalmente (KLEIMAN, 1989, p. 25).

Diversos autores da matriz psicolinguística destacam o aspecto inferencial do *conhecimento prévio*, como visto no Capítulo 3. Mary Kato (1999), Aline Spinillo (2013) e Souza (2015), assim como Goodman (1991), reforçam que o *conhecimento prévio* age, com as demais variáveis, no estabelecimento de previsões que permitem ao leitor assumir o controle da leitura, gerando hipóteses sobre o conteúdo e promovendo verificações que levam à interpretação. O somatório de conhecimentos do leitor, na visão de Goodman (1991), influencia os ciclos de leitura que levam à compreensão, "uma vez que a compreensão é o resultado de transações texto-leitor, o que o leitor conhece, quem ele é, que valores o guiam, que objetivos ou interesses ele tem" (p. 42).

Esta tese sustenta que a variável *conhecimento prévio* pode ser alocada no campo *leitor*, como pensado por Giasson (2000), pois é o eixo que organiza os aspectos subjetivos, individuais e, portanto, que variam de leitor para leitor. O eixo do *leitor*, como pensado por Giasson (2000), reúne as habilidades processuais e as estruturas cognitivas e afetivas mobilizadas durante o processo de compreensão leitora. Quando a autora propõe a ideia de estruturas cognitivas para entender o mecanismo da leitura, cita os conhecimentos sobre a língua e sobre o mundo, o que de alguma forma está relacionado com a concepção de *conhecimentos prévios*. O campo *leitor* de Giasson (2000), porque expressa uma noção de subjetividade, também pode receptionar a variável *estilo cognitivo do leitor*, como se verá adiante.

#### 5.3.4 Os conhecimentos prévios segundo o jornalismo

Pode-se pensar a especificidade jornalística na variável *conhecimentos prévios* a partir de vários caminhos, mas, por uma questão de coerência teórico-metodológica, optou-se por seguir a trilha do caráter discursivo dos enunciados jornalísticos. Charron e De Bonville (2016), ao comentarem os aspectos discursivos nos quais os enunciados jornalísticos articulam sentidos específicos e esperados para os seus públicos – ou, mais especificamente, nas situações concretas de leitura – mencionam a existência de um nível de *conhecimento prévio* do público, que integra a dimensão enunciativa (o *contexto enunciativo*). Mesmo em um patamar anterior do processo de formação do sentido, descrito por Charron e De Bonville (2016), que os autores denominam de *contexto referencial*, há elementos influenciadores que remetem à ideia de *conhecimento prévio*, conforme estipulado pela Psicolinguística, ou seja, a existência de informação "prévia necessária para a interpretação do tipo de evento, em outras palavras, a informação contida em esquemas cognitivos" (p. 229).

O nível de *conhecimento prévio*, então, guarda correlação, inclusive, com as modalidades discursivas, adotadas por um determinado veículo de comunicação:

O nível de conhecimento prévio do público influi nas modalidades de enunciação do jornal: não nos dirigimos da mesma maneira a um indivíduo que ignora tudo sobre um assunto e a outro que o conhece bem. Ora, esse elemento contextual varia muito de um tipo de jornalismo para outro. Os conhecimentos em questão aqui são de duas ordens: por um lado, aqueles que dizem respeito ao estado do mundo, ou seja, o conjunto dos conhecimentos que permitem a um indivíduo construir uma opinião sobre a sociedade e, por outro, as informações que dizem respeito às novas ocorrências. Esse estado dos conhecimentos prévios mede, além disso, a contribuição específica do jornal para a informação do público (CHARRON; DE BONVILLE, 2016, p. 229).

Dois componentes deste aviso de Charron e De Bonville (2016) insinuam um caráter especificamente jornalístico na ideia de *conhecimento prévio*: o fator [a] *estado do mundo*, uma alusão direta ao grau de conhecimento (informativo) sobre a própria realidade, o que desperta um domínio de informação que é de natureza jornalística; e o fator [b] *novas ocorrências*, que imediatamente remete à noção de informação jornalística, que se refere à alteração de um estado de coisas, regido por alguma temporalidade. A pergunta "o que domina sobre o que lê?" é uma das que orienta o campo do *leitor*, na medida em que oferece uma possibilidade de especular sobre os *conhecimentos linguísticos, de mundo e textuais* (KLEIMAN, 1989), mobilizados durante o processamento da leitura.

Assim, os domínios operacionais sobre a língua, o mundo e a estrutura dos textos integram o que essa tese vai chamar de *plano do conhecimento*, um dos pilares do *campo subjetivo da leitura jornalística*. Supõe-se, com o objetivo de propor um modelo que seja operacional, que os *conhecimentos de mundo e linguísticos* não mudam porque o leitor está diante de um conteúdo de natureza jornalística, nem porque houve uma modificação no suporte da leitura. No entanto, os *conhecimentos textuais* podem, sim, se alterar, na medida em que as estruturas textuais e de combinação de linguagem acionem e demandem distintas habilidades do leitor, o que é comum nas variações proporcionadas pelos variados *tipos de texto* no jornalismo.

### 5.3.5 A variável tipo de texto

A terceira variável de leitura, conforme Goodman (1991), é o *tipo de texto*<sup>189</sup>, ou *estrutura textual*, na qual também se acopla, como já visto, uma pertinente discussão sobre o suporte e sobre as construções textuais específicas proporcionadas pelos ambientes digitais. Assim, *tipo de texto*, na abordagem psicolinguística, funciona como um esquema de interpretação, que age na etapa inferencial e preditiva da leitura, como uma superestrutura à qual o leitor adere e, a partir dela, organiza a formação de sentido por meio da informação escrita que consome. Goodman (1991) entende que a variável torna o material escrito ainda mais predizível. Intuitivamente, o leitor recorre à superestrutura – no caso do jornalismo, a seus elementos constituintes, a seus fundamentos e a seus textos típicos –, para processar a informação que encontra no texto. Há diversas tipologias textuais que podem municiar a reflexão sobre este

---

<sup>189</sup> Goodman (1991) também chama a variável de *estrutura textual*.

aspecto. Cada tipo textual, na visão de Solé (1998), enseja uma estratégia específica de leitura, pois engatilha expectativas no leitor. Ela ampara a sua argumentação na existência em dois tipos básicos, o [a] narrativo e o [b] expositivo, mas direciona sua ponderação para a tipologia textual desenvolvida por Jean-Michel Adam, por considerá-la completa e recorrente em estudos textuais.

Admite-se que, entre todas as variáveis intervenientes, *tipo de texto* é aquela que, em potencial, materializa a especificidade jornalística em análise, pois no fundo é o texto escrito que conduz a leitura. Por isso, na estruturação do modelo proposta neste capítulo, a variável será apresentada mais detalhadamente. Extraído da linguística textual<sup>190</sup> formulada por Jean-Michel Adam, o conceito de *sequência textual*<sup>191</sup> oferece suporte teórico para aprofundar a reflexão a respeito da variável interveniente *tipo de texto*, da forma como ela é proposta na Psicolinguística. Em Adam (2019), a hipótese central é a existência de um mínimo formal significativo e reconhecível, que ele chama de *sequência textual de base*, que caracteriza os textos (ou os *tipos de texto*, se se estabelecer o paralelo pretendido com as formulações psicolinguísticas) e permitem a sua identificação como pertencentes a determinados agenciamentos textuais, que se enquadram na ideia de gênero. Ele pressupõe a existência de cinco tipos de *sequência textual de base*: *narrativa*, *descritiva*, *argumentativa*, *explicativa* e *dialogal*. Dos cinco, os quatro primeiros se encaixam em um perfil que se pode atribuir ao jornalismo. Os textos, vale dizer, nunca são puros em seu enquadramento tipológico, pois muito frequentemente são “compostos de fragmentos de muitos tipos mais ou menos articulados entre si: presença de descrição e/ou de diálogo em uma narração, de argumentação no diálogo, de narração na explicação etc.” (ADAM, 2019, p. 15).

Este caráter heterogêneo e volátil, no entanto, não impede que as tipologias sejam desenvolvidas para efeitos de análise, tanto da produção escrita, como da leitura. Cada tipo aciona um determinado esquema prototípico, na visão do autor, que não responde por todas as questões ligadas à significação e à produção textual – para as quais contribuem todas as espécies de conhecimento, como já visto, além de outros aspectos ligados às condições de produção e fruição – mas ainda assim é um

---

<sup>190</sup> Trata-se de uma linha de investigação linguística aprimorada por Jean-Michel Adam, por meio de inúmeros trabalhos.

<sup>191</sup> O conceito é detalhado em Adam (2019), a partir de contribuição de autores que investigam o papel das estruturas superiores à frase, nos processos de significação. Os trabalhos de MAK Halliday e Ruqaiya Hasan, que usam a expressão *macroestrutura* para argumentar que há estruturas textuais específicas que determinam variedades de texto; e de Teun Van Dijk, que denomina de *superestrutura* o conceito com o qual afirma o papel de esquemas superiores na definição de formas textuais reconhecíveis pelos leitor.

fundamento significativo da análise textual. O que Adam (2019) entende por *sequência textual de base* é

uma estrutura relacional pré-formatada que se sobrepõe às unidades sintáticas estritas (frases) e às amplas (períodos), é um *esquema de texto* situado entre a estruturação frástica e periódica microtextual das proposições e macrotextual, dos *planos do texto*. As sequências são estruturas pré-formatadas de reagrupamentos tipificados e ordenados em blocos de proposições (p. 22)<sup>192</sup>.

A formatação do pensamento textual do autor, que será aplicado à concepção adotada por essa tese para uma das variáveis intervenientes na leitura (*tipo de texto*), começa com a noção de *texto*, que Adam (2019) considera "a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica de fala" (p. 33). Assim, a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo são formas de um comportamento discursivo recorrente, em interações verbais reais, mantidas em contextos específicos, como o jornalístico. Acoplado ao plano do *texto* está o de *gênero*, que são os padrões sociocomunicativos e sócio-históricos usados pelos grupos para organizar a língua em discurso. Por fim, todo *texto* gera o que Adam (2019) chama de *efeito de genericidade*, que inscreve uma série qualquer de enunciados em uma classe reconhecível de discurso por parte da audiência (o leitor).

Completando sua base classificatória, a partir das três noções (*texto*, *gênero* e *efeito de genericidade*), Adam (2019) fixa três categorias estruturantes: os [a] *protótipos de sequências*, que são a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo; os [b] *gêneros do discurso*, fundados por formações sociodiscursivas específicas (entre elas o discurso jornalístico, mas também o religioso, o literário, o filosófico, o político, o militar, o publicitário etc.); e os [c] *gêneros de texto* de base linguística, a partir das duas primeiras categorias, que, em paralelo com o conceito de *sequências textuais de base*, seriam o gênero da narração, o gênero da descrição, o gênero da argumentação, o gênero da explicação e o gênero do diálogo.

Na medida em que se apresenta à leitura como complexas unidades de reconhecimento, formadas a partir de blocos de proposições de base, que Adam (2019) denomina de *macroproposições*, a ideia de *sequência textual de base* se torna produtiva. Serve, inclusive, para analisar o processamento da leitura, pois se trata de um instrumento de reconhecimento e diferenciação estrutural dos diversos *tipos de texto*. O circuito de detecção, pelos sujeitos leitores, é acionado porque a *sequência*

---

<sup>192</sup> Grifos do autor.



*textual de base* é uma estrutura identificável, pelo que contém de material pré-formatado e, portanto, passível de ser dominada pelo leitor por meio de um estoque mental de esquemas disponíveis. Tais elementos compõem um repertório de operações linguísticas, assimilados como conhecimento incidente sobre a leitura, inclusive aproximando, em alguma medida, a perspectiva da própria noção de *conhecimento prévio* – no caso, o conhecimento linguístico – proposta pelo pensamento psicolinguístico:

As macroproposições que entram na composição de uma sequência se originam de arranjos pré-formatados de proposições. Esses diferentes arranjos são chamados de *narrativo, argumentativo, explicativo, dialogal e descritivo*. Os cinco tipos básicos utilizados aqui correspondem a cinco tipos de relações macrossemânticas adquiridas ao mesmo tempo que a língua, por impregnação cultural (pela leitura, pela escuta e pela produção) e transformadas em esquemas de reconhecimento e de estruturação de informação textual (ADAM, 2019, p. 46).

Conforme Adam (2019) esclarece, as *sequências textuais de base* ganham a dimensão de *sequências prototípicas*, porque acionam uma relação de "reconhecimento de formas culturalmente adquiridas" (p. 63), alojadas na "memória de longo prazo" (p. 172). Assim, todo segmento de texto pode ser encarado como um trecho com doses maiores ou menores de elementos narrativos, ou descritivos, e assim por diante. Os segmentos de texto se aproximam e se distanciam do enquadramento típico, oscilando de natureza, mas sem perder o seu potencial de reconhecimento. As classificações, assim, a partir do conceito de *protótipo textual reconhecível*, perdem o seu caráter de estabilidade, para adquirir um espírito oscilante, com atributos de importância variável nos processos de classificação para efeitos de estudo ou de reconhecimento durante o processo de leitura.

O reconhecimento, sempre volátil mas eficiente, é determinado por esquemas ou imagens mentais de protótipos abstratos, bastante flexíveis mas suficientemente estáveis, ainda em que alguns casos imperfeitos, para produzir os seus efeitos, tanto na produção, quanto na leitura (na recepção e na posterior interpretação). Adam (2019, p. 172) encara a compreensão de um texto como um esforço de resolução de problemas por parte do leitor, que sempre elabora hipóteses sobre a organização do texto, a partir de estratégias que se mostraram eficientes em experiências prévias passadas:

Os novos textos, sempre singulares, são classificados e associados a formas preexistentes, construídas a partir de regularidades observadas, reconstruídas e memorizadas. Eu organizo entre essas formas, de um lado, os esquemas sequenciais (pelo nível micro e mesotextual) e, de outro lado, os sistemas de gêneros (pelo nível macrodiscursivo). Os esquemas sequenciais e gêneros

discursivos são, cada um em seu próprio nível e em suas diferenças, padrões que favorecem o reconhecimento local e global (ADAM, 2019, p. 64).

O primeiro dos quatro protótipos trabalhados pelo autor, que interessa a uma abordagem jornalística-psicolinguística, é o da [a] *sequência descritiva*, considerada o tipo textual mais submisso aos caprichos dos autores, pela ausência de autonomia e pelo fato de poder prescindir de um ordenamento (temporal ou espacial) como aquele exigido por uma narração. É pela mão das opções de construção do autor que a descrição se configura, a partir de decisões que são arbitrárias. Mesmo assim, é possível identificar determinados procedimentos que a caracterizam, os chamados *procedimentos descritivos*. O mais primordial destes movimentos é a sensação de *enumeração* que, "como um tipo de grau zero do procedimento descritivo" (ADAM, 2019, p. 75), organiza, na forma de uma lista ou inventário, as partes, ou as propriedades, de algo que se pode considerar como o todo. Seja de [a] partes, de [b] propriedades ou de [c] ações, a enumeração opera o seu potencial organizador, mas sem uma ordem definida *a priori*. O movimento de descrição é conduzido por um elemento que Adam (2019) chama de *organizador*, que cumpre um papel crucial: o de conduzir a passagem de um encadeamento linear (as enumerações) às sequências (as composições textuais) que passam a ser reconhecidas como *descritivas*.

Há, os *organizadores temporais* (dos quais são exemplos as palavras "primeiro", "antes", "depois" etc.), que chegam a conferir à descrição até mesmo um aspecto narrativo (no sentido de que fixam uma determinada ideia de passagem de tempo), e os *organizadores espaciais*, comuns em sequências que descrevem lugares. Ambos ajudam a enquadrar a percepção do leitor de que se está diante de uma *sequência de base descritiva*: "Lutando contra a desordem descritiva, os *organizadores* asseguram a identificação da progressão da descrição e a hierarquização de uma sequência que seria, de outra maneira, banalmente linear e desprovida de estrutura" (ADAM, 2019, p. 81). O autor reconhece a dificuldade de atribuir aos procedimentos descritivos o mesmo tipo de sequenciamento que mapeia para as demais modalidades de texto, na forma de *macroproposições*, porque o aspecto descritivo é percebido pelo leitor apenas como a expressão de um repertório de operações de organização, apesar do alerta de que "o protótipo da sequência descritiva não dá nenhuma indicação de ordem" (ADAM, 2019, p. 85). Falta, então, à descrição, uma *macroproposição* ordenada, como o autor prevê para os demais tipos de sequências.

São quatro as macro-operações, com suas subdivisões, típicas da descrição: [a] *tematização*, [b] *aspectualização*, [c] *relação* e [d] *expansão por subtematização*. O primeiro tipo de *tematização* é a operação de *pré-tematização* ou *ancoragem* na qual desde o início, a partir de um pivô que Adam (2019) chama de *tema-título* (um operador de ordenamento textual reconhecível pelo leitor e influente na formação do sentido), fica assinalado o quê ou quem vai estar em questão no processo de descrição. De uma certa forma, é uma operação que também se debruça (aciona) o conhecimento preexistente do leitor a respeito daquilo que está no foco do processo descritivo e que vai se confirmando, ou não, ao longo do processamento da leitura. O segundo tipo é a operação de *pós-tematização* ou *afetação*, na qual a ancoragem referencial aparece apenas no final da proposição, gerando um efeito de enigma (por vezes presente em textos jornalísticos vocacionados a prender a atenção do leitor, como o são os de natureza narrativa). O terceiro tipo é uma combinação dos dois primeiros: a operação de *retematização* ou *reformulação*. Neste caso, ocorre um tipo de reancoragem referencial, ao final do período descritivo, com a modificação, em alguma medida, do *tema-título* do início. Em inúmeros casos, é um sinal perceptível ao leitor de que a sequência descritiva está-se concluindo.

A segunda modalidade de macro-operação descritiva é a *aspectualização*, caracterizada por duas operações linguísticas: a *fragmentação* do todo em partes e a *qualificação* do todo ou das partes. Antes de explicar as duas possibilidades, vale destacar a avaliação do próprio Adam (2019), que considera a combinação entre a ancoragem da *tematização* e a *aspectualização* como a parceria linguística que, de maneira mais potente, caracteriza a *sequência descritiva*: "Eu diria, de minha parte, que a operação de *ancoragem* é responsável pela evidenciação de um *todo* e que a operação de *aspectualização* é responsável pela decomposição *em partes*" (ADAM, 2019, p. 90)<sup>193</sup>. A *fragmentação* funciona como um tipo de partição, como uma espécie de enumeração das partes. Já a *qualificação* é caracterizada pela atribuição de uma qualidade ao todo descrito, ou as suas partes constituintes, apresentadas de forma fragmentada, mas com objetivo de descrever o todo.

A *relação* é o terceiro tipo de macro-operação típico da descrição e reúne as operações de *contiguidade* e de *comparação-analogia*. A *contiguidade* manifesta-se quando é possível estabelecer uma proximidade temporal ou espacial entre os

---

<sup>193</sup> Grifos do autor.

elementos que integram o procedimento descritivo. Já a *comparação-analogia* promove um tipo de "assimilação comparativa ou metafórica" (ADAM, 2019, p. 93), que também cumpre a função de descrever por comparação.

O último tipo de macro-operação é a chamada operação de *expansão por subtematização*, com a qual uma proposição descritiva se desdobra em outras proposições, criando um fenômeno de abertura praticamente infinita das descrições, em proposições que se entrelaçam sucessivamente. Em resumo, vale destacar que as quatro macro-operações descritivas apresentadas convivem em um mesma orquestração textual, oferecendo os elementos para o leitor identificar o tipo específico de sequência, seja em textos jornalísticos ou não. Assim, a interrelação entre elas produz um certo grau de organização, mesmo diante do "capricho dos autores", mencionado por Adam (2019). Quando se pensam os *procedimentos descritivos*,

é difícil admitir a ideia de anarquia e de ausência de construção. Pela operação de *aspectualização*, os diferentes aspectos do objeto (*partes e/ou qualidades*) são introduzidos no discurso. Pela operação de *relação*, o objeto é, de um lado, situado local e/ou temporalmente e, de outro, colocado em relação com outros pelos diversos procedimentos de *assimilação* (comparação e metáfora). Por uma operação facultativa de *tematização*, qualquer elemento pode estar, por sua vez, no ponto de partida de um novo procedimento de aspectualização e/ou situacionalização, processos que poderiam seguir ao infinito. Enfim, qualquer que seja o objeto do discurso (humano ou não, estático ou dinâmico), uma mesma operação de *ancoragem* garante a unidade semântica da sequência, mencionando-se o que está em questão sob a forma de um tema-título dado, seja no início, seja no fim da sequência (ADAM, 2019, p. 96-97)<sup>194</sup>.

O segundo protótipo textual, apresentado por Adam (2019), é o da [b] *sequência narrativa*, que necessariamente precisa ser contrastado com a ideia de uma mera descrição de ações. O autor destaca o fato de a narrativa corresponder, de forma ideal, à definição mínima de textualidade: "*conjunto de proposições articuladas progredindo em direção a um fim*" (ADAM, 2019, p. 113)<sup>195</sup>. Na visão basilar sobre a narrativa, que apresenta, Adam (2019) enumera como elementos indispensáveis da *sequência narrativa* o [a] sujeito, a [b] temporalidade e os [c] predicados transformados. Adam (2019) constrói o seu modelo a partir da obrigatoriedade de se encontrar seis constituintes para identificar a narrativa do ponto de vista tipológico.

O primeiro constituinte essencial da narrativa é [a] a *sucessão de acontecimentos*, que precisa transcorrer de um determinado tempo (t) para um tempo avante (t + n). Não quer dizer, apenas, a existência de uma temporalidade, de um

---

<sup>194</sup> Todos os grifos da citação são do autor.

<sup>195</sup> Grifo do autor.

tempo em curso, pois tal característica pode ser encontrada em outros tipos textuais. Para que haja narrativa, é indispensável que a "temporalidade de base seja conduzida por uma tensão: a determinação retrógrada que faz com que uma narrativa seja direcionada ao seu fim (t + n), organizada em função dessa situação final" (ADAM, 2019, p. 125). O segundo constituinte da *sequência narrativa* é [b] a *unidade temática em torno de um sujeito S*. A presença de um ator, o *sujeito S*, na expressão cunhada pelo autor, é o que confere unidade à ação, mas o critério torna-se pertinente apenas quando em correlação com outros elementos: "com a sucessão temporal (primeiro critério) e com predicados que caracterizam esse sujeito (terceiro critério)" (ADAM, 2019, p. 115).

O terceiro critério de narratividade são os [c] *predicados transformados*, admitindo-se a existência de predicados de [a] estar, de [b] ter ou de [c] fazer, que definem um sujeito em um estado singular. Depois, estes predicados estarão transformados, quando o sujeito já estiver em um instante seguinte. Deve haver, portanto, duas situações, separadas no tempo, nas quais um mesmo sujeito exibe predicados distintos.

O quarto constituinte é a [d] *unidade de um processo*, que invariavelmente combina três elementos: a [a] situação inicial (exposição), o [b] nó (complicação) e a [c] conclusão (desfecho). O processo transformacional envolve uma sequência de etapas. Parte-se de uma situação inicial (um *antes* qualquer), passa-se pela transformação (que pode tanto ser realizada quanto sofrida, envolvendo algum nível de intriga) e chega-se à situação final (o depois). Assim, é possível dizer que,

para que haja narrativa, é necessária uma transformação de predicados ao longo do processo. A noção de processo permite precisar o componente temporal, abandonando a ideia de simples sucessão temporal de acontecimentos. A concepção aristotélica de ação única<sup>196</sup>, formando um todo, não é outra coisa senão o processo transformacional (...), dominado pela tensão (ADAM, 2019, p. 118).

O quinto fundamento da *sequência narrativa* é a [e] *causalidade narrativa da colocação em intriga*, com uma lógica que hierarquiza a relação – a qual, se não fosse a intriga, seria apenas cronológica – entre as cinco partes fundamentais do protótipo da sequência narrativa. O grau de narratividade é dado pelo efeito de intriga

---

<sup>196</sup> A noção de *ação única* é expressa por Aristóteles, na sua **Poética**, de uma maneira bastante simples e direta: "forma um todo o que tem começo, meio e fim". O que, no fundo, se se extrapolar a noção para outros tipos textuais, é uma meta-estrutura recorrente e comum como, por exemplo, em textos dissertativos e argumentativos.

e pela lógica que ela estabelece entre a situação inicial (orientação), o nó (desencadeador), a reação (avaliação), o desfecho (resolução) e a situação final. As situações inicial e final são os limites do processo, enquanto o nó, a reação e o desfecho compõem o núcleo. Uma *sequência narrativa*, do tipo proposto por Adam (2019), difere-se de uma *sequência descritiva* de ações justamente pelo critério da intriga e por essa articulação entre os elementos.

O último constituinte essencial da *sequência narrativa* é a [f] *avaliação final*, que pode ser implícita ou explícita. Trata-se de uma macroproposição avaliativa final, que completa a *sequência narrativa de base*, algo que se aproxima da ideia de uma moral final, a unidade significativa derradeira, produzida pelo encaixe entre todas as partes, a partir de uma hierarquia estabelecida pelos mecanismos organizadores da intriga. É essa coesão especial final, decorrente da lógica narrativa, que gera os efeitos significativos para o processamento específico da leitura deste *tipo de texto*, inclusive para a formação da memória a respeito do material lido e para a legibilidade geral dos enunciados encadeados. Para que se possa confirmar enquanto narrativa, uma determinada sequência textual precisa sobrepor o plano de uma mera sucessão de acontecimentos e chegar ao plano configuracional, sabendo-se que, neste caso, "a unidade é aqui assegurada pelo princípio moral" (ADAM, 2019, p. 128).

A [c] *sequência argumentativa* é o terceiro protótipo apresentado pelo autor, também recorrente em trechos textuais de conteúdos jornalísticos, tanto quanto as duas primeiras. Ela não pode ser confundida com a argumentação em geral, nem com a função argumentativa que a linguagem exerce em situações específicas. Trata-se de uma sequência complexa e versátil, que pode ser abordada em vários planos do funcionamento da linguagem. A definição para discurso argumentativo, apresentada pelo autor, ajuda a estabelecer um limite de entendimento, diante de tantas possibilidades:

Um discurso argumentativo visa intervir sobre as opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou de um auditório, tornando crível ou aceitável um enunciado (*conclusão*) apoiado, de acordo com diversas modalidades, em um outro (*argumentos/dados/razões*). Essas noções de *conclusão* e de *dado* (ou, ainda, de *premissas*) remetem uma à outra, pois um enunciado isolado não é, *a priori*, conclusão ou argumento-dado (ADAM, 2019, p. 146)<sup>197</sup>.

---

<sup>197</sup> Todos os grifos da citação são do autor.

Os encadeamentos *dado-conclusão* e *argumento-conclusão*, propostos por Adam (2019), formam a unidade argumentativa básica, e o efeito de argumentação é percebido quando o leitor/audiência sente um efeito de encerramento. Eles são concretizados pelos movimentos da *indução* e do *silogismo*. O esquema de base da argumentação, no fundo, é uma relação entre *dados* apresentados e uma *conclusão*. A relação guarda um fundamento, implícito ou explícito, que cumpre um papel de *suporte* ou *garantia*, mas também pode ser contrariada, seja por um movimento de *refutação* ou de *exceção*. Os *dados* são os elementos mais explícitos da estrutura, enquanto os demais componentes oscilam com algum grau de implicação ou explicitação.

Com uma brecha permanente à contra-argumentação, Adam (2019) apresenta um esquema complexo para a *sequência argumentativa*. Tudo começa com a *macroproposição argumentativa inicial* (MP.arg.0<sup>198</sup>), que funciona como uma espécie de tese anterior, um ponto de partida, cujo papel de contra-argumentação ou refutação é inegável. Depois, os *dados* (os fatos apresentados na argumentação, que são a *macroproposição argumentativa 1*, a MP.arg.1) recebem o *suporte*, com os princípios de base, que agem como uma *macroproposição argumentativa*, a MP.arg.2. O passo seguinte na cadeia macropropositiva é o flanco para a contra-argumentação, com a *macroproposição argumentativa 4* (MP.arg.4), com a presença de um operador como "a menos que", que interfere justamente no ponto da sequência argumentativa que já engatilhava a *conclusão* (onde se chega pela força, por exemplo, de um conector argumentativo como o "portanto"), a nova tese derivada do movimento de argumentação, denominada pelo autor de *macroproposição argumentativa 3* (MP.arg.3). O esquema comporta dois níveis: um apenas justificativo, alinhavado através das MP.args 1, 2 e 3, e outro com caráter dialógico, ou contra-argumentativo, por força de uma negociação com as MP.arg.0 e MP.arg.4.

O último dos protótipos textuais, descrito pelo autor, que interessa à análise de formações jornalísticas mais frequentes, por se enquadrar na variável *tipos de texto*, pensada pela Psicolinguística, é a [d] *sequência explicativa*. O ponto de partida da caracterização deste protótipo é contrapô-lo aos textos informativos e expositivos, porque, mesmo podendo tê-los como insumo em proposições, o intuito decisivo da

---

<sup>198</sup> Notação adotada no esquema gráfico proposto em Adam (2019) para compreender a sua visão de *sequência argumentativa*. É ilustrativo apresentar a abreviação, apenas para mostrar como o autor tece a arquitetura de descrição das suas sequências textuais de base.

*sequência explicativa* é o de fazer compreender, com a presença, implícita ou explícita, de uma questão inicial a ser elucidada pelo encadeamento de texto. A explicação, então, exibe uma textualidade específica e demarcada, que vai além da informação e da exposição: há algo a ser esclarecido, e por alguém que o pode fazer, o que alicerça a própria função do jornalismo, como visto neste capítulo. Os *conectores explicativos* "por que" e "porque" são os mais representativos de uma variedade de operadores de mesma natureza, que cumprem funções no fenômeno de elucidação e causalidade de algo que foi apresentado à explicação pelos *conectores apresentativos* (como o "eis" e o "é"):

Elemento essencial para a explicação, a combinação do apresentativo com o interrogativo "por que" leva à construção final de um compartilhamento de crenças que é diferente do conhecimento de origem, do questionamento inicial. A explicação termina com um consenso sobre os fatos observados e sobre a causa que os relaciona (...) Essa crença compartilhada é apenas uma etapa: o objetivo final de uma crença compartilhada é um objetivo de ação (ADAM, 2019, p. 188).

O modelo adotado pelo autor, para estruturar a *sequência explicativa*, admite três fases: [a] a constituição do objeto a explicar (reconhecido e aceito) e dos sujeitos da interlocução; [b] o núcleo explicativo; e a [c] ratificação, que é o efeito de sanção (o consenso), ao final do movimento explicativo. A partir dos três planos, Adam (2019) esboça a sua *sequência explicativa de base*, como resultado da articulação de quatro<sup>199</sup> macroproposições, a primeira delas a *macroproposição explicativa 0* (MP.expl.0), facultativa, aquela que promove a esquematização inicial da sequência. A *macroproposição explicativa 1* (MP.expl.1) é a que fixa o problema, a partir de uma pergunta (com os operadores "por que" ou "como"). Depois, como explicação ou resposta, surge a *macroproposição explicativa 2* (MP.expl.2). Com a *macroproposição explicativa 3* (MP.expl.3), ocorre a ratificação-avaliação da estrutura explicativa proposta.

Adam (2019) entende que a construção tipológica em torno das *sequências textuais de base* e dos *protótipos textuais* não tem como objetivo simplificar o que, por natureza, é complexo, ou seja, uma construção textual e o acesso a ela, compreendido por um leitor: "minha concepção da sequencialidade parte do fato de que um leitor confere certa coesão a um encadeamento textual, apoiando-se parcialmente em operações de classificação" (ADAM, 2019, p. 303). Aqui, o argumento é extremamente

---

<sup>199</sup> São quatro, mas a numeração arbitrária do esquema começa com o número 0.



útil à construção teórica psicolinguística dessa tese, pois Adam (2019) reconhece que é a operação de leitura-interpretação o que confere a um texto "uma certa estrutura composicional" (p. 303). A utilidade da formulação também se deve ao seu caráter aplicável à avaliação de determinados *tipos de texto*:

Essas meso-unidades podem entrar em combinações que explicam que alguns textos articulam um número mais ou menos elevado de sequências geralmente diferentes. A caracterização global de um texto resulta de um efeito de dominância: o todo textual é caracterizável, na sua globalidade e sob forma de resumo, como mais ou menos narrativo, argumentativo, explicativo, descritivo ou dialogal. O efeito de dominância é determinado seja pelo maior número de um dado tipo de sequência presente no texto, seja pelo tipo da sequência encaixante (ADAM, 2019, p. 301).

A formulação textual de Adam (2019), portanto, oferece uma base para pensar a variável *tipo de texto*, a partir do potencial de aplicação prática para entender a *leitura jornalística*. A tipologia textual, estipulada pelo autor, indica um poder de organização prévia à leitura, dado que se está falando do reconhecimento de algo que é preexistente ao ato de ler. Para o discurso jornalístico, notoriamente demarcado por gêneros reconhecíveis, a tipologia abre caminho para a identificação de estruturas recorrentes e sua localização em produtos que podem ou não combinar mais de um tipo de recurso linguístico ou de linguagem, dependendo do suporte, se em papel ou na tela de um celular.

### 5.3.6 O tipo de texto *segundo o jornalismo*

Mesmo que não seja um autor dedicado ao pensamento sobre as técnicas da produção jornalística, Goodman (1991) lembra que há uma variedade de estruturas de texto (tipos, tipologias ou gêneros, dependendo da conceitualização adotada) em um produto jornalístico<sup>200</sup>, como as reportagens e as notícias, que têm "suas próprias características textuais, que servem a seus propósitos e fazem-nos predizíveis aos leitores familiarizados com o gênero" (p. 24). Porque sofrem os efeitos específicos da textualidade digital (do dispositivo) – marcada pela concepção *hipermidiática* descrita por Ramón Salaverría (2004 e 2005), baseada na [a] *hipertextualidade*, na [b] *multimedialidade* e na [c] *interatividade*, as mesmas características fixadas<sup>201</sup> pela

---

<sup>200</sup> O autor fala especificamente sobre o jornal impresso, mas nada impede de extrapolar o raciocínio de Goodman (1991) para outros suportes ou plataformas que fazem circular o jornalismo, inclusive a tela do celular.

<sup>201</sup> Há inúmeras formas de caracterizar o ciberjornalismo, mas os três atributos – multimedialidade, hipertextualidade e interatividade – aparecem com frequência e figuram na lista desde os primeiros estudos da área.

noção de *ciberjornalismo* de João Canavilhas (2007) – uma notícia ou uma reportagem, como *tipos de texto* pertencentes a determinados gêneros jornalísticos, são reconfigurados quando se deslocam do papel para a tela de um *smartphone*.

No modelo psicolinguístico, suporte e tipologia textual compõem o eixo de análise da materialidade do texto, e por isso o *tipo de texto* é variável interveniente determinante nas análises a respeito da leitura de textos jornalísticos. É relevante destacar que toda a reflexão sobre o texto precisa levar em conta a correlação com o suporte, porque, como propõe Maurice Mouillaud (1997), o dispositivo não é neutro. Assim, pensar o aspecto jornalístico da variável *tipo de texto* enseja que também se reflita sobre o impacto do suporte (tela) sobre o texto, na direção de configurar a influência da textualidade digital sobre a leitura. Conforme Mouillaud (1997), o dispositivo "não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido" (p. 29). Tal afirmação não é trivial, pois aponta a necessidade de acoplar o suporte às análises sobre o processamento cognitivo dos textos por meio da leitura. Ele chama de *dispositivo* os lugares materiais ou até mesmo imateriais nos quais se inscrevem os textos, sendo considerado não apenas uma forma, mas uma matriz que impõe limites e circunstâncias aos textos, até mesmo institucionais, ainda que a internet, de alguma maneira, fragilize o *status* da escrita, como argumenta Mouillaud (1997), de forma premonitória, nos primeiros momentos de existência da rede mundial:

De um ponto de vista genético, vemos que existe uma antecedência invertida de um para o outro, em que cada qual desempenha, de forma alternada, o papel de gerador. Descrevemos os dispositivos como sendo matrizes (muito mais do que suportes) em que se vinham inscrever os textos. Neste sentido, o dispositivo (...) existe antes do texto, ele o precede, comanda sua duração (...) e extensão (...). A antecipação do dispositivo não significa, contudo, a passividade do texto (MOUILLAUD, 1997, p. 33).

Dispositivo e texto, portanto, condicionam-se reciprocamente. Por isso, enxergar a variável *tipo de texto*, do ponto de vista jornalístico, significa ponderá-la, pelo menos, de duas maneiras. Em primeiro lugar, em sua forma tradicional, exclusivamente a partir do seu aspecto verbal, na linha proposta por Adam (2019), imaginando-a acoplada ao suporte/dispositivo papel. A segunda possibilidade é averiguar a sua condição de *digitalidade*<sup>202</sup>, situação em que as particularidades derivadas do ambiente tela devem ser salientadas e ponderadas. Há mais de uma forma de caracterizar o texto jornalístico, com os seus *tipos de texto* pensados como proposto

---

<sup>202</sup> O termo será usado ao longo desta tese como uma síntese de aspectos ligados ao universo do digital e do impacto da tecnologia digital (sobretudo a tela, conectada ou não à internet) sobre os fenômenos observados.

por Goodman (1991), como uma superestrutura, que organiza a leitura, a partir de seus elementos constituintes, seus fundamentos ou seus textos típicos.

#### **5.3.6.1 Primeiro movimento: os formatos tradicionais**

Uma visão sobre os *tipos de texto* jornalísticos pode ser iniciada a partir dos postulados de John Swales (1990) para a noção de *gênero discursivo*, ancorada no aspecto do *propósito comunicativo* que uma determinada estrutura textual cumpre para uma *comunidade discursiva* específica. Assim, o *gênero discursivo*, por conceito, é um *evento comunicativo* guiado por um *propósito comunicativo* para uma *comunidade discursiva*. A comunidade familiariza-se com determinados gêneros, na medida em que cumprem objetivos, propósitos ou finalidades, no interior dos ambientes de interação e troca de informações de um determinado grupo social. Como o argumento para apontar o caráter jornalístico da *leitura jornalística* está embasado nas *condições de finalidade* e nos *objetivos de leitura*, é produtivo recorrer a Swales (1990). No jornalismo, em primeiro lugar, é o *efeito de real* que funda a relação dos públicos com o material jornalístico, seja ele qual for.

Mesmo que tenha ponderado, em estudos posteriores, o grau de capacidade de reconhecimento de uma comunidade em relação às características dos gêneros – que não seria distribuído de uma forma tão homogênea, como pensara inicialmente – e também diante da dificuldade de prever fronteiras precisas entre os diversos tipos de texto reconhecíveis por uma comunidade, é útil elencar as seis características que estruturam as *comunidades discursivas*, segundo Swales (1990), porque ajuda a entender como a estrutura textual modula a relação da audiência com os textos que consome: [a] um conjunto de objetivos públicos em comum; [b] mecanismos de participação entre os membros; [c] uma certa troca de informações; [d] capacidade de desenvolver gêneros próprios; [e] léxico específico; e [f] certa hierarquia entre os seus integrantes. Swales (1990) defende que o *propósito comunicativo* de um gênero organiza a sua estrutura. Se se alterar o propósito – ou o objetivo do ato comunicativo<sup>203</sup>, ainda que possam ser difusos – ocorre até mesmo uma mudança de gênero, que são relativamente estáveis e abrangentes, em suas formas e conteúdos.

---

<sup>203</sup> Noção semelhante já foi trabalhada ao se falar sobre os *objetivos de leitura* e sobre como uma leitura pode se alterar porque se alteram os *objetivos de leitura*, da forma como pensados pela Psicolinguística.

*Notícia*<sup>204</sup> e *reportagem* são consideradas, a partir das ideias de Swales (1990), trabalhadas por Adair Bonini (2014b), gêneros centrais em uma plataforma jornalística. Suas estruturas textuais possuem uma natureza tipológica específica e reconhecível pela audiência. Bonini (2014b) defende a ideia de existência de um *gradiente* entre os dois gêneros mais representativos do jornalismo, com a possibilidade de formações mistas intermediárias, combinando características em um contínuo que se estenderia entre os dois extremos, onde figuram as formas puras de *notícia* e *reportagem*. Bonini (2014b) insere, além dos aspectos do propósito e da nomenclatura – que provêm do próprio conceito de gênero, como formulado por Swales (1990) –, mais dois elementos para servir de base à caracterização da *notícia* e da *reportagem* jornalísticas, do ponto de vista textual: [a] os aspectos da produção e da leitura e [b] a organização textual propriamente dita. No primeiro elemento, salienta, ainda, tanto a necessidade de se observar as regularidades textuais (as tipologias reconhecíveis) quanto as práticas de leitura.

A caracterização da *notícia* e da *reportagem*, seja em sua essência textual, seja como gênero discursivo, pode começar com a lembrança de Oswaldo Coimbra (1993) de que todo o texto deve ser pensado a partir de uma dupla natureza<sup>205</sup>, uma voltada para fora – as inúmeras relações contextuais que o texto mantém com a realidade – e outra voltada para dentro, aos meandros da sua estrutura. As duas faces encaixam-se na reflexão a respeito do *tipo de texto*, conforme arquitetado pela Psicolinguística, como, por exemplo, na concepção de *texto e contexto* de Giasson (2000). *Notícia*<sup>206</sup> será entendida aqui como o relato de uma "série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante, e de cada fato a partir do aspecto mais importante ou interessante" (COIMBRA, 1993, p. 9). Em uma *notícia*, os fatos estão entrelaçados em

---

<sup>204</sup> É oportuno que se faça uma distinção de nomenclatura, pois neste trecho do trabalho, está se referindo à palavra *notícia* como um suporte para a ideia de *notícia-gênero*, não como *notícia-fato* (novidade, alteração informativa da normalidade).

<sup>205</sup> De uma certa forma, pode-se dizer que essa dupla natureza, que destaca e pondera os aspectos contextuais de todo texto submetido à audiência, modula boa parte do panorama teórico sobre a leitura, produzido no Capítulo 3.

<sup>206</sup> A noção de *notícia* está permeada pelas conclusões tradicionais, dentro do pensamento jornalístico brasileiro, de Nilson Lage (1985), Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré (1986) e Cremilda Medina (1988). Em síntese, o formato (gênero) diferencia-se da *reportagem* pelo tratamento que dá ao fato transformado em relato jornalístico. Medina (1988) vai dizer que a diferença estabelece-se no tempo da ação estruturada como relato e no processo de narrar, combinando recursos estilísticos: "enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a grande reportagem reconstitui o já no antes e depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal e menos presente (p. 134). Bonini (2014b, p. 216-217) faz um inventário de definições, que corrobora a opção por uma conceituação de *notícia* que leve em conta o propósito comunicativo (a finalidade), as condições de produção e o processo de leitura.

um relato de natureza jornalística, não em função de uma dada temporalidade, mas em decorrência da importância ou interesse da informação. O principal fato é destacado pelo autor do relato para compor o primeiro parágrafo da construção, o *lead* noticioso. A partir da noção de relato, conforme Coimbra (1993), aplica-se uma camada discursiva, como gênero, em que a *notícia* cumpre o propósito de relatar algo, "um ou mais fatos dentro de padrões de escrita jornalística e de acordo com uma pretensa neutralidade" (BONINI, 2014b, p. 218).

Já a *reportagem* – o texto longo, que se insere na tradição do *jornalismo narrativo*, do *jornalismo literário* ou do *longform journalism*, investigado por essa tese – como tipologia textual, opõe-se necessariamente à *notícia* por conta do tratamento da informação e por uma natureza essencialmente narrativa que lhe é característica. Ferrari e Sodré (1986) sinalizam que os principais traços de uma *reportagem* são: [a] predominância da forma narrativa; [b] humanização do relato; [c] texto de natureza impressionista; e [d] objetividade dos fatos narrados. Essas características, vistas de forma integrada, sinalizam preocupações que extrapolam a estrutura textual propriamente dita e alcançam a técnica de produção, tanto a apuração dos fatos e das informações, quanto o estilo na condução textual. De acordo com o assunto, o aspecto pode se sobressair mais ou menos em uma *reportagem*, mas “será sempre necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja presente numa reportagem, ou não será reportagem” (FERRARI, SODRÉ, 1986, p. 15).

Enquanto a *notícia* possui uma natureza eminentemente informativa, a *reportagem* deriva para outros padrões estruturais, conforme Coimbra (1993). O autor trabalha com três matrizes: [a] *descritiva*, [b] *narrativa* e [c] *dissertativa*. Ele também considera, na mesma linha de Adam (2019), que as matrizes organizam a leitura, na medida em que oferecem um esquema abstrato reconhecível (a *sequência textual de base*), que fixa uma determinada ordem para frui o e posterior compreensão de um texto. Embora com perfil tipológico, as matrizes apresentadas por Coimbra (1993) não são homog neas ou absolutas, admitindo a possibilidade de existência de textos com configura es mistas. Diante da variedade de combina es,   preciso fixar constantes que permitirão a classifica o e a reflexão a respeito do *tipo de texto da reportagem*:

Embora haja sempre num texto uma estrutura dominante, aquela que representa o seu esquema fundamental, pode haver também parte de outra estrutura, adquirindo, neste caso, uma conforma o de texto misto. Ou seja, um texto que, mesmo pertencendo a uma matriz – a narrativa, por exemplo – , cont m partes de outras matrizes – da descritiva e/ou dissertativa, conseqüentemente (COIMBRA, 1993, p. 11).

Pensar a *reportagem* a partir de uma [a] *matriz descritiva* exige o mesmo cuidado já apontado por Adam (2019) em relação à *sequência descritiva*, a mais difícil de caracterizar, pois é o tipo textual menos autônomo e mais dependente do uso que o autores fazem em suas criações textuais e da articulação que mantém com outras modalidades textuais. Mesmo assim, possui traços característicos e distintivos, na linha sublinhada por Adam (2019) e assim apresentados por Coimbra (1993): “1ª um tema-chave que enuncia a sequência descritiva; 2ª uma série de subtemas; 3ª expansões predicativas (atribuições de qualidades, de ações, aos subtemas” (p. 19). Apesar dos limites naturais da descrição, a *matriz descritiva* também oferece uma estrutura lastreada em elementos constituintes e modos de articulação. Porque não se apresenta de uma forma pura e está a serviço das duas outras matrizes textuais, a *matriz descritiva* invariavelmente se sujeita às finalidades de narrar ou dissertar.

A segunda estrutura peculiar à *reportagem*, de acordo com Coimbra (1993), é a [b] *matriz narrativa*. Está ancorada em uma dimensão temporal, refere-se primordialmente à ação de uma pessoa, em torno da qual estão subordinadas descrições de situações e objetos, além de relações de anterioridade e posterioridade de comportamentos. Três categorias acionam o esquema narrativo: a exposição, a complicação e a resolução de uma trama. Na matriz narrativa, as noções de ordem, desequilíbrio e reequilíbrio de um enredo explicam a forma como a história se articula, ainda que, jornalisticamente, presa à exigência de verificabilidade e submetida às finalidades de retratar o real. A estrutura da narração, frequente em *reportagens* pelo caráter de aprofundamento e extensão da pauta que lhe é peculiar, sobretudo em oposição à *notícia*, reacende a discussão sobre os limites ficcionais da criação jornalística. Os *tipos de texto* jornalísticos, em sua essência não ficcionais, seguem amarrados às condicionantes de veracidade:

É claro que a valorização da expressão do plano de expressão (da função poética da linguagem<sup>207</sup>) no jornalismo terá de respeitar o compromisso com a clareza, decorrente da obrigação de informar. Isso significa que, para o jornalismo, ao contrário do que ocorre com a literatura, estará vetada a produção de texto radicalmente autocentrado – sem a função referencial da linguagem –, através do qual, por conseguinte, se obtenha não alguma forma de captação do real, mas apenas efeitos expressivos tais como ritmo, rima, sonoridade, simetria, etc. (...) o texto jornalístico nunca poderá ser *opaco*, interpondo-se entre a leitura e os acontecimentos narrados. Ao invés disso, deverá ser sempre transparente (COIMBRA, 1993, p. 18-19)<sup>208</sup>.

---

<sup>207</sup> Na linha proposta por Jakobson (1987).

<sup>208</sup> Este argumento o autor extrai de Mesquita (2007).

Por fim, a terceira estrutura que pré-organiza a *reportagem* é a [c] *matriz dissertativa*. Nela, sobressai o compromisso argumentativo, de tentar convencer alguém sobre um determinado enfoque, a partir, sobretudo, da argumentação, mas também contando com a explicação. Deste modo, como exigido pelo discurso argumentativo, a *matriz dissertativa* cobra que a *reportagem* seja estruturada a partir de uma rigorosa organização lógica, com o uso do que Adam (2019) chama de *conectores argumentativos*, sem a qual o argumento se fragiliza. Para Adam (2019), o *efeito de argumentação* é produzido apenas quando o leitor identifica os encadeamentos *dado-conclusão* e *argumento-conclusão*. Coimbra (1993) lembra que a matriz argumentativa produz seus efeitos quando há consistência no raciocínio e evidência das provas, o que, no jornalismo, provém dos fatos, dos testemunhos, dos exemplos e das *ilustrações*<sup>209</sup>. Quando combinados, articulam e propiciam a confirmação da tese que estrutura a argumentação. No modelo de *reportagem dissertativa* proposto por Coimbra (1993), os parágrafos, iniciados com tópicos-frasais – ideias que informam logo no início o objetivo argumentativo do bloco de texto que vem a seguir – cumprem uma função de organizar argumentativamente o texto.

É válido, para fechar o primeiro movimento, aproximar a caracterização dos aspectos exclusivamente verbais dos textos jornalísticos clássicos, ou tradicionais, como *notícia* e *reportagem*, da tipologia apresentada por Adam (2019). Como visto na fundamentação de Ferrari e Sodré (1986), Coimbra (1993) e Bonini (2014b), os dois *tipos de texto* mais emblemáticos do jornalismo também são guiados por matrizes que lhes organizam a estrutura. Textos informativos, como a *notícia*, contêm *sequências argumentativas* e *explicativas*, ainda que não necessariamente reproduzam todos os seus elementos. Os mesmos dois tipos de sequência estão bastante presentes em *reportagens*, na medida em que se trata do texto jornalístico melhor dotado para cumprir as tarefas de esclarecimento e aprofundamento. O mesmo vale para a sintonia entre as *sequências narrativas* e a *reportagem*. As *sequências descritivas*, ainda que autônomas, são facilmente localizadas, tanto em *notícias*, quanto em *reportagens*.

---

<sup>209</sup> Para Coimbra (1993), *ilustrações* (não em um sentido gráfico, mas em um caráter de ferramenta de esclarecimento) são pequenas histórias ou derivações textuais que ilustram aspectos da linha argumentativa.

### **5.3.6.2 Segundo movimento: a digitalidade**

O segundo movimento para caracterizar a variável *tipo de texto* a partir de aspectos jornalísticos passa por se debruçar sobre a influência da textualidade digital sobre a organização do texto. Assim, como já foi dito, as particularidades derivadas do ambiente tela devem ser ponderadas, e a base prévia para delinear o impacto digital, antes da seleção final de sete características<sup>210</sup>, estará nos trabalhos de Jo Bardoel e Mark Deuze (2001), Javier Noci (2004), Salaverría (2004 e 2005), Lúcia Santaella (2004), Canavilhas (2007) e Canavilhas e outros (2014a). A opção por estes textos de referência deve-se ao fato de eles se concentrarem na apresentação de características essenciais do que se denomina *ciberjornalismo*, *jornalismo digital* ou *webjornalismo*<sup>211</sup>. Como sustentam Bardoel e Deuze (2001), a internet reconfigura e cria um novo tipo de jornalismo, em rede, a partir de [a] uma nova prática profissional, de [b] um novo potencial tecnológico e de [c] uma nova relação entre os conteúdos e as audiências.

O termo *jornalismo em rede*, usado por Bardoel e Deuze (2001)<sup>212</sup>, expressa e caracteriza essa transformação, que condiciona a nova experiência espaço-temporal do *ciberjornalismo*<sup>213</sup> e cuja base está na [a] *interatividade*, na [b] *customização do conteúdo*, na [c] *hipertextualidade* e na [d] *multimedialidade*. A *interatividade* tem a ver com a possibilidade de permitir que o leitor, a audiência, faça parte, de alguma maneira, da experiência da *notícia* ou da *reportagem*. A *customização do conteúdo* significa colocar o jornalismo a serviço de uma interação específica e individual com o usuário, seja baseada em um perfil, seja lastreada por comportamentos recorrentes de navegação. A *hipertextualidade*, ancorada nos nós e no próprio espírito de deriva da internet, aciona para o leitor a possibilidade de alcançar a "informação sobre a

---

<sup>210</sup> Adota-se este procedimento de caracterização, em duas camadas, justamente porque se trata de uma linguagem ainda em evolução e porque as reflexões ainda estão se sedimentando.

<sup>211</sup> É extensa a bibliografia e a ponderação a respeito da melhor forma de denominar as experiências jornalísticas realizadas a partir da internet e de como a rede de computadores e os aparatos digitais de leitura conectados a ela reconfiguram a prática profissional e a experiência de consumo de notícias e reportagens, independente das linguagens e das plataformas. Esta tese adota o termo *ciberjornalismo*.

<sup>212</sup> Um dos mais citados trabalhos a propor uma caracterização sobre o jornalismo digital, na bibliografia usada para sustentar a argumentação desta tese.

<sup>213</sup> Os autores argumentam, inclusive, que o impacto das características do *ciberjornalismo* transborda dos ambientes em geral e alcança o jornalismo como um todo, na medida em que reconfigura a linguagem, o negócio e a profissão: "Interatividade, personalização de conteúdo, hipertextualidade e multimedialidade estão redefinindo o jornalismo da perspectiva da Internet, mas seus componentes têm implicações para o jornalismo em geral. Esse impacto pode ser contextualizado quando se considera o jornalismo *online* como catalisador de mudanças na profissão como um todo" (BARDOEL; DEUZE, 2001).



informação" (BARDOEL; DEUZE, 2001). O impacto hipertextual, na medida em que libera o leitor para dosar a navegação e buscar o aprofundamento sob demanda, corrói "ainda mais a tradicional diferença entre tipos de notícias e gêneros dentro das notícias" (BARDOEL; DEUZE, 2001), justamente porque coloca na mão do leitor o controle sobre o rumo do consumo da informação. Por fim, a *multimedialidade* seria, em uma primeira abordagem, uma consequência tecnológica imediata da internet, expressa pela convergência de linguagens tradicionais (texto, imagem, som) em uma mesma história.

Santaella (2004), ao caracterizar o ciberespaço e identificar os fundamentos da linguagem *hipermídia*, também delinea o impacto da tecnologia digital sobre a variável *tipo de texto*, em uma argumentação que pode ser transposta para a especificidade dos textos jornalísticos. Em primeiro lugar, a noção particular de *ciberespaço*, proposta por ela (SANTAELLA, 2004), já contemplaria o alcance da transformação, na medida em que é considerado o conjunto de espaço informacional de múltiplas dimensões, feito de "circuitos informacionais navegáveis" (p. 45), que permite ao usuário interagir e manipular os fluxos de informação, valendo-se da maleabilidade da estrutura hipertextual das plataformas informáticas.

O *tipo de texto*, então, está sujeito à configuração da *linguagem hipermídia*. O primeiro traço deste tipo de expressão, derivada do digital, é a [a] hibridização de linguagens, códigos e mídias, que acaba proporcionando uma mistura de sentidos receptores, lembrando que o próprio usuário/leitor interage com o conteúdo e se reveste de um poder de modelar a combinação de linguagens em que o conteúdo foi entregue. Assim, o texto será lido em convivência com outras linguagens, o que impacta o processamento da leitura. O segundo traço é a [b] capacidade de armazenar informações, de forma praticamente exponencial, também submetida à interação com o receptor. Assim, o leitor se coloca na condição de co-autor, manipulando incontáveis versões, a partir do percurso pelos nós, nexos e trajetos das redes de *hipertexto*. Reconfigurado pela *hipermídia*, o texto salienta o seu potencial não sequencial e multidimensional.

A variável *tipo de texto* também é transformada pela *linguagem hipermídia*, a partir da [c] capacidade de criar roteiros específicos, que guia o leitor durante a navegação. Sem um mapa cognitivo, um roteiro, o usuário/leitor fica sujeito à frustração e à desorientação, devido à quantidade abundante de informação.

Por fim, Santaella (2004) destaca que a *linguagem hipermídia* condiciona o *tipo de texto* na medida em que é eminentemente uma [d] linguagem interativa. O leitor não consegue usar a hipermídia de modo passivo, pois sempre há um comando que precisa ser acionado para fazer os conteúdos avançarem ou retrocederem:

É o usuário que determina qual informação deve ser vista, em que sequência ela deve ser vista e por quanto tempo. Quanto maior a interatividade, mais profunda será a experiência de imersão do leitor, imersão que se expressa na sua concentração, atenção, compreensão da informação e na sua interação instantânea e contínua com a volatilidade de estímulos (SANTAELLA, 2004, p. 53).

Salaverría (2004) aponta três ingredientes que reconfiguram a linguagem jornalística, como fatores que também condicionam os *tipos de texto* no segundo movimento de análise. Para o autor, seu impacto, no jornalismo, decorre das novas possibilidades linguísticas que abrem. O primeiro deles é a [a] *multimedialidade*, a capacidade de combinar linguagens, que antes estavam apartadas e passam a ser processadas não só em decorrência do potencial tecnológico, mas do potencial expressivo. O segundo é a [b] *hipertextualidade*, a "capacidade propiciada pela rede de organizar estruturas discursivas, lineares ou não lineares, mediante unidades de conteúdo multimídia (textos, imagens e sons)" (SALAVERRÍA, 2004, p. 41). É lúcido e pertinente um jogo de palavras proposto pelo autor, para ilustrar o impacto do hipertexto sobre o jornalismo: com a arquitetura hipertextual, o "jornalista propõe, mas o leitor dispõe" (SALAVERRÍA, 2004, p. 41). Manejar este fator exige do jornalista organizar, de forma estratégica, os nós com derivação de conteúdo, com o intuito de manter o discurso coerente, completo e múltiplo, oferecendo aos leitores o que o autor chama de *itinerário de leitura*.

O terceiro fator descrito por Salaverría (2004) é a [c] *interatividade*. São os canais e as formas de interação da audiência com os conteúdos jornalísticos, propiciados por ferramentas e recursos digitais<sup>214</sup>. Na rede, o jornalismo perde o monopólio da palavra, o que Dan Gillmor (2005) vai chamar de transição do jornalismo como *palestra* para o jornalismo como *seminário*, ou *conversa*, o que leva a uma mudança de atitude entre todos os elos do processo de comunicação jornalística.

---

<sup>214</sup> Retomando um argumento já apresentado no Capítulo 2, o aspecto interativo do *ciberjornalismo*, em suas mais variadas combinações, de uma certa forma propicia que se investigue o que realmente acontece com o leitor durante a leitura (suas reações diante do processamento do ato leitor), podendo ser um poderoso instrumento de investigação sobre a leitura em si.

Consolida-se, com a *interatividade*, o *leitor ativo*, e, a partir dela, em combinação com os dois primeiros fatores, uma nova linguagem jornalística.

Com o objetivo de definir os parâmetros finais para a consideração do impacto da *digitalidade* sobre a variável *tipo de texto*, recorre-se ao trabalho de Canavilhas e outros (2014), no qual os autores discorrem sobre cada uma das sete características apontadas como ponto de partida para definir o tipo de jornalismo de se faz na web: [a] *hipertextualidade*, [b] *multimídia*, [c] *interatividade*, [d] *memória*, [e] *instantaneidade*, [f] *personalização* e [g] *ubiquidade*. Esclarecendo cada uma delas, já que serão incorporadas ao modelo proposto:

[a] *Hipertextualidade*: Canavilhas (2014) considera a forma mais ou menos complexa com a qual, por meio de uma estrutura de nós e *links*, ocorrem hiperligações entre blocos informativos, sejam ou não textuais. A rede de caminhos, aberta pela *hipertextualidade*, tem impacto sobre a organização textual, reconfigurando a estrutura de encadeamento do texto, a partir de uma variedade de modelos (modos de leitura não sequencial), e até mesmo articulando uma nova linguagem jornalística. Nela, as consequências da leitura em tela têm impacto na própria organização final da informação, oferecendo rotas e opções de escolha e navegação ao leitor;

[b] *Multimídia*: Salaverría (2014) evita uma definição de *multimídia* restrita à mera combinação numérica de mais de uma linguagem. Faz isso porque, segundo ele, qualquer junção numericamente superior a um tipo de linguagem já seria multimídia, como por exemplo, a página de um jornal impresso, com o uso de texto e fotografia. Salaverría (2014) diz que são oito os elementos essenciais mais frequentemente misturados (texto, fotografia, gráficos, vídeo, animação digital, discurso oral, sons e vibração), podendo chegar a mais quatro no futuro (temperatura, forma, aroma e sabor). No total, estes 12 elementos irão abarcar e estimular os cinco sentidos humanos. Os elementos de linguagem devem ser combinados a partir de critérios de composição, de modo a produzir um resultado coordenado, [a] por compatibilidade, [b] com complementaridade, [c] com ausência de redundância, [d] com hierarquização, [d] com ponderação e [e] com adaptação aos parâmetros do meio digital. A partir da forma como os elementos são combinados, Salaverría (2014) identifica três tipos de *multimídia*: [a] *multimídia por justaposição* (apesar de mais comum, é limitada, pois se trata da apresentação de dois tipos de linguagem simultaneamente, o que prejudica a atenção); [b] *multimídia por coordenação* (em que se adota uma linguagem informativa múltipla, articulando

todas as peças informativas) e [c] *multimedialidade por subordinação* (quando há uma relação hierárquica, um vídeo usado para explicar o aspecto de um texto que lhe é superior);

[c] *Interatividade*: seria, conforme Alejandro Rost (2014), a capacidade progressiva, gradual, que um meio de comunicação tem de conferir poder de seleção e intervenção ao *utilizador* (leitor, usuário ou webusuário), sem substituir a função do jornalismo como organizador da vida social. Seria, segundo ele, uma propriedade verificada no jornalismo em geral, não só no digital. Há dois tipos de interatividade, conforme Rost (2014), a [a] *interatividade seletiva*, que representa as decisões individuais<sup>215</sup> de consumo de informação adotadas pelo *utilizador/leitor*, geralmente valendo-se de recursos hipertextuais, e a [b] *interatividade comunicativa*, quando o usuário ocupa espaços de conteúdos e gera novas informações em plataformas comunicativas, como em comentários e *blogs*. A forma como aderem a um dos dois tipos gerais de interatividade, propostos por Rost (2014), ajuda até mesmo a tipificar os utilizadores, em dois perfis: o [a] *utilizador leitor* (associado à ideia restrita de consumo) e o [b] *utilizador produtor* (à ideia de produção, processamento e distribuição);

[d] *Memória*: Marcos Palacios (2014) entende a *memória* como a propriedade dos ambientes digitais de ampliar os contextos informativos, a partir dos quais produtores e consumidores de materiais jornalísticos estruturam a sua relação com a informação, valendo-se da capacidade praticamente ilimitada de armazenamento. O acesso instantâneo a recursos de *memória*, geralmente por meio de rotas hipertextuais, transforma-se em um elemento da narrativa jornalística contemporânea<sup>216</sup>, além de reconfigurar a temporalidade que marca o jornalismo. Bases de dados jornalísticas e não jornalísticas podem ser cruzadas, de forma assíncrona, criando o que Palacios (2014) chama de *plurivocalidade*, ou *teor conversacional*, expressão de uma

---

<sup>215</sup> Rost (2014) alerta para o impacto do dispositivo tela na *interatividade seletiva*, na medida em que a taticidade específica de celulares e tabletes convida "a explorar novas formas para a apresentação e o consumo de informação" (p. 57). Ou seja, o suporte também interfere na forma como o *utilizador/leitor* dosa a sua sequência particular de consumo de informação.

<sup>216</sup> Palacios (2014) destaca o fato de a propriedade da *memória*, no jornalismo digital contemporâneo, oferecer uma possibilidade perene de aprofundamento: "a memória – na medida em que funciona como um elemento de produção de contexto e adição de profundidade para o produto jornalístico – deve ser considerada uma das variáveis a ser observada e mensurada quando está em causa a avaliação de qualidade" (p. 104).

capacidade praticamente infinita, quase à saturação, que cada usuário/leitor tem de produzir e acessar memória a partir da rede, sem esquecer a profunda relação que memória e processamento leitura, tanto do ponto de vista fisiológico (no processamento da leitura) quanto do histórico (da relação entre leitura e memória individual e coletiva, como retratado no Capítulo 2);

[e] *Instantaneidade*: Paul Bradshaw (2014) discute uma característica que decorre da velocidade frenética dos ambientes digitais impulsionados pela internet, muito embora ressalve que velocidade e jornalismo vivem uma combinação bastante íntima desde o início da organização da imprensa e sempre com o suporte da tecnologia. Ou seja: não é uma propriedade original ao *ciberjornalismo*. A *instantaneidade*, para Bradshaw (2014), é uma característica múltipla, ligada ao [a] publicar, ao [b] consumir e ao [c] distribuir, sendo que cada uma delas é condicionada por inúmeros fatores tecnológicos e por especificidades de determinadas plataformas, como as redes sociais. O autor alerta para a necessidade de combinar o "ser o primeiro" com o "ser mais profundo", conciliando os compromissos de conquistar a audiência pela velocidade, mas com o engajamento propiciado pela profundidade;

[f] *Personalização*: Mirko Lorenz (2014) entende que a tecnologia proporciona, ao jornalismo na web, um novo nível de personalização e interação quase individual entre emissores e receptores. No modelo proposto pelo autor, a propriedade se manifesta em seis níveis. O primeiro nível é [a] *capacidade de resposta*, a possibilidade de os formatos se adaptarem aos dispositivos; o segundo é a [b] *adaptação de acordo com a hora do dia*; o terceiro é a [c] *interação significativa*, em que o usuário/leitor pode até mesmo deixar comentários; a quarta é o [d] *apoio para tomada de decisão*, por meio de ferramentas de busca e algoritmos que auxiliam o usuário a optar por algo; a quinta é a [e] *atualização momentânea*, também com o apoio de calibração de informações e algoritmos que automatizam as adaptações de interesse do usuário/leitor; e, por último, a [f] *adaptação para mudar*, que é a própria capacidade de os aplicativos se adaptarem às mudanças, determinadas pelas informações de contexto, como a visualização em realidade aumentada;

[g] *Ubiquidade*: De forma simplificada, trata-se de uma propriedade tratada por John Pavlik (2014) como a capacidade de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, detectada em suportes digitais tela, mas mais característica das telas de *tablets*, notebooks e celulares. No caso das possibilidades tecnológicas da mídia contemporânea, significa que todos podem acessar a rede e consumir informações

digitais, além de poder, ainda, produzir informações de natureza testemunhal ou interativa. A primeira consequência da *ubiquidade*, para o jornalismo, seria [a] a *emergência do jornalismo cidadão*, com seus inúmeros desdobramentos sobre a participação cidadã e a democracia. A segunda seria o [b] *jornalismo imersivo*<sup>217</sup> e *geolocalizado*, que se vale de recursos técnicos para proporcionar novas experiências narrativas e adaptações de forma e conteúdo ao contexto geográfico da navegação (usando como parâmetro inputs de GPS). O terceiro desdobramento seria [c] o *jornalismo baseado em dados*, com a possibilidade de combinação e geração de conteúdos a partir de imensas bases de dados. Um exemplo seriam as narrativas baseadas em visualização de dados. Por último, [d] o *declínio da privacidade*, na medida em que a mobilidade e a conectividade proporcionadas pela tecnologia geram, como subproduto, um clima de vigília e um potencial de monitoramento permanente.

O modelo psicolinguístico de *leitura jornalística* proposto por esta tese, portanto, considera *campo textual* aquele que, além de oferecer os parâmetros para pensar o impacto da variável *tipo de texto*, da forma como apresentada por Adam (2019), proporciona o recurso metodológico para refletir sobre a influência do suporte, ou dispositivo. No modelo sugerido, e que será explicado adiante, o *plano das sequências textuais* reúne, não só os esquemas estruturais da tipologia de Adam (2019) – o *descritivo*, o *narrativo*, o *argumentativo* e o *explicativo* –, como, também, os traços das estruturas textuais eminentemente jornalísticas, como a *notícia* e a *reportagem*, que tanto podem ser apresentadas ao leitor de uma forma tradicional como na sua digitalidade, sob o impacto das sete propriedades – *hipertextualidade*, *multimedialidade*, *interatividade*, *memória*, *instantaneidade*, *personalização* e *ubiquidade* – elencadas por Canavilhas e outros (2014). O *plano do suporte* reúne, no modelo, os recursos para pensar os parâmetros do digital e do suporte tela.

### 5.3.7 A variável estilo cognitivo do leitor

Uma abordagem cognitiva da leitura, focada nos fundamentos da Psicolinguística, foi apresentada no Capítulo 3. Basicamente, parte da concepção *interativa*, que concilia os movimentos *ascendente* e *descendente* da leitura. Em síntese, trata-se da articulação entre as variáveis que decorrem do perfil do leitor e as

---

<sup>217</sup> A noção de *jornalismo imersivo* encaixa-se na ideia dos produtos mais bem desenvolvidos do *longform journalism*, em que a combinação tecnológica de linguagens, em ambientes digitais, cria possibilidades bastante ricas de aprofundamento e experiências de consumo, portanto, de leitura. Nelas, o leitor mergulha em experiências de consumo de informação.

características do material escrito, entre elas o suporte (dispositivo). A título de construção do argumento que leva à formulação do modelo psicolinguístico para a *leitura jornalística*, a *variável estilo cognitivo* do leitor será tratada de uma forma diferente das três variáveis anteriores, sem um desdobramento específico de natureza jornalística, como o realizado nas Seções 5.3.2, 5.3.4 e 5.3.6. A decisão pela adaptação do procedimento deve-se à hipótese levantada por esta tese de que a maneira como o leitor aciona os seus movimentos cognitivos é um fator individual que se manifesta do mesmo modo.

Detalhada em seus fundamentos psicolinguísticos no Capítulo 3, conforme a formulação de Goodman (1991), a *variável estilo cognitivo do leitor* reúne os movimentos cognitivos que organizam a forma como o leitor conduz a sua leitura específica e particular. A *variável* desdobra-se em seis estratégias, que são acionadas e articuladas durante o movimento de leitura:

[a] *iniciação* ou *reconhecimento* da tarefa de leitura;

[b] *amostra* ou *seleção*, que se relaciona à seletividade (depuração) essencial a todo processo cognitivo;

[c] *inferência*, articulada a partir de um sistema de pistas e adivinhações, baseada na confiança e no domínio que o leitor tem nos seus mecanismos de leitura;

[d] *predição*, que é a antecipação do que está por vir na leitura, em decorrência do processo transacional inerente ao movimento do leitor;

[e] *teste*, que é a confirmação e a desconfirmação, oriundo do processo de automonitoramento pelo leitor, durante a leitura;

[f] *finalização*, com função oposta à da *abertura*.

O leitor expressa o seu *estilo cognitivo* ao manejar as estratégias cognitivas e dosá-las na tarefa de processar os textos. Cada leitor, incluindo os de jornalismo, combina a sua dose de estratégias cognitivas e mistura, a sua maneira, traços de determinados perfis de leitura. Um modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística* precisa prever o comportamento desta *variável*, pois ela indicaria a forma particular com a qual o leitor mobiliza os elementos mentais com que processa a sua leitura.

Também é possível falar em *estilos cognitivos* a partir de uma perspectiva evolutiva, como faz Santaella (2004, 2013), ao organizar uma tipologia com quatro perfis que se constituem ao longo do tempo e em meio ao processo de afirmação tecnológica de formatos e suportes. Eles materializam, conforme Santaella (2004),

transformações em controles perceptivos e cognitivos, além de incidirem sobre os mecanismos inferenciais. A autora assim estipula os quatro perfis, já absorvendo as transformações de natureza digital que interessam a este trabalho: o [a] *leitor contemplativo*, o [b] *leitor movente*, o [c] *leitor imersivo* e o [d] *leitor ubíquo*:

Partimos do pressuposto de que há vários modos de ler, há vários tipos de leitores que são plasmados de acordo com as reações e habilidades que desenvolvem diante dos estímulos semióticos que recebem. Ler livros configura um tipo de leitor bastante diferente daquele que lê linguagens híbridas, tecidas no pacto entre imagens e textos. Este leitor, por sua vez, também difere de um leitor de imagens fixas ou animadas que ainda difere de um leitor das luzes, sinalizações e signos do ambiente urbano (SANTAELLA, 2004, p. 175).

O *leitor contemplativo* tem raiz na história da leitura silenciosa e concentrada, como visto no Capítulo 2, quanto às etapas de desenvolvimento da leitura. É aquele que tem diante de si os objetos duráveis, estáticos, localizáveis. "Esse leitor não sofre, não é acossado pelas urgências do tempo. Um leitor que contempla e medita. Entre os sentidos, a visão reina soberana, complementada pelo sentido interior da imaginação" (SANTAELLA, 2004, p. 25). Já o *leitor movente* surge como personagem do processo de modernização e urbanização das sociedades ocidentais, conforme a autora, [a] na esteira do aparecimento dos jornais, [b] do convívio em multidões urbanas e [c] da explosão numérica dos signos da contemporaneidade. É aquele usuário/leitor que comete a leitura do excesso, típica da modernidade, da destituição do valor de todas as coisas, de um novo tipo de percepção de um mundo em aceleração. Foi o tipo de leitor que preparou a sensibilidade – principalmente no que diria respeito à aceleração da percepção e do ritmo da atenção, segundo Santaella (2004) – para a afirmação de um terceiro tipo, o *imersivo*, que se desenvolveria posteriormente, no ciberespaço:

É o leitor [movente] que foi se ajustando a novos ritmos de atenção, ritmos que passam com igual velocidade de um estado fixo para um móvel. É o leitor treinado nas distrações fugazes e sensações evanescentes cuja percepção se tornou uma atividade instável, de intensidades desiguais. É, enfim, o leitor apressado de linguagens efêmeras, híbridas, misturadas (...). Aparece, assim, com o jornal, o leitor fugaz, novidadeiro, de memória curta, mas ágil. Um leitor que precisa esquecer, pelo excesso de estímulos, e na falta de tempo para retê-los. Um leitor de fragmentos, leitor de tiras de jornal e fatias da realidade (SANTAELLA, 2004, p. 29).

Estas características, destacadas acima, serão tomadas como traços constituintes do perfil de ação e leitura do terceiro tipo, o *imersivo*, aquele que se consolida em meio aos percursos hipertextuais e multimidiáticos da leitura em telas, acopladas ou não à internet, sob a influência da *digitalidade*. Conforme Santaella



(2004), trata-se “de um leitor em estado de prontidão, conectando-se entre nós e nexos, num roteiro multilinear, multissequencial e labiríntico, que o próprio ajudou a construir ao interagir com os nós entre palavras, imagens, documentação, músicas, vídeo etc.” (p. 33). Este *leitor imersivo*, exposto ao que a autora chama de “mapa semiótico rizomático” (p. 175) e aos seus efeitos, combina três procedimentos cognitivos: a abdução, a indução e a dedução. Cada uma dessas operações mentais é definidora de um dos três níveis distintos de perfil cognitivo dos internautas e dos leitores imersivos: o *errante*, o *detetive* e o *previdente*.

O primeiro nível de perfil cognitivo do *leitor imersivo* é o [a] *internauta errante*, que basicamente se move por inferência abdutiva, ou seja, por adivinhação, de acordo com a lógica do que se transforma em plausível durante os movimentos de ler. O navegador explora o campo de possibilidades de forma aleatória, como se estivesse derivando sem rumo. Há um sentido inerente de desorientação. “Navegar de maneira errante é derivar na ausência de um rumo pré-determinado, o que significa que esse internauta não traz consigo o suporte da memória, pois ele navega como quem percorre territórios ainda desconhecidos” (SANTAELLA, 2004, p. 178). Ele explora de forma aleatória o campo de possibilidades proporcionado pela trama hipermidiática.

O segundo nível é o [b] *internauta detetive*, que pratica a inferência indutiva e dessa forma segue os caminhos lógicos daquilo que é provável. O rumo seguido por esse nível cognitivo é o da busca e do aprendizado por meio dela, auto-organizando a atividade de farejar, movido por indícios.

O terceiro nível é o do [c] *internauta previdente*. Munido das inferências dedutivas, segue a lógica do previsível. É capaz de antecipar as consequências das suas escolhas, a partir de uma atividade mental guiada pela elaboração. A navegação acontece por percursos ordenados, subsidiada por uma *memória de longo prazo* que protege o usuário/leitor do inesperado. O perfil ideal do *leitor imersivo* mistura os três níveis:

A figura ideal do leitor imersivo deveria ser aquela capaz de misturar de modo equilibrado os três níveis de leitura imersiva; o errante, o detetivesco e o previdente. O ideal é que esse leitor não se entregue às rotinas sem imaginação do *previdente*, mas se abra para as surpresas, entregue-se às *errâncias* para poder voltar a vestir a roupa de *detetive*, farejando pistas (SANTAELLA, 2004, p. 180).

O *leitor imersivo*, desenhado por Santaella (2004), também tem como marca de identidade a disposição para a interatividade. Nos ambientes digitais, os papéis tradicionais de emissor e receptor são revirados, como já visto. Transpondo para o

universo da leitura, significa dizer que os papéis de autor e leitor também estão sujeitos a variações comandadas pelo acesso e pela troca. A segunda marca de identidade é a submissão a transformações sensoriais, perceptivas e cognitivas, em função da velocidade vertiginosa do fluxo de informações. A contemplação cede lugar ao deslocamento, com a mente do leitor executando mais de uma operação simultaneamente.

A hipótese central da autora é a de que, na transposição de um tipo para outro de leitura, há “transformações sensoriais, perceptivas, cognitivas e, conseqüentemente, transformações de sensibilidade” (p. 34), que também podem ser observadas no deslocamento do papel para a tela. Esta evolução não significa a superação de um modelo por outro, pelo contrário. Santaella (2010) chega ao quarto perfil, o do *leitor ubíquo*, aquele que lê em qualquer tempo e lugar, permanentemente conectado, a partir das facilidades tecnológicas, constituindo-se na condição contemporânea de leitura, de acordo com a autora, com uma prontidão cognitiva ímpar. Para Santaella (2013), além das habilidades já descritas do leitor nativo digital, o *leitor ubíquo* possui também a habilidade da interação em trânsito, combinando as trocas com o dispositivo e com o ambiente em que se encontra, com focos distintos de atenção parcial, como se fosse um agente de *propagabilidade*. Uma rede de fragmentos de informação captura a atenção do leitor ubíquo, a partir de uma hipermobilidade.

Fechando o desenho teórico e argumentativo do modelo para a análise da *leitura jornalística*, esta tese propõe que o *campo subjetivo* é aquele que absorve os parâmetros intervenientes na leitura, a partir da variável *estilo cognitivo do leitor*. No eixo sugerido para o *campo subjetivo*, integra o *plano cognitivo*, em que as habilidades processuais, na condução da leitura, são aquelas elencadas por Goodman (1991) e as estruturas afetivas e cognitivas – que se apresentam na forma de perfis e comportamentos de leitura – seguem a tipologia proposta por Santaella (2003 e 2014). Apresentados os fundamentos e os desdobramentos jornalísticos e de suporte para cada uma das variáveis escolhidas para compor o modelo psicolinguístico de *leitura jornalística*, é possível, agora, propor o desenho operacional imaginado, na formato de uma matriz de *leitura jornalística*.

#### 5.4 O MODELO PARA A LEITURA JORNALÍSTICA

O alicerce para estruturar um modelo psicolinguístico de análise da *leitura jornalística* tem como pressuposto o objetivo de investigar as especificidades

apresentadas pelo jornalismo. O exercício de construção teórico-metodológica, assim, partiu da ideia de organizar uma matriz de categorias, de base psicolinguística, em que, no eixo vertical, estivessem os três elementos da concepção tripartite do modelo interativo de Giasson (2000) – *leitor, texto e contexto* – e, no eixo horizontal, as *variáveis intervenientes na leitura*, de acordo com o fixado por Goodman (1991) e, na ponderação psicolinguística complementar, ajustados pelas ideias de Solé (1998), para o esboço inicial de *tipo de texto*, e por Kleiman (1989) para o *conhecimento prévio*. No Quadro 2, a seguir, observa-se o desenho inicial da matriz que sustenta o modelo proposto.

Quadro 2 - Categorias para o modelo da *leitura jornalística*

<b>Concepções psicolinguísticas</b>	<b>Leitor</b> (GIASSON, 2000)	<b>Texto</b> (GIASSON, 2000)	<b>Contexto</b> (GIASSON, 2000)
	a. Estruturas afetivas e cognitivas b. Habilidades processuais	a. Intenção do autor b. Estrutura do texto c. Conteúdo	a. Contexto psicológico b. Contexto social c. Contexto material
<b>Objetivos de leitura</b> (GOODMAN, 1991)			a. Leitura profissional b. Leitura para informação c. Leitura por lazer. (GOODMAN, 1991)
<b>Conhecimento prévio</b> (GOODMAN, 1991)	a. Conhecimento linguístico b. Conhecimento textual c. Conhecimento de mundo (KLEIMAN, 1989)		
<b>Tipos de texto</b> (GOODMAN, 1991)		a. Tipo narrativo b. Tipo expositivo (SOLÉ, 1998)	
<b>Estilo cognitivo</b> (GOODMAN, 1991)	a. Iniciação b. Amostra ou seleção c. Inferência d. Predição e. Teste f. Finalização (GOODMAN, 1991)		

Fonte: O autor (2020)

O modelo tripartite de Giasson (2000) ofereceu a base para se pensar uma proposta de aplicação específica para a *leitura jornalística*. Assim, o elemento *leitor* (GIASSON, 2000) foi ampliado para a noção de *campo subjetivo*, que reúne o conjunto de habilidades processuais, de natureza cognitiva, a forma individual e típica e os conhecimentos mobilizados pelo leitor de Jornalismo, na sua tarefa de ler. Duas perguntas fundamentais sobre a leitura estruturam a organização do campo: [a] como o leitor lê? e [b] o que o leitor domina a respeito do que lê? No modelo proposto, a noção de *planos* (seriam cinco ao todo: *cognitivo, do conhecimento, das sequências textuais, do suporte e das finalidades*) é o elo sugerido para aproximar a reflexão sobre as *variáveis intervenientes da leitura* dos elementos propriamente jornalísticos da *leitura jornalística*. O *campo subjetivo*, por exemplo, desdobra-se em dois planos: o [a] *plano cognitivo*, estruturado pelos elementos oferecidos pela variável interveniente *estilo cognitivo do leitor*, de acordo com Goodman (1991), e pela tipologia do leitor

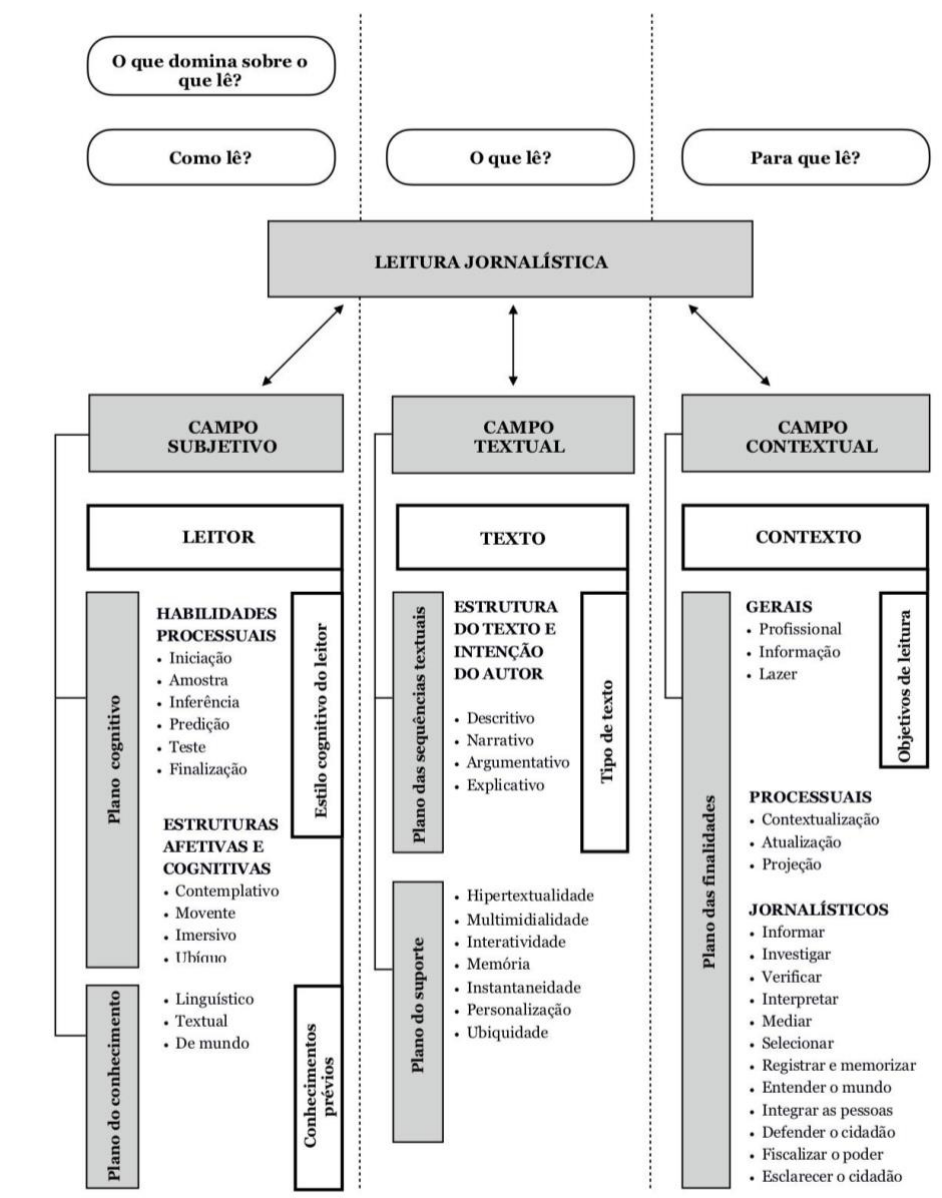
pensada por Santaella (2003 e 2014), e o [b] *plano do conhecimento*, a partir da classificação proposta por Kleiman (1989).

O segundo eixo de Giasson (2000), o *texto*, proporciona a sugestão do *campo textual*, que também está estruturado em dois planos: o [a] *plano das sequências textuais*, pensado a partir do *tipo de texto* de Goodman (1991), mas complementado, nesta tese, com a tipologia das *sequências de base* de Adam (2019), e o [b] *plano do suporte*, no caso, em sintonia com um dos objetivos de investigação deste trabalho – as eventuais mudanças na *leitura jornalística* com a transição do suporte de leitura, do papel para a tela – dedicado a pensar o impacto da digitalidade, recorrendo aos sete elementos do *webjornalismo*, conforme Canavilhas e outros (2014). Por conceito, então, o *campo textual* reúne os elementos da estrutura do texto, da intenção do autor e das propriedades dos conteúdos submetidos à *leitura jornalística*. A pergunta que orienta a organização do eixo é [a] o que o leitor lê?

Por fim, o terceiro eixo, sobreposto ao elemento *contexto* de Giasson (2000), é o do *campo contextual*, que pode ser entendido como o espaço onde se expressam os objetivos e as finalidades de natureza geral, processual e jornalística da leitura do jornalismo. A contrário dos primeiros dois eixos, organiza-se a partir de apenas um plano, o *plano das finalidades*, fundamentado pela variável interveniente *objetivos da leitura*, de acordo com Goodman (1991) e adaptado para absorver a preocupação jornalística por meio dos hábitos processuais de leitura digital, na linha indicada por Knewitz (2010), e na esteira das *finalidades do jornalismo* como pensadas por Reginato (2016). A pergunta que orienta a construção do terceiro eixo é [a] para que o leitor lê?

No modelo proposto, então, cuja visualização pode ser acompanhada na Figura 1 a seguir, há um encaixe entre a base psicolinguística e a camada que se sobrepõe a ela, que busca dar conta da especificidade jornalística e da possibilidade de criar um flanco para pensar o impacto da suporte digital sobre a leitura. Em cada um dos eixos, há uma entrada digital, seja na tipologia de Santaella (2003 e 2014), para o *campo subjetivo*; na reflexão de Canavilhas e outros (2014) sobre o *webjornalismo*, para o *campo textual*; ou nos hábitos de leitura digital de Knewitz (2010), para o *campo contextual*. O percurso por essas entradas será denominado de *viés da digitalidade*.

FIGURA 1 - Modelo metodológico da *leitura jornalística*



Fonte: O autor (2020)

A ilustração reúne o conjunto de preocupações teóricas a respeito da especificidade da *leitura jornalística* e suas transformações contemporâneas, a partir de uma perspectiva da Psicolinguística, com o reforço de argumentos do Jornalismo. Como vem sendo dito, desde o início deste trabalho, cada época tem a sua leitura, como pontuado por Roger Chartier (2002), e a contemporaneidade certamente traz um conjunto específico de implicações tecnológicas e comportamentais sobre o hábito de leitura. O modelo psicolinguístico apresentado proporciona um ferramental de análise, porém sua aplicação prática, em estudos de casos concretos, precisa levar em conta pelo menos três aspectos prévios:

[a] Há uma variedade expressiva de abordagens psicolinguísticas que poderiam ter sido usadas. A opção, neste trabalho, foi pelos autores mais recorrentes e basilares em pesquisas, no Brasil;

[b] O ponto de partida para chegar à matriz é o de que há, como argumentado, sobretudo na seção 5.2, uma especificidade na leitura de textos jornalísticos, ou seja: algo muda de acordo com o *tipo de texto* que se lê, e essa especificidade está expressa no modelo em cada um dos três eixos e seus planos;

[c] Na eventual aplicação do modelo em uma fase empírica, independentemente da ferramenta metodológica, da técnica de pesquisa ou dos instrumentos de investigação utilizados, a matriz proposta permite uma apropriação criativa e seletiva, escolhendo alguns dos fatores a partir dos quais serão propostas as categorias de investigação dos casos concretos. As necessidades de pesquisa e suas perguntas, portanto, indicam quais fatores/categorias serão escolhidos para nortear a análise.

O objetivo deste capítulo foi, a partir da natureza processual da Psicolinguística, aplicada aos estudos da comunicação, chegar a um modelo pertinente de análise da *leitura jornalística* capaz de dar conta das circunstâncias ligadas ao *texto*, ao *leitor* e ao *contexto* de leitura. O capítulo sublinhou o aspecto linguístico presente no texto jornalístico como um *fato de língua*, a partir das considerações de Gomes (2000) e Vizeu (2003). Já a forma específica como o jornalismo se materializa como um fenômeno de linguagem, foi trabalhada com as reflexões de Charaudeau (2013) – notadamente as concepções de *condições de finalidade* e *condições de dispositivo* – e de Charron e De Bonville (2016). Reginato (2016), principalmente, com o seu trabalho sobre as *finalidades do jornalismo*, e Schudson (2018) expressam as funções particulares do *contrato de comunicação* oferecido pelos conteúdos jornalísticos e indicam a existência de uma especificidade. O movimento operacional final do capítulo foi o de organizar um modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística*, alicerçado em três eixos – o *campo subjetivo*, o *campo textual* e o *campo contextual* – e um viés, o *viés da digitalidade*, que permita sua aplicação em torno de *fatores de transformação* (CHARTIER, 1999, 2002 e 2011) que incidem sobre a leitura.

## 6 ANÁLISE DE LEITURAS JORNALÍSTICAS

A fase empírica do trabalho é conduzida com o objetivo de proporcionar alguma condição de observação do processamento de leitura, a partir do modelo psicolinguístico da *leitura jornalística* – uma travessia interdisciplinar, portanto, na medida em que elementos da Linguística Aplicada serão usados para observar um fenômeno da Comunicação. O que está em jogo é uma circunstância de leitura comparada entre os suportes papel e tela de celular. No caso da proposta de investigação em curso, trata-se de uma oportunidade para ver em funcionamento o modelo psicolinguístico proposto para a análise da *leitura jornalística* no capítulo anterior. Para tanto, é realizado um exercício de monitoramento de duas situações específicas de leitura (chamadas aqui de R1 e R2, mesma designação das duas reportagens selecionadas), uma realizada sobre um conteúdo no suporte papel e a outra a partir da tela de um *smartphone*.

Duas reportagens longas – características, portanto, do que se pode classificar como *longform journalism*, muito embora o termo *longform*, recentemente, tenha sido mais associado a um tipo de texto estendido que se afirmou em ambientes digitais – foram selecionadas para serem submetidas aos leitores-participantes, escolhidos como sujeitos da análise desenvolvida no estudo, uma publicada no suporte papel (a R1) e outra no suporte digital (a R2). Protocolos verbais e instrumentos de pesquisa complementares serão aplicados para servir como eixo da observação e interpretação, com o intuito de fornecer os dados que permitirão ponderar o que exatamente pode se transformar, do ponto de vista psicolinguístico, quando a *leitura jornalística* se desloca do suporte tradicional, o papel, para um dos vários suportes digitais contemporâneos, no caso, a tela de um celular.

### 6.1 UMA TRILHA METODOLÓGICA PELOS PROTOCOLOS VERBAIS

A chave para a observação das duas situações de leitura (R1 e R2) é a verbalização dos leitores-participantes selecionados para este movimento de leitura, notadamente as pistas oferecidas a respeito do processamento cognitivo individual. A ferramenta de pesquisa, escolhida para extrair os elementos do leitor, é o protocolo verbal. Conforme Vilson Leffa (1996), “o objetivo principal da análise de protocolos é



fazer o leitor *pensar em voz alta* sobre suas próprias estratégias de leitura” (p. 81). Seriam duas as vantagens genéricas do procedimento, ainda de acordo com Leffa (1996): [a] enfatizar os aspectos qualitativos do processo de compreensão e [b] dispensar um procedimento rígido para a aplicação, deixando o "pesquisador mais solto, conseqüentemente exigindo mais de sua criatividade” (p. 86). Assim, o instrumento se constitui em um recurso capaz de contornar uma dificuldade de observação do fenômeno leitor, já destacada nesse trabalho: o fato de a leitura ser um processo íntimo, individual, mental, com mínimos sinais exteriores empíricos para embasar uma investigação. A autorização para uma combinação criativa de técnicas também recomenda o uso da metodologia.

A ideia do *pensar em voz alta*, frequente nas reflexões a respeito da caracterização e da aplicação dos protocolos verbais<sup>218</sup> para ilustrar o que ocorre quando o leitor-participante é instado a falar sobre o processo sob investigação, muitas vezes é apontada como uma limitação da ferramenta. Lêda Tomich (2007), ao descrever o amplo leque de campos nos quais os protocolos verbais têm sido usados, reconhece a crítica de que o *pensar em voz alta* pode interferir no processo de compreensão, mas opta por se concentrar nos efeitos positivos. A autora sugere procedimentos de proteção e destaca o valor do método para o estudo de uma gama expressiva de fenômenos cognitivos, como as investigações conduzidas na Linguística Aplicada, sobretudo nos estudos sobre a leitura.

De acordo com Cássio Rodrigues e Ana Cláudia Souza (2008), o acesso ao fenômeno da leitura é difícil, mas contornável de algumas maneiras, entre elas pelo próprio produto da leitura, ou seja, por meio da técnica da verbalização controlada, instrumento de coleta de dados bastante disseminado em estudos de Antropologia, Sociologia e Psicologia Clínica, na medida em que é conduzido no sentido de revelar como transcorrem os processos mentais. No fundo, trata-se do que a dupla de pesquisadores entende como sendo a possibilidade de dizer o "que lhes vier à cabeça" (p. 5) – ou o *pensar em voz alta* típico da caracterização dos protocolos verbais – durante a realização de uma determinada atividade cognitiva.

Muito embora dependam das capacidades individuais de verbalização e da observância de determinadas condições operacionais de pesquisa, os protocolos

---

<sup>218</sup> As referências mais frequentes, adotadas por pesquisadores que se valem dos protocolos verbais, provêm dos trabalhos de Karl Ericsson e Herbert Simon (1984) e de Michael Pressley e Peter Afflerbach (1995), que fornecem os fundamentos sobre a aplicação do método, originalmente para a psicologia cognitiva.

verbais permitem que os sujeitos verbalizem indicativos preciosos, que refletem estruturas e processos do aparato cognitivo humano. Uma definição possível para os protocolos verbais passa, inclusive, pela ideia de que são

o resultado de um processo de verbalização coocorrente<sup>219</sup> ou retrospectiva em relação a uma atividade executada. O objeto de análise, quando se aplica esta técnica, é o conteúdo dessas verbalizações. Trata-se, portanto, especificamente, de dados verbais que são produzidos mediante a observância de determinados critérios metodológicos (RODRIGUES; SOUZA, 2008, p. 3)

Basicamente, a aplicação do protocolo verbal, na investigação sobre a leitura, pode revelar um conteúdo disponível na *memória de trabalho* do leitor. Para ser eficiente, o procedimento exige do sujeito participante da investigação um determinado grau de consciência leitora metacognitiva – um domínio de controle sobre o processamento cognitivo – pois a expressão observável decorre de duas tarefas simultâneas, a [a] tarefa experimental (a leitura em si) e o [b] relato dos processos cognitivos coocorrentes ou retrospectivos. Como uma técnica processual, que permite extrair dados ao longo das etapas do andamento de um determinado fenômeno, é considerada eficaz como uma ferramenta de pesquisa para estudos de natureza psicolinguística, já que se trata de uma vertente de investigação naturalmente processual, como já visto na fase de embasamento teórico deste trabalho.

Para ser mais preciso: as verbalizações, que são objeto da aplicação de protocolos verbais, traduzem informações armazenadas em um dos módulos operacionais da memória da mente humana, a chamada *memória de trabalho* (memória de curto prazo), acionada a partir de processos atencionais, que geram concentração do leitor. As informações da *memória de longo termo* (a *memória de longo prazo*) precisam ser recuperadas para a *memória de trabalho* para serem verbalizadas, indicando a existência de mecanismos de conexão e interação entre ambas. As verbalizações, no fundo, comunicam as duas memórias, mas é preciso ressaltar que o conteúdo da extração é material proveniente da memória de trabalho conscientemente disponível. Para isso, exige do participante um esforço estratégico e monitorado:

Para que as verbalizações ocorram, é necessário que a tarefa desempenhada esteja no foco de atenção do participante. Desse modo, a leitura de textos bastante acessíveis ao participante em termos de conteúdo, estilo e organização textual é mais automatizada e, assim, menos disponível para o relato consciente. Textos mais desafiadores levam a uma leitura mais lenta e

---

<sup>219</sup> Tipo de verbalização também conhecida como *concorrente*, que será explicada mais adiante.

controlada; por isso, fornecem dados muito mais interessantes e ricos ao investigador do processo de leitura (RODRIGUES; SOUZA, 2008, p. 10-11).

Os autores também observam que os dados extraídos, por si só, não explicitam de maneira direta como transcorre o processamento cognitivo da leitura, mas precisam ser transcritos e analisados de forma organizada e sistemática, a partir de categorias de análise formuladas com os elementos fornecidos por uma etapa anterior de fundamentação teórica. No caso da presente investigação, as categorias observadas em R1 e R2 provêm do modelo psicolinguístico aplicado à *leitura jornalística*<sup>220</sup>, desenvolvidas a partir das variáveis intervenientes na leitura, e da reflexão teórica anterior a respeito da evolução da leitura, a partir da mudança dos seus suportes.

Conforme Tomich (2007), são três os tipos de protocolos verbais: [a] o *auto-relatório*, a [b] *auto-observação* – os dois primeiros realizados necessariamente depois da leitura – e a [c] *auto-revelação*, que ocorre ainda durante a leitura. Este terceiro tipo, como já referido, é também chamado de *concorrente* ou *coocorrente*, por meio do qual se extrai conteúdo imediatamente disponível na *memória de trabalho* do leitor-participante, ainda durante o andamento da leitura. "Teoricamente essa modalidade é a que permite uma maior probabilidade de acesso ao que possivelmente ocorre na mente do leitor durante a leitura, isto é, ao *processo de leitura*" (TOMICH, 2007, p. 46). Ou seja, é uma forma de acesso flagrante aos mecanismos da leitura.

Este tipo de protocolo pode ser usado a partir de dois modelos, o *talk-aloud* (falar em voz alta) e o *think-aloud* (pensar em voz alta). É a classificação proposta por Karl Ericsson e Herbert Simon (1984). A primeira é também chamada *verbalização de tipo 1*, reproduzindo diretamente o que já está na *memória de trabalho*. Na segunda, a *verbalização do tipo 2*, ocorre uma *tradução*, uma transposição do conteúdo, que está no formato não verbal, na memória de trabalho. A classificação revela implicações metodológicas, pois "quanto menos *tradução* for necessária durante a verbalização, mais fidedignos serão os dados no sentido de mostrarem aspectos do processamento que está ocorrendo na mente do leitor" (TOMICH, 2007, p. 47). A observação da autora, portanto, indica uma preferência pelo modelo do primeiro tipo.

Leffa (1996) apresenta outra forma de classificar os modelos de protocolo verbal. Os dois primeiros estariam ligados, necessariamente, à atividade da leitura: a

---

<sup>220</sup> O modelo foi detalhado no Capítulo 5, seção teórica que busca enxergar como os elementos teóricos essenciais do jornalismo se encaixam no modelo psicolinguístico da leitura, ancorado na noção das *variáveis intervenientes*. Essa aplicação de um conhecimento linguístico sobre um objeto jornalístico é crucial, na medida em que materializa a perspectiva interdisciplinar da tese.

*verbalização simultânea* e a *verbalização retrospectiva*. À semelhança do que já foi descrito, a *verbalização simultânea* ocorre no momento mesmo em que o leitor-participante da pesquisa está lendo. Nele, depois de selecionar o texto que servirá de base para o estudo, "o pesquisador faz uma análise cuidadosa do texto, levantando as partes críticas em termos das estratégias que deseja verificar" (LEFFA, 1996, p. 86). A estes pontos críticos, recomenda-se aplicar *protocolos de pausa*, pontos nos quais o leitor deverá cumprir determinadas tarefas ou ser instado a falar algo sobre a leitura ou a simplesmente repassar o que lhe passa pela cabeça naquele momento.

Já a *verbalização retrospectiva* ocorre após a leitura, como o próprio nome já indica, e guarda a desvantagem de poder ser afetada por algum tipo de esquecimento dos sujeitos envolvidos na investigação. O objetivo das perguntas encaminhadas ao leitor-participante, neste tipo de protocolo, é fazer com que ele fale sobre o texto lido ou sobre a tarefa executada. O terceiro tipo de protocolo, indicado por Leffa (1996), é o da *verbalização refletida*, que independe de uma leitura específica, mas que permite ao pesquisador encaminhar perguntas capazes de estimular o leitor-participante a falar sobre o seu processo de leitura. Conforme Leffa (1996), as perguntas podem ser feitas em torno de diferentes variáveis<sup>221</sup> do processo de leitura: [a] a variável leitor, [b] a variável texto, [c] a variável objetivo de leitura, [d] a variável estratégia de leitura e [e] a variável tarefa:

O objetivo principal da entrevista é fazer o sujeito refletir o máximo possível e fazê-lo verbalizar de modo espontâneo o seu conceito de leitura. A orientação e seleção das perguntas vai depender naturalmente do objetivo da pesquisa e da maturidade dos sujeitos (LEFFA, 1996, p. 85).

Assim, o esforço para remontar um *conceito de leitura* do leitor-participante torna a *verbalização refletida* um instrumento bastante produtivo, podendo ser usado de maneira complementar em um estudo. No caso da presente tese, em relação aos protocolos verbais, a opção é combinar dois tipos, para cada situação de leitura (R1 e R2): a primeira aplicação, no transcurso da leitura (a *verbalização simultânea* de Leffa (1996) ou a *auto-revelação* de Tomich (2007), que será denominado de PV1), e a segunda aplicação independente da leitura em si (a *verbalização refletida*, referida

---

<sup>221</sup> Embora Leffa (1996) não siga o mesmo esquema de variáveis intervenientes na leitura, usado na presente tese – já referido e ancorado sobretudo nas proposições de Goodman (1991) – é relevante constatar que também se vale de uma estrutura de variáveis para pensar a leitura como um fenômeno processual, que depende do andamento de um conjunto estruturado de fatores.

por Leffa (1996), o PV2), por meio da qual o leitor-participante é convidado a formular o seu *conceito de leitura*, mas já a partir da leitura realizada de R1 e R2.

## 6.2 OBJETOS DA LEITURA JORNALÍSTICA: PIAUÍ E UOL TAB

Os objetos escolhidos para conduzir a fase de observação da aplicabilidade do modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística* são dois projetos de conteúdo estendido de referência no cenário jornalístico brasileiro, a revista *piauí* e o *site* de internet *UOL TAB*. Cada um a seu modo, representam exemplos de referência em suas categorias. A *piauí*, no caminho particular de aposta em narrativas longas, com apelo ao *jornalismo literário*, tanto no que se refere à linguagem, quanto no tocante às técnicas de apuração; já o *UOL TAB* surgiu como uma resposta do portal UOL à oferta de narrativas com características de multimídia, cujo eixo de condução, além do texto estendido, é a combinação de linguagens, no sentido da *multimedialidade* já discutida anteriormente. A escolha por um formato em papel e uma solução digital se deve ao fato de o modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística*, nesta tese, ser usado para investigar o que pode mudar na transição da leitura do papel para a tela de um celular, no caso do jornalismo.

Entre inúmeros critérios possíveis para a escolha dos objetos de estudo que poderiam ser usados neste trabalho, optou-se por um mecanismo retroativo prático: buscou-se localizar e selecionar, voltando-se na série de edições da *piauí* e do *UOL TAB*, o primeiro trabalho em cada uma das plataformas que tratasse do mesmo tema. Chegou-se, assim, a duas reportagens a respeito da crise social, política e econômica, com repercussão humanitária, que assola a Venezuela. No caso, a reportagem "O inferno de Maracaibo: a vida cotidiana em um país em ruínas", assinada pela repórter Paula Ramón e publicada na edição 152 da *piauí*, em maio de 2019 – denominada de R1, para organizar o esquema de análise – e o trabalho "Fuga para o Brasil: a crise da Venezuela explicada por imigrantes que tentam sobreviver em Roraima", com textos e fotos de André Naddeo, publicado no *UOL TAB* de 29 de janeiro de 2018, cuja denominação para a presente análise será R2.

Quanto à revista *piauí*, vale dizer que se trata de um projeto de referência no jornalismo brasileiro quando o assunto é a leitura estendida, à semelhança da provocada, modernamente, pelo *longform journalism* ou pelo *jornalismo literário* em suas configurações conhecidas ao longo da história. O início do projeto remonta a outubro de 2016. Herdeira de primorosas tradições estilísticas e narrativas do

jornalismo brasileiro, como as revistas *Senhor*<sup>222</sup> e *Realidade*<sup>223</sup>, *piauí* pratica aquilo que Marcello Rollemberg (2012-2013) considera um dos fundamentos do jornalismo vocacionado a seduzir o leitor, captando a sua atenção pelos aspectos narrativos, no qual se valoriza o

componente literário da reportagem: aspectos de conteúdo, como humanização do relato, captação cálida do real; cuidados com a forma – força, clareza, condensação, tensão; e posição face ao real, evocando uma tensa coexistência entre a subjetividade permitida e a objetividade pretendida (ROLLEMBERG, 2012-2013, p. 131).

Conforme o texto de apresentação no site da publicação, que reproduz conteúdos especiais e os trabalhos reunidos na edição impressa, a *piauí* entrega textos "para quem gosta de ler" (PIAUI). Não apenas o gosto pela leitura é valorizado, no texto de apresentação do site: nele, a revista posiciona-se, também, como um produto conduzido por um tempo alongado de maturação, que convida à leitura concentrada, derivada dos textos longos, apurados e escritos com esmero:

Gostamos de imaginar que somos uma revista serena, que dá tempo a seus jornalistas para que trabalhem, e que isso não é sinônimo de lentidão, mas de apuro. Talvez tenhamos sido influenciados pelas nossas leituras de criança, quando aprendemos que nem sempre a lebre vence a corrida. Com nosso passo cuidadoso, já chegamos na frente várias vezes (PIAUI).

Fernando Silva (2016) traça um perfil de 21 reportagens publicadas na revista e localiza conceitualmente o espírito da *piauí*, como uma experiência, em um certo sentido, deslocada no jornalismo contemporâneo, iniciando o contraste editorial pela "aposta no papel" (p. 8). Ele se refere a investimentos técnicos e estilísticos que caracterizam o produto, conferindo-lhe uma personalidade singular no quase desértico panorama jornalístico brasileiro: "o formato incomum, pouco prático, de difícil manuseio; os textos longos, desafiando o lugar-comum de que o tempo das pessoas é um bem cada vez mais disputado e escasso" (p. 8). Desde o início, como recorda Silva (2016), um dos editores da publicação, uma pergunta que norteava os financiadores do

---

<sup>222</sup> Publicação que circulou entre março de 1959 e janeiro de 1964 que, conforme Rollemberg (2012-2013), "fomentou uma pequena revolução gráfico-editorial no mercado brasileiro. Nesse período, a revista demonstrou seu papel principal no campo do jornalismo cultural e esteve na vanguarda das publicações consideradas cultas no país" (p.127). *Senhor* trabalhava com textos autorais e analíticos, com um público formado "por iniciados e não por iniciantes" (p. 128), o que, de acordo com o autor, a aproxima da *piauí*. Trata-se de uma experiência de inserção nas ferramentas do *jornalismo literário*.

<sup>223</sup> Lançada em 1966 e publicada até 1976, *Realidade* é considerada a mais expressiva experiência estilística vivida pelo jornalismo brasileiro. Mensal, nasceu em meio a um período de agitação cultural. Desenvolveu um código discursivo e estilístico cuja marca estava na apuração aprofundada e no rigor narrativo com que os seus jornalistas conduziam suas histórias. Viveu seu apogeu até 1972, a partir de quando a editora Abril preferiu dirigir seus esforços editoriais para a revista *Veja*.

projeto de alguma forma remete aos questionamentos centrais do presente estudo: "quem vai ler essa revista?" (p. 9). Na forma de ser produzida, consagrando o texto longo, acabou gerando uma personalidade editorial incontestável, apesar dos desafios iniciais colocados até mesmo pela decadência do jornalismo impresso, "o doente de papel" (SILVA, 2016, p. 7):

A aposta na apuração paciente e minuciosa, que requer coleta exaustiva de informações, contato demorado com as personagens e capacidade de observação – o que o entrevistado fala pode não ser tão importante como aquilo que o repórter vê –, representou um oásis no semiárido da imprensa brasileira. Em boa medida, o resultado se deve também ao processo de edição, mais intenso e mais invasivo do que costuma ser em outros veículos. Mas editar, nesse caso, significa tornar o texto mais claro e mais preciso, a prosa mais fluente e a leitura mais agradável (SILVA, 2016, p. 9).

Conforme Rollemberg (2013), uma das virtudes da proposta editorial da *Piauí* é a aproximação com a literatura. A aposta na convergência estilística, de um certo modo, atrai e cria o público, a partir de uma relação especial que se estabelece por meio da linguagem. Ao ser lançada a publicação, a editora justificou aos seus assinantes a opção pelo formato grande, para que "ela dure um mês nas mãos dos leitores. Para que as reportagens e narrativas terminem quando o assunto terminar, em vez de ficarem espremidas porque o espaço acabou" (PIAUI, 2006).

Apesar das dimensões inusitadas para o mercado editorial do jornalismo brasileiro, a revista resistiu<sup>224</sup>, a ponto de se poder dizer que o formato e o suporte têm sido uma das constâncias do projeto, colaborando para definir uma personalidade. Desde o primeiro número, as dimensões da publicação são 26,5cm por 34,8cm – o que notoriamente dificulta o manuseio e o transporte – sendo impressa sempre no mesmo papel, o tipo pólen, com 70g/m<sup>2</sup> de gramatura. Na situação de leitura observada de R1, que será organizada para a leitura no suporte papel, será usada a versão impressa da publicação, para que os sujeitos sejam submetidos a uma experiência tátil uniforme.

Conforme o *Piauí* (2019a), o leitor da publicação pode ser considerado especial: "nossos leitores não se definem por gênero, idade ou faixa de renda. O que os une é a escolaridade, uma das maiores entre o público leitor brasileiro" (p. 9). Ainda como informação adicional para entender o público, 92% dos leitores da revista pertencem às classes A e B; 52% têm mais de 35 anos e 83% possuem grau de instrução

---

<sup>224</sup> De acordo com o documento *Piauí* (2019a), a tiragem da publicação é auditada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC). Em janeiro, a tiragem informada foi de 50,1 mil exemplares, com uma circulação de 45.034 exemplares e um universo presumido de 114 mil leitores por edição.

superior. Assim, é possível supor que o leitor de *piauí* tenha domínio cognitivo e habilidade leitora suficientes para conduzir-se com destreza na leitura, ainda que ela o desafie pela extensão e pela sofisticação narrativa.

Como já indicado, o R1 (texto em suporte papel, selecionado para compor a primeira situação de leitura, que também será designada como R1) será o trabalho "O inferno de Maracaibo: a vida cotidiana em um país em ruínas", da repórter Paula Ramón, publicada na edição 152 da *piauí*, em maio de 2019. Na edição impressa, o texto selecionado ocupa nove páginas. Para narrar a vida dura da população de Maracaibo, na Venezuela, exposta a toda sorte de precariedade, a repórter usa 8.844 palavras, ou 40.867 caracteres<sup>225</sup> sem espaços, pontos etc.. É, portanto, um relato longo. Vale lembrar que a dimensão, como visto no Capítulo 4, não é o melhor parâmetro para qualificar a intensidade do jornalismo em formatos estendidos, mas é um indicativo, na medida em que autoriza a construção de uma narrativa mais elaborada, um *tipo de texto* bem específico que se encaixa nas ampliações concernentes à reportagem. Conforme Longhi (2014), podem ser classificados como *longform*<sup>226</sup> os artigos pertencentes sobretudo ao gênero reportagem, com mais de 4 mil palavras (o que é o caso de R1, portanto).

O texto escolhido é escrito pela repórter em primeira pessoa. É o depoimento pessoal do reencontro dela com a cidade de Maracaibo e os seus familiares, uma visita às pressas, provocada pela morte repentina da mãe, cinco anos depois de ter deixado o país. No retorno, encontra uma situação ainda mais degradada pelo descalabro econômico e pelos impasses políticos. Produz um relato envolvente, com marcas de subjetividade: "é desesperador", admite a repórter em um dos trechos do trabalho (RAMÓN, 2019, p. 42). Ela recorre a recursos pertencentes ao universo expressivo do *jornalismo literário*, como a descrição pormenorizada, a construção de cenas, o uso de diálogos, a observação participante, o ponto de vista pessoal do repórter, o tempo presente, entre outras ferramentas de extensão da pauta, da captação e do texto, conforme detalhado por Edvaldo Lima (1993).

---

<sup>225</sup> Estes valores foram extraídos de uma plataforma de medição de parâmetros textuais e legibilidade, a [www.separarensilabas.com](http://www.separarensilabas.com), que será usada para comparar os dois objetos de estudo escolhidos. Usando o medidor do Word, os números encontrados foram parecidos: 8.882 palavras e 44.337 caracteres sem espaços. Optou-se pela medida *caracteres sem espaços* para contornar a existência de espaços em branco imperceptíveis e duplicados no documento, já que a medição foi feita usando o Word, a partir de um texto retirado de um PDF. Assim, a medida indica apenas o volume de letras que compõe o texto.

<sup>226</sup> Ainda que a autora esteja se referindo diretamente aos produtos digitais, usa-se o número com um referencial para também medir a extensão do texto longo no suporte papel.



Já o texto R2, em torno do qual se organizará a segunda situação de leitura (também designada como R2 nos esquemas) observada, foi retirado do UOL TAB, projeto especial mantido pelo portal UOL, pertencente ao Grupo Folha e responsável por uma série de pioneirismos na produção de jornalismo e entretenimento digital no Brasil. Desde a primeira edição, em 2014, o UOL TAB propõe-se a oferecer um conteúdo diferenciado em relação às narrativas tradicionais, combinando linguagens e recursos multimídia, com o objetivo de capturar a atenção do leitor e oferecer-lhe um percurso de leitura particular. O diretor de conteúdo do UOL (2014), Rodrigo Flores, pontuou os compromissos originais da experiência: "O TAB é a resposta do UOL para a necessidade do nosso público de consumir conteúdo de qualidade em formatos criativos, interessantes e interativos. O TAB buscará novos pontos de vista e abordagem".

Conforme Liliane Ito e Marco Ventura (2016) – que buscam compreender, a partir da análise de seis reportagens do projeto, como ocorre o uso de diferentes elementos narrativos (verbais, sonoros e visuais) – é possível afirmar que os trabalhos do UOL TAB podem ser classificados como *narrativas hipermidiáticas*<sup>227</sup>, que estimulam a interatividade com o público. Entre os traços característicos das narrativas digitais do projeto, os autores destacam a presença expressiva da *multimedialidade* na forma de vídeos, áudios, infográficos animados e animações, sendo que a "presença de elementos multimídia aprofunda o assunto tratado ou ilustra alguma ideia ou situação quando a narração puramente textual ficaria aquém do entendimento completo" (ITO; VENTURA, 2016, p. 127). Ou seja, possuem um caráter de complementaridade em relação ao eixo principal da história.

Os pesquisadores também constataram, nas seis reportagens, a presença da *interatividade* – oferecendo pontos em que o leitor-usuário pode relacionar-se com a narrativa – e da *hipertextualidade*. Muito embora os trabalhos analisados no estudo de Ito e Ventura (2016) não contenham hipertextos tradicionais, ou seja, os *links* clicáveis, que derivam a leitura para outros conteúdos associados, explicativos ou complementares, eles são compostos por blocos informacionais e componentes multimídia,

---

<sup>227</sup> A base do argumento dos autores para configurar o projeto UOL TAB como *hipermidiático* está nas considerações descritivas feitas por pesquisadores como Salaverría (2005), que o caracteriza como a construção baseada na *hipertextualidade*, na *multimedialidade* e na *interatividade*, aspectos já detalhados no Capítulo 5. Ali, vários autores foram referidos para configurar a digitalidade, como Bardoel e Deuze (2001), Noci (2004), Salaverría (2004), Santaella (2004), Canavilhas (2007) e Canavilhas e outros (2014).

que possibilitam uma "leitura alinear das reportagens" (p. 126). Este tipo de composição, conforme Lúcia Santaella (2004), caracteriza o *hipertexto*, na medida em que os nós são as unidades elementares de informação hipertextual, que podem "aparecer na forma de texto, gráficos, sequências de vídeos ou de áudio, janelas ou de misturas entre eles" (SANTAELLA, 2004, p. 49) – algo bem ao estilo do UOL TAB.

Entre os três aspectos, a *multimedialidade* do UOL TAB é o mais saliente. Conforme Ramón Salaverría (2014), nas grandes reportagens multimídia – que se encaixam na configuração dos trabalhos caracterizados como *longform journalism* – o texto acaba sendo o fio condutor da narrativa. Portanto, a leitura de material escrito segue conduzindo a fruição do produto jornalístico. Como já destacado, apesar da prevalência do texto, no entanto, o que deve predominar, segundo Alexandre Lenzi (2016), é a ideia de "coordenação de elementos multimídia na composição do material informativo" (p. 167). Lenzi (2016) lista seis princípios que, de acordo com a sua investigação, são seguidos no *corpus* selecionado do UOL TAB:

São eles: 1) compatibilidade (usar elementos cujo seguimento simultâneo possa ser realizado sem esforço para o público em geral, sem que exista uma competição pela atenção do internauta que acabe dispersando-o), 2) complementaridade (união de elementos que se enriqueçam mutuamente), 3) ausência de redundância (um certo grau de repetição é aceitável e até desejável, mas a excessiva redundância aborrece o público), 4) hierarquização (determinar qual é a linguagem que melhor se adequa à transmissão de cada peça do conteúdo), 5) ponderação (para limitações, como tempo, espaço, velocidade da internet, entre outras) e 6) adaptação (respeito básico à plataforma *on-line*, com uso de tipografias, cores e dimensões espaciais próprias do meio) (LENZI, 2016, p. 167).

Conforme Lenzi (2016), o que predomina no UOL TAB, entre os seis fatores propostos por Salaverría (2014), é a preocupação com o princípio da complementariedade, com a ausência de redundância e com a adaptação às exigências de linguagem do formato. É o que se observa em R2. O trabalho "Fuga para o Brasil" contém textos e fotos de André Naddeo e foi publicado no UOL TAB de 29 de janeiro de 2018. O fato de o mesmo profissional conduzir a narrativa textual e assinar a captação de imagens fotográficas já é um indicativo do potencial de conciliação de linguagens existente no trabalho.

Pelo *design* responsivo (Figura. 2, a seguir) da navegação, no *smartphone*, o projeto abre com uma espécie de colagem de uma sequência de fotos. Logo abaixo, também valorizado, os botões para compartilhamento no Facebook, no WhatsApp, no Twitter, no Messenger e por *e-mail*, salientando o caráter interativo típico da *narrativa hipermidiática*, o da *propagabilidade*. O repórter apresenta um relato pessoal,

também em primeira pessoa como R1, do mês em que trabalhou com jornalismo voluntário em Boa Vista, capital de Roraima, para onde grupos de venezuelanos migram em fuga, graças às dificuldades do país. No texto, o jornalista apresenta dados de contextualização, elementos narrativos de composição do cenário e de descrição e faz referências pessoais ao seu trabalho como voluntário em outras situações de refugiados pelo mundo.

Figura 2 - Reprodução de tela de celular da edição do UOL TAB analisada



Fonte: Naddeo (2018)

O primeiro bloco de conteúdo para leitura em R2 é um texto com 2.397 caracteres sem espaços<sup>228</sup>, cuja linearidade é interrompida por um bloco de infografia com o perfil demográfico dos venezuelanos que cruzaram a fronteira para sobreviver no Brasil. O texto central segue depois do bloco, convivendo com fotos-legendas que vão apresentando alguns dos personagens da história. O esforço jornalístico, como revelado pelo repórter no texto, concentra-se em seguir os parâmetros de outras apurações semelhantes sobre a temática dos refugiados. "O objetivo aqui foi seguir a premissa de outras experiências com

---

<sup>228</sup> Nesta primeira apresentação estatística de R2, ao contrário do que foi feito com R1, manteve-se a medição realizada pelo contador de palavras do Word, sem recorrer à plataforma [www.separarensilabas.com](http://www.separarensilabas.com). Foi dado um tratamento diferenciado pelo fato de o trabalho do UOL TAB não ser um texto corrido, mas uma composição multimídia, com trechos de textos intercalados com elementos de outras linguagens.

imigrantes e refugiados narradas no TAB: abrir *o microfone* para quem quiser se expressar" (NADDEO, 2018).

No total, o primeiro trecho de texto possui 1.251 palavras, com 6.539 caracteres sem espaço<sup>229</sup>. No primeiro trecho, há três *hiperlinks* para conteúdos externos ao UOL TAB, indicando o caráter hipertextual, embora, como visto, a existência de uma narrativa não linear já seja um indício da existência de nós e conexões. Entre o primeiro bloco e o segundo – no qual são apresentados os relatos em primeira pessoa dos imigrantes – a edição insere vídeo com 6 minutos e 3 segundos, com um mini-documentário que resume a situação política e econômica vigente na Venezuela. O segundo bloco é composto por seis histórias em primeira pessoa. São depoimentos de refugiados, intercalados com fotolegendas com mais personagens ou cenas de atividades conduzidas pelo repórter, durante o período em que atuou como voluntário na cidade.

### 6.3 FASE EMPÍRICA: O MODELO EM MOVIMENTO

A partir do modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*, são conduzidos procedimentos metodológicos com o objetivo de ponderar as eventuais transformações provocadas pela transposição do papel para a tela. O primeiro movimento tem como objetivo estruturar os protocolos verbais, PV1 e PV2, a partir de escolhas ancoradas em aspectos teóricos da ferramenta de verbalização e da própria argumentação sobre leitura dos capítulos anteriores. Em um segundo momento, os trabalhos jornalísticos em formato longo selecionados passam por uma análise de equivalência textual, com o intuito de mapear eventuais discrepâncias que poderiam incidir sobre a leitura dos sujeitos.

Iniciando a aplicação propriamente dita, os sujeitos são caracterizados, assim como o cenário e o roteiro da observação. A apresentação da fase empírica está organizada em três movimentos: [a] como cada sujeito (s1 a s4) leu os dois trabalhos selecionados, compondo o seu *conceito de leitura* (LEFFA, 1996), apresentado a partir de quadros de apoio; [b] como as leituras dos sujeitos formam um conjunto que caracteriza uma determinada leitura para R1 e R2; e [c] como se estabelece uma comparação possível entre os conjuntos R1 e R2 que, no fundo, materializa a

---

<sup>229</sup> Também pela medição do Word, ainda sem usar o [www.separarensilabas.com](http://www.separarensilabas.com), aplicado à análise de equivalência.

ponderação sobre as transformações da leitura na transição de um suporte tradicional, o papel, para um digital.

### 6.3.1 Desenvolvendo os protocolos verbais

São elaborados dois protocolos verbais para servir de eixo da fase empírica: PV1, a *verbalização simultânea*, aplicado aos sujeitos (s1 a s4) durante as leituras de R1 e R2, e PV2, a *verbalização refletida*, posterior às leituras de R1 e R2, também aplicado aos quatro sujeitos. O percurso para chegar às formulações de PV1 e PV2 leva em conta recomendações feitas por Tomich (2007), na Seção 6.2.1. A autora orienta a fixação de categorias de análise para serem observadas na etapa da fase empírica, com as verbalizações dos participantes.

O primeiro movimento de sustentação metodológica para definir uma perspectiva de observação global<sup>230</sup> das mudanças na *leitura jornalística* está na definição das categorias estruturantes de PV1 e PV2. Para tanto, recorre-se às formulações de Roger Chartier (1999) sobre o impacto da *digitalidade* sobre a leitura, porque se trata, como visto no Capítulo 4, de um traço distintivo da leitura contemporânea dentro da história do fenômeno leitor. De forma bastante resumida, justamente para facilitar a identificação e a depuração das categorias de observação essenciais à proposição de PV1 e PV2, Chartier (1999), conforme abordado com mais detalhes na Seção 4.1, fala em mudanças na leitura em tela determinadas por forças (impactos) que serão chamadas, aqui, de *fatores de transformação*<sup>231</sup>. São elas:

[a] uma relação específica (porque física) com o objeto de leitura (traduzida na pergunta<sup>232</sup>: *qual é o impacto sobre a leitura determinado pela relação específica com o objeto de leitura?*) – a *tactilidade*;

---

<sup>230</sup> As decisões metodológicas e teóricas adotadas durante a construção dos protocolos verbais são explicadas em notas de rodapé, com o objetivo de simplificar a apresentação dos instrumentos de pesquisa e permitir, simultaneamente, que se justifique as decisões tomadas. A primeira opção: busca-se uma visão mais global da leitura, porque o objetivo da fase empírica é testar a viabilidade operacional do modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*, não se debruçar sobre um aspecto isolado decorrente, por exemplo, do funcionamento de uma das *variáveis intervenientes na leitura*. A escolha de Roger Chartier, portanto, está amparada pela abordagem ampla adotada pelo autor, de natureza cultural, que envolve inúmeras dimensões da atividade humana ligada à leitura.

<sup>231</sup> O termo *fator de transformação* é uma construção metodológica usada por essa tese para caracterizar um conjunto de mudanças produzidas pela leitura digital em relação à leitura em suportes tradicionais, mas a expressão não aparece diretamente em Chartier (1999). O que estão, no autor francês, são as ideias a partir das quais se chegou aos *fatores*.

<sup>232</sup> Cada uma das cinco mudanças na leitura digital apontadas por Chartier (1999), os *fatores de transformação*, conduz a uma pergunta inicial, que auxilia duplamente. Em primeiro lugar, na definição das categorias de observação. Em um segundo momento, na estruturação das perguntas ou orientações de leitura de PV1 e PV2, que são aplicadas aos sujeitos participantes da fase empírica.

[b] convivência de perfis cognitivos de leitura (*como o indivíduo mistura, a sua maneira, os variados perfis cognitivos que dosam e conduzem a leitura?*) – a *cognitividade*;

[c] identidade textual determinada pelo suporte (*como o texto é percebido em função da especificidade da sua natureza digital (ou tradicional) e do suporte?*) – a *identidade textual*;

[d] padrões, apesar da liberdade individual (*o que é comum aos diversos modos de leitura que coexistem?*) – a *recorrência*;

[e] combinação de linguagens e ocupação de espaços visuais (*qual o impacto da combinação de linguagens sobre os modos de leitura tradicional ou digital?*) – a *modalidade*.

O segundo movimento de sustentação busca encaixar, no modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*, os vértices da mudança da leitura digital, apontados em Chartier (1999), expressos nas categorias analíticas da *tactilidade*, *cognitividade*, *identidade textual*, *recorrência* e *modalidade*. As cinco categorias<sup>233</sup> são encaixadas em dois<sup>234</sup> dos campos do modelo psicolinguístico-jornalístico proposto por essa tese: o *campo subjetivo* (aquele que reúne os fatores que ajudam a responder às perguntas gerais *como lê?* e *o que domina sobre o que lê?*) e o *campo textual* (aquele que responde à pergunta *o que lê?*). O encaixe na ferramenta de pesquisa ocorre de acordo com a seguinte distribuição: os impactos [b] e [d] no *campo subjetivo*, e os impactos [a], [c] e [e] no *campo textual*. Os *fatores de transformação*, assim, ficam distribuídos como no quadro a seguir:

---

<sup>233</sup> Vale reiterar que a escolha é uma entre inúmeras opções disponíveis, lembrando que o objetivo da fase empírica é testar a capacidade de o modelo abarcar a possibilidade de interpretação de um determinado problema de leitura, no caso desta tese, aquelas provocadas pela transição do papel para a tela.

<sup>234</sup> O terceiro campo do modelo, o *campo contextual*, embora incida sobre a leitura por conta da abordagem processual psicolinguística ancorada nas *variáveis intervenientes*, não é explorado no presente exercício de aplicação, muito embora possa fornecer elementos para a identificação de evidências, no momento de análise final.

Quadro 3 - Distribuição dos *fatores de transformação*

<b><i>Fator de transformação (CHARTIER, 1999)</i></b>	<b><i>Eixo dos campos psicolinguísticos de leitura jornalística</i></b>	<b><i>Plano de variáveis jornalísticas e psicolinguísticas</i></b>
Tactilidade	Textual	Suporte
Cognitividade	Subjetivo	Cognitivo
Identidade textual	Textual	Sequências textuais
Recorrência	Subjetivo	Cognitivo
Modalidade	Textual	Suporte

Fonte: O autor (2020)

No quadro acima, também é possível acompanhar como os *fatores de transformação* são acoplados aos planos previstos nos eixos do *campo subjetivo* e do *campo textual*. Na matriz elaborada no Capítulo 5, para dar os contornos ao modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*, os planos compõem um vetor de aplicação dos componentes psicolinguístico e jornalísticos que interferem sobre a leitura. No total, cinco planos são sugeridos no modelo integral, apresentado no capítulo anterior, e estão distribuídos nos três campos (eixos) organizados pela matriz.

O *fator de transformação* da *cognitividade* encaixa-se no *plano cognitivo*, aquele que mobiliza as estruturas afetivas e cognitivas ligadas à leitura<sup>235</sup>. É o mesmo plano, pertencente ao *campo subjetivo*, no qual essa tese propõe encaixar o *fator de transformação* da *recorrência*, a forma como os diversos perfis cognitivos repetem-se na leitura tradicional e na leitura digital, mesmo com a liberdade e a deriva inerentes ao comportamento do leitor ativo da internet. É a *recorrência* que permite falar em padrões de processamento cognitivo.

Já o *plano do suporte*, localizado no *campo textual*, recepciona outros dois *fatores de transformação* de Chartier (1999), a *tactilidade* e a *modalidade*, ou seja, respectivamente, tanto o impacto da relação física do leitor com o objeto de leitura, quanto a forma específica como o leitor combina o seu percurso pelas linguagens. Por

<sup>235</sup> No modelo proposto no Capítulo 5, o *plano cognitivo* também é composto pelas habilidades processuais, de inspiração psicolinguística, que não são trabalhadas nesta fase empírica, por não estarem no foco da observação e por exigirem instrumentos específicos de captura e análise. Estas habilidades decorrem do *estilo cognitivo do leitor* e de como ele combina os movimentos da *iniciação, amostra, inferência, predição, teste e finalização* (GOODMAN, 1991).

último, o fator da *identidade textual* repousa sobre o *plano das sequências textuais*, o tipo de texto percebido, que emerge da leitura digital e da leitura tradicional, oferecendo possibilidades de contraste entre percepções específicas dos dois tipos de leitura.

Tendo como sustentação estes aspectos do modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*, PV1 e PV2, então, serão desenvolvidos e aplicados para captar elementos que permitam, de alguma forma, caracterizar a transformação da leitura de duas construções textuais (R1 e R2). No caso, o que está em observação é o formato *longform journalism*. Pelas escolhas efetuadas, os protocolos verbais serão estruturados para que sejam identificados os traços caracterizadores da *leitura jornalística* em dois suportes, com um possível viés comparativo.

#### **6.3.1.1 O Protocolo Verbal 1 (PV1)**

O Protocolo Verbal 1 (PV1) é um protocolo de *verbalização simultânea*, estruturado a partir de protocolos de pausa. Conforme Leffa (1996), os protocolos de pausa são previstos depois de uma análise minuciosa dos pontos críticos de um determinado texto, capazes de colocar o sujeito participante a verbalizar a respeito de algum aspecto ou estratégia da leitura determinante para o andamento de uma pesquisa. As pausas funcionam como pontos nos quais os leitores são provocados a fazer comentários conscientes, da forma mais livre possível, a respeito do que está acontecendo na leitura, naquele momento.

Como as modalidades de leitura de R1 e R2 são distintas, PV1 foi aplicado de duas maneiras. PV1R1, a forma como PV1 foi aplicada a R1, tem como objetivo recolher elementos específicos ligados à leitura de uma reportagem longa da revista *piauí*. Admitindo que se trata de uma leitura linear, de um suporte tradicional, a mesma pergunta será feita em três momentos distintos, a cada 16 minutos. O intervalo de tempo foi obtido a partir de um dos tempos de leitura de R1, no caso, o tempo de leitura do autor da tese, que foi de 48 minutos, conforme consta no teste de equivalência textual apresentado na Seção 6.3.2 (Quadro 4, a seguir). A cada 16 minutos, os participantes terão cinco minutos para responder livremente à pergunta: o que você pode dizer a respeito de qualquer aspecto de sua experiência de leitura nesse ponto do texto da revista *piauí*?



Para o texto R2, o PV1R2 também recorre a protocolos de pausa, mas em pontos demarcados previamente, em que a forma como R2 está estruturado interfere sobre a leitura. Os três pontos são: [a] depois do bloco de infografia, [b] depois do vídeo que está inserido e [c] entre o terceiro e o quarto blocos de texto, trazendo as histórias dos personagens retratados pelo autor da reportagem. Assim, os quatro participantes, da mesma maneira com previsto para R1, têm cinco minutos para responder livremente à pergunta: o que você pode dizer a respeito de qualquer aspecto de sua experiência de leitura nesse ponto do conteúdo da revista UOL TAB?

### **6.3.1.2 O Protocolo Verbal 2 (PV2)**

O Protocolo Verbal 2 (PV2) é um protocolo de *verbalização refletida*, aplicado, portanto, posteriormente à leitura. Por meio deste tipo de instrumento de pesquisa, é possível apresentar perguntas que ajudam a elucidar o conceito que um leitor tem sobre a leitura, no entendimento de Leffa (1996), fornecendo, portanto, pistas sobre a experiência de leitura. As perguntas do protocolo podem ser direcionadas, segundo o autor, ao esclarecimento sobre como se comportam as *variáveis intervenientes na leitura*, do modo como estipuladas por Goodman (1991). A possibilidade metodológica, portanto, oferece uma ferramenta para avaliar determinadas transformações da leitura, a partir do modelo psicolinguístico proposto na tese pela ideias, subjacentes nele, de *campo subjetivo* e de *campo textual*.

Como o foco da investigação é refletir sobre as transformações da *leitura jornalística* na transição de suporte, o mesmo protocolo verbal PV2 foi aplicado para os textos R1 e R2, gerando duas situações de leitura observáveis PV2R1 e PV2R2, por meio das quais são elaboradas comparações. Portanto, as perguntas do PV2 são estruturadas a partir dos *fatores de transformação*, ancorados em Chartier (1999), na medida em que eles se apresentam, nesta tese, como categorias de análise. São quatro perguntas para abarcar cinco fatores. O PV2 foi aplicado depois de concluída a leitura de cada um dos textos. Contemplando a recomendação de que os enunciados das perguntas de um protocolo sejam precisos e claros (RODRIGUES; SOUZA, 2008),

chegou-se às seguintes formulações para PV<sub>2</sub><sup>236</sup>, baseadas nos *fatores de transformação* em foco:

[a] Como foi a sua experiência física (o contato) com o suporte de leitura do texto?, para o fator da *tactilidade*;

[b] O que você pode dizer a respeito de como conduziu o percurso mental pelo texto durante a leitura?, para os fatores da *cognitividade* e da *recorrência*;

[c] O que você pode dizer sobre o tipo de texto que foi lido, no que diz respeito à condução de uma história ou ao encadeamento dos argumentos, para o fator da *identidade textual*;

[d] O que você sentiu ou qual foi o efeito provocado pela combinação de linguagens e ocupação de espaços visuais na reportagem lida?, para o fator *modalidade*.

### 6.3.2. Análise de equivalência entre os objetos de estudo

Antes de proceder à análise psicolinguística, a partir do modelo sugerido para a *leitura jornalística*, é pertinente realizar uma verificação de equivalência entre os dois objetos de estudo selecionados, R1 e R2, com o objetivo de ponderar sua legibilidade e monitorar o impacto de eventuais discrepâncias em suas respectivas situações de leitura. Por óbvio, trata-se de uma análise de equivalência, de base estatística, exclusiva para alguns aspectos da dimensão textual, na medida em que R1 e R2, estruturalmente, já diferem em relação às características dos suportes – R1 em papel e R2 na tela do celular – e ao caráter digital de R2, que lhe atribui elementos da *hipermidialidade* abordados no capítulo anterior.

A ferramenta usada para o procedimento de verificação de equivalência textual é a plataforma [www.separarensilabas.com](http://www.separarensilabas.com)<sup>237</sup>, escolhida porque permite tanto a captura de métricas ligadas à extensão e à composição do texto, quanto a apuração de indicadores de legibilidade. Os resultados estão reunidos no Quadro 4 (a seguir). Quanto ao tamanho do texto verbal, R1 (51.608) é mais extenso que R2 (24.536), que

---

<sup>236</sup> Cada *fator de transformação* foi usado para formular uma pergunta. Mas, no sentido inverso, as respostas dos sujeitos a cada pergunta deverão permitir inferências cruzadas, com as respostas a uma pergunta invadindo o campo de outras, pois o sujeito responderá livremente.

<sup>237</sup> O site [www.separarensilabas.com](http://www.separarensilabas.com) oferece uma gama de parâmetros estatísticos para avaliar textos, organizados em dois tipos de análise, o que chama de *análise preliminar* e a *análise de legibilidade*. A *análise preliminar* trabalha com 24 indicadores numéricos, com um perfil de quantificação e medição de aspectos ligados à extensão das palavras, das frases e dos parágrafos de um texto. Já a *análise de legibilidade* apresenta sete índices de legibilidade, desenvolvidos por diversos pesquisadores, com oito possibilidades de classificação diferentes de nível de leitura, baseadas em escalas de desempenho.

representa 47,54% do primeiro objeto. A diferença pode ser interpretada como natural, dadas as propostas editoriais dos dois projetos jornalísticos. Em decorrência, a proporção entre as palavras usadas para compor as duas reportagens guarda uma relação equivalente: 40.867 em R1, contra 19.354 em R2.

Apesar da discrepância na extensão, os dois projetos jornalísticos são bastante semelhantes em suas opções textuais. Enquanto as palavras em R1 têm uma média de 4,62 letras, em R2 o percentual é de 4,51 letras em média por palavra, indicando, então, uma leve superioridade numérica da piauí em relação ao UOL TAB. Já a média de sílabas por palavras é praticamente idêntica: 2,03 em R1 e 2,02 em R2. Os dois parâmetros indicam, por dedução, que as opções textuais da piauí são levemente mais complexas do que a experiência digital do UOL, algo compatível com as pretensões literárias que a revista mensal em papel admite buscar.

Há vários índices para medir a legibilidade textual. Entre os mais usados estão os que derivam do trabalho do austríaco Rudolf Flesch, que propôs, em 1942, revisando-o posteriormente, um indicador adotado por agências governamentais dos EUA para medir a legibilidade dos textos e ponderar a dificuldade de compreensão de textos para uso oficial, conhecido como Índice Flesch de Legibilidade. O trabalho de Flesch foi pensado para o inglês, mas recebeu aportes de outros pesquisadores e adaptações para diversos idiomas, como as realizadas no site [www.separarensilabas.com](http://www.separarensilabas.com). Como alerta Willian DuBay (2004), em um amplo trabalho a respeito da *leiturabilidade* (*readability*, no termo em inglês), há uma profusão de índices disponíveis, mas o seu uso deve ser combinado ou ponderado com outros parâmetros verificáveis, pois "pesquisadores de legibilidade há muito se esforçam para recomendar que, devido às suas limitações, as fórmulas sejam melhor usadas em conjunto com outros métodos de classificação e redação de textos" (p. 19)<sup>238</sup>.

Dentre as diferentes contribuições que a fórmula original de Flesch recebeu, a mais expressiva foi a adaptação promovida por John Kincaid, em 1986, gerando o que passou a ser conhecido como o Índice Flesch-Kincaid de Legibilidade (FK-1986), um dos mais recorrentes. De acordo com DuBay (2004), a fórmula para chegar ao índice é  $FK1986 = ((0,39 \times CMS) + (11,8 \times SPP)) - 15,59$ , em que CMS é a média de palavras por frase e SSP é a média de sílabas por palavra. O cálculo resulta em um número, que oscila de 0 a 100, sendo que, quanto mais próximo de 100, mais fácil de ler é um texto.

---

<sup>238</sup> "Readability researchers have long taken pains to recommend that, because of their limitations, formulas are best used in conjunction with other methods of grading and writing texts" (no original em inglês).

Os índices são analisados em uma escala por faixas, assim distribuídos: de 0 a 30, muito difícil; de 30 a 40, difícil; de 50 a 60, razoavelmente difícil; de 60 a 70, padrão; de 80 a 90, fácil; e de 90 a 100, muito fácil.

Aplicado o teste FK1986 sobre R1 e R2, chegou-se a resultados muito parecidos. Ambos se encaixaram em um nível considerado fácil (entre 80 e 90), de acordo com os parâmetros de facilidade de ler do indicador. Enquanto R1 obteve um valor de 86,25, R2 alcançou 88,88, ou seja, o trabalho sobre as migrações da Venezuela, publicado no UOL TAB, é um pouco mais fácil de se ler do que o da revista piauí, mas não de forma significativa a ponto de ocorrer uma troca de patamar de classificação. Assim, é possível concluir, pelo teste de equivalência textual de R1 e R2, que, apesar das extensões distintas e das características específicas de seus suportes, que incidem sobre as duas situações de leitura, os dois objetos de estudo são equivalentes, do ponto de vista da legibilidade.

Outro parâmetro preliminar de avaliação comparativa diz respeito ao tempo de leitura<sup>239</sup>. No caso dos dois textos selecionados, a diferença de tamanho entre R1 e R2 acaba refletindo inevitavelmente no tempo de leitura. Foram feitas três medições. A primeira foi proporcionada usando-se um site de medição de tamanho de textos, chamado [www.putasacada.com.br](http://www.putasacada.com.br). Para efeito de comparação, foi feita uma média das três medições, com 70,5 minutos para R1 e 32,7 minutos para R2. Outras duas medições de referência constam no quadro abaixo, projetada pela plataforma de leitura Medium e a realizada pelo autor da tese.

---

<sup>239</sup> O tempo de leitura de cada sujeito participante (s1 a s4) não será medido para gerar algum efeito de comparação, porque se trata de um componente da leitura bastante variável e dependente de inúmeros fatores. Ainda que fosse incluído no universo de observação desta pesquisa, sua mensuração seria de alguma forma afetada pelos procedimentos que são solicitados para os sujeitos participantes durante a aplicação de PV1 (protocolo verbal de aplicação simultânea à leitura, a *verbalização simultânea*). Como o desempenho individual do sujeito não é o foco da fase empírica, mas a viabilidade e a aplicabilidade do modelo, o tempo, então, não será medido. A título de monitoramento sobre a equivalência textual dos dois textos, no entanto, foram apresentados alguns indicadores, conforme o Quadro 4. As ferramentas existentes para medir o tempo de leitura trabalham com os seguintes parâmetros: 100 palavras por minuto (lenta), 130 palavras por minuto (média ou normal) e 180 (rápida).

Quadro 4 - Teste de equivalência textual entre R1 e R2

<b>Parâmetro</b>	<b>R1 (piauí)</b>	<b>R2 (UOL TAB)</b>
<b>Caracteres com espaço</b>	51.608	24.536
<b>Caracteres*</b>	40.867	19.354
<b>Número de palavras</b>	8.844	4.288
<b>Média de letras por palavra</b>	4,62	4,51
<b>Média de sílabas por palavra</b>	2,03	2,02
<b>Índice Flesch-Kincaid (1986)</b>	86,25	88,88
<b>Facilidade de ler segundo FK1986</b>	Fácil (80-90)	Fácil (80-90)
<b>Tempo médio de leitura calculado**</b>	70,5 min	32,7 min
<b>Tempo de leitura Medium***</b>	34 min	15 min
<b>Tempo de leitura medido****</b>	48 min	25 min

Fonte: O autor (2020)

\* Sem pontos, vírgulas etc.

\*\* De acordo com os cálculos automatizados da plataforma [www.putasacada.com.br](http://www.putasacada.com.br).

\*\*\* De acordo com a medição feita na plataforma de publicação de textos Medium.

\*\*\*\* De acordo com a medição do próprio autor da tese.

### 6.3.3 Aplicando os protocolos verbais: o *conceito de leitura*

Autores que operam com a aplicação de protocolos verbais – ou seja, que possuem domínio prático da ferramenta e são usados como referências na metodologia para a fase empírica desta tese – elencam alguns cuidados que precisam ser levados em conta para que o instrumento de pesquisa produza resultados eficientes. Rodrigues e Souza (2008), por exemplo, listam precauções essenciais ao planejamento da investigação científica, independente do tipo de protocolo adotado:

[a] os dados obtidos pelos protocolos verbais devem refletir o que o sujeito está pensando no momento da execução da tarefa, no caso das verbalizações que ocorrem durante a leitura. Ou seja, os sujeitos não podem ser encorajados a explicar o seu processamento;

[b] o texto deve ser desafiador ao participante a ponto de sugerir uma leitura lenta, controlada e menos automática, exigindo um foco concentrado de leitura;

[c] alguns tipos de informação são melhor representados nos protocolos; portanto, o pesquisador deve ter habilidade para propor categorias e questionamentos;

[d] há diferenças individuais na habilidade em fornecer relatos verbais, o que reforça a necessidade de escolher adequadamente os leitores-participantes para garantir equilíbrio na extração de informações;

[e] as variáveis consideradas no estudo devem ser codificáveis em categorias, para que se possa proceder à análise, depois de transcrito o conteúdo da verbalização.

Portanto, a partir dessas observações, é importante registrar que o processo de extração de elementos, sobre a leitura, depende da capacidade do sujeito participante em formular ideias e conceitos sobre a sua consciência leitora, o que pode ser estimulado por meio das perguntas estruturadas.

Tomich (2007) também apresenta uma série de cuidados, em linha com o exposto por Rodrigues e Souza (2008):

[a] as perguntas que estruturam os protocolos devem ser suficientes para produzir os resultados pretendidos, mas não devem ser longas;

[b] os enunciados das formulações devem ser precisos e claros, com o objetivo de não deixar dúvidas aos leitores-participantes;

[c] sempre que possível, oferecer alternativas em múltipla escolha e deixar claro, no enunciado, como deve ser feita a opção, como ferramenta de apoio à verbalização;

[d] decidir como os dados serão coletados, para garantir que a extração seja corretamente documentada para a análise posterior;

[e] preferencialmente, fazer a pilotagem prévia, com o intuito de testar a capacidade de o protocolo gerar resultados observáveis, de acordo com os objetivos da pesquisa.

A autora destaca a utilização de um tipo reformulado de protocolo, o *protocolo de pausa*, antes mencionado, com o qual o investigador pode [a] conduzir o leitor a traduzir o que pensa, quando encontrar um obstáculo à leitura ou [b] sinalizar determinados trechos do texto observado – os marcadores de pausa – para que o leitor reaja de uma determinada maneira, quando exposto aos sinais estipulados. Tomich (2007) diz que, nesses casos, os participantes são instruídos a interromper a leitura silenciosa, dependendo do objetivo de pesquisa e do que se quer observar, e relatar os pensamentos naquele momento de pausa. A partir do relato obtido nessas condições, o pesquisador faz inferências sobre os processos cognitivos subjacentes. O

procedimento é utilizado nesta tese durante a aplicação do primeiro protocolo, o PV1, com o objetivo de observar sobretudo determinadas circunstâncias específicas da leitura digital em tela de celular. No protocolo de pausa adaptado, com a mínima interferência do pesquisador,

o leitor é convidado a ler o texto silenciosamente e a parar em qualquer ponto do mesmo onde ocorra um *pausa* no fluxo da leitura, quando então ele deve relatar o motivo da interrupção, por exemplo, pensamentos que ocorreram, dúvidas sobre o texto, etc (TOMICH, 2007, p. 47-48).

Tomich (2007) preconiza, ainda, a menor interferência possível do pesquisador durante a etapa de verbalização, sendo que todas as orientações, preferencialmente por escrito, precisam ser repassadas no início da aplicação do instrumento de coleta de dados. Ainda na linha da preparação para a realização da pesquisa, Tomich (2007) frisa que a leitura não deve ser automatizada, quer dizer, a leitura proposta na observação precisa desafiar o leitor para que ele se sinta estimulado a falar sobre o processo. Sobre a escolha do texto, recomenda: "faz-se necessária a utilização de textos com algum tipo de problematização, levando-se em conta os objetivos da pesquisa" (p. 49) Assim como a definição adequada do texto, a escolha do participante também é decisiva:

Alguns participantes são mais predispostos a verbalizar e o fazem com mais naturalidade do que outros. Por essa razão, o pesquisador deve levar em conta as diferenças individuais em termos de disponibilidade para verbalização e levar esse fator em consideração na seleção dos participantes para a pesquisa (TOMICH, 2007, p. 50)

Em síntese, a partir das observações a respeito dos cuidados na aplicação de protocolos verbais, chega-se ao seguinte roteiro de pesquisa, proposto para concretizar a fase empírica:

[a] escolha de dois textos – já apresentados na Seção 6.2, no caso, dois trabalhos que podem ser enquadrados no perfil de *longform journalism*, R1 (um texto publicado em papel) e R2 (um texto publicado por um projeto de leitura estendida na tela do celular) – que tratam de um mesmo conteúdo e desafiam o leitor a uma leitura concentrada;

[b] desenvolvimento de categorias de análise para estruturar os *protocolos verbais* (PV1 e PV2), o que foi feito nas seções 6.3.1.1 e 6.3.1.2, a partir da ideia de *fatores de transformação*, proposta por este trabalho, extraída do estudo de Chartier (1999). Foram os *fatores de transformação* que levaram às perguntas de PV2 e orientaram a extração de evidências por inferência dos dois instrumentos aplicados;

[c] criação de duas situações de observação de leitura, R1 (texto no suporte papel) e R2 (texto no suporte tela do celular), sobre as quais serão aplicados os dois protocolos verbais, montados a partir das categorias de análise (PV1, um *protocolo de verbalização simultânea*, e PV2, um *protocolo de verbalização refletida*);

[d] escolha de quatro sujeitos (s1, s2, s3 e s4), sendo s1 e s2 pertencentes à faixa etária entre 18 e 24 anos, e s3 e s4 entre 50 a 69 anos<sup>240</sup>, com a mesma profissão, com o objetivo de garantir algum nível de equalização nas habilidades de extração por verbalização em relação às variáveis *conhecimento prévio* e *estilo cognitivo do leitor*.

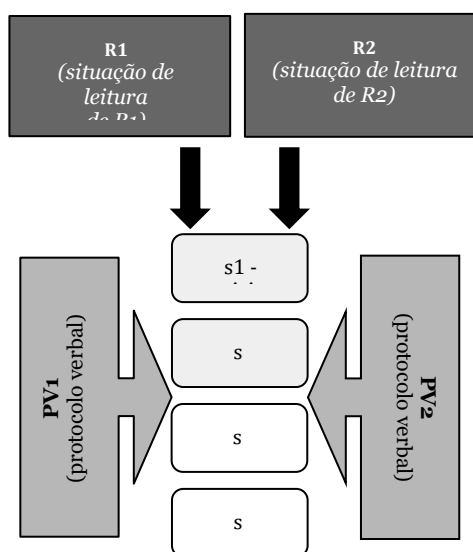
A estrutura de pesquisa imaginada, então, gerou uma matriz de observação, composta por 16 aplicações, admitindo que cada um dos sujeitos da análise (s1, s2, s3 e s4) foi submetido a quatro combinações de verbalização (PV1R1, PV2R1, PV1R2 e PV2R2). Assim, as 16 situações observadas seriam: s1PV1R1, s1PV2R1, s1PV1R2, s1PV2R2, s2PV1R1, s2PV2R1, s2PV1R2, s2PV2R2, s3PV1R1, s3PV2R1, s3PV1R2, s3PV2R2, s4PV1R1, s4PV2R1, s4PV1R2 e s4PV2R2. Esta foi a base para a observação do funcionamento do modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*. Abaixo, a ilustração propõe um esquema visual sobre como se pretende conduzir a fase de teste:

---

<sup>240</sup> Diante da diversidade de intervalos de idade possíveis para a pesquisa, optou-se por duas das faixas etárias usadas na pesquisa "Retratos da leitura no Brasil", organizada pelo Instituto Pró-Livro, conforme Failla Zoara (2016).



Figura 3 - Representação gráfica do roteiro de pesquisa da fase empírica



Fonte: O autor (2020)

#### **6.3.3.1 Perfil dos sujeitos participantes: descrição e nivelamento**

O critério para escolher os sujeitos participantes, como já dito, procurou minimizar os efeitos que poderiam ser produzidos por níveis distintos de *conhecimentos prévios*. Por isso, a escolha recaiu na ideia de convidar os participantes de alguma forma ligados a uma mesma profissão, no caso, quatro pessoas direta ou indiretamente ligadas à prática do Jornalismo<sup>241</sup>. São quatro sujeitos, sendo s1 e s2 pertencentes à faixa etária entre 18 e 24 anos e s3 e s4 entre 50 a 69 anos, como já se disse.

Uma primeira preocupação psicolinguística, para a análise da *leitura jornalística*, é com a variável interveniente *conhecimento prévio*. Por isso, três procedimentos de resguardo foram executados para lidar com os eventuais efeitos da variável na investigação. Antes de apresentá-los, é oportuno ressaltar que os *conhecimentos prévios* não são o foco da pesquisa, portanto, a preocupação com a variável cumpre apenas uma função de precaução metodológica em relação aos sujeitos, para monitorar e, na medida do possível, neutralizar impactos na observação.

<sup>241</sup> Poderia ser de qualquer profissão, mas o fato de jornalistas observarem produções jornalísticas a partir de um viés semelhante ajudou na escolha. Para justificar o argumento vale lembrar o que já foi dito nesta tese a respeito do conceito de *comunidades discursivas*, da forma pensada por John Swales (1990). Para o autor, a comunidade familiariza-se com determinados gêneros, na medida em que cumprem objetivos, propósitos ou finalidades, no interior dos ambientes de interação e troca de informações de um determinado grupo social.

O primeiro cuidado com os *conhecimentos prévios* ocorreu ainda antes da definição dos sujeitos, na hora da escolha dos objetos de estudo. Com o objetivo de acionar um grau semelhante de *conhecimento prévio* do leitor, buscou-se dois textos sobre um tema semelhante, administrando, portanto, o *conhecimento de mundo* (um dos três tipos de conhecimento que compõem o *conhecimento prévio*, conforme Angela Kleiman (1989)). No caso, os dois trabalhos selecionados tratam da crise na Venezuela. O segundo movimento de proteção levou à decisão de compor o grupo de análise com sujeitos de mesma profissão, para ajudar no nivelamento dos *conhecimentos prévios* (sobretudo no *conhecimento de mundo* e no *conhecimento linguístico*) e do eventual domínio sobre os dois objetos de estudo.

O terceiro procedimento adotado foi um questionário de *conhecimentos prévios* sobre o conteúdo dos dois objetos selecionados, para sondar o grau de domínio informativo dos sujeitos (s1 a s4). O teste foi estruturado a partir de informações que estão nos materiais de leitura. A aplicação do questionário TCP (Teste de Conhecimentos Prévios) (Apêndice A) ocorreu antes dos protocolos PV1 e PV2, para não condicionar a observação. Foram apresentadas 10 perguntas para cada sujeito, em que podiam escolher entre três opções: duas alternativas de resposta ou não assinalar nenhuma das escolhas possíveis, já que a orientação inicial pedia para evitar a improvisação na resposta. Cada questionário também continha duas perguntas de natureza qualitativa a respeito do eventual conhecimento dos sujeitos sobre os dois objetos de estudo, R1 e R2.

Quadro 5 - Monitoramento dos *conhecimentos prévios* pelo TCP

Sujeito	Acertos	NR*	% de acerto	Sobre R1**	Sobre R2**
s1	7	2	70%	Matérias aprofundadas e conteúdo analítico	Linguagem rápida, informação para consumo imediato
s2	6	2	60%	Textos longos, atraentes e originais. Edição simplificada	Desconhece
s3	1	5	10%	Desconhece	Voltado a conteúdos em profundidade. Reportagens densas e investigativas, com temas ligados a comportamento. Acompanhadas de infografia e vídeos
s4	8	2	80%	Assemelha-se a <i>The New Yorker</i> e a <i>Realidade</i> . Explora temas do noticiário e atemporais	Reportagens multimídia, uma tentativa de experimentar o <i>longform</i> na internet. Desconhece equipe

Fonte: O autor (2020)

\* Sigla para "não respondeu".

\*\* Resumo do autor para as considerações do sujeito sobre o objeto de estudo.

O TCP mostrou que três dos quatro participantes tiveram desempenho aproximado no nível de domínio das informações a respeito da Venezuela, oscilando os seus percentuais de acerto entre 60% a 80%. Um participante, s3, teve uma discrepância acentuada, acertando apenas uma questão (10%), mas o desempenho pode estar relacionado à orientação de não tentar acertar a resposta se não tivesse certeza de que dominava a informação. Quanto ao conjunto qualitativo do TCP, de uma forma geral os participantes demonstraram um razoável nível de conhecimento sobre as linhas gerais dos projetos jornalísticos de R1 e R2, a *piauí* e o *UOL TAB*. Corresponderam em cinco das oito possibilidades de resposta; em duas disseram desconhecer e apenas uma vez R2 foi descrito de maneira equivocada. Assim, avaliando

o conjunto das respostas, pode-se dizer que o TCP indicou que o grupo de sujeitos é harmônico em relação aos objetivos específicos da investigação.

### **6.3.3.2 Roteiro de observação**

O cenário de observação reuniu, em um mesmo ambiente, todos os quatro sujeitos, por um período de três horas em que foram aplicados cinco instrumentos de pesquisa: o Teste de Conhecimentos Prévios (TCP), o Protocolo Verbal 1 para R1 (PV1R1), o Protocolo Verbal 2 para R1 (PV2R1), o Protocolo Verbal 1 para R2 (PV1R2) e o Protocolo Verbal 2 para R2 (PV2R2). O primeiro a ser aplicado foi o TCP, sem que os participantes tivessem tido contato com o conteúdo de R1 e R2, o que poderia ter oferecido pistas para as respostas e atrapalhado a aferição. O tempo total de aplicação de TCP foi de 7 minutos e 40 segundos.

Depois, os leitores responderam aos protocolos verbais, primeiramente os aplicados para R1 (já que se tratava de uma leitura mais exaustiva, com mais do que o dobro do tamanho, 51.608 caracteres, com espaço, contra 24.536, levemente mais difícil, pois com um Índice Flesch-Kincaid (1986) de 86,25, contra 88,88 de R2). Foi entregue a cada um, como R1, uma cópia do exemplar da revista *piauí*, do mesmo tamanho e cores, com o objetivo de repetir a experiência de relação com um objeto revista de dimensões peculiares (26,5 cm por 34,8 cm). Já o projeto R2, do *UOL TAB*, foi acessado no celular de cada um dos sujeitos.

Os participantes desconheciam quais seriam os objetos de análise. Os objetivos da investigação também não foram compartilhados antes da aplicação dos instrumentos. Os quatro sujeitos foram convidados a participar da experiência sem que soubessem quem seriam os demais participantes e quais os critérios de seleção. Durante a aplicação dos questionários, procurou-se esclarecer, de forma básica e sucinta, às perguntas feitas pelos leitores, evitando ampliar o esclarecimento para não induzir ou interferir nas respostas. Cada instrumento tinha uma orientação inicial clara, para guiar o sujeito. As orientações foram:

TCP: Responda às perguntas a seguir com a informação que julgar correta, sem uma preocupação em acertar o resultado. Não chute. O teste não é uma avaliação sobre a sua quantidade de conhecimento, mas de domínio de algumas informações. Tente responder buscando o acerto da resposta, mas o foco da observação não está no seu desempenho individual.

PV1R1: A cada intervalo de tempo controlado pelo pesquisador, você receberá um convite para interromper a leitura por cinco minutos e responder uma pergunta. Será sempre a mesma pergunta a cada pausa. Registre de forma livre os seus pensamentos a respeito da experiência de leitura do texto 1 até aquele ponto do texto, mas sem comentar o conteúdo da reportagem.

PV1R2: Em cada ponto definido pelo pesquisador, você interromperá a leitura por cinco minutos e responderá uma pergunta a respeito do texto 2. Será sempre a mesma pergunta a cada pausa. Registre de forma livre os seus pensamentos a respeito da experiência de leitura, mas sem comentar o conteúdo do texto.

PV2R1: Sem consultar o texto lido, responda às perguntas da maneira a mais livre possível, buscando expressar elementos da sua experiência individual de leitura.

PV2R2: Igual a PV2R1.

As respostas verbalizadas foram organizadas em quadros, dois por sujeito, um para reunir as impressões a respeito de R1 (obtidas por meio dos dois protocolos verbais PV1R1 e PV2R1) e o outro quadro para R2 (PV1R2 e PV2R2). Na coluna específica da verbalização, foram colocadas, em cada linha, as palavras mais significativas de cada uma das respostas aos instrumentos, com o objetivo de concentrar a expressão, depurar as ideias dos sujeitos e facilitar a atribuição de evidências inferenciais para a interpretação final. As verbalizações – expressões do sujeito a respeito da experiência da leitura, algo que Robert Darnton (2010) sinaliza no Capítulo 2 como um dos obstáculos<sup>242</sup> para os estudos da leitura – induziram à identificação das evidências, sinalizadas a partir da fundamentação teórica da tese, notadamente os *fatores de transformação* obtidos a partir de Chartier (1999) e algumas das categorias aninhadas no modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*, eixo teórico-metodológico estruturante da presente investigação, conforme o modelo detalhado no Capítulo 5.

A abordagem adotada, na medida em que valoriza as *variáveis intervenientes na leitura* e admite que elementos do contexto da leitura também incidem sobre o desempenho do leitor, recomenda que se pondere as circunstâncias do experimento e impacto delas sobre a leitura. Em primeiro lugar, ao contrário do experimento de observação, textos longos em jornalismo não necessariamente são lidos de maneira

---

<sup>242</sup> Darnton (2010) identifica o problema como uma das barreiras a ser transposta nos estudos para compreender a leitura. A limitação pode ser resumida em uma pergunta: o que efetivamente acontece na mente do leitor durante a leitura? Como já foi afirmado, os modernos estudos neurocientíficos abriram um caminho promissor para contornar este obstáculo.

contínua. O fato de R1 e R2 terem sido lidos em sequência também impacta no resultado da leitura e pode interferir na verbalização realizada durante a observação. É necessário levar em conta que os dois trabalhos analisados poderiam, ainda, não despertar interesse dos sujeitos leitores no seu cotidiano, o que certamente poderia influenciar na variável *conhecimentos prévios* e objetivo de leitura.

A análise das verbalizações é conduzida com vistas a encontrar um *conceito de leitura*, como imaginado por Leffa (1996). Cada leitor tem o seu processo particular de leitura, que estrutura o seu *conceito de leitura*, e a visão sobre o andamento do ato de ler. O autor entende que as perguntas de um determinado protocolo verbal são capazes de estimular, "de modo espontâneo" (p. 85), o leitor a falar sobre o seu modo de ler, sobre os seus objetivos durante a leitura e sobre as estratégias de ação que usa para cumprir suas tarefas leitoras. É produtivo que as falas, nas atividades de observação, sejam obtidas depois de refletir o máximo possível a partir de um estímulo, com o mínimo de interferências externas. Os quatro sujeitos (s1 a s4) assim expressaram seus *conceitos de leitura*, e a tarefa dos próximos procedimentos é organizar essas visões particulares, com o objetivo de ponderar as transformações da leitura, cruzando-as com o modelo psicolinguístico da *leitura jornalística*.

### **6.3.3.3 Como o leitor s1 leu R1 e R2**

S1 é mulher, jornalista, 59 anos no momento da pesquisa. Demonstrou desconforto físico ao ler R1. S1 identificou a especificidade textual típica do projeto jornalístico da revista *piauí*. A maneira como a leitora se confessa envolvida pela história, mais de uma vez, remete ao perfil de leitor descrito por Lúcia Santaella (2004), o *leitor contemplativo*, que se permite imergir na leitura sem as urgências do tempo. S1 capturou elementos das *sequências textuais de base narrativa e descritiva*, da forma como traçadas por Jean-Michel Adam (2019). Em vários momentos, s1 expressou capacidade de reconhecer os traços específicos da identidade textual da *piauí*, assim como a *modalidade* de ocupação dos espaços visuais. Pelas características físicas do objeto revista e da forma como R1 é editada, s1 associou à leitura os efeitos físicos do formato longo e de uma leitura continuada, algo que decorre de uma *tactilidade* específica. A finalidade jornalística de *entender o mundo*, como estipulada por Reginato (2016), foi atribuída a R1.

Leu R2 em um celular Motorola One, com tela de 5,9 polegadas. Durante a leitura de R2, mais de uma vez acionou o *scrolling*, percorrendo o texto e avaliando a

leitura, avançando e voltando, como se buscasse se concentrar em um determinado ponto. S1 verbalizou os efeitos de uma *modalidade* digital específica da narrativa R2, tanto do ponto de vista da *tactilidade*, quanto da *multimedialidade*, como proposta por Salaverría (2014), ou seja, pelo estímulo de mais de um sentido. A *tactilidade* também apareceu a partir de comentários a respeito da interação física e das características visuais do projeto jornalístico do UOL TAB. Do ponto de vista da *identidade textual*, os elementos narrativos foram percebidos e destacados, além da forma como o texto está combinado com os demais componentes expressivos. S1 citou a mistura de linguagens e o efeito que ela produz sobre a sua leitura em particular. Ainda que R2 seja menor em extensão do que R1, s1 referiu um excesso, atribuído por ela mesma à forma fragmentada como as informações são apresentadas.

Tanto em PV1R2 quanto em PV2R2, a leitora s1 faz verbalizações contraditórias, primeiro sobre presença/ausência de envolvimento emocional (nas pausas propostas por PV1R2) e em um segundo momento (nas respostas de PV2R2) quando indica uma percepção de leveza/peso do texto. A existência de fragmentações por conta da troca de modalidades de leitura pode ser a explicação para a alternância de percepção e a contradição percebida.

Suas respostas aos dois protocolos verbais da pesquisa foram:

Quadro 6 - Respostas da leitura s1R1

Procedimento		Verbalização	Evidências
s1PV1R1	Pausa 1	...leitura que prende.../romance literário.../história vai sendo contada de forma subjetiva e direta.../oferecidas devagar e de forma sutil.	* Identidade textual * Cognitividade
	Pausa 2	...texto se tornou mais descritivo... para ganhar e preencher um espaço maior.../informação de forma mais subjetiva.../mostrando sua posição política.	* Identidade textual * Modalidade * Entender o mundo (REGINATO, 2016)
	Pausa 3	...texto me envolveu, assim como a forma....	* Cognitividade
sPV2R1	Experiência física de leitura	...tranquila.../quase nunca leio em uma cadeira desconfortável./Li todas as etapas sem parar... somente uma [vez] voltei.../letra grande... trouxe conforto.../me mexi pouco, como dificilmente consigo...	* Tactilidade

	Percurso pelo texto	Tentei visualizar a situação descrita.	* Contemplativo (SANTAELLA, 2004)
	Sobre o tipo de texto	Uma narrativa pulsante.../ necessidades... do ser humano./ Descrição... direta, que provoca... identificação.	* Identidade textual * Narrativo e descritivo (ADAM, 2019)
	Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	...curiosidade e espanto.../conseguiu visualizar situações.../pulava talvez pelo cansaço... ou pelo tempo.	* Cognitividade * Recorrência * Contemplativo (SANTAELLA, 2004)

Fonte: O autor (2020)

Quadro 7 - Respostas da leitura s1R2

Procedimento		Verbalização	Evidências
<b>s1PV1R2</b>	Pausa 1	Informativa, direta, sem... intenção emocional./ Oferece...comparativos.	* Identidade textual
	Pausa 2	Se ficasse somente no texto, reafirmaria... [o comentário anterior]/o vídeo dá cor e movimento... oferecendo... um contraponto... dando voz às pessoas citadas no texto.	* Modalidade
	Pausa 3	...com depoimentos a forma de compreensão do texto se torna mais emocional.../depoimentos em primeira pessoa... [são]... apelativo[s]./ Me atrapalhei... ao rolar as imagens... fotos e depoimentos, tentando não perder sequer uma informação./ As três formas de narrativas [texto, vídeo e foto] se somam e fortalecem forma e conteúdo.	* Tactilidade * Modalidade * Multimídia (SALAVERRÍA, 2014)
<b>s1PV2R2</b>	Experiência física de leitura	Ágil... rolamento da tela.../ dificuldade de visão, arrastei a tela muitas vezes....	* Tactilidade * Modalidade
	Percurso pelo texto	Muita informação... não me atrai.../depoimentos usados de forma sucinta no vídeo e depois com... abrangência no texto... foram importantes pra mim.	* Identidade textual * Modalidade
	Sobre o tipo de texto	Leveza... ganha força com vídeo.../ depoimentos de grande riqueza./ Histórias mais aprofundadas deram vida à narrativa.	* Identidade textual * Modalidade * Narrativo (ADAM, 2019)
	Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	...as três formas se complementaram.../riqueza ao conteúdo... diversificaram.	* Modalidade

Fonte: O autor (2020)



### 6.3.3.4 Como o leitor s2 leu R1 e R2

S2 é homem, jornalista, 52 anos no momento da pesquisa. Durante a atividade, aparentou estar altamente concentrado. Mexia-se pouco, focava os materiais de leitura sem olhar para os lados. Entre os participantes, foi aquele que expressou as respostas mais longas nos questionários. S2 expressou uma clareza em relação aos efeitos da *identidade textual* específica do suporte papel, presentes na narrativa R1. Identificou a existência de oscilações entre os trechos *narrativos* e *descritivos*, inclusive externando um domínio sobre o fluxo da sequência textual de base narrativa (ADAM, 2019), quando lamentou o "final feliz que não veio". Lembrando a forma como se portou durante o experimento de leitura, permitiu-se a leitura concentrada e linear típica do perfil *contemplativo*, segundo padrões de *recorrência* no seu *conceito de leitura*. Também verbalizou uma relação com o suporte papel, em suas características de *tactilidade* (físicas), como textura e cheiro. Do ponto de vista das *finalidades do jornalismo*, identificou o objetivo de *entender o mundo*, conforme Reginato (2016).

Leu R2 em um celular Samsung J8, com tela de 6 polegadas. Fez um questionamento específico sobre se era necessário, ou não, ver o vídeo que estava inserido na narrativa R2. S2 verbalizou muitos traços da leitura típica dos ambientes digitais, principalmente em relação à navegação e às características do suporte celular. Entre os quatro sujeitos, foi o único que apontou a presença de um tipo de convivência de conteúdo do leitor *ubíquo*, que interage em movimento, e *imersivo*, submetido ao impacto do fluxo de informações. S2 apontou efeitos de linguagem específicos da *modalidade* digital, a quem classificou como "agradável". Criticou, em parte, a forma como os elementos textuais foram encadeados, no sentido da identidade textual de R2, inclusive se aventurando a uma comparação com o seu *conceito de leitura* de R1, no que diz respeito à organização da informação. A *tactilidade* recorrente dos movimentos de *scrolling* foi apontada como um fator de vantagem na fluidez da leitura de R2.

Suas respostas aos dois protocolos verbais da pesquisa foram:

Quadro 8 - Respostas da leitura s2R1

Procedimento		Verbalização	Evidências
s2PV1R1	Pausa 1	Me senti dentro da situação descrita.../escrito em primeira pessoa.../ descrições bem visuais.../ cada frase, cada parágrafo... tem informação...	* Identidade textual * Narrativo e descritivo (ADAM, 2019) * Contemplativo

		relevante.../o texto é longo... nada cansativo.../mesmo com apenas uma voz... 'ver' as situações descritas.	
	Pausa 2	...bem descritivo... convite para seguir na leitura.../mais personagens... o que cativa a leitura.../falar de pessoas sempre atrai leitura.../cotidiano diferente do que o leitor vive.../como uma história contada em um livro.../o leitor quer saber... final.	* Identidade textual * Narrativo e descritivo (ADAM, 2019) * Recorrência
	Pausa 3	Mesmo ritmo, com descrições.../ escrito em primeira pessoa.../autora falar de suas vivências.../um crescente com o leitor... final feliz que não veio.	* Narrativo
<b>s2PV2R1</b>	Experiência física de leitura	...a maior parte da minha vida como leitor é de leituras em impresso... transcorreu tranquilamente.../ tradicional cheiro de tinta... convite ao manuseio.../como o texto era muito atrativo, fotos não fizeram falta, a descrição... supriu essa falta.../havia[m] [sic] charges... nada a ver com o texto. Assim que vi que não tinham relação, deixei para ler no final.../apesar de só ter uma foto, a legenda foi a primeira coisa que li.	* Tactilidade * Modalidade
	Percurso pelo texto	...bem linear... fácil leitura e entendimento.../não senti necessidade de reler... para compreender.../apesar de... ambiente tranquilo... poucas coisas fariam eu tirar o olho e a concentração da leitura.	* Cognitividade
	Sobre o tipo de texto	...muito bem estruturado.../ histórias bem encadeadas... cativou para a leitura até o final.../como o conteúdo se refere a uma realidade próxima daqui... ajudou a manter o interesse na leitura.../texto... descritivo... convite à leitura.	* Identidade textual * Contemplativo (SANTAELLA, 2004)
	Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	Senti um espectador da história./ Senti as pessoas vivendo a realidade.../isso se dá com as palavras, sem precisar de imagens.	* Contemplativo (SANTAELLA, 2004) * Entender o mundo (Reginato, 2016)

Fonte: O autor (2020)

Quadro 9 - Respostas da leitura s2R2

Procedimento		Verbalização	Evidências
<b>s2PV1R2</b>	Pausa 1	Descreveu bem a situação.../autor contou que já participou de situações semelhantes... o que dá mais qualidade.../por ser formato digital, dei uma corrida na tela para ver o que tem mais.../mas não cliquei em nada.	* Identidade textual * Modalidade * Tactilidade

	Pausa 2	Texto começou a repetir... sem avançar.../parei para ver o vídeo... podia ter menos do que os seis minutos.../quem não quer ler o texto, se assistir o vídeo... vai ter... informações...	* Modalidade
	Pausa 3	Os depoimentos em primeira pessoa dão... credibilidade.../ entrevistados descrevem muito bem o que estão vivendo.../depoimentos podiam ser menores.../se não há tanto interesse é só pular.../digital não tem limites de espaço... os depoimentos se repetem.	* Identidade textual
<b>s2PV2R2</b>	Experiência física de leitura	Agradável. O meio digital traz mais atrativos.../com o WhatsApp instalado no celular enviava mensagem, isso interrompia a leitura.../era de meu interesse, não deixei... me distrair./O fato de poder subir e descer a tela facilitou...	* Modalidade * Tactilidade * Ubíquo (SANTAELLA, 2004)
	Percurso pelo texto	Comparado com o impresso, achei tudo bem distribuído. Primeiro, o texto do autor e, depois, os demais elementos./Esperava mais texto do autor.../apostou mais no vídeo e no depoimento das pessoas do que no relato do autor.	* Modalidade * Imersivo (SANTAELLA, 2014)
	Sobre o tipo de texto	Não houve um encadeamento... muitos depoimentos, alguns muito extensos, que se repetiam.../as imagens e as frases na abertura são bem convidativos...	* Identidade textual * Narrativo (ADAM, 2019)
	Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	[Me] senti atraído por todos os elementos do texto.../um texto mais informativo... atrairia mais do que... enfileirar... depoimentos.	* Identidade visual * Modalidade

Fonte: O autor (2020)

### 6.3.3.5 Como o leitor s3 leu R1 e R2

S3 é mulher, estudante de jornalismo prestes a se formar, 21 anos no momento da pesquisa. Ao longo de toda a observação, foi a que mais demonstrou inquietação. Nas respostas reproduzidas nos quadros ao final da seção, admite que se distraiu, inclusive com a ponderação de que o fato de ler em conjunto, acompanhada de outros participantes, tirou a sua concentração. Foi possível perceber que, várias vezes, tirou o olhar dos objetos de leitura e observou o que os outros leitores faziam. Demonstrou sinais de cansaço ao longo do cumprimento das tarefas.

S3 concentrou suas considerações sobre R1 na *tactilidade* específica da revista piauí e na cognitividade decorrente de uma leitura naturalmente exaustiva, em função

do texto longo que marca a publicação. Expressou cansaço e dificuldade de manter a atenção, o que pode ter relação com o fato de ter sido o único sujeito que manifestou desconhecer o projeto jornalístico de R1 no TCP. Admitiu que mergulhou em uma leitura com perfil *contemplativo*, mas não de forma imediata. Ao dizer que enxergou em R1 uma narrativa típica do *jornalismo literário*, verbalizou um *conhecimento prévio* do tipo *textual*, da forma como estipulado por Kleiman (1999). Também identificou uma *modalidade* textual e visual, associada às características editoriais da revista. Igualmente destacou a presença de *sequência textual de base narrativa* (ADAM, 2019), com o seu poder de prender a atenção do leitor.

Colocou os fones de ouvido para assistir ao vídeo embedado em R2. S3 expressou, em suas respostas, um tom geral crítico em relação ao projeto R2, notadamente quanto à *modalidade* e à *identidade textual*. Vale lembrar que foi o sujeito que, no experimento de obtenção das verbalizações, mais se mostrou desconfortável e distraído. Apontou falta de encadeamento entre as partes, o que revela um domínio da *modalidade* e da *identidade textual*, assim como admitiu dificuldades para manter a atenção, por conta de uma *cognitividade* decorrente do suporte de R2, assim como da relação tátil. Salientou o aspecto da *multimedialidade* e a possibilidade de percorrer o conteúdo de forma livre, traço de um determinado tipo de *hipertextualidade* típica da leitura digital. Também destacou, como outros sujeitos participantes, a combinação entre a percepção da natureza *narrativa* de R2 com um atendimento da finalidade jornalística de *entender o mundo*.

Suas respostas aos dois protocolos verbais da pesquisa foram:

Quadro 10 - Respostas da leitura s3R1

Procedimento		Verbalização	Evidências
s3PV1R1	Pausa 1	No começo... um pouco distraída.../ cabeça envolvida em questões anteriores.../meu grau de interesse na reportagem foi aumentando.../até... completamente envolvida.../no fim da primeira página, o foco aumentou...	* Cognitividade * Contemplativo (SANTAELLA, 2004)
	Pausa 2	...a leitura foi um pouco mais cansativa, embora agradável...	* Tactilidade
	Pausa 3	...menos cansativa e mais rápida.../senti um pouco de exaustão... densidade do texto, embora... cativante.../ansiosa para finalizar a leitura.	* Cognitividade * Tactilidade

<b>s3PV2R1</b>	Experiência física de leitura	...desajeitada com as páginas da revista.../teste... tirou um pouco da minha atenção do texto.../mais fácil assim do que por uma plataforma eletrônica, que gera mais distrações.	* Cognitividade * Tactilidade
	Percurso pelo texto	...consegui manter o foco.../nervosa por conta do assunto, que não acompanho.../fiquei observando... o que gerou certa distração e me atrapalhou.../leitura agradável.../mais produtiva se tivesse lido sozinha.	* Cognitividade
	Sobre o tipo de texto	...narrativa característica do jornalismo literário.../digressões à história narrada, além de... descrições.../gosto de ler textos... dessa técnica.../é uma forma de cativar o leitor e gerar interesse.../temas mais atrativos e humanos.	* Identidade textual * Narrativo (ADAM, 2019)
	Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	...formato dos textos e a diagramação remetem à literatura, por serem... longas.../leitura ser um pouco exaustiva, gosto da técnica e dos elementos narrativos.../diverte a leitura...	* Modalidade * Textual (KLEIMAN, 1989)

Fonte: O autor (2020)

Quadro 11 - Respostas da leitura s3R2

<b>Procedimento</b>		<b>Verbalização</b>	<b>Evidências</b>
<b>s3PV1R2</b>	Pausa 1	...[gosto] muito do conteúdo do UOL TAB.../leitura fácil e agradável, apesar de... ansiosa para o fim dos textos...	* Cognitividade * Identidade textual
	Pausa 2	Sou favorável ao uso de conteúdo audiovisual... especialmente as mais densas e exaustivas.../não rompem o fio da narrativa.../consumi... de forma linear, como de costume.../vídeo era um pouco grande.../perdi a atenção por breves momentos.	* Modalidade * Identidade visual * Cognitividade * Narrativo (ADAM, 2019) * Multimídia (SALAVERRÍA, 2014)
	Pausa 3	...leitura segmentada me incomoda um pouco.../brechas para distrações, especialmente por se tratar de um aparelho celular.../oferece outros aplicativos... traz distrações.../fato de haver cases isolados alimenta essa sensação.../texto corrido seria mais fácil e rápido de ler./Contudo, a narrativa é objetiva e... atrativa, o que facilita...	* Modalidade * Identidade visual * Recorrência * Narrativo (ADAM, 2019)
<b>s3PV2R2</b>	Experiência física de leitura	O celular é um suporte que faz com que a leitura seja mais informal.../possibilidades foram motivo de ansiedade... receio de distrair.../não perturbaram... por... estar habituada...	* Cognitividade * Modalidade

Percurso pelo texto	...maior dificuldade de manter o foco.../cansaço... ansiedade.../o fato de o conteúdo ser fragmentado... negativo para o meu percurso mental.../gosto da liberdade de escolher a ordem.../o que pode ter ajudado a garantir experiência mais produtiva.	* Tactilidade * Cognitividade * Hipertextualidade (CANAVILHAS, 2014b)
Sobre o tipo de texto	Apesar... [ <i>da</i> ] forma pessoal, texto... [ <i>com</i> ] objetividade e clareza.../relatos dos entrevistados... [ <i>dão</i> ] caráter humano/... senti falta de mais encadeamento entre as histórias.../trecho conclusivo do autor.../dar nexo à história...	* Narrativo (ADAM, 2019) * Entender o mundo (REGINATO, 2016)
Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	Combinação é benéfica para a leitura.../gostaria que os elementos tivessem mais ligação entre si.../imagens... poderiam aparecer junto do depoimento...	* Modalidade * Multimídia (SALAVERRÍA, 2014)

Fonte: O autor (2020)

#### **6.3.3.6 Como o leitor s4 leu R1 e R2**

S4 é homem, prestes a se formar em jornalismo, 21 anos no momento da pesquisa. Tratou R1 basicamente pelos aspectos da *cognitividade*. Embora tenha destacado a fluidez da leitura e associado a experiência ao prazer, em mais de uma verbalização salientou cansaço e sublinhou elementos ligados à concentração do leitor e à atenção. Relatou uma preocupação por manter-se concentrado, mas contornou eventuais problemas de foco com a *tactilidade* do suporte e com o caráter *narrativo* do texto, o que também foi apontado como o parâmetro que propiciou um percurso na linha do que se pode atribuir ao perfil *contemplativo*. Em suas respostas, demonstrou domínio em relação à *identidade textual* e à *modalidade característica* do projeto editorial de R1. Antecipou uma discussão sobre estímulos visuais, afirmando poder prescindir deles.

Leu R2 com um Apple iPhone 6, com tela de 4,7 polegadas, a menor entre os participantes. Foi o sujeito mais veloz nas atividades, muito embora a velocidade de leitura não tenha sido um fator determinante de observação. Pareceu ter perdido a concentração em alguns momentos. No final da leitura de R2, transpareceu cansaço com as atividades e alguma dispersão. O contraste em relação à experiência com R1 e o caráter crítico são as formas mais produtivas de se destacar as verbalizações de s4 sobre R2. "Me senti um pouco perdido" e "atrapalhou na fixação" são exemplos deste caráter depreciativo. Suas considerações a respeito do projeto jornalístico e editorial do UOL TAB transpiram um contraponto permanente com a experiência de leitura de

R1. O tipo de identidade textual e de modalidade que percebe em R2 vem, invariavelmente, acompanhado de um tom de avaliação negativa e dificuldade de produzir os seus efeitos, seja pela combinação das linguagens, seja por aspectos de navegação vinculados ao suporte celular e à sua taticidade específica. S4 também demonstra *recorrência* em relação aos padrões de navegação apontados, principalmente por comparar, a todo o momento, as experiências digital e tradicional na formulação do seu *conceito de leitura*.

Suas respostas aos dois protocolos verbais da pesquisa foram:

Quadro 12 - Respostas da leitura s4R1

Procedimento		Verbalização	Evidências
<b>s4PV1R1</b>	Pausa 1	...fluída.../ainda que... tenha tido... dificuldades de compreensão... muitos nomes e fatos novos para mim.../prazerosa...	* Cognitividade
	Pausa 2	...trecho me prendeu mais.../leitura ganhou mais embalo e velocidade.../texto me absorveu de forma que não consigo racionalizar... minha experiência.../se havia problemas de fluidez antes, já não há mais./Antes, senti a leitura mais truncada.	* Identidade textual * Contemplativo (SANTAELLA, 2004)
	Pausa 3	Não senti maior diferença.../cansaço do começo.../sentiria maior cansaço se o texto se estendesse.	* Cognitividade
<b>s4PV2R1</b>	Experiência física de leitura	Agradável, em nenhum momento perdi a concentração por causa do suporte papel.../apreensão tenha sido facilitada pelo papel.../não que tenha perdido a concentração, mas desviei um pouco a atenção para o progresso da leitura.../medido pela quantidade de páginas já lidas.	* Cognitividade * Taticidade
	Percurso pelo texto	Fluido e prazeroso.../não senti muitos problemas na condução e compreensão do texto.../senti algum cansaço, especialmente no começo e perto do final.../cansaço na concatenação e apreensão das ideias.	* Modalidade
	Sobre o tipo de texto	...a estrutura e a forma como foi disposto o texto – uma narrativa em primeira pessoa – contribuiu para uma apreensão,/com maior concentração e atenção.../a forma... não chega a ser ousada, mas cumpre bem a expectativa...: fluidez.	* Cognitividade * Identidade textual * Narrativo (ADAM, 2019)

	Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	Não senti falta de estímulos audiovisuais.../o texto bastou.../o formato pode ser cansativo pela pouca praticidade de suas dimensões.../a ocupação... contribuiu para fixação do conteúdo.	* Modalidade * Contemplativo (SANTAELLA, 2004)
--	---	--	--

Fonte: O autor (2020)

Quadro 13 - Respostas da leitura s4R2

Procedimento		Verbalização	Evidências
<b>s4PV1R2</b>	Pausa 1	Ruim, por diversos fatores: a plataforma de visualização ruim e dificultosa;/o excesso de elementos visuais, que atrapalham a compreensão do texto.../estranhamento inicial em relação à forma.../uma leitura que não é agradável.	* Cognitividade * Modalidade
	Pausa 2	...diminuição de estímulos visuais e... certa acomodação... em relação ao formato tornou a experiência melhor.../sinto problemas com a plataforma.../especialmente por utilizar smartphone./Não achei que o vídeo agrega... à experiência...	* Tactilidade * Modalidade
	Pausa 3	Ponto máximo da capacidade de envolvimento e apreensão./Me sinto absorvido pelo texto.../sinto desconforto por causa da plataforma.../sensação... de que a plataforma causa... bloqueio que me faz distrair do conteúdo.../se comparado ao começo, percebo... fluidez em relação à leitura.	* Identidade visual * Modalidade * Cognitividade * Recorrência
<b>s4PV2R2</b>	Experiência física de leitura	Ruim de maneira geral./Não considero que o smartphone seja o suporte ideal para o consumo desse material – é o meio possível, não o ideal.../leitura cansativa... por conta do suporte desconfortável.../não conseguiria ficar por muito mais tempo atento caso o tamanho do conteúdo fosse maior.	* Cognitividade * Tactilidade
	Percurso pelo texto	...um pouco confusa./Não senti uma unidade ou linearidade no percurso mental,/precisava voltar... para conseguir compreensão.../sinto que li vários trechos de reportagens, não uma reportagem./Não senti que vou fixar o que li.	* Identidade textual * Cognitividade
	Sobre o tipo de texto	A condução foi... oscilante./ Houve alguma linearidade quando da leitura do texto inicial/quebrada pelo vídeo e... não mais recuperada.../atrapalhou na fixação.../a falta de uma linearidade... me senti um pouco perdido.../problemas de	* Identidade textual * Modalidade



		encadeamento do texto.../frágil...	
	Combinação de linguagem e ocupação de espaço visual	...tentativa válida, mas... resultado... fraco./Me senti um pouco perdido já no início, quando não sabia muito bem o que fazer.../estranhamento foi diminuindo... [mas] não tornou a leitura fluida.../é confusa.../excesso de estímulos visuais.../mais atrapalham que ajudam na compreensão...	* Cognitividade * Modalidade * Multimídia (SALAVERRÍA, 2014)

Fonte: O autor (2020)

### 6.3.3.7 A leitura de R1

A partir dos *conceitos de leitura* individuais, formulados pelos sujeitos, parte-se para um exercício de construir uma visão conjunta de R1, prévia à tarefa posterior de estabelecer uma comparação possível entre os dois objetos de análise. De uma forma geral, os leitores salientaram as características do projeto editorial da revista *piauí* e destacaram a proposta de jornalismo aprofundado conduzida pela publicação, estruturada a partir de narrativas longas. Estes elementos foram responsáveis, pelas verbalizações, por sedimentar um tipo de leitura concentrada e de percurso *contemplativo*, típicos da leitura em papel, muito embora o mesmo efeito possa ser encontrado em experiências jornalísticas imersivas de natureza digital.

A *tactilidade* específica de R1 também agiu no sentido de salientar, na percepção dos sujeitos, os traços característicos do suporte papel. A forma como o texto longo estava organizado, em bases narrativas claramente percebidas pelos leitores, conforme Adam (2019), gerou um efeito de atenção, apesar dos desafios à concentração impostos pela extensão do texto e pelo próprio formato do objeto de leitura. A organização narrativa levou os participantes a vincular a experiência de R1 ao atendimento da finalidade jornalística de proporcionar o entendimento do mundo, que pode ser traduzida como a busca pelo *efeito de real* de que fala Roland Barthes (2004).

A relação particular, estabelecida pelos leitores com R1, também guardou as marcas de uma ocupação visual de espaços. À personalidade editorial de R1 pode ser atribuída, por hipótese, a forma como os sujeitos-participantes conseguiram expressar a sua *identidade textual* e a sua *modalidade* de leitura, que é desafiante. Se, por um lado, a leitura cansou, na palavra dos leitores, por outro, tanto o suporte, quanto o

projeto jornalístico foram considerados envolventes, porque despertaram entre os sujeitos uma leitura prazerosa e sensorial.

#### **6.3.3.8 A leitura de R2**

Os *conceitos de leitura* sobre R2 também são claros ao salientar os aspectos ligados à modalidade específica do projeto editorial do UOL TAB. No entanto, a combinação de linguagens despertou efeitos contraditórios. Ao mesmo tempo em que a sensação de envolvimento foi salientada, também os aspectos dispersivos acabaram sendo citados, o que tensiona a leitura digital e modula a forma como os produtos jornalísticos digitais relacionam-se com a suas audiências, no tocante à *economia da atenção*. É legítimo imaginar que diferenças de requinte textual entre R1 e R2, como caracterizado na Seção 6.2, possa ser uma explicação para a diferença de percepção.

Percebeu-se, nas verbalizações dos sujeitos participantes, um certo desconforto na leitura em relação a uma expectativa de linearidade e de efeito narrativo, que se expressou, em alguns momentos, na dificuldade de concentração. Tal percepção também pode ter sido intensificada pela diferença entre os aparelhos usados para ler R2. A *tactilidade* específica do suporte celular, nas palavras dos participantes, de alguma forma incidiu sobre a relação de leitura. Da mesma forma, os procedimentos também particulares de navegabilidade em tela acabaram apontados como condicionantes. Destaque-se que este traço de incidência não foi uniforme, na medida em que também ocorreram menções positivas, quanto ao encadeamento dos textos e à combinação das linguagens.

A leitura de R2 ocorreu, nesta observação, guiada pela liberdade do leitor ativo, que se aproveita dos caminhos oferecidos pela *multimedialidade* e pela *hipertextualidade*. Neste sentido, uma leitura mais leve e livre se configurou, conduzida pelas possibilidades ricas de encadeamento do fluxo de informações. A partir do que é possível inferir do conteúdo verbalizado pelos sujeitos, R2 foi lida em contraste com R1, sendo que ambas despertaram nos sujeitos os efeitos positivos da narratividade textual e do vínculo com a finalidade jornalística de *entender o mundo*.

#### **6.3.3.9 As leituras R1 e R2: uma possível comparação**

Muito embora o objetivo central desta tese seja de natureza teórico-metodológica – promover a aproximação interdisciplinar que proporcionasse a formulação de um modelo psicolinguístico para a *leitura jornalística* – uma

comparação entre as leituras de R1 e R2 é necessária, não só para testar a efetividade da matriz interpretativa proposta, como para refletir, ainda que parcialmente, sobre as transformações da leitura em função da mudança de suporte.

A comparação entre R1 e R2 está estruturada a partir de uma interpretação criativa das verbalizações realizadas pelos sujeitos da pesquisa, tendo como alicerce os *fatores de transformação*. R1 e R2 despertaram reações específicas quanto a sua *tactilidade*. R1 induziu um comportamento mais contemplativo e concentrado, mas R2, apesar da liberdade inerente à leitura digital, também desencadeou o mesmo tipo de percepção. A questão da atenção, que apareceu como um problema mais associado pelos sujeitos à leitura em tela do celular, também foi citada em R1, por conta do formato específico do projeto jornalístico escolhido (a revista *piauí*).

Quanto à *cognitividade*, tanto R1 quanto R2 levaram os seus leitores a dosar seus perfis cognitivos, entregando à experiência de leitura tanto os elementos do perfil *contemplativo*, quanto *imersivo* da leitura. Lógico que R2, porque lida no ambiente tela do celular, desencadeou derivas e convivências específicas entre os efeitos das linguagens que a compõem, as quais estimularam a dispersão. O experimento indicou que o suporte não é o único fator a incidir sobre o nível de concentração do sujeito leitor.

R1 e R2, mesmo produzidos em suportes distintos, produzem efeitos semelhantes quanto à *identidade textual* percebida. Pelas verbalizações, é possível, por hipótese, imaginar que a textualidade pode depender menos do que se imagina do suporte, pois o aspecto *narrativo* e seus efeitos foram percebidos pelos sujeitos nos dois projetos jornalísticos. A qualidade do texto também pode ter sido um fator de diferenciação. Outro ponto de aproximação, em relação ao aspecto textual, é que o caráter *narrativo*, identificado em R1 e R2, também foi associado a um projeto de jornalismo aprofundado e ao atendimento de uma *finalidade jornalística*, a de *entender o mundo*. Tal aspecto não dependeu do suporte.

Foi possível perceber, na análise das respostas a PV1 e PV2, que o *fator de transformação* da *recorrência* manifesta-se pela forma como um mesmo indivíduo combina os perfis cognitivos de leitura, mas, principalmente, pela convivência entre padrões. É como se fosse possível dizer que não existe uma leitura pura, homogênea, que não carregue traços de padrões anteriores. Houve indicativos, pelas verbalizações dos sujeitos, de que nenhuma leitura é imune a eventuais desvantagens mais corriqueiras em outras situações de leitura.

Para discutir o aspecto da *modalidade*, ou seja, da forma específica como a linguagem é combinada e os espaços, ocupados nos produtos de leitura escolhidos, é possível inferir que R1 e R2 foram claros, pois as verbalizações dos sujeitos reconheceram e salientaram as características mais evidentes dos dois projetos. Se R2 foi percebida com vantagem por conta da sua *multimedialidade* intrínseca, R1 também produziu os seus efeitos específicos, provocados pelo texto denso e longo e pela forma, flagrada pelos sujeitos, como a textualidade tradicional desafia a leitura com o projeto gráfico da revista. Neste sentido, é possível dizer que as *modalidades* desencadeadas por R1 e R2 podem ser fator de determinação do *conceito de leitura* formulado pelos sujeitos a respeito dos objetos de análise.

Não se estabeleceu entre R1 e R2 uma relação de superioridade ou inferioridade comparativa, algo que, nesta investigação, nem seria possível por conta da amostra reduzida de quatro sujeitos. É importante destacar este aspecto de semelhança nos *conceitos de leitura* de R1 e R2, a partir do que os participantes verbalizaram, porque, muitas vezes, a leitura digital é vista como uma forma inferior de leitura. As duas situações observadas mostraram, ao contrário, desafios específicos, percepções semelhantes e obstáculos compartilhados, sem que houvesse a sobreposição de uma à outra ou uma distinção acentuada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Determinadas perguntas tensionam o pensamento crítico sobre o ato de leitura contemporâneo. O que o excesso de estímulos informativos e visuais provoca no cérebro leitor, na medida em que a qualidade da nossa atenção, dedicada à leitura, transforma-se nas plataformas digitais? Em que medida a mudança da relação tátil com o objeto de leitura impacta a interação do leitor com o conteúdo que está sendo lido? De que maneira o relativo declínio da leitura silenciosa e concentrada – a *leitura profunda*, cujo destino é retratado com preocupação por Maryanne Wolf (2019) pelo fato de estar em crise – muda a própria percepção do mundo que nos cerca? A capacidade de agir com empatia, de estabelecer conexões e compreender realidades complexas depende da nossa atividade cerebral, e o fato de estarmos vivendo um novo momento de processamento de informações, por conta das reconfigurações na leitura, de alguma maneira atinge a nossa relação com o mundo exterior.

Wolf (2019), aliás, fala do fato de termos nos afastado, praticamente sem percebermos, de um tipo de leitura que exigia atenção qualificada. Este distanciamento não é gratuito. Uma lenta e silenciosa revolução cultural, perceptiva e comportamental, está em curso, cuja força motriz é o acesso digital a um conjunto praticamente infinito de experiências. Neste contexto, a leitura, uma habilidade não inata, desenvolvida pelo homem a partir da capacidade plástica dos seus circuitos cerebrais, mais uma vez redefine a nossa experiência e o nosso pensamento. Se muda a leitura, muda inevitavelmente a percepção do mundo mediada pela leitura:

A origem não natural e, sim, cultural do letramento – primeiro aspecto enganosamente simples a considerar sobre a leitura – significa que os jovens leitores não têm um programa de base genética para desenvolver esses circuitos. Os circuitos do cérebro leitor são formados e desenvolvidos por fatores tanto naturais como ambientais, incluindo a mídia em que a capacidade de ler é adquirida e desenvolvida. Cada mídia de leitura favorece certos processos cognitivos em detrimento de outros (WOLF, 2019, p.16).

Não é recente nova a ideia de que o digital inaugura uma nova relação humana com o tempo e o espaço. A materialidade do suporte digital, pondera Wolf (2019), oferece uma experiência sensorial (tátil) diferente, com impacto psicológico e cognitivo. A arquitetura da informação digital revira e realinha a forma como se geram conhecimento e reorganiza os caminhos cerebrais para o processamento da leitura, como defendido por Roger Chartier (1999, 2002 e 2011). Wolf destaca que o leitor, não só lê em tela de uma forma diferente, mas transborda para outros tipos de leitura o mesmo efeito.

Quando lemos por horas numa tela que envolve uma velocidade rápida de processamento da informação, desenvolvemos um cenário inconsciente de leitura, baseado no modo como lemos diante da tela. Se a maioria dessas horas envolve ler uma internet saturada de distração, em que o pensamento sequencial é menos importante e menos usado, começamos a ler assim quando desligamos a tela e pegamos um livro ou um jornal (WOLF, 2019, p. 97).

Os seja, o suporte tela e a sua leitura, não só não são neutros, como também espalham suas condicionantes para a outra situação de leitura concorrente, a da imprensa. A tal ponto ocorre este transbordamento que estudos sobre a leitura, de um modo geral, precisam levar em conta o impacto da *digitalidade*, entendida aqui como o conjunto de influências geradas pelo suporte digital. Se cada época tem a sua leitura, como preconiza Chartier (1999), o tipo de leitura peculiar à vida contemporânea deriva do digital, e por isso não pode abrir mão dele para ser compreendido. O *conceito de leitura*, de que fala Vilson Leffa (1996), resultado da interação absolutamente individual que cada leitor ativo promove com o objeto de leitura, carrega as marcas da influência da *digitalidade* e do tipo de atenção que ela exige e estimula.

Esta tese percorreu um caminho de investigação interdisciplinar, com o objetivo de propor um modelo para analisar as eventuais transformações da leitura sob o impacto do digital, no caso, a *leitura jornalística*. Se visto como um fenômeno textual, discursivo – uma das vertentes possíveis para se pensar a atividade – o jornalismo também pode ser observado a partir de uma abordagem linguística. Foi o que se procurou fazer, ao buscar os subsídios da Psicolinguística e da sua abordagem processual dos fenômenos da língua. No cenário de mudanças perceptivas, determinado pela leitura digital, também o jornalismo sofre o impacto da *digitalidade* e de como ela ressignifica os modos de ler. O modelo estruturado no Capítulo 5 – peça crucial desta tese – foi construído justamente para proporcionar a análise da leitura de textos jornalísticos e oferecer uma possível resposta a um questionamento que permeou todo o trabalho: se o suporte digital instaura uma nova *prática de leitura*, mais dispersiva, então o leitor de jornalismo reorganiza a relação com a atividade em outros parâmetros, não mais naqueles que preponderavam quando prevalecia a leitura concentrada e silenciosa?

Antes de encaminhar as considerações finais desta tese, é preciso ressaltar que, em nenhum momento, o alvo do percurso foi julgar a leitura digital ou colocá-la em uma situação de comparação com a leitura impressa, com o intuito de sugerir hierarquização ou uma eventual degradação. O caminho teórico-metodológico exigiu:

[a] tratar a leitura como fenômeno sujeito a uma evolução permanente, de caráter cognitivo e sócio-histórico, em sintonia com a ideia de Chartier (1999) de que cada época tem a sua leitura, de acordo com o suporte, com os *objetivos de leitura* específicos, com o comportamento do leitor, com os *tipos de texto* e, até mesmo, com a função que a leitura desempenha nas sociedades;

[b] encarar a leitura como um fenômeno complexo, sujeito ao escrutínio de diversas correntes de estudo e abordagens, entre elas a Psicolinguística e sua postura complexa de investigação processual;

[c] apresentar o impacto da *digitalidade* sobre a leitura e a respectiva repercussão sobre o comportamento do leitor, até porque, como afirma Steven Fischer (2006), o que a leitura vier a ser no futuro terá os traços do digital;

[d] caracterizar a especificidade do jornalismo como *fato de língua*, a ponto de se poder falar na pertinência de uma *leitura jornalística*, sobre a qual é possível aplicar um movimento de análise de natureza Psicolinguística, ancorado em um modelo moldado de acordo com as *variáveis intervenientes na leitura*;

[e] verificar a possibilidade de o modelo de análise da *leitura jornalística* tornar-se funcional em um cenário prático de observação de situações de leitura, ponderando os eventuais contrastes e acompanhando como sujeitos-leitores selecionados organizam os seus *conceitos de leitura*.

Foi o que se fez, e cada um dos cinco capítulos buscou oferecer conclusões específicas. No Capítulo 2, a partir da trilha proporcionada por Fischer (2006) e outros historiadores da leitura, foi possível capturar elementos capazes de sinalizar o caráter evolutivo do ato de ler, uma habilidade humana não inata. Séculos trouxeram a leitura até aqui, em uma incrível história de evolução que passou por sucessivos suportes que condicionaram a relação física e mental do leitor com o objeto de leitura. A tela, e a leitura dela derivada, é apenas a etapa atual do desenvolvimento e podemos, até mesmo, cogitar que possa não ser a última, dependendo dos rumos da inovação tecnológica. Em todas as fases de transição, houve convivência de suportes e *práticas de leitura*, sem saltos e substituições irreversíveis. O Capítulo 2 mostrou, portanto, que a leitura é um fenômeno sócio-histórico, ainda que o acesso a ela e o seu domínio funcional não seja homogêneo nem mesmo no século 21.

O Capítulo 3 apresentou a base teórica para abordar o fenômeno da leitura. Pelo movimento de construção do capítulo, passando-se por algumas vertentes antes de justificar a opção pela Psicolinguística, confirmou-se que se está diante de um

fenômeno multifacetado. Embora não seja um autor utilizado no capítulo, Vincent Jouve (2002) enumera diversos tipos de relação e abordagens que a leitura desperta, porque é capaz de desencadear processos distintos, simultâneos e, de alguma maneira, complementares. Cada significado, circuito mental ou comportamento que aciona, proporcionaria uma possibilidade de estudo. Jouve (2002) entende que a leitura é, ao mesmo tempo, [a] um processo neurofisiológico, na linha do abordado por Stanislas Dehaene (2012); [b] um processo cognitivo; [c] um processo afetivo; [d] um processo argumentativo; e [e] um processo simbólico. Ou seja: em todos eles, o papel do leitor é central. Diante de um fenômeno tão amplo, é legítimo perseguir uma abordagem capaz de dar conta da complexidade da relação do leitor com o texto, no contexto de leitura.

Além do caráter polissêmico do que ler significa, o Capítulo 3 também apresentou a Psicolinguística, o ramo da Linguística Aplicada que emprestou a base teórica que sustentou a visão de leitura adotada por este trabalho. Como argumentado ao longo do capítulo, a Psicolinguística propõe uma visão unitária e processual para os fenômenos da língua, o que se torna produtivo em aplicações na área da Comunicação e, portanto, no Jornalismo. A perspectiva transacional e interativa adotada, a partir sobretudo do pensamento de Kenneth Goodman (1991) e Jocelyne Giasson (2000), abre um flanco para combinar caminhos interpretativos em que texto, leitor e ato de leitura ganham relevância simultânea. O modelo psicolinguístico para a *leitura jornalística* valeu-se dessa abrangência, para compor uma matriz de interpretação ampla e versátil, que subsidiasse um extenso leque de caminhos de investigação. Sobretudo, recorreu a uma das principais vantagens da Psicolinguística: o potencial de enxergar as materializações da linguagem de uma maneira processual, em que as circunstâncias concreta de uso da língua – no caso, a *leitura jornalística* – ocupasse uma centralidade metodológica. Há outras abordagens que poderiam oferecer este mesmo recurso, mas a Psicolinguística o proporciona de uma maneira operacional, como pôde ser visto sobretudo no Capítulo 6.

O Capítulo 4 foi dedicado à configuração da leitura digital, pois é por meio dela que a atividade jornalística, objeto de observação deste trabalho, entra em um novo regime de atenção e processamento cognitivo, marcado pela *digitalidade*. Naomi Baron (2015), ao pensar sobre o destino da leitura em um mundo digital, lembra que há aspectos positivos e negativos que precisam ser ponderados com equilíbrio para se chegar a uma avaliação adequada das transformações contemporâneas da leitura.



Entre as vantagens indicadas por Baron (2015) – e que podem ser transpostas, inclusive, como qualidades sob o ponto de vista jornalístico – estão a *acessibilidade* proporcionada pela leitura digital, a *facilidade* de procura e localização de/em textos, a *portabilidade* dos objetos de leitura e o incentivo a um volume mais expressivo de leitura. Nunca se leu tanto, muito embora Baron (2015) também observe, que essa leitura já não seja mais a mesma. Entre os pontos contrários, a autora indica o desestímulo à leitura do texto longo, à releitura, à leitura profunda, à formação de memória sobre o que se lê (algo que, na leitura impressa, é facilitado pela anotação) e à imersão emocional. Sem juízos – sem absolvições ou condenações – Baron (2015) pergunta se estas condicionantes criaram o "novo normal" (p. 235), quando se fala em leitura.

O Capítulo 4 caracterizou, ainda, a nova modalidade de leitura que emerge do digital e reconfigura os parâmetros perceptivos e cognitivos do leitor. O caráter hipertextual e a riqueza específica, provocada pela combinação de linguagens, amplificaram a possibilidade de conexão de elementos, tornando a leitura digital ainda mais individualizada. Neste capítulo foram apresentadas pesquisas sobre a leitura em telas e reflexões centrais a respeito da leitura digital, como as de Chartier (1999, 2002 e 2011). Entre as ideias inspiradoras do pensador francês – talvez o autor que mais tenha influenciado o percurso desta tese, ao lado dos psicolinguistas – uma das mais simples e diretas é também uma das mais cruciais: "os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos" (CHARTIER, 2002, p. 61-62). Ou seja: não há como pensar o Jornalismo como um *fato de língua* – inclusive o efeito de realidade que proporciona ao leitor – sem levar em conta o suporte material. Se muda o suporte, muda a relação cognitiva e, portanto, muda a percepção, o que não quer dizer que haja uma necessária degradação ou mudança brusca, mas significa assumir que se está diante de algo, efetivamente, novo.

O Capítulo 5 moldou o modelo da análise psicolinguística da *leitura jornalística*. Iniciou tentando responder a uma pergunta: o que, realmente, é *leitura jornalística* e que tipo de especificidade pode ser atribuída a ela? Obviamente, do ponto de vista fisiológico, o processamento da leitura não se torna diferente apenas porque estamos lendo uma reportagem, mas a proposta das *variáveis intervenientes na leitura*, da forma como pensada pela Psicolinguística, indica que há fatores específicos desencadeados por *conhecimentos prévios, objetivos de leitura, estilo cognitivo do leitor e tipos de texto*, que, efetivamente, a modificam. Para caracterizar a

especificidade da *leitura jornalística*, o capítulo destacou, em um primeiro momento, o aspecto linguístico, cujo eixo foi tratar o Jornalismo como um *fato de língua*, e o aspecto jornalístico, em que a direção seguida, também pela concepção da forma como os paradigmas se consolidam nos textos, na linha defendida por Jean Charron e Jean de Bonville (2016).

O modelo foi estruturado por uma matriz (ver Quadro 14, a seguir). No eixo vertical, os elementos fundamentais da leitura, propostos por Giasson (2002), *leitor*, *texto* e *contexto*, foram adaptados e convertidos na ideia de três campos, para recepcionar as variáveis linguísticas e jornalísticas: [a] *campo subjetivo*, [b] *campo textual* e [c] *campo contextual*. Em cada um dos campos, é possível sinalizar algo especificamente jornalístico, o que torna o modelo potencialmente promissor para a análise de circunstâncias jornalísticas de leitura. Na mesma matriz, foram propostos eixos horizontais, os planos de variáveis jornalísticas e psicolinguísticas, que materializam a especificidade que está no foco da investigação sobre os destinos da leitura: [a] *plano cognitivo*, [b] *plano do conhecimento*, [c] *plano das sequências textuais*, [d] *plano do suporte* e [e] *plano das finalidades*. Os planos guardam relação com as ideias de *variáveis intervenientes na leitura*, mas vão além, já que abrem caminho para absorver não só as condicionantes jornalísticas, como a transformação proporcionada pela guinada digital em curso.

Quadro 14 - Síntese do modelo psicolinguístico de *leitura jornalística*

<b>Eixos de Giasson (2000)</b>	Leitor	Texto	Contexto
<b>Campos propostos pelo modelo</b>	Campo subjetivo	Campo textual	Campo contextual
<b>Variável interveniente na leitura</b>	a. Estilo cognitivo do leitor b. Conhecimentos prévios	Tipo de texto	Objetivos de leitura
<b>Planos propostos pelo modelo</b>	a. Cognitivo b. Do conhecimento	a. Das sequências textuais b. Do suporte	Das finalidades

Fonte: O autor (2020)

A título de considerações finais, vale sublinhar dois tópicos do modelo para exemplificar o seu potencial. O *plano do suporte*, pertencente ao *campo textual* na

matriz estruturada do modelo, recepciona as sete características do jornalismo digital, conforme João Canavilhas (2014a), justamente para incorporar a possibilidade de pensar o impacto do digital sobre a leitura jornalística, ainda que não sejam características inerentes ao universo do impresso. Já o *plano das finalidades* incorpora, no ambiente conceitual dos *objetivos de leitura*, as *finalidades jornalísticas* como desenhadas por Gisele Reginato (2016), porque aquilo que se atribui como função do Jornalismo também cumpre um determinado objetivo que se materializa por meio da leitura. Ou seja: há uma sintonia, ainda que não uma coincidência conceitual, entre a ideia de *finalidades do jornalismo* e *objetivo de leitura*.

A construção do modelo norteou a tese. Todos os passos teóricos e metodológicos tiveram como objetivo preparar a sua elaboração. Como todo modelo, ele é necessariamente abrangente e deve ser capaz de ser usado em diferentes situações concretas – aqui, como se trata de um modelo de natureza linguística (psicolinguística), em situações de uso da língua. Como alertado no próprio Capítulo 5, o modelo também deve permitir uma apropriação criativa e seletiva de conceitos que possam servir de categorias de análise. São as necessidades de pesquisa e as perguntas objetivas da investigação que devem complementar o modelo, caso a caso. Nesta tese, porque se pretendia observar, adicionalmente, a transição da leitura do suporte tradicional, o papel, para um suporte digital em tela, usou-se como elemento seletivo e criativo o conceito de *fatores de transformação*, proposto a partir das ideias de Chartier (1999). Outras alternativas podem ser escolhidas, de acordo com outras necessidades de pesquisa.

No Capítulo 6, foi possível observar o modelo em funcionamento. Antes de retomar algumas das conclusões permitidas pela aplicação, é pertinente uma breve consideração sobre o texto jornalístico longo, objeto investigado na fase empírica desta tese. Qual foi o motivo da escolha? A percepção sobre o Jornalismo muda, como visto, porque muda o suporte em que a audiência o encontra. Não que se transforme em algo diferente de uma visão tradicional, associada a sua própria configuração, ao longo dos últimos três séculos. Mas certamente parte do que o Jornalismo é hoje, e será no futuro, guarda relação com as mudanças na leitura provocadas pela *digitalidade*. Neste contexto, a compreensão da *leitura jornalística* é parte, portanto, do entendimento sobre o que se está alterando na percepção do Jornalismo. Entre os produtos jornalísticos, um dos que é desafiado por estes aspectos é aquele que deságua no texto longo. O formato sempre esteve vinculado às ampliações narrativas e de apuração

exigidas pelo que se convencionou chamar de *jornalismo literário* e, modernamente, encaixa-se no que vem sendo entendido como *longform journalism*, ou *jornalismo de formato longo*. Aproveitar para aplicar o modelo de análise em dois projetos jornalísticos com esta característica – a revista *piauí* e o projeto de jornalismo digital *UOL TAB* – também foi uma oportunidade de pensar o destino de um dos produtos jornalísticos mais sofisticados.

Na fase empírica do Capítulo 6, basicamente, o que se procurou fazer foi um teste do modelo psicolinguístico da leitura jornalística. Até mesmo em função da amostra reduzida – quatro sujeitos de alguma maneira ligados ao Jornalismo, dois entre 18 e 24 anos e dois entre 50 e 69 anos – o propósito não foi obter uma conclusão comparativa entre os dois tipos de leitura observados, uma em papel (a *piauí*) e outra em tela de um celular (o *UOL TAB*). Ao contrário, a fase empírica foi conduzida apenas para verificar a aplicabilidade e colher elementos preliminares sobre o *conceito de leitura* dos sujeitos-participantes a respeito das diferenças entre as duas situações de leitura. Fez-se, para tanto, uma interpretação criativa, agregando os *fatores de transformação*, inspirados em Chartier (1999), aos fundamentos do modelo desenvolvido. De um modo geral, o que se viu, quando se confrontou a *piauí* (R1) com o *UOL TAB* (R2), foi um considerável nível de semelhança entre as reações verbalizadas pelos sujeitos-leitores, a saber:

[a] quanto aos efeitos da *tactilidade* sobre a atenção, R1 e R2 foram dispersivos em alguns pontos;

[b] quanto à *cognitividade*, R1 e R2 compartilharam, de alguma maneira, os perfis cognitivos de leitura;

[c] quanto à *identidade textual*, R1 e R2 alcançaram tipos semelhantes de percepção quanto à narratividade, independente das marcas do suporte;

[d] quanto à recorrência, R1 e R2 desencadearam tipos semelhantes de comportamentos cognitivos durante a leitura; e

[e] quanto à *modalidade*, R1 e R2 acionaram a percepção específica de cada suporte, podendo, entre os cinco *fatores de transformação*, ser aquele que provocou uma diferenciação mais acentuada.

Não se quer, com essas considerações finais, dizer que as leituras de R1 e R2 foram equivalentes, nem que elas não possam ser caracterizadas e diferenciadas a partir das reações específicas dos sujeitos-leitores. Mas a breve aplicação prática do modelo de análise psicolinguística da *leitura jornalística* sinalizou a existência de

alguma interpenetração entre as *práticas de leitura*, indicando que talvez esteja em curso um movimento de hibridização. Um estudo mais aprofundado, com uma amostra mais elaborada, talvez possa indicar que estejamos ingressando em um estágio de assentamento da leitura, o que significa que a variável tempo histórico também pode ter seu peso. Como salienta Wolf (2019), é uma oportunidade rara aprender sobre esta revolução nos circuitos da leitura, enquanto ela acontece. É como se fôssemos observadores e personagens da nossa própria história cognitiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ADAM, Jean-Michel. **Textos**: tipos e protótipos. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- ANDERSON, C.W; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. **O jornalismo pós-industrial**. Revista de Jornalismo ESPN. São Paulo. Editora ESPM. p.30-89. abril-junho de 2013
- ANDRADE, Gilberto Keller de; PEREIRA, Vera Wannmacher. “Leitura de *e-book* dirigido a professores de anos iniciais: compreensão, processamento e adesão”. In: COSTA, Jorge Campos; PEREIRA, Vera Wannmacher (orgs.). **Linguagem e cognição**: relações interdisciplinares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia de linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARBISAN, Leci Borges; SILVA, Carmen Lúcia da Costa. Oswald Ducrot. In: FLORES, Valdir do Nascimento e outros. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. "Leitura". In: **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.
- BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. **Network journalism**: Converging competences of media professionals and professionalism. Australian Journalism Review. Vol 23, n. 2. 2001.
- BARON, Naomi. **Words onscreen**: the fate of reading in a digital world. New York: Oxford University Press, 2015.
- BARSOTTI, Adriana. **Jornalistas em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiências. Florianópolis: Insular, 2014.
- BARTHES, Roland; COMPAGNON, Antoine. Leitura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Casa da Moeda: Lisboa, 1987.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **Hipertexto e literatura**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2012.
- BELLEMIN-NOËL, Jean. “Le text et l’avant-text”. Paris: Larousse, 1972. Apud: LOPES, Ana Cristina M. Lopes; REIS, Carlos. **Dicionário de teoria narrativa**. São Paulo: Ática, 1988:
- BENNET, James. **Against long-form journalism**. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/business/archive/2013/12/against-long-form-journalism/282256/>. Acesso em 13 out. 2014

BENETTI, Márcia; STORCH, Laura Strelow. **Jornalismo, convergência e formação do leitor**. Matrizes, São Paulo, Ano 4, nº 2, jan./jun. 2011.

BONINI, Adair. "Cognição e gênero textual". In: FARIAS, Emília Maria Peixoto; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes; PELOSI, Ana Cristina (org.). **Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos**. Caxias do Sul: EducS, 2014a.

\_\_\_\_\_. "A distinção entre notícia e reportagem: uma questão de gradiente". In: BONINI, Adair; FERRETI-SOARES, Vanessa Arlésia; LIMA, Vanessa Wendhausen; SILVA JÚNIOR, Carlos Borges (Orgs.). **Os gêneros do jornal**. Florianópolis: Insular. 2014b.

BONVILLE, Jean de; CHARRON, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

BORBA, Marcelo Silvano; FERRETI-SOARES, Vanessa Arlésia de Souza. "Postulados de John Swales para uma análise sociorretórica de gêneros". In: BONINI, Adair; FERRETI-SOARES, Vanessa Arlésia de Souza; SILVA JÚNIOR, Carlos Borges da; LIMA, Vanessa Wendhausen. **Os gêneros do jornal**. Florianópolis: Insular, 2014.

BRADSHAW, Paul. "Instantaneidade: efeito de rede, jornalistas *mobile*, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição". In: CAVAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

BRØNICK, Kolbjørn; MANGEN, Anne; WALGERMO, Bente. **Reading linear texts on paper versus computer screen: effects on reading comprehension**. International Journal of Educational Research, volume 58, 2012. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0883035512001127>. Acesso em: 9 out. 2014.

BUSH, Vannevar. "As we may think. **The Atlantic**, junho, 1945. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

CAVAVILHAS, João. **Webnotícia: proposta de modelo periodístico para la www**. Covilhã: Livros LabCom, 2007.

\_\_\_\_\_. "Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas". In: CAVAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CAVAVILHAS, João e outros. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CARR, Nicholas. **A geração superficial**: o que a internet está fazendo com os nossos cérebros. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CHAREAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. "Prefácio". In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011 .

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa**: um curso sobre sua estrutura. São Paulo: Ática, 1993.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1990].

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura**: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

DREXLER, Jorge. Todo se transforma. Intérprete: Jorge Drexler. In: DREXLER, Jorge. **Eco**. Ediciones Sea, Warner, 2004. 1 CD, faixa 3

DUBAY, William. **The principles of readability**. 2004. Disponível em: <<http://www.impact-information.com/impactinfo/readability02.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

DVORKIN, Lewis. **How long-form journalism is finding its digital audience**. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/lewisdvorkin/2012/02/23/inside-forbes-how-long-form-journalism-is-finding-its-digital-audience/> Acesso em: 15 out. 2014.

ECO, Umberto. **Da internet a Gutenberg**. Disponível em <http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/InternetPort.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ELMI, Alexandre. **Leitura de jornalismo longform em ambientes digitais: considerações sobre propagabilidade**. 2016. Disponível em: <file:///Users/alexandreelmi/Desktop/84-1031-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2020



ERICSSON, Karl Anders; SIMON, Herbert. **Protocol analysis**: verbal reports as data. Cambridge: MIT Press, 1984.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FISCHER, Mary Clare. **Longform: means more than just a lot of words**. Disponível em (<http://ajr.org/2013/12/17/longform-means-just-lot-words/>). Acesso em: 3 jul. 2016.

FLANAGAN, Mary; KAUFMAN, Geoff. "High-low split: divergent cognitive construal levels triggered by digital and non-digital platforms". In: **Human Computer Interaction**, 2016, San José, p. 2773-2777.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari. "A estrutura do noticiário estrangeiro". In: **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1999.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GIASSON, Jocelyne. **A compreensão na leitura**. Porto: Asa Editores, 2000.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Presença, 2005.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.

GOMES, Neiva Maria Tebaldi. **Leitura pela perspectiva da Teoria da Argumentação na língua**. 2016. Disponível em: [https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos\\_trabalhos\\_2017/4369/1302/1535.pdf](https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos_2017/4369/1302/1535.pdf). Acesso em: 1 mar. 2020

GOODMAN, Kenneth. **Unidade na leitura**: um modelo psicolinguístico transacional. Letras de Hoje n 86, 9-43. Porto Alegre: EDIPUCRS, dez. 1991.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos das ciências dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALLIDAY, M.A.K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística** (v. 1). São Paulo: Global, 1978.

HIATT, Anna; LEVINE, Michelle; SHAPIRO, Michael. **Do começo ao fim**. Revista de Jornalismo ESPM, São Paulo, Ano 4, n. 15, p. 20-23, out./dez. 2015.

HINER, Jason. **Why 'longform' journalism matters, and what we call it instead**. Disponível em: <http://www.techrepublic.com/article/why-long-form-journalism-matters-and-what-we-call-it-instead/>. Acesso em: 13 out. 2014

ITO, Liliane de Lucena; VENTURA, Marco de Souza. "Inovação no jornalismo brasileiro: O caso das reportagens multimídia TAB, do UOL". **Comunicação & Inovação**, PPGCOM/USCS v. 17, n. 35, p. 121-134, set./dez. 2016.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1987.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

JOUVE, Vincent. **A leitura**. São Paulo: Unesp, 2002.

KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2001.

JACKS, Nilda; KNEVITZ, Anna Paula. **Hábitos do leitor de notícias contemporâneas**. Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo, ano 10, vol. 10, n. 27, p. 75-96. Mar. 2013

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1989.

KNEWITZ, Anna Paula. **A leitura jornalística na contemporaneidade**: novas e velhas práticas dos leitores de zerohora.com. 2010. 230 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. Porto: Porto Editora, 2001.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985

LANDOW, George. **Hipertexto**: la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Barcelona: Editorial Paidós, 1995.

LASSILA-MERISALO, Maria. **Story first**: publishing narrative long-form journalism in digital environments. Journal of Magazine & New Media Research, volume 15, número 2, verão de 2014. Disponível em <http://aejmcmagazine.arizona.edu/Journal/Summer2014/LassilaMerisalo.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

\_\_\_\_\_. “O ciberespaço e a economia da atenção”. In: PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LEFFA, Vilson. Perspectivas no estudo da leitura: texto, leitor e interação social. In: LEFFA, Vilson; PEREIRA, Aracy (orgs.). **O ensino da leitura e produção textual**: alternativas de renovação. Pelotas: Educat, 1999.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da leitura**. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1996.

LENZI, Alexandre. "Multimedialização como valor-notícia de construção: a experiência do UOL TAB". **Revista Latino-americana de Jornalismo**. João Pessoa, v.3, n. 1, p. 159-174, jan./jul. 2016.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A tela global**: mídias culturais e cinema na era hipermoderna. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LONGHI, Raquel Ritter. "O turning point da grande reportagem multimídia". **Revista Famecos**. Porto Alegre. v. 21, n. 3, p. 897-917, set./dez. 2014.

LONGHI, Raquel Ritter; WINQUES, Kerley. **O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo**. Disponível em [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444ac7347b\\_2852.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-3c242f70-9168-4dfd-ba4c-0b444ac7347b_2852.pdf). Acesso em 3 jul. 2016.

LOPES, Ana Cristina M. Lopes; REIS, Carlos. **Dicionário de teoria narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

LORENZ, Mirko. "Personalização: análise aos 6 graus". In: CAVAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

MAHLER, Jonathan. **When long-form is bad form**. Disponível em : [http://www.nytimes.com/2014/01/25/opinion/when-long-form-is-bad-form.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2014/01/25/opinion/when-long-form-is-bad-form.html?_r=1). Acesso em: 15 out. 2014.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007 [1969].

MCQUAIL, Denis. **Teorias da comunicação de massa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Beira Interior, Portugal: set. 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

MESQUITA, Samira. **O enredo**. São Paulo: Ática, 2007.

MITCHELL, Don C. "The process of reading: a cognitive analysis of fluent reading and learning to read". New York: Wiley-Blackwell, 1982. Apud: FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MORKES, John; NIELSEN, Jakob. **Concise, scannable and objective**: how to write for the web. 1997. Disponível em: <http://www.nngroup.com/articles/concise-scannable-and-objective-how-to-write-for-the-web/>. Acesso em: 01 out. 2018.

MOTA, Regina. "Leitura e tecnologia: ainda a questão do meio e da mensagem". In: MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de letras, 2001.

MOUILLAUD, Maurice. "Da forma ao sentido". In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no Holodeck**: o futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

NADDEO, André. "Fuga para o Brasil: A crise da Venezuela explicada por imigrantes que tentam sobreviver em Roraima". **UOL TAB**. 29 jan. 2018. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/crise-venezuela#fuga-para-o-brasil>. Acesso em 28 jul. 2019.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NIELSEN, Jakob. **F-shaped pattern for reading web content**. 2006. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/f-shaped-pattern-reading-web-content-discovered/>. Acesso em: 22 out. 2018.

NOCI, Javier Díaz. **Los géneros ciberperiodísticos**: un aproximación teórica a los cibertextos, sus elementos e su tipología. 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/participativo/pdf/generos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos Sentidos. São Paulo: Pontes, 2001.

PALACIOS, Marcos. "Jornalismo, memória e história na era digital". In: CAVAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

PARK, Robert. "A notícia como conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento.". In: STEINBERG, Charles. **Meios de comunicação de massa**. São Paulo, Cultrix, 1972 [1940].

PAULINO, Graça e outros. **Tipos de texto, modos de leitura**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

PAVLIK, John. "Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital". In: CAVAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

PEREIRA, Vera Wannmacher. **Pesquisa em psicolinguística: antecedentes, caminhos e relatos**. Letras de Hoje, volume 45, 2010.

PERNICE, Kara. **F-shaped pattern of reading on the web: misunderstood, but still relevant (even on mobile)**. 2017. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/f-shaped-pattern-reading-web-content/>. Acesso em: 24 set. 2018.

PIAUI, 2006. Encarte promocional enviado para os assinantes da editora Abril.

\_\_\_\_\_. 2009a. "Sobre nós". Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. 2019b. **Mídia kit**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/anuncie/>. Acesso em: 28 jul. 2019.

POSSENTI, Sírio. "Sobre leitura: o que diz a análise do discurso?" In: MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de letras, 2001.

PRESSLEY, Michael; AFFLERBACH, Peter. **Verbal protocols of reading: the nature of constructively responsive reading**. Hillsdale: Erlbaum, 1995.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Porto Alegre: L&PM, 2016 [1905].

RAMÓN, Paula. "O inferno de Maracaibo: A vida cotidiana em um país em ruínas". **piauí**, São Paulo, maio 2019.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, Ana Elisa. "Ler na tela: letramento e novos suportes de leitura e escrita". In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Luiza. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **Texto e leitura hipertextual: novos produtos, velhos processos**. Linguagem & Ensino, v.9, n.2, p.15-32, jul./dez. 2006

RODRIGUES, Cassio; SOUZA, Ana Cláudia de. "Protocolos verbais: Uma metodologia na investigação de processos de leitura". In: TOMITCH, Lêda Maria Braga (org.). **Aspectos cognitivos e instrucionais da leitura**. Bauru: EDUC, 2008.

ROLLEMBERG, Marcello. "Uma questão de estilo: A gênese de piauí". **Revista USP**, São Paulo, n. 96, p. 124-135, dez./fev. 2012-2013.

\_\_\_\_\_. **Fetichismo em papel pólido**: A estética da narrativa na revista *piuí*, a grande reportagem e a elaboração do texto jornalístico na sedução de um público leitor e na produção de sentido. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROST, Alejandro. "Interatividade: definições, estudos e tendências". In: CAVAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SALAVERRÍA, Ramón. **Diseñando el lenguaje para el ciberperiodismo**. Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación. Quito, n. 86, p. 38-44. Jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **Redacción periodística en Internet**. Pamplona: EUNSA, 2005.

\_\_\_\_\_. "Multimedialidade: informar para cinco sentidos". In: CAVAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação: São Paulo: Paulus, 2013.

SCHUDSON, Michael. **News and democratic society: past, present, and future**. The Hedgehog Review, Institute for Advanced Studies in Culture. Charlottesville. 2008. Disponível em: <[http://www.iascculture.org/eNews/2009\\_10/Schudson\\_LO.pdf](http://www.iascculture.org/eNews/2009_10/Schudson_LO.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Introdução à psicolinguística**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

SEIXAS, Lia. **Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos**. Galáxia. São Paulo, , n. 25, p. 165-179. Jun. 2013.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis, vol. 2, n. 1, p. 95-107. 1º semestre de 2005.

SILVA, Fernando Barros e. "O Piauí é aqui". In: SILVA, Fernando Barros e (org.). **Tempos instáveis**: o mundo, o Brasil e o jornalismo em 21 reportagens da *piuí*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. **Psicolinguística aplicada do ensino de línguas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura**: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. Porto Alegre, ArtMed, 2003.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SOUZA, Otilia. **Textos e contextos**: leitura, escrita e cultura letrada. Porto: Mídia XXI, 2015.

SPINILLO, Alina Galvão. "A dimensão social, linguística e cognitiva da compreensão de textos: considerações teóricas e aplicadas". In: MOTA, Márcia Maria Peruzzi Elia da; SPINILLO, Alina Galvão. (orgs.), **Compreensão de textos: processos e modelos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

SWALES, John. **Genre analysis**: english in academic and research settings. New York: Cambridge University Press, 1990.

THE NATIONAL ACADEMIES. **Facilitating interdisciplinary research**. Washington: The National Academies Press, 2005. Disponível em: [http://www.nap.edu/openbook.php?record\\_id=11153&page=2](http://www.nap.edu/openbook.php?record_id=11153&page=2). Acesso em: 17 out. 2014.

THORNGATE, Warren. On paying attention. In BAKER, Wm; MOS, Leendert; VAN RAPPARD, Hans; STAM, Henderikus (orgs.) **Recent trends in theoretical psychology**. New York: Springer-Verlag, 1988.

TOMICICH, Lêda Maria Braga. "Desvelando o processo de compreensão leitora: protocolos verbais na pesquisa em leitura". **Signo**. Santa Cruz do Sul, v.32, n. 53, p. 42-53, dez. 2007.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria do jornalismo, Volume 1**: Por que as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular. 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1980.

UOL. "Uol lança o TAB, novo projeto editorial interativo". 13 out. 2014. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2014/10/13/uol-lanca-o-tab-novo-projeto-editorial-interativo.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

VERON, Eliseo. "Dictionnaire des idées non reçues". Paris: Connexions, n ° 27, ARIP, 1978. Apud: FERREIRA, Giovandro Marcus. "Contribuições da Análise do Discurso ao estudo de jornalismo". In: FRANÇA, Vera (org.). **Livro do XI COMPÓS 2002**: estudos de comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2003

VERON, Eliseo. "L'analyse du 'Contrat de Lecture': une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports presses". In: **Les médias, expériences, recherches actuelles, applications**. Paris: IREP, 1983. Apud: FERREIRA, Giovandro Marcus. "Contribuições da Análise do Discurso ao estudo de jornalismo". In: FRANÇA, Vera (org.). **Livro do XI COMPÓS 2002**: estudos de comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2003.

VIZEU, Alfredo. **A produção de sentidos no jornalismo**: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. Revista Famecos. Porto Alegre, vol. 10, n. 22, p. 107-116. Dez. 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLFE, Tom. **El nuevo periodismo**. Barcelona: Anagrama, 1994.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: UnB, 2004.

ZILBERMAN, Regina. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: Senac, 2001.

ZOARA, Failla (org). **Retratos da leitura no Brasil (4)**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.



## APÊNDICE<sup>243</sup> A - Teste de Conhecimentos Prévios

### TCP - Teste de Conhecimentos Prévios

**Sujeito:** \_\_\_\_\_

Responda às perguntas a seguir com a informação que julgar correta, sem uma preocupação em acertar o resultado. Não chute. O teste não é uma avaliação sobre a sua quantidade de conhecimento, mas de domínio de algumas informações. Tente responder buscando o acerto da resposta, mas o foco da observação não está no seu desempenho individual.

1. A Venezuela faz fronteira com qual Estado Brasileiro?

Rondônia	Roraima
----------	---------

2. Quem é o atual presidente da Venezuela?

Nicolás Maduro	Juan Guaidó
----------------	-------------

3. O salário mínimo mensal na Venezuela é equivalente a

R\$ 15	R\$ 100
--------	---------

4. Qual o principal produto de exportação da Venezuela?

Borracha	Petróleo
----------	----------

5. Um contingente expressivo de venezuelanos refugia-se no Brasil por conta das condições de vida no país vizinho. Entre os refugiados, o percentual de pessoas com ensino superior é de

10%	33%
-----	-----

6. A Venezuela possui litoral voltado para qual oceano?

Pacífico	Atlântico
----------	-----------

7. De que país a Venezuela se separou quando conquistou sua independência?

---

<sup>243</sup> Elementos de design foram ajustados para reproduzir de forma econômica os instrumentos de pesquisa na sequência de apêndices. A versão original, aplicada aos sujeitos, continha 22 páginas, se agrupadas.

Espanha	Colômbia
---------	----------

8. Qual é o herói da independência da Venezuela?

Antonio José de Sucre	Simon Bolívar
-----------------------	---------------

9. Qual era a profissão de Hugo Chávez?

Militar	Advogado
---------	----------

10. De que maneira Hugo Chávez chegou ao poder na Venezuela?

Golpe de estado	Eleições democráticas
-----------------	-----------------------

11. Conhece a experiência jornalística da revista piauí?

Sim	Não
-----	-----

12. Descreva o que conhece em cinco linhas

---

---

---

---

---

13. Conhece a experiência jornalística UOL TAB?

Sim	Não
-----	-----

14. Descreva o que conhece em cinco linhas

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B - Protocolo Verbal 1 para o Texto 1 (PV1R1)

### PV1R1 - Protocolo Verbal 1 para o Texto 1

**Sujeito:** \_\_\_\_\_

A cada intervalo de tempo controlado pelo pesquisador, você receberá um convite para **interromper a leitura por cinco minutos** e responder uma pergunta. Será sempre a mesma pergunta a cada pausa. Registre de forma livre os seus pensamentos a respeito da **experiência de leitura do texto 1** até aquele ponto do texto, mas **sem comentar o conteúdo** da reportagem.

**O que você pode dizer a respeito de qualquer aspecto da sua experiência de leitura nesse ponto do texto da revista piauí?**

Pausa 1

\_\_\_\_\_

Pausa 2

\_\_\_\_\_

Pausa 3

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C - Protocolo Verbal 1 para o Texto 2 (PV1R2)

### PV1R2 - Protocolo Verbal 1 para o Texto 2

**Sujeito:** \_\_\_\_\_

Em cada ponto definido pelo pesquisador, você interromperá a leitura por cinco minutos e responderá uma pergunta a respeito do texto 2. Será sempre a mesma pergunta a cada pausa. Registre de forma livre os seus pensamentos a respeito da **experiência de leitura**, mas **sem comentar o conteúdo** do texto.

**O que você pode dizer a respeito de qualquer aspecto da sua experiência de leitura nesse ponto do conteúdo do UOL TAB?**

Pausa 1 [Depois do bloco de infografia]

\_\_\_\_\_

Pausa 2 [Depois do vídeo]

\_\_\_\_\_

Pausa 3 [Entre o terceiro e o quarto bloco de histórias com personagens]

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE D - Protocolo Verbal 2 para o Texto 1 (PV2R1)

### **PV2R1 - Protocolo Verbal 2 para o Texto 1**

**Sujeito:** \_\_\_\_\_

Sem consultar o texto lido, responda às perguntas da maneira a mais livre possível, buscando expressar elementos da sua experiência individual de leitura.

**[a] Como foi a sua experiência física (o contato) com o suporte de leitura do texto?**

\_\_\_\_\_

**[b] O que você pode dizer a respeito de como conduziu o percurso mental pelo texto durante a leitura?**

\_\_\_\_\_

**[c] O que você pode dizer sobre o tipo de texto que foi lido, no que diz respeito à condução de uma história ou ao encadeamento dos argumentos?**

\_\_\_\_\_

**[d] O que você sentiu ou qual foi o efeito provocado pela combinação de linguagens e ocupação de espaços visuais na reportagem lida?**

\_\_\_\_\_

## **APÊNDICE E - Protocolo Verbal 2 para o Texto 2 (PV2R2)**

### **PV2R2 - Protocolo Verbal 2 para o Texto 2**

**Sujeito:** \_\_\_\_\_

Sem consultar o texto lido, responda as perguntas abaixo da maneira mais livre possível, buscando expressar elementos da sua experiência individual de leitura.

**[a] Como foi a sua experiência física (o contato) com o suporte de leitura do texto?**

\_\_\_\_\_

**[b] O que você pode dizer a respeito de como conduziu o percurso mental pelo texto durante a leitura?**

\_\_\_\_\_

**[c] O que você pode dizer sobre o tipo de texto que foi lido, no que diz respeito à condução de uma história ou ao encadeamento dos argumentos?**

\_\_\_\_\_

**[d] O que você sentiu ou qual foi o efeito provocado pela combinação de linguagens e ocupação de espaços visuais na reportagem lida?**

\_\_\_\_\_

## **ANEXOS**

## **ANEXO A - A reportagem R1 (piauí)**



EDIÇÃO 152 | MAIO\_2019

carta da venezuela

# O INFERNO DE MARACAIBO

A vida cotidiana num país em ruínas

PAULA RAMÓN



Algumas calçadas têm tanto lixo que precisamos caminhar no meio da rua. Vemos uma loja aberta, depois um semáforo funcionando. A luz voltou. Pessoas sentadas na frente de suas casas insultam Maduro ou desenvolvem teorias sobre os apagões. CRÉDITO: MERIDITH KOHUT\_2019

**A** cidade está quase deserta e parece mais marrom do que de costume, com seus jardins secos, os prédios sujos e abandonados. Os locais que representavam a prosperidade de Maracaibo agora refletem apenas sua ruína. Três semanas atrás, vários lugares foram saqueados durante um apagão sem precedentes na Venezuela, o que ampliou ainda mais a imagem da devastação. Há três dias, a cidade está novamente sem energia elétrica. É o início da tarde do dia 27 de março, quarta-feira, e o sol está tão forte, o ar tão denso e a cidade tão destruída e vazia que tenho a sensação – que não me abandonará enquanto estiver aqui – de que estou vivendo o final dos tempos. Maracaibo parece ter chegado ao

fundo do poço, ainda que seja difícil saber onde o poço acaba na Venezuela.

O conjunto residencial El Rosal, onde mora minha cunhada, é um retrato da decadência, com a pintura desbotada das fachadas e alguns carros sem pneus espalhados pelo estacionamento. Já não vive tanta gente nos prédios: muitos moradores deixaram o país em busca de outra vida. Há pelos menos cinco anos não ponho os pés aqui, e me impressiona o lixo acumulado perto da entrada, o abandono geral e o vazio do estacionamento, o mesmo onde antes eu tinha que me esforçar para encontrar uma vaga.

El Rosal é uma construção de linhas retas, composta por dois blocos de apartamentos, no formato de dois Us deitados, colados um no outro em sentidos opostos. Visto do alto parece uma aranha de quatro patas esculpida na pedra. Na parte interna do U, estendem-se corredores que levam aos apartamentos. Daqui debaixo, avisto moradores encostados nas muradas dos corredores, parados ou conversando entre si, talvez porque seja mais fresco ficar ali do que dentro das casas.

Como os elevadores estão estragados, subo os sete andares arrastando uma mala de 14 quilos. O interfone fica na entrada do corredor, protegida por uma grade. Mas o interfone também não está funcionando. Sou obrigada a gritar o nome de minha cunhada: “Júliaaaaaaaa!” Ela aparece logo. Enquanto se aproxima, percebo que ainda preserva, aos 52 anos, a silhueta bem definida, curvilínea, nem magra nem gorda, mas seu rosto começa a acusar as marcas da vida difícil que tem levado nos últimos anos. Está vestida de camiseta e short – e parece menos arrumada do que na minha lembrança. Quando se aproxima, apesar de seus cabelos estarem presos, noto alguns fios brancos. Fica claro que ela parou de pintá-los faz tempo. “Me desculpa receber você desse jeito”, diz, me abraçando. “Tem muitos dias que não consigo nem lavar a cabeça.”

Meu sobrinho Juan Pablo, de 14 anos, único filho de Júlia, me cumprimenta às pressas e pede licença para ir jogar bola na quadra do prédio. “A quadra está cheia porque não tem luz”, ele grita, da porta.

Júlia se separou de Pablo, meu irmão mais velho, há mais de uma década, mas eu continuo chamando-a de “cunhada”. Em 2003, quando estava grávida, ela se mudou para El Rosal com meu irmão. Eles tinham acabado de mobiliar esse apartamento que compraram no prédio de classe média depois de muita economia. iam começar uma nova fase da vida. Meu irmão não ficou muito tempo com ela, mas, para minha mãe, Júlia sempre foi a nora ideal.

Conversamos um pouco na sala, e abro minha mala para entregar alguns produtos que trouxe de São Paulo: sabonetes, cremes, chocolates e roupas. Tento fazer com que pense que são presentes supérfluos, para ela não achar que a irmã mais nova do seu ex-marido está lhe fazendo favores. Mas eu sei bem que aquelas coisas são muito úteis, pois há escassez de tudo na Venezuela. É muito mais coisa do que Júlia imaginava receber. Antes de embarcar, perguntei por telefone o que queria que eu levasse do Brasil. Talvez por vergonha, ela tinha me pedido apenas um filtro solar e alguns produtos para tratar as espinhas do filho.

Os moradores que restam no prédio estão quase todos em casa. Pode-se ouvir o movimento deles nos corredores, onde aproveitam a brisa que chega do lago de Maracaibo, visível a distância. A construção aberta deixa o prédio bem fresco – é uma vantagem importante da construção numa cidade tão quente. Alguns vizinhos conversam, outros apenas olham para o vazio. No apartamento em frente, na outra ponta do U, a família cozinha em uma pequena churrasqueira presa na parede do corredor. “Como a luz não volta, devem estar preparando toda a carne ou o frango que tinham guardado, para não estragar”, explica minha cunhada.

Três semanas atrás, Júlia teve que dar as suas reservas de comida para conhecidos, pois não teria como conservá-las. O país ficou às escuras por cinco dias. Na versão oficial, o apagão iniciado em 7 de março ocorreu devido a uma sabotagem ao sistema elétrico da Usina Hidrelétrica Simón Bolívar, conhecida como Guri, a mais importante do país. Desta vez, o blecaute já dura três dias. Sempre que falta eletricidade, ninguém sabe quando voltará, pois o governo nunca dá notícias sobre o reestabelecimento do serviço (mesmo que desse, eu não ficaria sabendo, pois minha linha de celular está sem conexão).

Na Venezuela, por causa da escassez de alimentos, as pessoas passaram a estocá-los. Quando havia algum produto disponível, corriam para comprar o máximo que podiam – e guardavam. O inesperado e longo apagão do início de março pôs a perder quilos de carne, de frango e alimentos que exigiam refrigeração. Vi numa esquina restos de quatro *hallacas* – uma espécie de pamonha recheada que os venezuelanos fazem em dezembro e depois congelam – que devem ter sucumbido ao corte de energia. Parece um lixo banal, mas ninguém no país jogaria fora quatro *hallacas*. Como os apagões ficaram cada vez mais frequentes, as pessoas passaram a comprar menor quantidade de produtos. O que criou um novo grande problema para a população: se o estoque é menor e acaba mais rapidamente, se nem sempre os produtos estão disponíveis por causa do desabastecimento, como fazer para comer?

**É** desesperador. E talvez tenha sido o desespero que levou centenas de pessoas a invadirem shopping centers, hotéis, padarias e lojas e carregar tudo o que podiam, incluindo fios, tomadas e outras partes da infraestrutura, em alguns casos reduzindo o interior dos locais a um amontoado de escombros. Quase nenhum desses comércios saqueados reabriu as portas. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram pessoas quebrando portas de aço e vidraças, carregando roupas, sapatos e eletrodomésticos, acendendo pequenas fogueiras dentro dos estabelecimentos comerciais para quebrar o breu. As imagens me lembraram as do *Caracazo*, uma revolta popular seguida de saques ocorrida em Caracas, em fevereiro de 1989, em protesto contra um pacote econômico do então presidente Carlos Andrés Pérez. Hugo Chávez via no *Caracazo* a semente de sua “revolução”. Em 2012, num encontro com a imprensa, ele descreveu a revolta como a única forma de um povo “que estava pedindo comida e saúde ser ouvido”. E acrescentou, recorrendo ao seu habitual carisma: “E o que os líderes fizeram, os líderes entre aspas, trancafiados no Palácio de Miraflores, foi mandar aos militares metralhadoras, chumbo e morte.”

“Dava para ouvir, daqui de casa, muitos gritos durante o apagão, sem falar nas viaturas policiais, que passavam o tempo todo”, conta Júlia. “Estava tudo escuro, dava medo, chegamos a pensar que podiam até

começar a entrar nos prédios para roubar.” Estamos no corredor, aproveitando a brisa do fim de tarde.

Quando a noite começa a cair, é possível entender que esse medo não é infundado. Não se vê quase nada, exceto as luzes de celulares, aqui e ali. De repente, os vizinhos da frente resolvem acender uma tocha ao lado da churrasqueira. A labareda espalha uma luz forte pelo andar. Do corredor, avistamos o horizonte da cidade, imersa na escuridão. Em alguns prédios há pontos de luz. Júlia se antecipa à minha pergunta. “São prédios que têm geradores”, diz.

Como meu celular continua sem conexão, deixo o aparelho na cozinha, para servir de lanterna para minha cunhada, que prepara o jantar. Mais tarde ficarei sabendo, pelo site da ONG NetBlocks – que monitora a disponibilidade da internet nos países –, que naqueles dias 85% do país ficou sem conexão. Empristo meu computador para que Júlia e seu filho carreguem os seus celulares. Nem pergunto se eles têm velas, pois seria absurdo gastar o dinheiro escasso com isso. Sinto vergonha por não ter trazido de São Paulo uma lanterna – eu achei que eles tivessem pelo menos uma.

Enquanto amassa as *arepas*, o tradicional pão de milho – que agora, com a migração dos venezuelanos, começa a aparecer no Brasil –, Júlia me coloca a par da vida dos seus irmãos e sobrinhos. Sua família, de origem pobre, é de Dabajuro, uma pequena cidade do estado de Falcón a 140 quilômetros de Maracaibo. Suas quatro irmãs se dedicaram ao comércio e, com esforço, entraram para a classe média. Nos últimos anos, porém, com o agravamento da crise no país, três delas e quatro de seus sobrinhos mais velhos emigraram para Colômbia, Equador e Panamá. Uma das sobrinhas de Júlia veio morar com ela, depois que os pais, antes prósperos lojistas, mudaram-se para Santiago de Cali, na Colômbia, onde ganham menos de um salário mínimo.

Crisbel, a sobrinha, tem 18 anos e estuda ciências contábeis numa universidade privada, pois a pública, a Universidade de Zulia, onde minha mãe e eu nos formamos, deixou de ser uma opção por causa da insegurança, falta de professores e deterioração das instalações. Mesmo na faculdade particular de Crisbel as aulas são constantemente

interrompidas, seja por causa de falhas nos serviços públicos, seja porque o professor resolveu deixar a Venezuela.

Juan Pablo também não tem aulas há três dias e ignora quando elas recomeçarão. Está no 3º ano do ensino médio [*corresponde no Brasil ao 9º ano do ensino fundamental*], mas não sabe coisas básicas, como os pontos cardeais ou as capitais dos estados venezuelanos e dos países da América do Sul. “Não sei se quero estudar. Para que fazer universidade, se depois vou ter que lavar pratos em outro país?”, responde, quando aconselho que ele se dedique mais aos estudos. Seu desânimo é evidente até no jeito de andar, com a cabeça e os ombros curvados, e eu me pergunto se isso está relacionado à adolescência ou se é uma consequência do estado das coisas no país.

Júlia serve o jantar, e comemos quase no escuro – há apenas uma rala luminosidade que entra pela porta. É preciso economizar a bateria do telefone. Depois de algumas horas no escuro, os olhos se acostumam e passam a enxergar melhor o que antes estava escondido na penumbra. Crisbel lava os pratos, cuidando para não desperdiçar a água armazenada em garrafões de 5 litros. Cada um de nós tem meio copo d’água para escovar os dentes. O apartamento de três quartos da minha cunhada reflete a ruína geral. Os móveis estão em mau estado e os eletrodomésticos, bastante envelhecidos. Os lugares mais frescos para dormir são a sala e um quarto onde está instalada uma rede. Como sou visita, cabe a mim a honra de dormir na rede. No prédio vizinho, o gerador emite um ronco forte.

**A**cordo cedo, e o ronco do aparelho continua, incessante. Um vento fresco bate no meu rosto e, de olhos semicerrados, suponho que a luz voltou e que colocaram um ventilador no quarto de madrugada. Era apenas imaginação.

No passado, em Maracaibo, os cortes de água eram frequentes – mas não os de luz. Trinta anos atrás, na casa de meus pais, tínhamos apenas uma caixa-d’água de cimento no telhado. Em dado momento, minha mãe resolveu reagir à escassez. Primeiro, comprou outra caixa-d’água, de

plástico, para aumentar a capacidade de armazenamento. Depois, substituiu a caixa-d'água de cimento por outra maior. Por fim, na última década, transferiu as duas caixas para dentro da garagem, a fim de evitar que lhe roubassem a água, infração que estava se tornando comum na cidade.

Também Júlia instalou uma caixa-d'água em seu apartamento, há alguns anos. Com capacidade para 500 litros, a estrutura ocupa metade da área de serviço. De início, foi apenas uma precaução, mas com o tempo a caixa-d'água tornou-se algo indispensável. Nos últimos anos, a água da rua deixou de chegar ao conjunto residencial. O condomínio precisou cavar um poço artesiano para abastecer os apartamentos, segundo um cronograma de fornecimento. Primeiro, enche-se a caixa central dos dois blocos; em seguida, a água é transmitida durante um par de horas aos prédios, para que os vizinhos encham suas caixas-d'água, baldes e/ou garrafas. É o que Júlia faz, quando a água finalmente volta a fluir: ela não só enche sua caixa na área de serviço como também a máquina de lavar roupa – cuja água será usada para lavar a roupa à mão –, várias garrafas de plástico e um balde de 50 litros que coloca no box de um dos banheiros.

Com o apagão, entretanto, as bombas hidráulicas do condomínio deixaram de funcionar, e fazia cinco dias que Júlia não recebia uma gota d'água sequer. A reserva da máquina de lavar roupa foi a primeira a acabar. Depois, terminou a água guardada no balde no banheiro. Ela teve, então, que instalar uma mangueira na parte inferior da caixa na área de serviço para retirar a água dali. Assim, toda manhã, minha cunhada senta num banquinho, abre a chave conectada à mangueira e enche pacientemente uma dezena de garrafas de 5 litros. É a água do dia, que servirá para o banheiro e os trabalhos na cozinha. Embora a tarefa seja cansativa, principalmente no calor, Júlia não se queixa, diz apenas que gostaria de saber quando a eletricidade e a água vão voltar, para ela poder lavar o cabelo, que usa sempre preso.

A geladeira, desligada há três dias, começa a cheirar mal. Júlia a deixa semiaberta e examina a pouca comida que resta para saber se ainda resiste à falta de refrigeração. Em Maracaibo, cidade com altas temperaturas o ano inteiro, o impacto da falta de eletricidade é muito

maior que em San Cristóbal, nos Andes venezuelanos, cidade natal da minha mãe e onde vivem seus parentes. O sol em Maracaibo arde sempre tão intenso que, quando eu era criança, achava bonitos os dias cinzentos e nublados.

Tomamos o café da manhã com *arepas*, queijo e café preto. “Não tem leite”, desculpa-se Júlia. Há uma razão para que todas as refeições tenham queijo: é preciso comê-lo antes que estrague. Meu sobrinho se levanta, o rosto sempre sério. Mais um dia sem aula, sem ver a turma da escola, sem energia, sem internet, sem água. Peço que me acompanhe até a casa de minha mãe. Ele aceita.

A última vez que estive na casa foi em agosto do ano passado, quando vim a Maracaibo para tirar minha mãe da cidade e levá-la para junto dos irmãos, em San Cristóbal, a 450 quilômetros daqui. Doente e sozinha, ela havia piorado muito nos últimos anos. Eu acreditava que o clima ameno de San Cristóbal e a companhia das irmãs seriam benéficos a ela, mas a saúde de Paulina só piorou – e nunca saberei se foi por causa dos problemas que tinha desde a juventude ou se em consequência da vida num país que tem submetido tanta gente a provas tão difíceis. Aquela foi nossa última viagem juntas.

**D**esde que saí da Venezuela, há nove anos, desenvolvi um pânico recorrente: estava sempre à espera de uma ligação com a notícia da piora do estado de saúde de minha mãe – e, então, talvez não houvesse tempo para encontrá-la com vida. Foi o que aconteceu, mas de uma maneira ainda mais inesperada.

Em 4 de dezembro liguei de manhã para minha mãe, como fazia diariamente, e percebi que ela não estava pronunciando as palavras com clareza. Pedi, então, que minha tia Rosa a levasse ao médico, com urgência. Como minhas contas bancárias na Venezuela tinham sido bloqueadas depois de um decreto do governo que limitou as transações no país para quem mora no exterior, precisei transferir dinheiro para a família em San Cristóbal. Imediatamente, fiz a primeira remessa – e várias outras se seguiram durante o dia, porque, com a inflação em



disparada e a mudança contínua dos preços cobrados pelos serviços, a quantia nunca era suficiente.

O médico que conseguiram suspeitava que minha mãe tinha sofrido um pequeno AVC, mas ele precisava de exames para confirmar o diagnóstico. Porém, o único local de San Cristóbal que dispunha de equipe médica para realizar os exames não estava funcionando. Teríamos que esperar. À noite, liguei de volta para me inteirar da situação. A cuidadora Clara estava me contando que minha mãe acabara de jantar e parecia tranquila, quando ouvi o grito da minha tia.

Era madrugada quando apanhei um táxi em São Paulo, rumo ao aeroporto de Guarulhos. Como quase todas as companhias aéreas suspenderam suas viagens para a Venezuela, tive que pegar um voo para Bogotá, de onde segui de avião para Cúcuta, também na Colômbia. Cheguei às duas da tarde e tomei um táxi até a ponte internacional Simón Bolívar – na fronteira com a Venezuela. Meus primos estavam me esperando ali. A pé, atravessamos a ponte. Pude ver, embaixo da ponte, pessoas atravessando o rio Táchira, com água pelo pescoço, rumo à Colômbia, bem à vista dos guardas nacionais e oficiais de migração colombianos. “Os coiotes cobram das pessoas para passar ilegalmente e dividem o dinheiro com os guardas”, contou um dos primos que costumava atravessar a ponte semanalmente para comprar alimentos em Cúcuta.

“Paulina estava cansada”, disse minha tia Rosa logo que cheguei ao velório. Tia Rosa e eu nunca fomos muito próximas, mas ultimamente conversávamos todo dia por telefone, e ela me acolheu imediatamente, como se, além de me confortar, quisesse me proteger. No fundo, sabia que eu me sentia culpada por ter me mudado para o Brasil e deixado minha mãe na Venezuela, sozinha.

**F**oram meus primos que cuidaram do velório e dos trâmites burocráticos. Quando uma pessoa morre em casa, tudo é mais complicado, eles me disseram. Como, além disso, a morte de Paulina tinha ocorrido à noite, conseguir um atestado de óbito – sem o

qual funerária nenhuma aceitaria levar o corpo – foi algo muito difícil. Eles acabaram encontrando uma funerária que dispensou provisoriamente o atestado, que tinham acabado de obter na manhã daquele dia, depois de implorarem ao último médico que atendeu minha mãe.

A funerária estava instalada numa sala muito simples, pintada de azul, no meio da qual tinham colocado o caixão, pequeno para um adulto. Havia quatro vasos com flores não muito bonitas nos cantos e algumas velas. Por causa da escassez de tudo no país, o caixão era alugado. A funerária alternava os únicos dois que tinha. Quando morreu, Paulina estava com sua malha favorita, mas a malha fora furtada, e no caixão portava apenas um vestido simples, escolhido por uma prima. Eu não conseguia parar de pensar em como minha mãe ficaria irritada com tudo aquilo. “Que funeral medíocre, que café sem gosto, quantos erros ortográficos no obituário. Que diferença do funeral de seu pai”, eu podia ouvi-la reclamar. Vinte e cinco anos atrás, meu pai, de fato, teve um funeral bem diferente, daqueles com enormes coroas de flores, saídas de não se sabe onde, que abarrotaram a sala do velório. Ironicamente, o preço dos dois velórios foi o mesmo: 40 mil bolívares soberanos. O de meu pai tivemos que financiar em quatro parcelas. O de minha mãe paguei à vista. Custou 74 dólares, o equivalente em dezembro a 39 960 bolívares (em dezembro, 1 dólar equivalia a 540 bolívares no mercado paralelo; no final do mês passado, 1 dólar estava valendo 5,2 mil bolívares). “Para você ver que economia estável: cobraram o mesmo preço 25 anos depois”, brincou meu primo.

Mostraram-me três caixas para escolher em qual delas eu preferiria guardar as cinzas de minha mãe. Todas eram grandes e feias. Uma reproduzia o caixão horrendo e tosco em que ela estava. Optei por uma caixa de madeira natural, porque ela odiava imitações. O problema era a cruz numa das laterais. Nos últimos anos, Paulina estava tão aborrecida com Deus que meus primos ficaram com receio de me contar que tinham encomendado uma missa.

Concordei com a cremação por não ter outra opção. Meu irmão mais velho contou que Paulina sempre dizia que queria ser cremada, mas eu não me lembro disso. O aluguel do caixão terminava pouco antes do

ritual. Então, os familiares mais próximos foram chamados para conferir a identidade do morto. Eu não esperava ver minha mãe exposta ali, fora do caixão, às portas do forno, totalmente desprotegida, como se estivesse dormindo. Não consigo definir bem o que senti, foi mais forte do que tudo, como se a tristeza, a dor, o desespero e a revolta se manifestassem ao mesmo tempo em mim, com grande intensidade. Meus primos tiveram que me arrancar à força daquele lugar horrível.

Tia Rosa, uma mulher sem instrução que criou cinco filhos, entendeu de forma intuitiva que, com a morte de meu pai e de minha mãe, e com a mudança de meus dois irmãos para o Chile, a Venezuela e a família poderiam se tornar para mim uma abstração. “Filha, você tem que voltar, porque aqui continua tendo sua família, sua casa e seu país”, me disse ela, pouco depois do velório, lançando mão de seus dons de mãe protetora para ressignificar meu vazio. Desde então continuamos a conversar por telefone todas as semanas, numa aproximação que minha mãe talvez aprovasse.

Demorei a tomar uma decisão sobre as cinzas, não sabia o que fazer, foram dias em que eu não tinha muito controle sobre as coisas nem sobre mim mesma. Não podia levá-las comigo para o Brasil porque isso exigiria um trâmite burocrático impossível de fazer naquele momento. Como meu irmão Pablo queria conservar as cinzas, tia Rosa fez uma espécie de altar e colocou-as ali, com uma foto de mamãe, uma vela que fica sempre acesa e um copo com água para as almas do purgatório.

**C**aminho com meu sobrinho em Maracaibo, em direção à casa onde cresci e de onde me mudei há quinze anos. Toda vez que vinha de visita, minha mãe me recebia com “um cafezinho com leite”, como ela dizia, e algum doce.

Para proteger os seus braços já muito curtidos pelo sol, Juan Pablo veste uma malha, apesar de fazer 30 graus. É meu sobrinho mais próximo, ou o menos distante. Depois da morte da avó, Juan Pablo começou a me escrever com frequência e, embora tímido e monossilábico, tornou-se uma presença constante. Durante nossa caminhada de 3 quilômetros, ele

me explicou como baixar séries ou músicas em plataformas alternativas e como fica irritado quando sua mãe o impede de sair sozinho, com medo de que algo aconteça a ele.

Algumas calçadas têm tanto lixo que precisamos caminhar no meio da rua, mas o risco de ser atropelado é praticamente zero, já que quase não passam carros. Vemos uma loja aberta, depois um semáforo funcionando. A luz voltou ao bairro, talvez à cidade inteira. Algumas pessoas sentadas na frente de suas casas ou das lojas insultam Maduro ou desenvolvem teorias sobre os apagões. Mas o silêncio predomina. Parece um domingo.

Chegamos à casa de minha mãe, e de fato há luz. Ligo o ar-condicionado. As caixas ainda têm água. Incrível. Parece que escuto a voz de Paulina, dizendo: “Viu só? Minha casa é muito bem-feita, por isso nunca quis me mudar para um apartamento.” E ela tinha razão, devo reconhecer de novo. (Como era difícil eu dar razão a ela, e agora não faço outra coisa.) Aproveito para tomar um banho e, pensando em Júlia com certo remorso, lavo a cabeça.

Convenço Juan Pablo a me ajudar a abrir as caixas com livros e discos que deixei quando fui embora da Venezuela. Logo descubro que os cupins se apossaram de tudo, atacando com especial sanha os livros de Francisco Herrera Luque, um dos melhores escritores do país, de quem meu sobrinho nunca ouviu falar e cujos principais romances históricos eu li nas aulas de castelhano quando era mais nova do que ele. *Cem Anos de Solidão* e *O Outono do Patriarca*, de Gabriel García Márquez, sobreviveram, mas também não estão entre as referências de Juan Pablo, que apenas ouviu falar do autor colombiano. Ele me promete que vai ler esses livros, bem como alguns outros de seu avô, morto faz um quarto de século e de quem herdou o prenome.

Depois de meu sobrinho escolher alguns livros e eu guardar os que vou trazer comigo, levamos o restante para a frente da casa, onde vou acumulando o lixo à medida que limpo os quartos e mergulho em lembranças.

Juan Pablo me traz de volta à realidade ao avisar que tem gente na frente da casa. Vejo duas mulheres com um menino tentando enfiar as mãos por

entre a grade para alcançar as caixas. Perguntam se vou jogar aquilo fora. Respondo que sim, mas só mais tarde. Elas pedem as caixas, e eu explico que contêm apenas livros com cupins e lixo. Dou a elas umas blusas e, para o menino, uma bola. Elas insistem em pedir as caixas. “Com certeza tem alguma coisa”, dizem. O quarteirão está praticamente vazio e, por isso, decido não abrir o portão. Tenho medo que a situação saia do controle. Acabo convencendo-as a ir embora. Mais tarde, coloco tudo na calçada e em menos de cinco minutos surgem três pessoas, que começam a vasculhar tudo.

Quando termino a limpeza, a casa me parece bem menor. Meu sobrinho sorri pela primeira vez quando proponho tirarmos uma selfie para mandar para seu pai, que ele não vê há dois anos. A companhia de Juan Pablo amenizou minhas emoções e me impediu de chorar ao voltar à casa de minha mãe. Ele me fala de sua rotina, de como se sente pobre por não ter Netflix e da garota de quem gosta, Maria, que não sabe dos sentimentos dele. Tento reduzir sua frustração e lhe apresentar alguma perspectiva. Conto que, quando o pai dele e eu éramos pequenos, tivemos que ajudar em casa e passamos por poucas e boas. Mas logo percebo que nada disso interessa a ele, pois estamos em outra Venezuela, que parece não ser uma continuação daquele passado. Naquele tempo, ainda se podia dizer que a vida no país “era dura, diferente e feliz”, como canta Joaquín Sabina.

Na hora de me despedir da casa, evito maiores cerimônias para não mortificar Juan Pablo com meu luto. Antes de ir embora, atravesso a rua para conversar com Enrique, o herdeiro da oficina mecânica em frente, tempos atrás o comércio mais movimentado e luxuoso do quarteirão. Ele me conta que agora só tem um cliente. “Sua mãe não teria aguentado isso”, diz, se referindo aos apagões sucessivos. Ele pensa que Paulina ainda está em San Cristóbal, pois resolvi não contar aos vizinhos sobre a morte dela, para evitar que a notícia da casa abandonada se espalhasse e pudesse haver um saque ou mesmo uma invasão.

Enrique e eu nos conhecemos faz muito tempo, mas é a primeira vez que trocamos algumas palavras para além de um tímido cumprimento. Temos a mesma idade, mas éramos de classes sociais tão diferentes que parecia estarmos separados por uma rua imensamente larga e impossível

de ser atravessada. Meus pais não tinham dinheiro para serem clientes da oficina dos pais dele, que circulavam pela cidade com carros do último tipo e moravam num prédio de luxo à beira-mar. A crise também não os perdoou. A última vez que ele trocou sua caminhonete foi há muitos anos, seus tios emigraram para a Espanha e, depois da morte do pai, faz o que pode para manter o negócio familiar. “Está cada vez mais difícil”, diz.

**J**uan Pablo e eu voltamos a El Rosal a pé, novamente. As calçadas continuam vazias. Muitos prédios e algumas casas parecem abandonados. Minha sorveteria preferida não existe mais, como também a maioria dos locais que eu costumava frequentar uma década atrás. Aqui ficava tal coisa, ali tal outra, vou recitando para meu sobrinho. “Aqui não tem nada”, ele diz, cabisbaixo, e compreendo que está um pouco irritado de ter que lidar não só com uma cidade em ruínas, mas também com as ruínas do meu passado.

Quase todas as lojas continuam fechadas, mesmo depois de restabelecida a energia elétrica. Encontramos um mercado aberto e, depois de passar o cartão cinco vezes, a conexão funciona e consigo comprar um refrigerante não muito gelado para Juan Pablo. Ao contrário das últimas vezes em que estive em Maracaibo, percebo que há mais alimentos nas prateleiras, inclusive de marcas tradicionais. Os preços, porém, são mais altos que no Brasil. Uma latinha de refrigerante, por exemplo, custa 3,80 reais; uma cartela de ovos, 19 reais; um pacote de 900 gramas de leite em pó, 30,40 reais. A sensação é que, dado o agravamento da crise, o governo não está mais controlando os preços e faz vista grossa para as remarcações.

Há mais de um ano, Júlia conseguia arcar sozinha com as despesas da casa. Agora, seu salário quinzenal de 18,50 dólares (cerca de 73 reais) como enfermeira só dá para comprar 1 quilo de queijo, 1 quilo de leite em pó e uma cartela de ovos. Por causa da disparada de preços, meu irmão começou a mandar dinheiro toda semana para ela. Sem essa ajuda, Júlia e Juan Pablo não teriam o que comer. Minha cunhada é grata por isso, mas não se sente muito confortável com o fato de depender tanto de alguém que no passado fez da sua vida um tormento.

No caminho passamos por uma enorme academia de ginástica de luxo, cujo estacionamento – vigiado por dois seguranças – está lotado. A construção nova, toda envidraçada e com colunas de cores vibrantes, contrasta com os edifícios arruinados em volta. Só deve ser frequentada pelos ricos que restaram na Venezuela, penso, quando vejo uma mulher loira de rabo de cavalo, top e legging cinza, pedalando uma das bicicletas ergométricas.

Chegamos à casa da minha cunhada, e lá também a luz voltou, há poucos minutos. Mas o estado psicológico de terror é constante, as pessoas estão sempre em pânico pela iminência de um novo corte. Minha linha telefônica começa a funcionar, e as mensagens pipocam no WhatsApp. Um grupo de colegas venezuelanos, que vivem no país e fora, é minha única fonte de informação. Mas o serviço telefônico é tão instável que perco a paciência e desisto de saber o que está acontecendo na Venezuela.

Quase não ouço ninguém falar, nem nas filas de supermercado, de Juan Guaidó, autodeclarado presidente interino em janeiro pela Assembleia Nacional, da qual ele é presidente. As poucas referências a Guaidó feitas pelas pessoas têm um tom de frustração. “Vamos bem, vamos bem”, é a frase que Guaidó repete o tempo todo. “Vamos bem coisa nenhuma!”, diz a vizinha da minha cunhada. Crisbel, a sobrinha de Júlia, aproveita e mostra às gargalhadas os memes que entram no seu WhatsApp ironizando a frase que o jovem político de oposição escolheu como lema. Numa das montagens, ele aparece afundando num atoleiro com as mãos para o alto e exclamando: “Vamos bem!” Outra mostra o ator Robert Downey Jr. com expressão de cansaço, e embaixo a legenda: “Lá vem o Guaidó com seu ‘Vamos bem’.” Também não vi propagandas nem grafites com o nome dele nos lugares por onde andei. Parece que as obsessões locais no momento são, de fato, a eletricidade e a água.

Maduro, por sua vez, gera uma catarse verbal nas pessoas. “Psicopata”, “anormal”, “filho da puta” e “desgraçado” são palavras que costumam acompanhar o nome do presidente. “Que é que vocês vão racionar mais, se nunca temos luz, Maduro psicopata?”, comentou um vizinho com quem cruzamos na escada.

Jantamos na sala com as duas luminárias acesas, um desperdício de luz. O único quarto com ar-condicionado está gelado e, por causa das minhas alergias, prefiro dormir outra vez na rede.

Na manhã do dia seguinte, quando eu acordo, Júlia já está amassando as *arepas* na cozinha. Hoje ela não engarrafou água, a bomba da caixa está funcionando. Ainda há luz. Posso abrir a torneira para escovar os dentes! Podemos usar a descarga e beber água gelada! Sim, mas é preciso se precaver e racionar, porque o prédio ainda não conseguiu bombear a água do poço, processo que exige horas ininterruptas com eletricidade. Portanto, Júlia diz que vai esperar um pouco mais para lavar a cabeça.

**C**omo Juan Pablo continua sem aulas, eu o convido para ir comigo ao shopping center. Minha cunhada me dá algum dinheiro que lhe resta em espécie para tentarmos ir de ônibus. Caminhamos até a avenida e esperamos debaixo de uma árvore que serve de ponto improvisado. Um velho extremamente magro varre a calçada. Usa uma camiseta vermelha com o lema *Pa'lante Comandante* [*Adiante, Comandante*], lançado na última campanha eleitoral de Chávez, em 2012, quando, apesar de estar com câncer, ele encarou uma nova reeleição. Venceu a disputa, mas não chegou a tomar posse.

Desistimos do ônibus, que não chega, e pegamos um micro-ônibus – ou o que resta dele. Como algumas coisas não mudam na Venezuela, o motorista ouve uma salsa no último volume. Os bancos do veículo e algumas peças estão quebrados e sente-se um forte cheiro de combustível. O cobrador segue gritando o clássico bordão “costas contra costas, liberando a frente”, para que as pessoas se amontoem no fundo do veículo, no qual cabem apenas uns vinte passageiros sentados.

O shopping Lago Mall, às margens do lago de Maracaibo, não foi saqueado, mas há um caminhão blindado da tropa de choque da Guarda Nacional estacionado na porta. Dentro, parece mais animado que as ruas da cidade, apesar da iluminação e do ar-condicionado precários e das poucas lojas abertas. O shopping ainda tem salões de cabeleireiros, e o mais espantoso para mim não é que estejam abertos, mas que haja



clientes. É conhecida a vaidade do povo da Venezuela, com seus concursos de beleza.

Nos fundos do shopping, há um pequeno bulevar margeando o lago. Quando foi inaugurado, era cenário para fotos e namoros. Agora não há ninguém ali. Avisto duas pessoas num pequeno bote tentando pescar nas águas que a indústria petrolífera vem poluindo há décadas. O lago não cheira mal, mas há bastante lixo no calçadão que o margeia.

Juan Pablo e eu nos sentamos num banco protegido do sol pela sombra das palmeiras. Conto a meu sobrinho que, quando eu e meus irmãos erámos crianças, nossos pais nos levavam a um enorme parque a poucos quilômetros dali, onde fazíamos piqueniques aos domingos. Brincávamos com o cachorro, mamãe nos servia sanduíches, meus irmãos jogavam bola e eu, num hábito pouco admirável, arrancava flores. Era o passeio simples e econômico de uma família de classe média baixa, mas que, agora, seria um luxo para minha cunhada, seja porque o transporte público degradingolou e não há dinheiro para os lanches, seja porque as pessoas estão ocupadas com coisas mais urgentes.

Depois de esgotar as histórias de infância que conto para meu sobrinho, não sei mais o que fazer no shopping center. Não posso comprar nada para ele porque as máquinas de cartão bancário não funcionam, nem minha conexão de internet. Chegou, então, a hora de voltar. Sem ônibus à vista, caminhamos. “Eles continuam com a história da sabotagem em usinas hidrelétricas. Mas, que nada, amigo, as turbinas é que estão estragadas”, comenta um homem com outro, na porta de uma oficina mecânica. Na falta de explicações sólidas, todos inventam teorias que permitam racionalizar os cortes que vêm sendo feitos há uma década, mas agora chegaram a um ponto dramático.

Em 2009, quando várias regiões do país ficaram às escuras ao mesmo tempo, Hugo Chávez criou o Ministério do Poder Popular para a Energia Elétrica e anunciou a reconfiguração da Corporação Elétrica Nacional (Corpoelec), que ele havia inaugurado apenas dois anos antes. Também havia lançado a Missão Revolução Energética, um de seus programas sociais, que, na verdade, apenas financiou a substituição das tradicionais lâmpadas incandescentes por outras de baixo consumo. Como em 2010 os

problemas persistiam, Chávez lançou o Fundo Elétrico Nacional com um investimento inicial de 1 bilhão de dólares.

Mas os apagões continuaram. O governo pôs a culpa do fenômeno em fios desencapados, nas andorinhas, nos ratos e em um cabo mordido por uma iguana que nos memes era representada como Godzilla para fazer justiça a tamanho estrago. Depois, culpou os sabotadores. Em 2016, Maduro pediu aos venezuelanos para não usarem os secadores de cabelo, atentando contra as cabeleiras longas e lisas, no estilo miss, muito estimadas pelas mulheres do país. Agora os responsáveis pelos apagões são o “Império” (como chamam os Estados Unidos), os franco-atiradores e os “ataques eletromagnéticos”. Tudo isso ocorre – com muito de tragédia e um pouco de ridículo – num país de 30 milhões de habitantes que conta com a quarta maior hidrelétrica do mundo, fornecedora de energia, inclusive, para o estado de Roraima.

Alguns acreditam no que o governo diz, outros não. Minha tia Rosa faz parte do primeiro grupo. Quando as comunicações foram restabelecidas e conseguimos nos falar ao telefone depois de alguns dias no escuro, ela se apressou a me contar sobre as sabotagens. “São capazes de tudo para tirar o Maduro do governo”, disse. Minha tia tem 80 anos, não para de trabalhar e costumava ir com frequência à vizinha cidade colombiana de Cúcuta para fazer compras, tarefa exaustiva que lhe tomava o dia inteiro. Quem sou eu para dizer no que ela deve acreditar?

**E**mbara haja comida disponível nos mercados, Júlia compra alimentos só para o dia, ou para no máximo dois dias, a fim de evitar desperdício, caso haja novo corte de energia. Como há luz, vamos às compras. Ela decide levar um frango para os próximos almoços. Eu compro meio quilo de queijo.

Quando o dinheiro em espécie ficou escasso, as pessoas recorreram aos cartões de banco para fazer seus pagamentos nas lojas e mercados. Depois, à medida que os problemas de conectividade dificultaram o uso dos cartões, os negócios adotaram a transferência bancária do cliente para o comerciante. Assim, na hora da compra, compete ao cliente conseguir

uma conexão para efetuar o pagamento. Se ele consegue e faz a transferência, depois disso precisa enviar o comprovante via mensagem de texto ou WhatsApp.

Durante o apagão, com as conexões e os bancos virtuais em pane, o país abraçou o dólar em espécie como tábua de salvação. Apesar da dificuldade para obtê-la e de seu custo alto, a moeda americana passou a ser usada de forma aberta. Até o carregamento da bateria dos telefones era pago em dólares: alguns comércios que dispõem de gerador elétrico cobravam 1 dólar por dez minutos de recarga. Como o governo fazia de conta que não via, muitos mercados passaram até mesmo a organizar uma fila específica para pagamento em dólares.

A dolarização está tão difundida que nos mercados populares do Centro de Maracaibo já não aceitam as notas de 1 dólar, porque são consideradas de pouco valor. Quem ainda as recebe são os revendedores de gasolina – outro bem muito escasso na cidade –, que vendem 1 litro do combustível por 1 dólar. É um negócio muito lucrativo, visto que, se fosse respeitado o preço oficial, com 1 dólar seria possível comprar, inacreditavelmente, mais de 5,2 mil litros de gasolina, no final de abril. Na Venezuela tudo foi atingido pela corrupção, e tudo pode ser capitalizado.

“Em breve nos cinemas, só na Venezuela, *O Apagão 3 – Os Últimos Sobreviventes*”, diz uma brincadeira na internet, na forma de um trailer de filme, que prevê um terceiro e apocalíptico blecaute. “Só rindo mesmo. Senão, fazer o quê?”, Júlia afirma, ao me mostrar o filminho. Mas logo abandona a risada, esboça um olhar preocupado e pergunta, talvez para si mesma: “Será possível que venha um terceiro apagão?”

O WhatsApp, o meio preferencial de informação com o colapso da imprensa tradicional, avisa que sim. A irmã de Júlia, que mora no extremo leste do país, diz que leu num grupo de mensagens que o novo corte de luz vai começar ainda hoje, 29 de março, às nove da noite, e vai durar três dias. A angústia das pessoas aumenta a cada suposição que é feita.

No fim da tarde, num piscar de olhos, tudo se apaga.

Júlia corre para desligar os aparelhos. “Se a luz voltar, perigam queimar”, grita. Mas a luz não voltaria nem naquela noite, nem nos próximos quatro dias.

“É *O Apagão 3*”, diz minha cunhada, e não consigo evitar uma gargalhada. Rimos as duas e levamos banquinhos até a entrada do apartamento, no corredor, onde ficamos batendo papo até que a noite cai e tudo fica escuro.

**A** resiliência de Júlia é admirável. Nos dias que passei com ela, vi como surfou sem se queixar em um oceano de penúrias. Ela mal conseguia lavar algumas peças de roupa à mão. Tomava banhos rápidos em cima de uma bacia para recolher a água que caía e usá-la na privada, que só recebia a descarga duas ou três vezes por dia. E tem o ponto de honra dela: não ter lavado os cabelos há mais de uma semana. Júlia também não se importa mais com os cabelos brancos e as manchas na pele. Mantém o sorriso e o jeito doces de sempre. De vez em quando, um pouco de tristeza e de cansaço recaem sobre o rosto dela, tentando apagar sua beleza, em vão.

“Maduro!”, grita alguém, enquanto seguimos conversando no corredor. E, de imediato, outros respondem: “A puta que te pariu.” E mais uma vez: “Maduro!” E a resposta é a mesma: “É a puta que te pariu.”

Ainda está quente, apesar de ser noite. Maracaibo – antes conhecida como a cidade mais fria da Venezuela por causa da popularização do ar-condicionado – agora parece uma panela de pressão, já que os aparelhos não são ligados. Um amigo me escreveu contando que seu bebê de poucos meses tem constantes irritações de pele por causa do calor. Uma amiga disse que os piolhos estavam infestando a cabeça de sua filha pequena, porque sem água era impossível combatê-los. “A energia elétrica não é tão necessária, mas a água, sim”, diz Júlia. Ela está preocupada por só ter o suficiente para dois dias de uso mínimo.

Os vizinhos do apartamento da frente voltam a acender a tocha. “Esse prédio é uma favela vertical”, define Juan Pablo, que aparece por um

instante no corredor. Júlia me diz que ele reclama de tudo, especialmente do prédio, que acha tão vergonhoso que não convida os amigos para visitas. É verdade que o conjunto residencial dá sinais de colapso. Além de as paredes externas estarem descoloridas, as internas estão sujas e riscadas. Ofertas de fornecimento de água e de geradores elétricos dominam os murais na entrada do condomínio. Os elevadores estão interditados por falta de peças de reposição. Alguns animais de estimação e até mesmo seres humanos fazem suas necessidades nas escadas. Nas áreas comuns, o lixo se acumula devido à coleta precária. Apesar de tudo isso, ainda resta no condomínio um porteiro. E o síndico se mostra prestativo para resolver algum problema mais grave.

Num impulso, como se acabasse de lembrar de alguma coisa urgente para fazer, Júlia se levanta e vai até a cozinha para preparar o frango. “Com sal, consigo conservá-lo até o almoço de amanhã.” Um cheiro forte de fritura toma conta do apartamento. “Dona Paula não teria aguentado isso”, diz ela, referindo-se à minha mãe. O uso de frituras é comum em Maracaibo, mas não era na casa da minha cunhada. Nos últimos meses, porém, passou a ser um recurso cada vez mais frequente, pois permite economizar óleo, que é reaproveitado várias vezes. “Também uso a mesma panela, sem sujar outras, por vários dias, assim poupo água.” É uma sorte que o gás encanado não esteja em falta em Maracaibo.

**N**ão é só em casa que Júlia enfrenta desafios, mas também no trabalho. Enfermeira no pronto-socorro do maior hospital público da cidade, o Hospital Universitário de Maracaibo, ela está acostumada a lidar com situações difíceis, embora diga que não se preparou para “isso”. Ano passado, quando houve um corte de energia, quatro enfermeiras, uma delas amiga muito próxima de Júlia, tiveram que se revezar para bombear manualmente o ar em dois pacientes na UTI. Era noite, o gerador não funcionava e elas nem podiam ver direito o rosto dos doentes. Um deles morreu, apesar de aquelas mulheres não terem interrompido a bomba de ar um segundo sequer, durante toda a noite. “Você faz ideia de como é cansativo apertar uma bomba de ar sem parar?”, pergunta Júlia. “Agora, imagine o que é ter que carregar, às escuras, pelas escadas, um paciente que acabou de morrer.”

A decrepitude dos hospitais não se revela apenas nos momentos de apagão: é uma constante, e se agrava dia após dia. Há crianças que esperam por cirurgias sempre adiadas, pois os médicos não querem correr o risco de serem surpreendidos na hora da operação por um corte de energia. “Uma mulher está com o filho hospitalizado faz alguns dias e, na semana passada, sua filha quebrou um braço. Mas não tem como tirar um raio X. Os hospitais não querem ligar os aparelhos porque temem que estraguem se houver uma oscilação repentina de voltagem ou um corte de energia. A menina está lá, com o braço fraturado, sem saber quando vai poder tirar essa chapa”, conta Júlia, iluminada pela luz do celular, enquanto vira os filés de frango na panela.

Outro menino, indigente, foi internado com traumatismo craniano, após ter sido atropelado por um carro sem faróis. O motorista não parou para prestar auxílio e foi uma mulher que levou a criança ao hospital. Como o tomógrafo está com defeito, a única coisa que os médicos tinham conseguido fazer até então foi mantê-lo sedado, esperando que se recuperasse. Alguém conseguiu sedativos para os primeiros dias, mas o produto está em falta. E a mulher que resgatou o menino não tem dinheiro. Falta até mesmo roupa de cama no hospital. Os próprios enfermeiros levaram de casa lençóis para cobrir a criança.

Além disso, a UTI da pediatria está fechada porque o ar-condicionado parou de funcionar há mais de um ano. O local virou um depósito de leitos e aparelhos, a maioria está quebrada. As crianças foram transferidas para a uti dos adultos. Com isso, as vagas nesse setor foram reduzidas de seis para três pacientes adultos. Também está fechada a área de oncologia pediátrica, por falta de enfermeiros.

Júlia tem que caminhar quarenta minutos para chegar ao hospital. Mas nem todo mundo que trabalha ali mora a uma distância que possa ser percorrida a pé, por isso sempre há gente que falta. Muitos também se demitem, por não receberem o salário. Ela mesma não recebeu o pagamento de 18,50 dólares referente às duas últimas quinzenas. O pessoal que ainda resta no hospital costuma fazer turnos de doze a 24 horas, e o que Júlia e seus colegas mais temem é que não haja novas contratações, o que implicará, para quem permanecer, na ampliação das jornadas já extenuantes.

Sem alterar o seu tom habitual de voz, ela continua me contando coisas estarrecedoras sobre o seu trabalho. Faltam medicamentos, luvas cirúrgicas, álcool, soluções fisiológicas, algodão... A água é bombeada duas vezes por dia para que os enfermeiros a armazenem em tambores. “Não podemos nem sequer lavar as mãos de forma adequada para evitar infecções”, diz Júlia, enquanto guarda no forno o frango que acabou de fritar.

Antes de amassar as *arepas* da noite, ela põe água para ferver porque, sem energia, o filtro não funciona, e as jarras estão quase vazias.

Os geradores do prédio vizinho voltam a roncar. “Meu Deus, não é possível que tenhamos que passar mais uma noite no escuro”, lamenta Júlia. O celular de Juan Pablo tem conexão, diferentemente do meu. Ele está tão absorto em sua atividade com o aparelho que quase me esqueci de sua presença.

Jantamos no corredor, olhando a tocha do vizinho. Com a escuridão geral, pode-se ver com nitidez as estrelas faiscando no céu. De quando em quando, aparecem alguns pequenos pontos de luz em outros prédios no horizonte, provocando um efeito hipnótico. De repente, por estarmos há tanto tempo no escuro, temos a sensação de que uma luz foi acesa e podemos ver com mais clareza tudo em volta. É um pouco como a falsa impressão que se tem depois de olhar demoradamente o rosto de um morto num caixão: achamos, por um instante, que ele abriu os olhos.

**M**ais uma manhã, e o ruído do gerador e da água pingando nos galões já me são familiares. Impressiona que, depois de tantos dias sugando a água da caixa, ainda haja um pouco. À medida que a água diminui, para que seja captada do fundo da caixa, é preciso abaixar a mangueira quase até o nível do chão. Sai, então, um fio de água, pacientemente recolhido em um potinho de plástico de não mais de 10 centímetros de altura. De potinho em potinho, enche-se mais um garrafão. Foi esse o método desenvolvido por Júlia, que investiu tempo nisso e se orgulha de ter sido bem-sucedida.

Nesse ritmo, completar uns cinco garrafões exige quase uma hora. O fio, cada vez mais fino, por fim se extingue. A caixa secou. Minha cunhada resolve fechar o banheiro principal, que está bem sujo, e habilitar o segundo, que até agora ela proibia de usar para só fazê-lo caso a falta d'água durasse muitos dias. “Hora do plano Z”, ela proclama. Júlia tenta disfarçar, mas é claro que está aflita por não saber onde vai arrumar água amanhã.

Sugeri que ela se mudasse com o filho para a casa da minha mãe, que às vezes recebe água da rua. Mas Júlia recusou a oferta, alegando que não quer ficar isolada numa rua onde quase não há mais vizinhos e fica longe do seu trabalho e da escola de Juan Pablo. Eu temo que a casa seja saqueada, de modo que gostaria muito que ela se mudasse, mas entendo seus motivos. Uma das poucas vizinhas que não abandonaram o bairro e era próxima de minha mãe cuida agora da casa. Ela é a única na rua a quem contei que minha mãe não voltará mais.

Júlia começa a amassar a farinha para fazer *mandocas*, uma espécie de biscoito doce frito em formato de U que é servido com queijo – quitute tradicional de Maracaibo que eu nunca comia em casa, porque minha mãe, natural dos Andes, não sabia como prepará-lo. O WhatsApp da minha cunhada fervilha. “O estado de Zulia está na ponta da rede elétrica, por isso a energia demora mais para voltar aqui”, diz um primo. Outro opina que “a eletricidade não tem a força necessária, por isso não chega aqui para nós”. Uma vizinha grita que a luz voltou num município vizinho. Para matar o tempo, jogamos baralho.

À tardinha, vemos as luzes acesas no conjunto residencial em frente, do outro lado da rua. Júlia comemora, para ela significa que a qualquer momento a energia elétrica chegará também à sua casa. “Dentro de umas duas horas, a eletricidade deve chegar também no nosso prédio”, ela calcula. Mas, menos de uma hora depois, a luz no conjunto residencial da frente se apaga. “Era minha esperança. E agora?”, lamenta. Tudo não passa de uma grande loteria.

Júlia sente um mau cheiro saindo da geladeira e tira fora o arroz e as lentilhas, que estragaram. Depois de comermos *arepas* com o queijo restante, sentamos mais uma vez no corredor para conversar. Falamos de



minha mãe, da mãe dela, que morreu há mais de dez anos, de câncer. Falamos de meu irmão, revisitamos histórias e brigas. Já faz cinco dias que estou em Maracaibo, nunca tínhamos passado tanto tempo juntas. Antes, era a presença de minha mãe que nos aproximava. Agora é a ausência dela.

Na manhã seguinte, já não havia nem uma gota sequer para espremer da caixa-d'água, mas nos garrafões restava um pouco do dia anterior. Nosso café da manhã foi *arepas* com ovos. Prevendo que não haverá almoço, meu sobrinho come duas.

Vejo vizinhos subindo com água, e logo deduzimos que devem estar tirando do poço nos fundos do edifício. Rapidamente juntamos alguns vasilhames e descemos até lá. Encontramos uma fila de umas dez pessoas com um sem número de recipientes plásticos em formatos variados.

A indefinição sobre o fornecimento de energia levou o condomínio a criar um método para distribuir a água do poço. Munidos de baldes enormes, voluntários se revezam para extrair o líquido precioso do poço e despejá-lo numa caixa de 200 litros com uma torneira, da qual os moradores recolhem a água. O sistema é rápido, mas a fila é extenuante, ainda mais com a temperatura ultrapassando os 30 graus. Apesar disso, os moradores enfrentam a fila muitas vezes, tentando coletar a maior quantidade de água possível. Como formiguinhas, descem e sobem os andares, carregados de vasilhas.

Júlia, Juan Pablo, sua prima Crisbel e eu fizemos o mesmo que eles, indo e vindo várias vezes, do térreo ao 7º andar, do 7º andar ao térreo. Cem litros mais tarde, estávamos completamente exaustos, mas não havia mais por que nos queixarmos. Tínhamos recolhido água para mais alguns dias. E Júlia, finalmente, poderia lavar os cabelos.

Este texto foi reeditado e atualizado em julho de 2019 para [piauí\\_flip\\_2019](#), edição impressa e distribuída gratuitamente durante a Festa Literária Internacional de Paraty.



## **ANEXO B - A reportagem R2 (UOLTAB)**



## FUGA PARA O BRASIL

*A crise da Venezuela explicada por imigrantes que tentam sobreviver em Roraima*





Os relatos de um mês de jornalismo voluntário em Boa Vista, que foi invadida pelos venezuelanos em busca de comida, de trabalho, de reais, “de uma ajuda *do* você”. Eles contam por que, afinal, estão fugindo para o Brasil

TEXTO E FOTO  
André Naddeo

DIREÇÃO DE ARTE  
Marcelo Gerab

Você está em Boa Vista, Roraima. É a mais setentrional das capitais brasileiras. O calor é senegalês e o ritmo de vida pode ser considerado pacato para uma cidade desse porte – segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pouco mais de 330 mil pessoas vivem ali. De repente, você, boa-vistense ou não, se dá conta que há vendedores e limpadores de para-brisa em quase todos os semáforos. Pedintes se aglomeram, principalmente em frente aos restaurantes. Cartazes com erros de português – “pedindo uma ajuda *do* você”, por exemplo – são carregados por pessoas que passam uma mensagem clara em qualquer idioma: estão fugindo de um caos social. Os venezuelanos invadiram Roraima. E estão famintos.

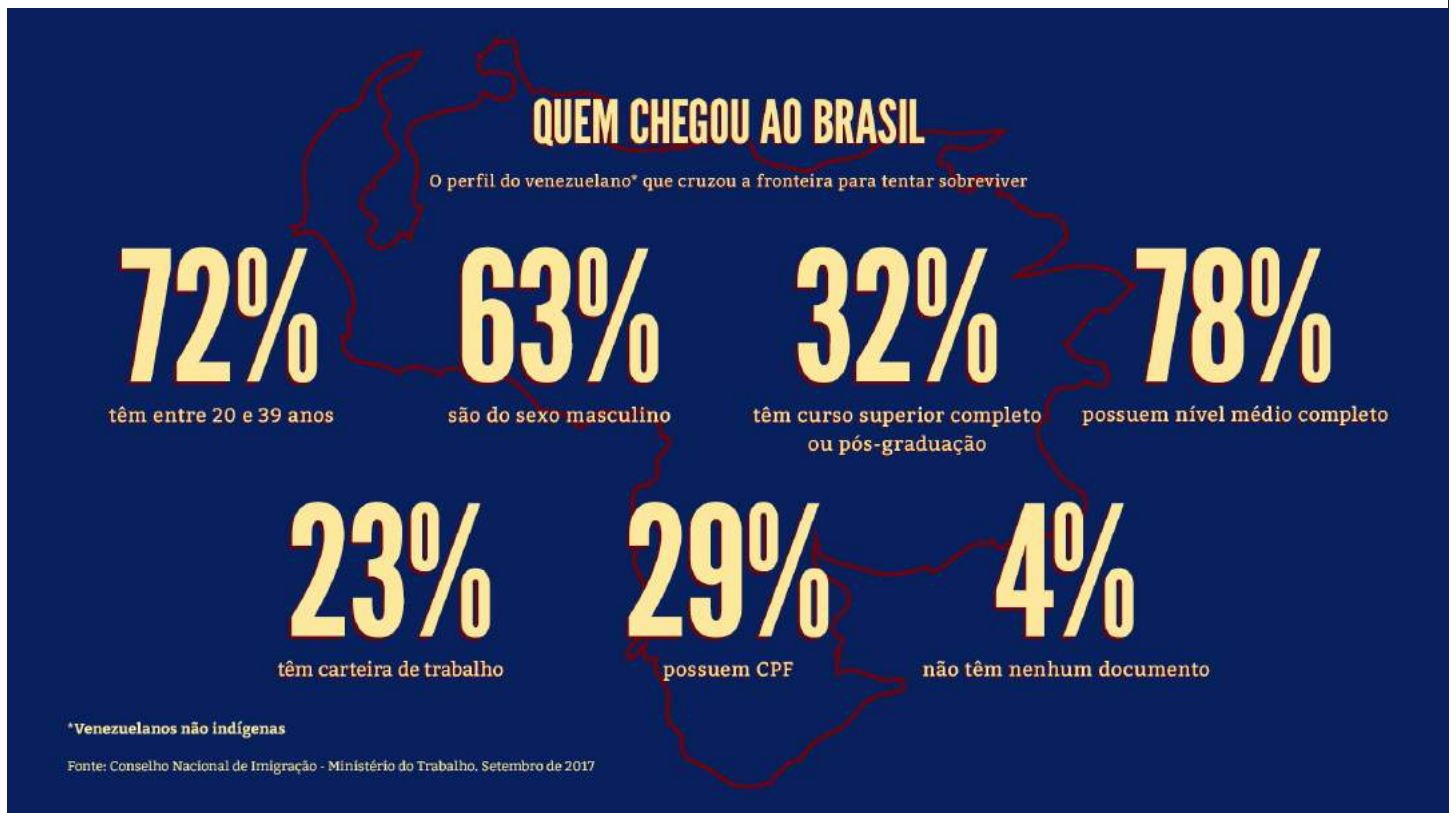
Há quase dois anos como voluntário e jornalista, trabalhando em crises humanitárias principalmente na Grécia e na Itália, vi de perto o desespero de sírios e afegãos fugindo de guerras e traumas dos mais diversos. Convivi com africanos que trabalharam como escravos na Líbia antes de escaparem para a Europa. Mas nunca havia visto um povo com tamanho grau de desnutrição e em condições de vida tão insalubres como os venezuelanos, que representaram 17 mil das 33 mil solicitações de refúgio que chegaram ao Conare (Comitê Nacional para Refugiados) em 2017 – um aumento de 228% em relação ao ano anterior.



Topo

É uma bomba relógio que está longe dos holofotes. Se colocarmos no papel que, além das solicitações de refúgio (processo pelo qual o requerente tem permissão de um ano para estar em solo brasileiro enquanto aguarda sua tramitação), ainda existem os pedidos de residência temporária (dois anos, se aceito; neste caso, é preciso apresentar a certidão de nascimento, além da cédula de identidade venezuelana) e aqueles que entram de forma ilegal, já são mais de 30 mil venezuelanos no país, de acordo com estimativa da Polícia Federal. A maioria deles entra por Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e percorre outros 200 km até Boa Vista – no vizinho Amazonas, a capital Manaus recebeu uma parte menor dessas pessoas.

É um fluxo migratório diferente do que ocorreu com os haitianos, por exemplo, após o terremoto que destruiu o país em 2010, no qual a mancha de deslocamento atingiu outras regiões do Brasil. Desta vez, os venezuelanos, em sua maioria, chegaram para ficar em Boa Vista. Não mostram intenção de deixar a cidade. Primeiro porque eles aceitam ser explorados como mão de obra barata – qualquer diária de R\$ 20 vale uma semana de comida e suprimentos para familiares que ainda estão na Venezuela. É a possibilidade do dinheiro rápido para quem está passando fome. Segundo, pela questão geográfica: ao juntarem alimento e alguns reais, eles podem voltar para Santa Helena de Uairén, do outro lado da fronteira, e seguir viagem para visitarem familiares.



A maioria é jovem, do sexo masculino, tem boa formação educacional e, em comparação com países europeus, onde a espera pela legalização é longa, não tem encontrado muitas dificuldades para regularizar os papéis. Em um mês, vi diversos imigrantes com os devidos protocolos e liberação para o cadastro de pessoa física, carteira de trabalho e acesso ao SUS (Sistema Único de Saúde).

Mas quem são essas pessoas e por que elas vieram ao Brasil? O governo do presidente Nicolás Maduro e a oposição têm seus discursos. A imprensa destaca o tema, mas sem falar com e sobre quem mais sofre com tanta pobreza: o povo. A classe média. Os pobres. O objetivo aqui foi seguir a premissa de outras experiências com imigrantes e refugiados narradas no **TAB**: abrir “o microfone” para quem quiser se expressar.



Por 30 dias, trabalhei como voluntário e jornalista independente no ginásio Tancredão, onde dei aulas de português de segunda a sexta-feira com o auxílio de uma igreja adventista local, que me emprestou telão, microfone e cadeiras para acomodar os novos estudantes. Afinal, se eles queriam inserção no mercado de trabalho, a primeira barreira a ser superada era a do idioma – foram muitas as correções de cartazes de quem pedia emprego, um trabalho, uma ajuda pelas ruas.

Organizamos e colocamos para funcionar ações médicas de forma independente, com apoio de estudantes de medicina da Universidade Estadual de Roraima – o ambiente do ginásio era tão insalubre que, de cada dois venezuelanos que eu conhecia, um tinha as manchas vermelhas características da sarna. Ao menos 800 pessoas viviam no local.

Casos de tuberculose e suspeitas de meningite também foram registrados. No banheiro masculino tinha um chuveiro que funcionava direito, dois vasos sanitários e três mictórios - um deles interditado. Não entrei no feminino, mas segundo uma médica do Hospital da Criança de Boa Vista as condições do local foram responsáveis por uma garota contrair uma infecção urinária.



Em qualquer semáforo de Boa Vista, é bem possível que você veja esta cena: famílias inteiras pedindo ajuda, um emprego, algo de comer



O banheiro era dos principais problemas, já que muitos vasos não funcionavam, além de não dar conta dos cerca de 800 venezuelanos que viviam no local



Mutirão de atendimento médico realizado por voluntários independentes, com apoio dos alunos de medicina da Universidade Estadual de Roraima. Os problemas mais comuns encontraram foram infecções respiratórias, urinárias e problemas de pele, como a sarna

Com a associação Fraternidade Sem Fronteiras, doamos madeira e contratamos dois venezuelanos para o trabalho de carpintaria que resultou na produção de 32 mesas e bancos de um novo abrigo, que foi inaugurado pouco antes do Natal e atende mais de 300 pessoas.

Foi uma imersão na crise venezuelana: ouvi que as crianças estão desmaiando de fome nos colégios e que o Brasil é um país onde se cumpre as leis. O motivo? “Todo mundo aqui usa cinto de segurança nos carros e capacete quando anda de moto” era uma explicação comum, assim como o riscos sobre ser crítico ao governo Maduro: “serás perseguido, preso ou morto”.

Vi crianças sujas, magras, comendo um prato de arroz como se fosse um banquete. Vi também em duas ocasiões a Defesa Civil armazenar pedaços de ossos de boi no único freezer da cozinha para os venezuelanos comerem. Sim, a situação é caótica, tanto que a governadora Suely Campos (PP) decretou em dezembro de 2017 estado de emergência social. Mas a ideia de que pedaços de ossos poderiam ser entregues para os venezuelanos puxarem



Topo

resto de carne “e juntar no arroz” foi o suficiente para escutar “não somos *perros* (cachorros)” de muitos imigrantes.

Sobre essa questão, a Cepdec (Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil) esclareceu em nota que as “refeições diárias também são oriundas de doações”, complementando ainda que “as quais são recepcionadas pela coordenação do abrigo e manipuladas pela equipe de cozinha que mantém a inspeção necessária e o aproveitamento do que é próprio para o consumo humano”. Por fim, acrescentou também que “muitos pratos típicos da região (Venezuela) usam partes do osso bovino como componentes complementares nas refeições da culinária local”.

Em outro dos muitos lados desse drama, os venezuelanos que por algum motivo são enviados para penitenciárias são obrigados a se juntarem ao [PCC - um dia surgiu no abrigo uma pichação “15 3 3” \(PCC, pela ordem das letras no alfabeto\)](#). O clima ficou bem estranho até os números serem apagados.

Também é trágica a situação das “otchenta”, como são chamadas as venezuelanas que se prostituem em praticamente todas as esquinas do antes pacato bairro do Caimbé. Os moradores não escondem o incômodo. Por outro lado, não há também interesse em saber os motivos que levaram todas essas mulheres às ruas. Nunca vou esquecer o dia em que um jornal local estampou uma charge na qual um homem perguntava a uma mulher, com seios e quadris exagerados, se entre as “otchenta” rolava uma “black friday”.

Seguindo a premissa dos projetos [Drawfugees](#) e [I Am Immigrant](#), nos quais o mais importante é dar voz aos imigrantes, deixo os depoimentos abaixo a quem quiser entender o que acontece além da fronteira. São as palavras de quem vive na pele todos os efeitos de uma imigração que é baseada na fome e, segundo vários deles, na perseguição política.

## O DRAMA VENEZUELANO

Compartilhar



6:13 / 6:13

## ESPERO QUE DEUS ME PERDOE UM DIA

Martina\*, cabeleireira e garota de programa

Sou cabeleireira e nasci na cidade de Maracaibo. Minha vida nunca foi fácil. Não conheci meus pais. Fui mãe aos 14 anos e contei com a ajuda de amigos para criar meu filho. Aos 17 anos, conheci um rapaz interessante que me chamava para sair. Uma amiga ficava com meu filho, e eu ia atrás do rapaz. Foi quando comecei a me viciar em cocaína. Cheirava todo dia. Eu era uma mãe irresponsável. Até o dia em que o carro que levava meu filho e minha amiga sofreu um acidente. Meu mundo desabou. Você nunca pensa que, tão jovem, vai enterrar um filho. Eu não acreditava que aquilo estava acontecendo, que aquele pedacinho de gente estava morto nos meus braços.

Fiquei louca. Parei com a cocaína, parei com as bebidas, mas não queria ter amigos, não queria ver ninguém. Foi como se eu estivesse anestesiada. Foi muito difícil me

recuperar. Só consegui voltar a ter um relacionamento dois anos depois, quando conheci o pai da minha segunda filha.

Depois de muita luta, comecei a tocar um pequeno negócio, um salão de beleza. Comecei a ter meus clientes fixos, as coisas estavam indo bem. Até que chegou essa crise toda. Ai já não conseguia nem comprar um shampoo. Como eu teria, então, um salão de beleza? Impossível. Começou a faltar comida, não tinha remédios para a minha bebê, e me desesperei.

Fiquei sabendo que algumas meninas tinham ido para a Colômbia e o Brasil para trabalhar na noite. Nunca tinha pensado nisso, mas fiquei seduzida. Minha filha está passando fome, meu companheiro não tem trabalho, não tem comida, não tem nada. Pensei bem e resolvi arriscar: "vou para o Brasil ser garota de programa, vai ser rápido".

E comecei a me prostituir em Boa Vista com outras meninas, que também viram nessa oportunidade uma forma de fazer dinheiro de forma rápida.

A vida na rua é muito complicada. Primeiramente, porque ninguém tem respeito por você. Vem a polícia e te joga contra a parede. Os moradores daqui nos odeiam. Nos chamam de "otchenta", de uma maneira muito vulgar. Tem filho da puta que sai comigo, fazemos o programa, e depois me tira do carro e não me paga. Já aconteceu muito. Algumas colegas já sofreram abusos, uma foi até esfaqueada. Mas é a opção que tenho no momento. Pelo menos agora consigo mandar dinheiro para a Venezuela, sei que minha filha está comendo. Meu companheiro não faz ideia de que estou fazendo isso, só que foi a única solução que encontrei. Espero que Deus me perdoe um dia.



Em espanhol, criança é "niño". Mas os venezuelanos têm a sua própria maneira de chamar os que são, digamos, mais "agitados": "los carajitos"



Mutirão de atendimento médico realizado por voluntários independentes, com apoio dos alunos de medicina da Universidade Estadual de Roraima



O transporte público em Boa Vista é bastante deficitário, então a melhor maneira dos imigrantes saírem pelas ruas atrás de trabalho é a velha e boa bicicleta

## CUBA NÃO É PARA VENEZUELANOS

Pedro Torres, 33, motorista

Nós éramos de uma família humilde, tranquila. Nunca tinha faltado nada, graças a Deus. Minha mãe trabalhava, eu também. Tudo corria bem. Tínhamos paz. Quando veio esse governo, as coisas foram desaparecendo, e minha família se foi dissolvendo. Alguns foram para o Peru, alguns para outros lugares, e eu vim para o Brasil.

Sou motorista de ônibus em Maturín, capital do Estado de Monagas, e foi impressionante perceber como as peças de reposição da empresa [onde eu trabalhava] foram desaparecendo. Não se encontravam mais pneus. Não tinha mais emprego, o setor de transporte entrou em colapso. E aqui estou, buscando uma oportunidade para manter a minha família por lá.

Quando o falecido (Hugo) Chávez era presidente, tinha o apoio dos demais países, como o Brasil, a Colômbia e o México, no que diz respeito ao abastecimento de alimentos para o povo venezuelano. Com a entrada do (Nicolás) Maduro, o plano do partido comunista para o país foi um fracasso. A criação dos Claps (Comitês Locais de Abastecimento e Produção) também foi um fracasso (desde 2016, o governo centraliza a produção nacional de alimentos e distribui, a preços populares, para as famílias cadastradas). Eles falam de um abastecimento que nunca aconteceu. Fazem propaganda enganosa. Como faz o gordinho lá da Coreia do Norte (Kim Jong-un), sabe?

Há muita pobreza hoje no meu país, há muita desnutrição, muitas coisas ruins. E ele (Maduro) não se dá conta de que estão morrendo muitas pessoas. Ele entrou numa briga com a Polar (empresa que deteve, por décadas, o controle da produção de alimentos e bebidas no país), aumentou o valor do dólar, desvalorizando o bolívar para que os produtos básicos ficassem mais caros, e o que

aconteceu foi uma parada da produção nacional. Nem os empresários produzem, nem o governo dá conta de alimentar a população.

O resultado? Não temos na Venezuela nem farinha de trigo mais. As padarias não produzem um pão sequer. Sem contar que eles querem que tudo chegue pelas mãos do governo. Se você tem uma padaria autorizada pelo governo, todo pão tem que ir para o Clap. Eles têm na cabeça a ideia de transformar a Venezuela em uma Cuba, algo inviável, porque a Venezuela é um país grande demais. Éramos um país rico, onde éramos felizes.

Pela primeira vez, vi crianças mexendo no lixo que os restaurantes botam nas ruas, tentando achar algo para comer. As crianças vão ao colégio de chinelos, porque já não têm um sapato. Fiquei sabendo de muitos que morrem por problemas cardíacos, porque se desesperam e sobe a pressão. Porque todos os dias é a mesma pergunta: "O que eu vou dar de comer para os meus filhos amanhã?"

Eles (o governo) não querem admitir que escapou das mãos esse sistema cubano e estão arrastando milhares de inocentes para a morte por desnutrição. Hoje, 21 de novembro de 2017, o salário mínimo na Venezuela está em 500 mil bolívares (R\$ 157). Aí você vai comprar um frango, que custa 120 mil bolívares. Um azeite [de 500 ml] está em 80 mil. Um [quilo de] arroz custa 40 mil. Um quilo de açúcar vale 70 mil. Só aí já vai praticamente todo o seu salário. Então, você não compra um sapato, um chinelo, você não é capaz de dar nada aos seus filhos.

Para você comprar um pacote de fraldas, por exemplo, tem que ter 160 mil bolívares. É um pacote com 20 fraldas. Um bebê faz suas necessidades três vezes ao dia,

não? Esse pacote vai durar quatro ou cinco dias. É um salário que não dá para nada. Não estamos vivendo dignamente, como tem que viver um ser humano. É por isso que estamos fugindo. Neste momento, estou no Brasil e consigo comer. Mas meus familiares e amigos, não. Ali o que se come é mandioca com sardinha. Todo o santo dia. No café da manhã, almoço e janta. As pessoas vêm para cá para trabalhar e mandar um pouco de dinheiro para a Venezuela para alimentar a família. Uma diária aqui (em Boa Vista, como pintor, funileiro e outros serviços) vale R\$ 50. Com esse dinheiro, minha família come por uns três, quatro dias.

Agradeço aos brasileiros pela paciência. Sei que muitos não gostam que a gente esteja aqui, existe a barreira do idioma, nós falamos castelhano, vocês, português. Espero que entendam que é uma questão de necessidade. E que não vim aqui para roubar o emprego, nada de ninguém.



A alimentação dos venezuelanos em Boa Vista é paupérrima: o prato mais comum é arroz com salsicha, normalmente preparados em latões de tinta que funcionam como fogões adaptados.



O fogão improvisado com um pedaço de ventilador e uma lata de tinta: cada um dava o seu jeito de cozinhar a comida que ia afastar a fome.



Uma cena chocante e muito comum: crianças sujas em meio a muita poeira e pouca comida.

## SOU TRAIADOR DA PÁTRIA?

Richard Campos, 33, motorista

Na Venezuela, a grande maioria das pessoas está morrendo e não se tem um hospital. Quem depende de remédios está morrendo por falta deles. A minha esposa está doente. Ela tem lúpus (uma doença em que o sistema imunológico produz anticorpos em excesso provocando inflamações e lesões em vários órgãos). Eu tive que vir para cá. Não tive outra opção. Tive que buscar um trabalho aqui para conseguir os remédios de que ela precisa.

E todos os dias o governo aparece nas redes sociais, no rádio e na televisão dizendo que estão construindo hospitais, que a situação está controlada. É pura mentira. Tudo o que o governo informa ao mundo é uma farsa. E se você fala isso, vai contra, tenta contestar, eles simplesmente mandam te matar. O que se vive hoje na Venezuela é uma ditadura onde seu único dever é permanecer calado. O governo diz atualmente que não precisa de ajuda, que a Venezuela tem tudo. Onde está esse tudo? [Os governantes] falam isso porque estão com as geladeiras cheias às custas do povo.

Se você quer ir para outro país, não pode porque o governo Maduro mandou bloquear a emissão dos passaportes. Eles não fabricam mais passaportes, não

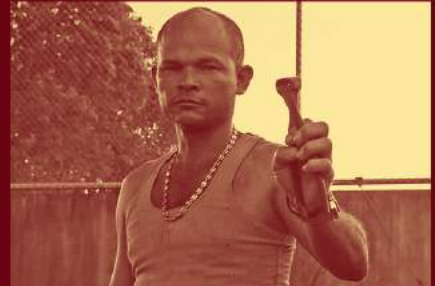
deixam você sacar dinheiro, eles querem ter a gente amarrado ao país. Mas o que faço? Sento e vejo a minha esposa morrer? Tive que vir para cá. A Venezuela é um caos tremendo.

O venezuelano que sai do país e depois regressa, com papéis que comprovam que estava em outro país, será preso por traição à pátria. Pode ficar na prisão por pelo menos 15 anos, dependendo do que Maduro disser. Se ele quiser que você fique mil anos, prisão perpétua, assim vai ser. Sou traidor da pátria porque preciso salvar minha mulher, porque não aguento mais vê-la com dores, na cama?

Minha esposa encontra-se em estado crítico, numa situação delicada, porque já tem derrame pleural, derrame pericárdico. No último dia 25 de novembro, voltei para a Venezuela para visitá-la e levar medicamentos. Um pulmão dela já deixou de funcionar. Nos hospitais, médicos e enfermeiros vendem os materiais de que você precisa. E o governo não faz nada para impedir.

Estou há um mês no Brasil e bem ou mal se consegue um trabalho aqui, outro ali. O trato dos brasileiros com os

venezuelanos é um pouco ruim, há uma diferença cultural, e nossa presença incomoda, sabemos disso. Há venezuelanos bons e maus. Não se pode generalizar. Estamos passando por uma situação que ainda não sabemos como decifrar, não sabemos o que fazer para sair desse caos.



Preconceito em dobro: homossexuais, travestis e transexuais sofrem nas ruas de Boa Vista pela condição social e também pela orientação sexual, mas nem por isso deixavam de ser as pessoas mais alegres do abrigo



Patriotismo diante da miséria: família montou uma barraca de camping decorada com a bandeira da república boliviana



Boa Vista fica ao norte da linha do Equador e a temperatura média na cidade, mesmo à noite, sempre ultrapassa os 30°C. Para se refrescar e aliviar o calor, crianças aproveitam os canhões d'água do Corpo de Bombeiros

## PENSAR DIFERENTE = INIMIGO DO ESTADO

Guillermo Totti, 58, advogado criminalista

Hoje, na Venezuela, não há liberdade de pensamento e liberdade de expressão. Persegue-se o indivíduo se ele pensa de forma diferente. É como se fosse uma busca pelo inimigo. Além disso, existe uma violação flagrante dos direitos humanos. Os direitos à saúde, à moradia, à alimentação são violentados constantemente. Existe uma lei que te proíbe de criticar publicamente a política do governo. A repressão foi aumentando tanto que muitos não viram outra solução que não fosse fugir do país.

A Venezuela é membro das Nações Unidas e signatária da carta de Direitos Humanos consagrada nas Nações Unidas. A Venezuela constantemente a viola, e uma consequência terrível disso é a fuga massiva de profissionais. Como foi o nosso caso, que tivemos de sair porque somos perseguidos pelos órgãos de segurança do Estado depois de denunciar os Pranes (espécie de PCC venezuelano) e seu vínculo com o governo, que alega a inexistência dessa organização atualmente.

É claro que, no momento em que uma pessoa denuncia isso diante da comunidade internacional, ela se torna totalmente vulnerável, pode ser assassinada ou sofrer qualquer tipo de coação. Por isso resolvi sair do meu país, de forma dolorosa, mas necessária, para preservar minha vida.

O nível de criminalidade na Venezuela, hoje, é o mais alto da história contemporânea do país. Os assassinatos são constantes, os roubos são constantes. A extorsão e o sequestro são o 'pão de cada dia'. Nunca a Venezuela viveu tal situação. É preciso reestruturar o estado, mudar a forma de pensar do venezuelano, recomeçar das cinzas, porque o país está destruído. Existe uma enorme decomposição social. É preciso que todos os venezuelanos, nesse momento, levantem a voz.

Nos reunimos com o doutor Rodolfo Moraes, presidente da OAB-RR (Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Roraima), e expusemos nossa realidade, as perseguições que

sofremos, e clamamos ajuda aos nossos companheiros de profissão, que por sua vez também têm a missão de alertar as autoridades do Brasil sobre o grande colapso social que vive a cidade de Boa Vista, cheia de venezuelanos.

Depois de trabalhar por anos como advogado pelo seu país, pelo povo do seu país, de viver nos Estados Unidos, trabalhar também na Califórnia, falar três línguas (espanhol, inglês e italiano, porque seus pais eram italianos) e ter que recomeçar, fugir, porque não existe segurança... É algo realmente muito difícil. Primeiramente, você se sente perdido. Existe a barreira da língua, que nem é tão difícil para quem teve a oportunidade de estudar idiomas na vida, mas ainda assim é complicado. Adaptar-se a um novo país e recomeçar a vida não é nada fácil. Eu já estou com 58 anos. Terei mais o quê? Dez, 15 anos de vida? Não tenho outra saída. Preciso buscar qualquer trabalho que seja. E trazer as informações. O mundo precisa conhecer a tragédia que estamos vivendo.



O abrigo Tancredão abrigava aproximadamente 800 imigrantes, que dormiam em condições insalubres: poucos tinham um colchão, e a maioria descansava em papéis, fosse na quadra do colégio ou mesmo no banco de areia logo na entrada principal. A enorme quantidade de poeira no ar causava diversos problemas respiratórios



Outra forma de ganhar um dinheiro para o imigrante é a venda de cigarros venezuelanos. As marcas mais famosas são Consul e Belmont, vendidos a R\$ 4 o maço



A situação miserável não impede as venezuelanas de cuidar da imagem: era cena comum ver as mulheres maquiadas e cuidando do cabelo e unhas em salões de beleza improvisados

## PERDA COLETIVA DE CONSCIÊNCIA

Patrícia Claco, 65, tecnóloga

Eu vivi no Chile até os 20 anos, onde obtive meu título de tecnóloga. Naquele momento, aconteceu o golpe militar (do general Augusto Pinochet contra o governo socialista de Salvador Allende). Vivi os dois governos, o de Allende, e o militar. Depois de três anos de Pinochet, eu fui para a Venezuela. Foi um período muito complicado, um golpe da direita contra a esquerda que mudou a vida de todos.

Faz 42 anos que escolhi a Venezuela como minha casa. É o meu país, o país que eu amo. Quis o destino que eu passasse novamente por isso. E, ironicamente, agora é um golpe da esquerda. Na Venezuela, todos criticam o que está acontecendo, mas pergunto aos venezuelanos: o que fazem para melhorar o país? O que eu vejo é que todos só pensam em ganhar dinheiro, comprar sapato novo, comer bem. Quem aqui está economizando para montar uma empresa, para fazer o país voltar a progredir?

O que acontece hoje na Venezuela já ocorreu em outros países, mas todos deram a volta por cima. E como deram essa volta por cima? Com a consciência do povo. Devemos ajudar a Venezuela e não criticá-la tanto. Fico triste

quando falo com pessoas que nasceram na Venezuela e, no momento de maior dificuldade de país, o abandonam. Saíam, mas levem de volta os recursos para ajudar o desenvolvimento do país.

Infelizmente, eu já não posso mais fazer isso, já tenho idade, e não posso mais trabalhar como tecnóloga. Aqui no Brasil, estou trabalhando com papelões para proteger os carros dos raios solares. Não tenho nenhuma vergonha. Estou aqui porque o meu marido está com câncer, e minha filha tem deficiência mental. Tenho que ganhar algum dinheiro para conseguir os medicamentos.

Há uma perda coletiva de consciência [do povo]. Não podemos pensar que um governo tem que nos dar de tudo. É preciso trabalhar. O governo não consegue dar conta de tudo. É preciso uma atitude. Um dos erros que o governo de esquerda do meu país cometeu foi o de subsidiar. É preciso lutar.

A pessoa que nunca sentiu fome no estômago não valoriza a [pessoa] que sente. A Venezuela nunca passou por isso antes, porque o povo ali sempre teve de tudo. Existem

países que passaram por crises piores. China, países europeus, a Grécia atualmente. Todos foram adiante com o quê? Com a consciência e trabalho do seu próprio povo. Não podemos ficar aqui pensando em coisas supérfluas. Precisamos continuar, precisamos progredir, precisamos nós próprios tirar o país dessa miséria atual.





A reportagem fazia diariamente atividades de desenhos com as crianças no abrigo. Era uma maneira de elas expressarem a realidade atual



Sem opções de lazer e, por ordem de pais ou parentes, sem poder sair às ruas, as crianças andavam de bicicleta entre as barracas e no ginásio, desviando de quem estivesse cozinhando ou tirando um cochilo



O abrigo Tancredão abrigava aproximadamente 800 imigrantes, que dormiam em condições insalubres; poucos tinham um colchão, e a maioria descansava em papéis, fosse na quadra do colégio ou mesmo no banco de areia logo na entrada principal. A enorme quantidade de poeira no ar causava diversos problemas respiratórios

## GUERRA CIVIL IMINENTE

Carlos Orgaz, 34, ativista político

No momento em que morre o cidadão e presidente Hugo Chávez e chega ao poder Nicolás Maduro, começam as desapropriações das empresas. [O governo] se apodera das empresas básicas, das metalúrgicas, de cimento, das produtoras de alimento. O aparato produtor venezuelano se destrói, e o presidente começa a desvalorizar a moeda. E, nesse momento, o poder aquisitivo do venezuelano vai para o ralo. É impossível comprar alimentos. [A vinda para o Brasil] é uma imigração de fome e política.

Muitos dos que estão aqui foram dirigentes políticos na Venezuela. Eu pertencço ao diretório juvenil do Partido da Causa Radical (grupo dissidente do Partido Comunista fundado em 1971). Onde eu vivia, na zona sul do Estado Anzoátegui, na cidade de El Tigre, fomos

agredidos pela Guarda Nacional e pela Polícia Nacional.

Há mais ou menos um ano, 19 companheiros do curso de direito da Universidade Gran Mariscal de Ayacucho foram presos e agredidos. As mulheres foram colocadas nuas diante de policiais homens. Nesse momento, eles estão em países como Chile e Equador, porque foi impossível fazer oposição e viver na Venezuela.

Agora, todos os canais de TV e rádio são administrados pelo governo. Não existe um canal no país onde um venezuelano possa expressar tudo o que está acontecendo. O que se vê na TV é o que diz o governo. Se algum canal tenta mostrar o que está acontecendo, será fechado.

Nos reunimos com membros da OEA (Organização dos Estados Americanos), expusemos toda a situação, as violações de direitos humanos, mas não há ninguém que faça algo pela gente. A única solução que vemos para o fim desse governo ditatorial é uma guerra. Vamos matar uns aos outros, e os que saírem vivos vão mandar no país.

Eu não posso voltar para onde eu morava por questões políticas. O prefeito é governista, e todos que são da oposição não podem voltar por temor à própria vida. Temos família, temos que protegê-los. Sabemos que o Brasil está passando por uma situação política e econômica complicada, mas estou aqui para tentar um trabalho digno e para alimentar os meus cinco filhos. Obrigado por nos receber.

### PARA AJUDAR

Fraternidade Sem Fronteiras \* email [contato@fraternidadesemfronteiras.org.br](mailto:contato@fraternidadesemfronteiras.org.br) \* telefone (+55 67) 998470231

### Fale com o TAB

[tabuol@uol.com.br](mailto:tabuol@uol.com.br)

Publicado em 29 de janeiro de 2018

**CURTIU? COMPARTILHE.**



Topo

OUTRAS EDIÇÕES



Como os brasileiros consomem cultura? O UOL TAB explica

---



Na noite de SP, performers misturam clima sombrio, surrealismo e eletrônico

---



Como a comunidade LGBTQIA+ resiste diante da onda reacionária

---



Geração Z abraça deboche e memes para abolir a busca pela "perfeição"

VER MAIS

TAB

direção Rodrigo Flores

edição Daniel Tozzi

reportagem Mirella Nascimento  
Rodrigo Bertolotto  
Wellington Ramalhoso

ux/design Marcelo Gerab  
Solenn Robic

vídeo Mariah Kay  
Ugo Soares

Siga UOL TAB

© 1996-2019 - O melhor conteúdo. Todos os direitos reservados. Hospedagem: UOL Host

 Comunicar erro





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)